

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

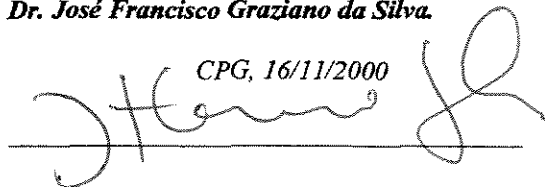
CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO RURAL
NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 90

Otávio Valentim Balsadi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente – área de concentração: Economia Agrícola e Agrária, sob a orientação do Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Otávio Valentim Balsadi em 16/11/2000 e orientada pelo Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva.

CPG, 16/11/2000



Campinas, 2000

20011293



UNIDADE DE
 L. CHAMADA: TI/UNICAMP
B216c
 V. Ex.
 TOMBO BC/ 44782
 PROC. 16.392/01
 C ☐ D ☒
 PREÇO R\$11,00
 DATA 2/10/01
 N.º CPD.

CM00156326-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

B216c Balsadi, Otavio Valentim
 Características do emprego rural no estado de São Paulo nos
 anos 90/ Otavio Valentim Balsadi. – Campinas, SP :[s.n.], 2000.

 Orientador: José Graziano da Silva.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de
 Campinas. Instituto de Economia.

 1. Emprego – Zona rural – São Paulo (Estado) – 1990-. 2.
 Trabalho feminino. 3. Trabalhadores rurais – São Paulo (Estado).
 I. Silva, José Graziano da. II. Universidade Estadual de Campi-
 nas. Instituto de Economia. III. Título.

Dedico esse trabalho aos meus pais, Octavio Balsadi e Sebastiana Mendes de Oliveira Balsadi; aos meus irmãos, Neusa Aparecida Balsadi de Araújo, Nilson Roberto Balsadi, Antonia Regina Balsade (*in memorian*) e Isilda Isabel Balsadi de Oliveira; e à minha esposa e companheira, Maya Takagi. A nobreza do apoio para a minha formação, nos diferentes estágios de minha vida, foi imprescindível para a caminhada até esse momento. Não tenho palavras para dizer o quanto vocês foram, são e serão muito importantes para mim.

AGRADECIMENTOS

Ao professor, amigo e orientador, José Graziano da Silva, pela condução segura da pesquisa e pelo privilégio de trabalhar ao seu lado. O convívio de quase uma década trouxe um amadurecimento que ultrapassa, em muito, os limites dessa dissertação.

Ao Carlos Contreras, Marcelino de Souza, Mauro Eduardo Del Grossi e Maya Takagi, pelo apoio imprescindível na preparação, processamento e tabulação dos dados primários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), além da discussão que resultou nos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas utilizados. Sem o apoio qualificado deles, a dissertação não teria sido concretizada.

Aos professores Walter Belik e Eugênia Trancoso Leone, do Instituto de Economia da Unicamp, pelas participações no exame de qualificação. As críticas e sugestões recebidas foram fundamentais para a “correção de rumos” do projeto inicial.

À professora Ângela Kageyama, do Instituto de Economia da Unicamp, pela leitura e sugestões em algumas partes da versão inicial da dissertação.

À Fundação Seade, especialmente sua Diretoria Adjunta de Produção de Dados (DAPD) e sua Gerência de Base de Dados e Produção de Indicadores (Geind), pelo estímulo ao aperfeiçoamento profissional e pelo apoio recebido desde 1996, quando iniciei o curso de especialização em “Análise e Formulação de Políticas Agrícolas”, no próprio Instituto de Economia da Unicamp.

Aos amigos e companheiros de trabalho da Fundação Seade, especialmente à Maria Rosa Borin, pela solidariedade e pelo respeito profissional desde o início de nossa convivência.

Aos companheiros do Projeto Rurbano, pelo enorme aprendizado proporcionado pelas trocas de experiências, teóricas e empíricas, realizadas nos últimos três anos.

Aos colegas do curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, pela alegria de um profícuo relacionamento, que integrou nossas diversidades regionais, tendo como resultado um enriquecimento pessoal incalculável.

Aos professores e funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, pela sabedoria repassada dentro e fora das salas de aula.

Aos professores Oriowaldo Queda e Dalcio Caron, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP, pelos primeiros passos na pesquisa acadêmica.

RESUMO

A pesquisa analisou o emprego agrícola e não-agrícola (ERNA) da PEA rural no Estado de São Paulo nos anos 90. A separação dos empregados do total de ocupados, mostrou-se fundamental para uma melhor compreensão das diferentes inserções dos homens e das mulheres. Utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os residentes no meio rural não metropolitano, foi possível obter número mínimo de casos para três grupos de ocupações agrícolas (trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários e operadores agrícolas) e sete não-agrícolas (serviços domésticos, serviços não-domésticos, indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, professores e construção civil). Para a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas foi proposto um índice de qualidade do emprego (IQE), a partir de indicadores ligados ao rendimento no trabalho principal, ao grau de formalização do trabalho e aos benefícios recebidos pelos empregados.

No período 1992-98*, observou-se a consolidação de uma mudança estrutural nas ocupações da PEA rural paulista, que já estava em curso desde meados dos anos 80. A participação das pessoas ocupadas residentes no meio rural não metropolitano que estavam trabalhando fora da agricultura passou de 35%, em 1992, para 53%, em 1998. Por outro lado, a PEA rural agrícola sofreu uma redução de 151 mil pessoas ocupadas no mesmo período.

A PEA rural não-agrícola era predominantemente formada por empregados, cujas participações no total de ocupados variaram de 83,5% a 75,8%, entre 1992 e 1998. No período analisado, houve um grande aumento da participação dos homens e das mulheres residentes rurais nas atividades não-agrícolas, de tal forma que a distribuição da PEA rural ocupada fora da agricultura manteve-se praticamente inalterada: eram 63,4% de homens e 36,6% de mulheres, em 1992, e 63,1% e 36,9%, respectivamente, em 1998. Com isso, 46% dos homens residentes no meio rural não metropolitano estavam ocupados em atividades não-agrícolas, em 1998, enquanto essa participação, em 1992, era de apenas 30%. Para as mulheres, ocorreu o mesmo processo, mas com muito mais intensidade: no período analisado, a proporção das residentes rurais que estavam ocupadas em atividades não-agrícolas passou de 47,5% para 70,0%.

Os resultados obtidos para os índices de qualidade do emprego mostraram que, para os homens residentes rurais, todos os grupos de ocupações não-agrícolas (indústria de

transformação, comércio não-especializado, motoristas, serviços domésticos, serviços não-domésticos e construção civil) apresentaram melhores condições de trabalho do que o grupo das ocupações de trabalhadores permanentes e temporários, no final dos anos 90. Apenas o grupo dos operadores agrícolas superou os serviços domésticos e a construção civil, em termos de qualidade do emprego.

Para as mulheres, o ingresso nas atividades não-agrícolas só não significou a obtenção de melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, justamente o grupo de ocupações mais significativo para elas (responsável por quase 50% dos empregos não-agrícolas). O IQE do grupo de ocupações dos serviços domésticos superou somente o dos trabalhadores temporários. Por outro lado, a inserção na indústria de transformação, nos ensinos público e privado, no comércio não-especializado e nos serviços não-domésticos ofereceu condições bem mais favoráveis do que o trabalho na agricultura.

Em um balanço geral, os índices de qualidade de emprego para homens e mulheres indicaram um resultado importante: com os diferentes progressos relativos observados no período 1992-98 para os grupos de ocupações, praticamente, a única inserção no emprego não-agrícola mais precária do que o trabalho na agricultura ocorreu nos serviços domésticos para as mulheres, mesmo assim superando o trabalho volante. As diferentes ponderações adotadas na construção do IQE pouco alteraram as posições relativas dos grupos de ocupações dos empregados rurais, principalmente das mulheres. O aumento do peso dos indicadores parciais ligados ao rendimento no trabalho principal e ao grau de formalização do trabalho tendeu a piorar a situação das ocupações agrícolas, principalmente dos operadores agrícolas e dos trabalhadores permanentes homens, e a aumentar as “distâncias” entre os valores do IQE dos residentes urbanos e dos rurais empregados nos mesmos grupos de ocupações.

* Os microdados de 1999 só foram disponibilizados em julho de 2000, não sendo possível o reprocessamento dos mesmos em tempo hábil para incluí-los na série histórica utilizada na dissertação.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I: CRESCIMENTO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA RURAL	19
Características das Ocupações Rurais Não-Agrícolas.....	28
CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PAULISTA NOS ANOS 90	37
CAPÍTULO III: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO RURAL NÃO METROPOLITANO NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 90	53
Características do Emprego nos Principais Grupos de Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas	54
<i>Trabalhadores Agrícolas</i>	<i>54</i>
<i>Trabalhadores Temporários</i>	<i>54</i>
<i>Homens.....</i>	<i>55</i>
<i>Mulheres.....</i>	<i>57</i>
<i>Trabalhadores Permanentes</i>	<i>59</i>
<i>Homens.....</i>	<i>59</i>
<i>Mulheres.....</i>	<i>61</i>
<i>Operadores Agrícolas</i>	<i>63</i>
<i>Serviços Domésticos.....</i>	<i>65</i>
<i>Homens.....</i>	<i>65</i>
<i>Mulheres.....</i>	<i>67</i>
<i>Serviços Não-Domésticos</i>	<i>69</i>
<i>Homens.....</i>	<i>69</i>
<i>Mulheres.....</i>	<i>71</i>
<i>Indústria de Transformação</i>	<i>72</i>
<i>Homens.....</i>	<i>73</i>
<i>Mulheres.....</i>	<i>74</i>
<i>Comércio Não-Especializado</i>	<i>75</i>
<i>Homens.....</i>	<i>75</i>
<i>Mulheres.....</i>	<i>77</i>
<i>Professores</i>	<i>78</i>
<i>Motoristas.....</i>	<i>80</i>
<i>Construção Civil</i>	<i>81</i>
Índice de Qualidade do Emprego (IQE)	83
CONCLUSÕES	95
BIBLIOGRAFIA.....	103
ANEXO METODOLÓGICO.....	109
Procedimentos Metodológicos.....	109
Metodologia da Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE).....	116
ANEXO ESTATÍSTICO.....	128

RELAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: População Rural Ocupada por Ramos de Atividade, América Latina e Caribe, 1964-1988.....	21
Tabela 2: PEA Ocupada, segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	38
Tabela 3: PEA Rural Não Metropolitana Ocupada em Atividades Agrícolas, segundo Área e Ocupação Principal, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	42
Tabela 4: PEA Rural Não Metropolitana Ocupada, segundo Área e Ramos de Atividade, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	43
Tabela 5: PEA Rural Não Metropolitana Ocupada, segundo Área e Setores de Atividade, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	45
Tabela 6: PEA Rural Não Metropolitana Ocupada, segundo Área e Ocupação Principal, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	48
Tabela 7: Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	52
Tabela 7a: Distribuição dos Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	52
Tabela 7b: Distribuição dos Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	52
Tabela 8: Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Grupos de Ocupações Agrícolas, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	53
Tabela 9: Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Grupos de Ocupações Não-Agrícolas, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	53
Tabela 10: Índices de Qualidade do Emprego dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	84

Tabela 11: Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Empregados Residentes Rurais, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	85
Tabela 12: Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	87
Tabela 13: Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Empregadas Residentes Rurais, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	88
Tabela 14: Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 40-40-20), segundo Grupos de Ocupações Seleccionados, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	89
Tabela 15: Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Empregados Residentes Rurais (Ponderação 40-40-20), Estado de São Paulo, 1992-1998.....	90
Tabela 16: Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 50-30-20), segundo Grupos de Ocupações Seleccionados, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	91
Tabela 17: Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Empregados Residentes Rurais (Ponderação 50-30-20), Estado de São Paulo, 1992-1998.....	92
Tabela 18: Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 40-40-20), segundo Grupos de Ocupações Seleccionados, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	93
Tabela 19: Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 50-30-20), segundo Grupos de Ocupações Seleccionados, Estado de São Paulo, 1992-1998.....	93
Gráfico 1: Evolução da Demanda de Mão-de-Obra para as Principais Culturas, Estado de São Paulo, 1990-1998.....	40

APRESENTAÇÃO

A demanda de mão-de-obra na agropecuária paulista apresentou queda ao longo dos anos 90, devido à incorporação de modernas tecnologias disponíveis para os agricultores – principalmente aquelas destinadas às operações de colheita e pós-colheita – e à queda da área cultivada em importantes culturas. Com exceção da laranja e das olerícolas, além de algumas frutíferas de importância regional, as demais atividades sofreram grande redução das ocupações agrícolas, especialmente a cana-de-açúcar, o café e os grãos e oleaginosas (algodão, arroz, feijão e trigo, principalmente).

Como resultado, a PEA agrícola no Estado de São Paulo passou de 1.261 mil pessoas ocupadas, em 1992, para apenas 944 mil, em 1998, segundo os dados da PNAD. O fato de a PEA agrícola estar distribuída de forma semelhante entre os domicílios urbanos e rurais (havia um certo predomínio dos urbanos – 53% do total, em 1998) fez com que a queda das ocupações na agricultura paulista fosse sentida tanto nas cidades como no meio rural.

Na área rural, especificamente, a “saída” para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. Esse movimento ganhou tal magnitude no Estado, que as pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Rurbano mostraram que, no final dos anos 90, mais de 50% da população economicamente ativa (PEA) com residência rural ocupava-se em atividades não-agrícolas (569 mil pessoas, em 1998)¹. No período 1992-97, houve uma inversão a favor das ocupações não-agrícolas, em detrimento das agrícolas, culminando com a maior ocupação dos residentes rurais nos mais diversos ramos da atividade econômica, fato que se repetiu em 1998.

Um fenômeno que auxilia no entendimento dessa inserção da população rural em atividades não-agrícolas é o *commuting*, ou seja, o ir e vir (diário, semanal, etc.) da residência para o local de trabalho em áreas consideradas urbanas (o movimento inverso também é possível). Segundo Schindegger e Krajasits (1999), o aumento da mobilidade das pessoas é uma reação ao processo de concentração geográfica da demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho em algumas regiões privilegiadas. Essa mobilidade apresenta, segundo os autores, duas formas: os movimentos migratórios, com mudança de residência; e o *commuting* entre os locais de residência e de trabalho. Essa mobilidade constitui-se em importante mecanismo de “balanceamento” para o mercado de trabalho regional.

¹ Ver, por exemplo, os trabalhos de Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi (1997) e Del Grossi e Laurenti (1999).

Os autores observaram dois movimentos interessantes no *commuting*: primeiro, ele está crescendo muito devido ao aumento da concentração do emprego, incluindo ampliação nas distâncias percorridas e nos tempos de deslocamento; segundo, esse crescimento é muito maior nas áreas consideradas rurais, que ficam muito dependentes dos centros urbanos para a geração de empregos. Por isso, os autores concluem que o *commuting*, como mecanismo de “balanceamento” do mercado de trabalho, é muito importante nas áreas rurais da Áustria, Finlândia, Alemanha e Canadá (regiões estudadas), embora também ocorra em outros países, com diferentes padrões e intensidades. Isso deve-se ao fato de que nas áreas rurais verifica-se uma tendência de haver mais trabalhadores que empregos, em proporção maior que nas áreas urbanas.

A importância da geração de ocupações rurais não-agrícolas, na indústria ou no comércio e serviços, reside, segundo Klein (1992), nos seguintes motivos: criação de emprego a um custo unitário menor, em comparação com a indústria urbana; diminuição das migrações rurais-urbanas, permitindo a manutenção da população no meio rural; remuneração superior à da agricultura; articulação e dinamismo econômico regional; dinamização da produção local de matérias-primas; utilização da mão-de-obra familiar que fica ociosa na propriedade rural, principalmente da mulher; e complementação da geração de emprego e renda nos casos em que a agricultura já não consegue absorver toda a população economicamente ativa do meio rural. Assim, as ocupações não-agrícolas cumprem um importante papel no alívio e/ou redução da pobreza no meio rural da América Latina e dos demais países em desenvolvimento, embora possam apresentar condições de acesso mais exigentes (educação, capital, qualificação profissional, etc)².

O tema central dessa dissertação é o estudo da PEA rural ocupada no Estado de São Paulo nos anos 90³. Pretende-se mostrar que a grande inserção da PEA rural em atividades não-agrícolas pode ser considerada uma rota efetiva de fuga da pobreza e, principalmente, do desemprego, para os residentes rurais.

A escolha do tema objetiva contribuir para a formulação de políticas públicas para o novo rural paulista, visando um desenvolvimento regional menos excludente, bem como avançar no estudo específico do emprego rural não-agrícola (ERNA), pois, até agora, a quase totalidade dos

² Sobre esse tema, ver os trabalhos de Klein (1992), Weller (1994), De Janvry e Sadoulet (1998), entre outros.

³ A preocupação com a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as características da PEA rural já estava presente em alguns autores desde os anos 70 (Anderson e Leiserson, 1980).

trabalhos de pesquisa enfatizou somente as ocupações rurais não-agrícolas em geral (ORNA). Essa diferenciação é muito relevante, uma vez que, segundo Lanjouw (s/d), a grande heterogeneidade das ocupações rurais não-agrícolas torna fundamental a realização de estudos para os seus diferentes segmentos, separando-se a análise por posição na ocupação, sexo, etc. De acordo com o autor, os estudos e, conseqüentemente, as políticas públicas podem tornar-se mais claros e objetivos se forem considerados, de formas distintas, os dois principais componentes das ocupações rurais não-agrícolas: o emprego assalariado e as ocupações dos conta-própria (*self-employment*)⁴.

Dentro do tema selecionado, pretende-se mostrar em que medida os empregos não-agrícolas da PEA rural (ERNA) representam, ou não, uma melhor alternativa de trabalho *vis-à-vis* os empregos tradicionais na agropecuária paulista. Em outras palavras, as ocupações não-agrícolas dos empregados residentes rurais, cada vez mais crescentes no novo rural paulista, implicam, de fato, uma melhoria salarial e nas condições de trabalho em relação ao emprego na agropecuária?

A hipótese-guia, ou “verdade provisória”, formulada como proposta inicial de investigação, à luz da literatura disponível sobre o tema em estudos realizados em outros países, especialmente na América Latina, é a de que, apesar de alguma melhoria salarial para os trabalhadores, parte significativa dos empregos não-agrícolas também apresenta alto grau de precariedade, principalmente no tocante ao trabalho feminino. Como são pequenas as possibilidades de emprego na agricultura, independente da precariedade ou não do mesmo, a alternativa (estratégia) dos residentes rurais é a ocupação nas atividades não-agrícolas, mesmo que as condições de trabalho não sejam muito melhores que as observadas no emprego agropecuário.

Para tratar de forma satisfatória o tema selecionado, além dessa apresentação, a dissertação está estruturada com uma introdução, três capítulos e as conclusões. A introdução traz uma “abordagem teórica” das principais mudanças verificadas no meio rural nas últimas décadas e seus reflexos no crescimento das ocupações não-agrícolas da população rural, incluindo o emprego não-agrícola (ERNA). O intuito é identificar alguns outros fatores relacionados com a

⁴ É preciso deixar claro que, embora se reconheçam o forte crescimento e a grande heterogeneidade das ocupações não-agrícolas da PEA rural, não há a admissão da existência de um “setor rural não-agrícola”, em oposição a um “setor rural agrícola”. Nesse sentido, há concordância com a crítica feita por Abramovay (1999) a essa visão da existência dos dois setores, presente em alguns autores.

crescente inserção da população rural em atividades não-agrícolas, além das tradicionais abordagens sobre a queda das ocupações agrícolas e da rentabilidade na agricultura. Entre tais fatores, estão a crise agrícola, as novas funções do meio rural, as mudanças na estrutura da família rural, as alterações na estrutura da exploração agropecuária e as interfaces e similaridades dos mercados de trabalho rural e urbano⁵.

No primeiro capítulo, constam uma revisão bibliográfica sobre o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural nos mais diferentes países, as dinâmicas que influem nesse crescimento e as principais características das ocupações rurais não-agrícolas nos países latino-americanos, principalmente. O objetivo é mostrar que o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural é estrutural, e não conjuntural, pois ocorre de forma generalizada nos mais diversos países desde os anos 60 e tende a continuar essa trajetória. A partir da revisão sobre as características dessas ocupações, busca-se levantar subsídios para a análise dos resultados que serão obtidos para o Estado de São Paulo.

O capítulo seguinte aborda a evolução da PEA rural agrícola e não-agrícola no Estado de São Paulo, no período 1992-98. Para a PEA não-agrícola, a análise será feita segundo os ramos e setores de atividade, além das principais profissões. Buscar-se-á a relação do crescimento da PEA não-agrícola com as diferentes dinâmicas apontadas no capítulo anterior. A análise do comportamento da PEA rural agrícola será complementada com as informações do *Sensor Rural Seade*, que traz as estimativas da demanda de mão-de-obra por cultura, o que permite avaliar quais atividades mais influenciaram a queda das ocupações agrícolas.

O terceiro capítulo trata, especificamente, dos empregados residentes rurais, principal categoria no meio rural paulista, e do emprego agrícola e não-agrícola (ERNA). São apresentadas e discutidas as características pessoais e do emprego da PEA rural no Estado de São Paulo nos anos 90, segundo sexo e principais grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas. Nesse capítulo, que contém, efetivamente, a real contribuição dessa dissertação para as futuras pesquisas sobre emprego no meio rural, será confirmada, ou não, a hipótese inicial de investigação.

⁵ Vale frisar que parte significativa da literatura utilizada é européia. Obviamente, não se julga que essas mudanças ocorrem de forma homogênea entre os países e, mais especificamente, entre as diversas regiões brasileiras. No entanto, dadas as peculiaridades do meio rural no Estado de São Paulo (urbanização, novas atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, modernização da agricultura, etc), essa revisão de literatura é muito útil para melhor compreender o engajamento da PEA rural nas atividades não-agrícolas.

INTRODUÇÃO

Na história dos territórios e das sociedades rurais européias, houve um curto período de algumas décadas, que culmina em meados deste século, em que a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola, que se havia apropriado de todo o espaço disponível. A agricultura, a sociedade rural e o espaço trilhavam destinos coincidentes. Depois daquele período, a agricultura sofreu uma profunda transformação tecnológica. O mercado vincou a sua presença, passaram a sobrar terras para a produção agrícola e a sociedade rural diversificou-se, não através da agricultura, mas ao sabor das articulações com a cidade e das oportunidades de emprego na indústria e nos serviços. Surgiu, assim, uma questão do espaço autonomizada da agricultura que também já não assegura a vitalidade da sociedade rural. A agricultura, o espaço e a sociedade rural têm, agora, caminhos dissociados (Baptista, 1997).

No período pós-60, observou-se um crescente engajamento da população rural em atividades não-agrícolas na grande maioria dos países. Vários trabalhos que trataram do tema tenderam a explicar o motivo desse comportamento focalizando apenas um dos pontos fundamentais relacionados com as profundas transformações pelas quais vem passando o meio rural, qual seja, **a clara e forte tendência de queda das ocupações agrícolas.**

Essa tendência ocorreu, e continua ocorrendo, como consequência da modernização e mecanização das principais operações de cultivo das grandes culturas e também pela redução da área cultivada, motivada seja por crises de algumas culturas (como no Brasil e vários países em desenvolvimento, cujas políticas agrícolas estão sendo, ou já foram, desmontadas), seja por políticas específicas de controle de excedentes (*set aside* nos EUA e Europa, por exemplo). Como resultado dessa modernização, houve um grande aumento da produção física, com uma área cultivada substancialmente menor e um contingente cada vez mais reduzido de trabalhadores no processo produtivo.

No entanto, para melhor entender o grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural, principalmente nos anos 80 e 90, é necessária a inclusão de outros fatores explicativos, além do citado anteriormente, os quais se relacionam com a crise na agricultura, com as novas funções do meio rural e a emergência de novos atores rurais, com as mudanças nas famílias rurais e nas explorações agropecuárias e com as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural. Esses pontos, descritos a seguir,

ajudam a explicar, de forma mais adequada, porquê cada vez mais a PEA rural nos diferentes países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, ocupa-se fora das atividades agropecuárias.

a) Tendência de queda acentuada dos preços das principais *commodities* e crise agrícola

Esses fatos têm como consequência uma significativa redução da rentabilidade na atividade agropecuária⁶, o que também contribui para a busca de outras fontes de renda familiar. Segundo Buttel (1990), a crise internacional na agricultura manifesta-se através de uma série de fatores, além da tendência da queda dos preços das *commodities* e da consequente redução no valor da produção agropecuária e na renda dos agricultores: maior endividamento dos agricultores; diminuição no preço das terras e demais ativos rurais; e liquidação de ativos por parte dos agricultores endividados. Para vários países, deve-se, ainda, adicionar as altas taxas de juros reais e as crises e desmontes dos instrumentos de política agrícola. Considerando-se tudo isso em momentos de crise econômica mundial, com baixa demanda externa por produtos agropecuários e constantes aumentos na produção mundial de alimentos em função dos avanços tecnológicos, tem-se, de fato, um cenário muito desfavorável para a melhoria da renda dos agricultores, principalmente daqueles dos países em desenvolvimento, que ainda encontram fortes barreiras protecionistas no mercado interno dos países desenvolvidos (Europa, EUA e Japão).

Além disso, alguns autores (Goodman e Redclift, 1990; Tubiana, 1985) constataram que, desde a formação do mercado mundial de *commodities* no final do século XIX, a instabilidade dos preços agrícolas é a regra e não a exceção. Durante o século XX, Tubiana (1985) observa que houve apenas um período de excepcional estabilidade dos preços agrícolas, entre 1956 e 1972. Essa fase foi marcada pela integração e interdependência dos sistemas agroalimentares, como resultado da própria internacionalização da produção e acumulação da economia mundial.

A estabilização dos preços era condição necessária para essa integração e também para a ampla difusão do modelo hegemônico de produção – consumo norte-americano, baseado nos seguintes elementos: recorrência cada vez maior ao capital nas propriedades (mecanização); diminuição maciça do uso da força de trabalho agrícola; especialização das tarefas dentro do

⁶ Um estudo do Ibre/CEA da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Brasil, analisando o período 1985-95, mostrou que os preços de algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho e soja caíram, em média, para a metade nos anos 90, em relação à década anterior. A queda do trigo foi ainda maior: mais de 70%. Nesse mesmo período, os custos de produção aumentaram significativamente e o resultado foi uma brutal redução na rentabilidade das atividades agropecuárias tradicionais, que diminuiu de quase 40%, em média, quando se compara a renda bruta obtida na primeira metade dos anos 90 com a da primeira metade da década passada (Lopes, 1996).

processo produtivo; revolução técnica pela utilização de insumos industriais (adubos, herbicidas, fungicidas, inseticidas) e sementes melhoradas geneticamente; e intensificação da criação de animais (aves, suínos e bovinos) com base na compra de rações industriais (Tubiana, 1985). Pelo lado do consumo, consolidou-se a chamada “dieta fordista”, baseada largamente na ingestão de cereais, massas e carnes⁷.

No período pós-1972, vários fatores contribuíram para que a excepcional estabilidade do período anterior entrasse em colapso, culminando com a grave crise mundial na agricultura nos anos 80, a qual vem se arrastando até o momento⁸: a CEE, atual União Européia, passou da posição de importadora para grande exportadora líquida de alimentos no mercado mundial; os países do Terceiro Mundo também entraram como exportadores de *commodities* a partir dos anos 70 (Brasil, México, Argentina); houve uma ruptura dos acordos bilaterais, com o fechamento dos mercados e dificuldades crescentes de regulação, além do aumento do protecionismo. No cenário macroeconômico mundial, houve o fim da *Golden Age* do capitalismo industrial do pós-segunda guerra, a erosão da hegemonia norte-americana no comércio agrícola mundial, os choques do petróleo, a crescente mobilidade do capital e, na década de 80, ocorreu uma grande recessão mundial, com crise fiscal nos EUA e na CEE, além da crise da dívida externa no Terceiro Mundo.

Segundo Goodman e Redclift (1990), os principais componentes da crise internacional na agricultura são: o desenvolvimento, nos EUA, de um modelo de inovação tecnológica e intervenção no mercado agrícola e sua disseminação internacional; o esgotamento do sistema de regulação do comércio mundial do pós-segunda guerra, gerenciado pelos EUA; a crise de representação política e legitimação entre as organizações de agricultores e o Estado; e a falha em conter os problemas ambientais associados ao novo modelo de política tecnológica agrícola.

Em face das transformações ocorridas no meio rural nas últimas décadas e, também, da não inserção de grande parte da população rural no mercado internacional de *commodities*, Buttel

⁷ Os instrumentos de difusão desse padrão foram os financiamentos do Plano Marshall para a reconstrução das economias européia e japonesa no pós-segunda guerra, o acordo com a CEE por ocasião da Rodada Kennedy (1964-67), a PL 480 que, com o discurso da “ajuda alimentícia” aos países do Terceiro Mundo, resolveu o problema de estoque do governo americano e disseminou o plantio e consumo de trigo e a Revolução Verde nos anos 60, que contou com fortes financiamentos para os países do Terceiro Mundo e com transferência de pacotes tecnológicos.

⁸ O interessante é que a superprodução de alimentos nos anos 80 indica que se trata de uma “crise de sucesso” das políticas agrícolas dos países desenvolvidos (e mesmo de alguns em desenvolvimento). Portanto, suas causas devem ser buscadas nos próprios instrumentos das políticas agrícolas desde o pós-segunda guerra (contradição entre protecionismo interno e expansionismo para novos mercados).

(1990) alerta que se deve ficar atento ao fato de haver uma crise rural que é muito mais ampla do que a crise agrícola simplesmente. Essa crise rural, certamente, atinge um número de pessoas muito maior do que a crise agrícola (os produtores modernizados) e, para ser resolvida, pode custar bem menos do que se gasta para a manutenção da renda de uma parte privilegiada de agricultores. O autor propõe uma reorientação para efetivos programas de desenvolvimento rural integrado, tendo como resultado o aumento das rendas rurais e do padrão de vida dos seus residentes.

b) Vários autores têm mostrado que o meio rural não pode mais ser entendido apenas como o espaço geográfico onde se desenvolvem as tradicionais atividades produtivas agropecuárias

O meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas. Segundo Baptista (1994), o declínio do lugar da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural foi acompanhado pelo surgimento de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver temporária ou permanentemente. Segundo o autor, a procura por esses usos tende a aumentar, sendo que a questão que se coloca é saber quem se encarregará da oferta desses novos serviços no interior das sociedades rurais (famílias tradicionalmente residentes, novos habitantes rurais, agricultores familiares, assalariados rurais, etc.). Esse ponto será retomado adiante.

Graziano da Silva et alii (1996), analisando essas novas funções do meio rural brasileiro, em geral, e do paulista, em particular, concluíram que já não se pode caracterizá-los somente como agrários. É preciso incluir outras variáveis, como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradias de alto padrão, turismo rural, lazer e outros serviços), as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de atividades agropecuárias intensivas (olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais – rã, escargot, aves exóticas), que buscam *nichos de mercado* para sua inserção econômica. Além disso, o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Esse conjunto de atividades, mais a ocupação da população economicamente ativa com domicílio rural nos setores do comércio, da indústria e da prestação de serviços, públicos e privados, respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista.

Recentes pesquisas têm indicado que muitas áreas rurais estão rompendo com a idéia clássica de que elas sempre tendem a perder competitividade e população para as áreas urbanas, pois estão recebendo novos investimentos e atraindo empresas industriais e de serviços, de forma a diversificar cada vez mais as atividades econômicas⁹. Como resultado, há um incremento de proporção da população rural que passa a não depender exclusivamente da renda advinda da atividade agrícola. A tradicional divisão social do trabalho entre as cidades e as áreas rurais torna-se cada vez mais imprecisa, ou “borrada” (Saraceno, 1997).

A antiga concentração das atividades agrícolas nas áreas rurais e da manufatura nas cidades é cada vez menos marcada por uma diferenciação de estrutura das atividades econômicas e sociais desenvolvidas nas áreas urbanas e rurais. É cada vez mais freqüente o fato de residentes urbanos passarem a viver no meio rural e viajarem diariamente para seu trabalho (*commuting*) pelos mais diferentes motivos (custo de vida, segurança, estilo de vida) e de empresas (serviços e indústria) mostrarem uma maior propensão a escolher sua locação fora de grandes aglomerados urbanos.

O resultado dessas mudanças (rural diferente de agrícola) é que a distribuição do emprego está cada vez menos polarizada e cada vez mais similar nas áreas urbanas e rurais. Do ponto de vista das políticas públicas, uma alteração fundamental é que os programas passam a dar mais atenção ao território (economia local) do que à polarização anterior entre rural e urbano, ou agrícola e industrial (Saraceno, 1997).

Saraceno (1994) argumenta que os motivos da crescente competitividade das economias locais, incluindo as áreas rurais, estão ligados a duas ordens de fatores. A primeira refere-se às razões econômicas, com destaque para: segmentação da demanda para certos produtos no mercado mundial; maior capacidade de resposta a processos de produção não massivos por parte das pequenas e médias empresas; multiplicação de *nichos* ou mercados garantidos para produtos de áreas protegidas e específicas; possibilidade de maior integração em redes das empresas de diferentes localidades, integrando vantagens especializadas de cada uma; e oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação para trabalhar em áreas não-centrais. A

⁹ Pelo lado do investimento público, também há grandes possibilidades de incrementar a competitividade das regiões rurais, pois, segundo Baptista (1994), a instalação de escolas e outros serviços (saúde, água canalizada e saneamento básico, técnicos, administrativos, bombeiros, polícia, adensamento da rede viária, aumento da densidade de telefones, etc.) em vilas e pequenas cidades intensifica e acelera a difusão de novas empresas industriais e de serviços.

segunda ordem de fatores diz respeito à razão social, com a criação de uma demanda por novos usos dos espaços rurais pela população dos grandes centros (lazer, moradia, turismo, etc.).

Saraceno (1994) ressalta que a leitura rural-urbano da diferenciação espacial era relevante enquanto os processos de urbanização e industrialização operavam de maneira clássica, típica da primeira geração de países desenvolvidos. Com o deslocamento entre espaço e setor (industrialização difusa, novas funções de lazer das áreas rurais, descentralização dos serviços públicos, etc.) surge um novo tipo de área, mais dinâmica, que, antes era caracterizada como área rural, mas tornou-se periurbana ou de industrialização difusa, podendo ser mais bem descrita como economia local. Portanto, com essas mudanças, as áreas rurais já não são espaços “tranquilos”, onde nunca ocorre nada, exceto um lento declínio socioeconômico.

Devido às novas funções do meio rural (lazer, moradia, turismo, preservação ambiental, sede de empresas industriais e de serviços, etc.), que precisam ser regulamentadas, surgiram novos grupos sociais de representação de interesses para esses temas, de modo que os destinos do meio rural e de sua regulamentação deixaram de ser exclusividade das associações de produtores rurais¹⁰, pois existem outros grupos sociais com direitos similares em participar da utilização desse espaço (Moyano Estrada e Hidalgo da Silva, 1991). Por isso, as associações de produtores precisam mostrar uma maior sensibilidade para os novos problemas do mundo rural, entendido como algo mais amplo do que o local onde se desenvolvem apenas as atividades produtivas agropecuárias.

Como não se pode mais falar de separação entre sociedade rural e urbana, dada a sua interdependência, nota-se uma defasagem entre os tradicionais instrumentos utilizados até o momento pelos poderes públicos para regular a agricultura e os novos problemas que surgem no meio rural (Moyano Estrada, 1994). Dessa forma, as políticas de desenvolvimento rural não podem ser orientadas somente para os produtores modernos e viáveis, pois a agricultura cumpre um papel não apenas produtivo, mas também de manutenção de um tecido social articulado no meio rural. Daí a importância da pluriatividade e das ocupações em atividades não-agrícolas no desenvolvimento das famílias rurais.

Nessa busca por um novo sistema de regulação para a agricultura e o meio rural, surge a influência de novos grupos de interesses (associações de consumidores, movimentos ecológicos,

¹⁰ Buttel (1982) foi pioneiro ao constatar que o *part-time farming* teve participação fundamental na entrada de “novos agentes rurais” (neo-rurais), vindos de áreas urbanas, para a agricultura. Ou seja, muitos dos novos residentes rurais entraram nas atividades rurais combinando a agricultura com atividades não-agrícolas.

etc.) que trazem, implícita ou explicitamente, uma outra concepção de agricultura e de mundo rural, que considera outras funções para esse, distintas daquelas tradicionalmente ligadas à produção de alimentos¹¹.

O crescimento das atividades de lazer, preservação ambiental, reflorestamento e segunda residência tem feito com que os agentes interessados busquem ganhar mais acesso à terra, bem como novas formas de representação junto às agências governamentais locais e centrais na elaboração das políticas públicas. Esse movimento acontece juntamente com o enfraquecimento da posição tradicional dos interesses dos produtores agropecuários (Marsden, 1995)¹².

Os novos atores sociais estão procurando e explorando oportunidades para obterem ganhos com o desenvolvimento das novas atividades, enquanto o planejamento e a definição de políticas públicas são fundamentais para direcionar esse processo e definir os direitos e usos da terra no meio rural. Se não houver uma regulação adequada para os novos usos do meio rural, esse processo beneficiará apenas alguns atores sociais, não promovendo um desenvolvimento integral das áreas rurais com melhorias para a população rural residente (Etxezarreta et alii, 1989)¹³.

Tendo em vista que, na última década, houve uma mudança no cenário político, passando de um enfraquecimento da agenda nacional para um fortalecimento da agenda local/regional, os “arranjos institucionais” nesse nível de governo estão lidando melhor com a heterogeneidade do uso da terra e do espaço social rural, de forma a dar melhores respostas em termos de regulação para os diferentes níveis de desenvolvimento no meio rural (Marsden 1995). Nesse sentido, é necessário que os poderes públicos locais, em parceria com as diferentes organizações coletivas e/ou socioprofissionais, busquem e ofereçam soluções inovadoras e flexíveis aos problemas mais correntes da população rural, de modo que o novo rural torne-se algo realmente positivo para a

¹¹ Obviamente, essas mudanças produzem importantes impactos entre as tradicionais representações dos agricultores, as quais reagem de formas distintas. Como bem salientou Moyano Estrada (1988), é comum o convívio das novas e das velhas formas de corporativismo no meio rural, em geral, e na agricultura, em particular. Ortega (1995) também constatou isso para a agricultura brasileira.

¹² Segundo Marsden (1995) e Baptista (1997), ou os agricultores se enxergam como participantes efetivos desse processo de mudança no meio rural ou perderão o espaço para os novos agentes (neo-rurais).

¹³ Arnalte (1998) relata que, na região de Castilha e León, na Espanha, apenas 14% dos projetos privados de investimento em atividades rurais não-agrícolas escolhidas pelo programa Leader no período 1993-95 foram apresentados por agricultores. Desses projetos, a maioria estava orientada para o turismo rural e outras atividades de artesanato e processamento de alimentos ligadas a ele, as quais eram internas à propriedade rural. A maioria (70%) dos proponentes era composta por jovens agricultores.

população rural, em termos de geração de novas ocupações e melhorias nas condições de vida, e não beneficie somente os componentes das classes urbanas mais abastadas (Etxezarretta et alii, 1995; Saraceno, 1999).

c) As estruturas dos mercados de trabalho rural e urbano tendem a ser cada vez mais similares e integradas

Essa tendência ocorre, não somente em relação à importância dos ramos de atividade na ocupação das pessoas, mas também à forma de organização do trabalho. Mingione e Pugliese (1987) chamam a atenção para o papel da agricultura em tempo parcial (e depois da pluriatividade) na alteração da base estrutural da organização social da agricultura e das áreas rurais. Ao diminuir a dedicação exclusiva dos membros familiares à atividade agropecuária, crescendo, como contrapartida, as ocupações no mercado de trabalho não-agrícola, houve uma maior homogeneização e mesmo uma unificação dos mercados de trabalho urbano e rural.

A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade promovem uma articulação entre a agricultura e os demais setores econômicos, num contexto territorial que já foi agrícola e rural, passando cada vez mais a ser caracterizado pela presença de diversos ramos de atividade, com exceção das áreas mais atrasadas e mais pobres. Nesse espaço, onde o rural já não é sinônimo de agrícola, há forte expansão das atividades industriais e de serviços¹⁴, antes restritas às áreas urbanas, de tal forma que a difusão de novas tecnologias, que acompanha esse processo, torna cada vez maior a analogia entre os processos de trabalho na agricultura e na indústria e entre os mercados de trabalho urbano e rural¹⁵.

Processos de produção uniformes, especialização da mão-de-obra, estabilidade no emprego e uso da força de trabalho adulta masculina eram, até pouco tempo, as características marcantes da produção industrial no modelo fordista. Com as mudanças na produção industrial, houve uma aproximação do modelo de trabalho típico da agricultura (trabalho por conta-própria, produção flexível, escassa divisão do trabalho, trabalho de mulheres e jovens, sazonalidade, subemprego, etc.). Esse modelo de trabalho e de emprego generalizou-se para quase todos os setores da economia (Pugliese, 1991). Suas características, que podem parecer restos do passado,

¹⁴ Muitas vezes desenvolvidas a partir da expansão das próprias indústrias locais, além dos serviços de artesanato, turismo, etc., caracterizando uma industrialização e mesmo uma terceirização endógenas (Mingione e Pugliese, 1987).

¹⁵ “Pessoa que também trabalha na agricultura” é a expressão utilizada por Pugliese (1991) para mostrar a crescente homogeneização das formas de trabalho na agricultura e outros setores, bem como a constatação da pluriatividade dos membros familiares rurais como elemento estrutural desse mercado de trabalho unificado.

ou aspectos do caráter atrasado da agricultura, são perfeitamente compatíveis com a modernização capitalista. Outras semelhanças entre os mercados de trabalho rural e urbano são a crescente informalização na indústria e nos serviços, a redução da escala de produção, o aumento do emprego por conta-própria, a externalização de fases do processo produtivo e o crescimento do número de pessoas pluriativas (Pugliese, 1991).

Com essas mudanças, houve uma “desdiferenciação” na divisão social do trabalho, pois é cada vez mais freqüente o fato de uma mesma pessoa possuir o estatuto de empregado e de conta-própria simultaneamente, como resultado das tendências do processo de produção industrial no âmbito do *agribusiness* e da necessidade decrescente de mão-de-obra para as atividades agropecuárias, decorrente da generalização de tecnologias que tornam o trabalho humano redundante (Mingione e Pugliese, 1987).

Bonanno (1989) também aborda algumas das características semelhantes entre as estruturas do mercado de trabalho urbano e rural. Segundo o autor, apesar de ainda existirem diferenças entre a força de trabalho urbana e a rural, tem sido observado um processo geral de homogeneização do trabalho. As mudanças incluem, primeiramente, uma alteração na regularidade do emprego. Os empregos tradicionais urbanos eram caracterizados como sendo para o ano inteiro e, conseqüentemente, eram qualitativamente diferentes dos empregos agrícolas, largamente sazonais. Hoje, a regularidade do emprego está, no geral, decrescendo e é praticamente ausente nos setores informais e descentralizados que estão emergindo.

As mudanças também envolvem a remuneração do trabalho, que tende a ser menor que no passado. O decréscimo do emprego em empresas centrais e a expansão de indústrias periféricas, assim como do setor de serviços, levaram ao desenvolvimento de uma situação em que uma porção significativa dos empregos novos disponíveis paga menos, em termos reais, do que há uma década. Essa situação contrasta com os padrões estabelecidos no pós-guerra, nos quais a remuneração abaixo dos níveis salariais estabelecidos por lei ou por acordos sindicais era típica dos trabalhos agrícolas. Finalmente, as mudanças envolvem os sujeitos do emprego. O aparato produtivo reestruturado, nos âmbitos industriais e de serviços, crescentemente emprega trabalhadores “marginais”. Um grande número de mulheres, idosos, adolescentes e imigrantes ilegais encontra emprego em setores tradicionalmente caracterizados pela presença de trabalhadores masculinos de idade mediana. A prática de empregar trabalhadores “marginais” era constante na agricultura porque esse segmento da classe trabalhadora constitui-se em importante fonte de trabalho em períodos de intensa demanda por mão-de-obra, como na colheita.

Apesar da similaridade dos mercados de trabalho urbano e rural, é fundamental considerar a contribuição de Saraceno (1999). Analisando as iniciativas do Programa Leader na Europa, a autora afirma que o mesmo propõe um novo enfoque do desenvolvimento rural, baseado precisamente no princípio de que os recursos disponíveis diferem, em grande medida, de um território rural para outro, fazendo com que a oferta e a demanda de trabalho sejam cada vez mais específicas e diferentes entre si, em função do contexto local em que se inscrevem.

Isso tem contribuído muito para se levar em conta que não há só um mercado, mas sim uma multiplicidade de mercados rurais de trabalho, sendo, conseqüentemente, necessário criar projetos e meios de efetivá-los adaptados a essa diversidade. A diversidade dos mercados rurais de trabalho implica que um território pode ter êxito onde outro fracassou por completo, devido a seu contexto particular: tipo de atividade desempenhada; grau de implicação dos agentes locais; intensidade da assistência técnica e econômica proporcionada; possibilidades de formação e disponibilidade de mão-de-obra qualificada¹⁶.

d) Há significativas mudanças na estrutura da família rural

As alterações fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura. Com isso, as fontes de renda das famílias são múltiplas, sendo que a agricultura constitui apenas uma delas e, em muitos casos, nem sequer é a mais importante. O fundamental a destacar aqui, dentro dos propósitos dessa dissertação, é que, com a liberação da mão-de-obra familiar para as atividades não-agrícolas, muitos dos antigos membros familiares não remunerados acabam ocupando-se na condição de empregados. Como será visto adiante, isso ocorreu no Estado de São Paulo nos anos 90, quando houve uma redução de quase 50% no número de membros familiares ocupados na agricultura e residentes no meio rural, os quais engrossaram as fileiras dos empregados não-agrícolas, categoria mais significativa da PEA rural não-agrícola.

Um primeiro aspecto a destacar é a crescente dificuldade de parte significativa das famílias rurais de sobreviver apenas com a produção agropecuária voltada para o mercado, fato

¹⁶ Com essa ênfase, “fica claro que os resultados diferem de uma zona a outra: por exemplo, pode-se ter o caso de que em um território busquem-se soluções alternativas ao declínio da atividade agrícola; em outro, a preocupação vem motivada pelo êxodo dos jovens, pela falta de espírito empresarial, pela persistência de uma mentalidade dependente das ajudas ou, inclusive, pela inadequação entre as possibilidades de formação existentes e a demanda de uma mão-de-obra qualificada para realizar atividades inovadoras; em outro, também pode provocar inquietude a falta de possibilidades de emprego para as mulheres; ou em outro, os problemas vêm motivados, sobretudo, pela alta porcentagem de empregos de jornada parcial, temporários, precários ou informais existentes; e, por último, pode-se dar o caso em que se produzam demasiados deslocamentos diários de pessoas que vão trabalhar a uma cidade vizinha, ou que pelo contrário, tente-se romper o isolamento da economia local” (Saraceno, 1999:4).

que já vem ocorrendo desde o final dos anos 70, com a tendência histórica de queda dos preços das *commodities*, e que se acentuou na década de 90, com a maior abertura dos mercados domésticos à competição internacional e com as reformas das políticas agrícolas dos países desenvolvidos e desmontes das políticas nos países em desenvolvimento (Baptista, 1994).

Isso tem feito com que muitas explorações estejam, cada vez mais, com maiores dificuldades de sobreviver como unidade de produção agrícola. Em países com uma política bem definida (EUA, Europa, Japão), os mecanismos de sustentação de renda dos agricultores e das famílias rurais caminham para ajudas diretas e transferências sociais (previdência social e aposentadoria autorizada para os agricultores mais idosos), de modo a permitir que as pessoas continuem residindo no meio rural, mas com dedicação a outras atividades, incluindo as não-agrícolas.

Segundo Baptista (1994), a articulação da família com o trabalho fora da exploração ocorre em situações diferenciadas: pai e filhos trabalham fora como assalariados agrícolas (situação clássica pré-modernização agrícola, que está em declínio acentuado); a grande expansão do trabalho fora da exploração acompanhou a crescente difusão das atividades industriais e de serviços no meio rural ou nos centros urbanos de fácil acesso para a população rural; o sistema de produção especializou-se e é crescentemente realizado pelo chefe da exploração (com o elevado grau de mecanização e automação da agropecuária, a unidade de produção agrícola tende a se converter de familiar para individual) e as expectativas de futuro da mulher e dos filhos, que procuram trabalho fora da agricultura, não passam pela exploração agropecuária exclusivamente¹⁷.

Em função disso, o autor agrega as famílias rurais em quatro grupos: famílias cujos rendimentos provêm principalmente da atividade produtiva agrícola (grupo com maior decréscimo); famílias cujos rendimentos advindos da exploração agropecuária ainda são relevantes, mas já inferiores aos rendimentos obtidos nos mercados de trabalho não-agrícola; famílias cujos rendimentos provêm principalmente da previdência social e/ou de outros fluxos financeiros públicos e privados desligados de qualquer laço com a atividade agrícola (normalmente são famílias pequenas e constituídas de idosos); famílias com rendimentos provenientes sobretudo de subsídios (ajuda direta), que visam afastá-las da produção para o mercado e convertê-las em zeladoras da paisagem e do ambiente.

No caso brasileiro, de acordo com os resultados obtidos no Projeto Rurbano, é preciso incluir um novo grupo: as famílias não-agrícolas residentes no meio rural, inseridas somente no mercado de trabalho não-agrícola. Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1999), havia 1,7 milhão de famílias não-agrícolas (ou 22% do total de famílias rurais) no Brasil, em 1997, o que representa um forte crescimento na década de 90 pois, em 1992, eram 1,2 milhão (ou 17% do total).

Arnalte (1996), recuperando as contribuições de estudiosos franceses sobre as modificações nas relações internas das famílias rurais, intimamente ligadas com as mudanças nas explorações, chama a atenção para a crescente inserção das mulheres de agricultores em empregos independentes da exploração agropecuária.

Na Europa, constata-se um progressivo distanciamento da mulher em relação ao trabalho agrícola em quase todos os países, o qual tende a ser maior para as mais jovens e com maior nível de formação escolar e profissional. Essa motivação das mulheres, dada por uma opção profissional fora da agricultura, muitas vezes é responsável pela pluriatividade das famílias rurais. Mesmo não havendo motivações econômicas (no sentido de crise de rentabilidade agrícola), a busca por uma qualificação e desenvolvimento profissional acaba por levar essas pessoas ao mercado de trabalho não-agrícola. Em contrapartida, em alguns países em desenvolvimento estudados, a falta de oportunidades de trabalho na agricultura ainda surge como o principal responsável pela inserção da mulher no trabalho não-agrícola, muitas vezes em condições bastante precárias, como empregadas nos serviços domésticos ou como conta-própria em atividades de pequeno comércio e artesanato (Graziano da Silva, 1999a; Weller, 1994; Lanjouw, 1999).

Para Reardon e Berdegú (1999), Reardon, Berdegú e Escobar (2000), os principais fatores de acesso dos membros familiares às ocupações não-agrícolas são os incentivos e a relação de risco e rentabilidade dessas atividades *vis-à-vis* as atividades agrícolas, a capacidade para entrar nas atividades não-agrícolas, dada pela formação escolar, nível de renda familiar, posse de ativos, acesso a crédito, etc., a dinâmica econômica regional no entorno econômico, a quantidade de terra disponível e seu acesso, a composição da família, em termos de idade e gênero dos seus integrantes e a infra-estrutura social básica na região (eletrificação, estradas,

¹⁷ Sobre esse tema no Brasil, com destaque para a migração de jovens do meio rural para as cidades, ver o trabalho de Camarano e Abramovay (1999).

telefones, irrigação, saneamento básico, água encanada, etc.), necessária ao investimento em novas atividades.

Ellis (1998) chama a atenção para o fato de que a diversificação das rendas das famílias rurais, motivadas por estratégias de sobrevivência ou acumulação, é apenas um componente do aspecto fundamental, que é a própria diversificação dos estilos de vida no meio rural, que passam a incluir alternativas para além das tradicionais atividades agropecuárias. O autor acrescenta outros fatores, além daqueles apontados anteriormente, como determinantes da diversificação das rendas das famílias rurais: sazonalidade da renda agrícola; mercados de trabalho diferenciados no entorno socioeconômico; imperfeições no mercado de créditos e poupança familiar realizada no tempo e estratégias de investimento; além das similaridades de comportamento das famílias rurais e urbanas.

e) Há significativas mudanças na estrutura das propriedades rurais, com a externalização de atividades

As alterações têm impulsionado boa parte dos membros familiares para as atividades não-agrícolas. Segundo Arnalte (1989), o modelo clássico de redução de custos na agricultura está associado a uma das formas básicas de progresso técnico: a mecanização, junto com uma dimensão mínima das propriedades, abaixo da qual não é rentável o uso dos equipamentos mecânicos. Isso, segundo o autor, explicava a diferenciação de técnicas produtivas entre pequenas e grandes explorações e a conseqüente crise econômica e desaparecimento das primeiras, impossibilitadas de acompanhar o *treadmill* tecnológico, ao menos em regiões onde as condições de topografia dificultam sua orientação para produções menos mecanizadas.

No entanto, alguns autores vêm observando, na agricultura européia e mesmo na brasileira, que muitas pequenas e médias propriedade têm conseguido baixar seus custos de produção transferindo às empresas de serviços externos a gestão e execução de uma parte substancial do processo produtivo¹⁸, fenômeno chamado de externalização ou desativação de

¹⁸ Nos estudos europeus e no estudo para o Brasil feito por Laurenti (1996), as operações de mecanização agrícola são as mais freqüentes nos processos de externalização de atividades feitas por empresas de serviços externas à propriedade (uso de tratores, colheitadeiras, aplicação aérea de defensivos, aplicação de fertilizantes e corretivos). O outro destaque é a contratação de mão-de-obra para as colheitas. Vale destacar que, além das empresas de serviços, há também agricultores (ou cooperativas de agricultores) que vendem seus serviços de motomecanização para os demais produtores da região. Normalmente, eles montam uma frota de máquinas e implementos e vendem seus serviços para as propriedades rurais impossibilitadas de terem equipamentos próprios.

serviços, antes internos às propriedades rurais. Essa mudança na estrutura das explorações atinge também as grandes propriedades¹⁹.

Com esse processo de externalização, as explorações convertem-se na sede física de uma série de atividades que podem ser realizadas: com máquinas, equipamentos e outros meios de produção que não pertencem à exploração; com mão-de-obra empregada e paga por empresas externas à exploração; e a partir de decisões (de tipo de cultivo, características das operações culturais) não tomadas pela exploração, senão impostas por indústrias, cooperativas ou empresas comerciais. Portanto, a externalização de serviços coloca novos pontos de análise sobre as explorações agropecuárias, mas o mais pertinente para essa dissertação é que ela libera e “expulsa” para o mercado de trabalho a mão-de-obra familiar até então ocupada nas explorações agropecuárias.

Arnalte (1989) mostra que a forma de externalização das atividades varia de acordo com a estrutura das explorações. Em função da estrutura agrária e do tamanho das propriedades, o processo de externalização cumpre uma função diferente. É nas regiões de pequenas explorações que a externalização de tarefas mecanizadas contribui de forma mais evidente para a eficiência do processo produtivo e redução de custos de produção, permitindo o aproveitamento de economias de escala associado ao uso de tecnologias mecânicas modernas. Nessas regiões, também ocorrem as mudanças mais substanciais na natureza das explorações (principalmente no tocante à distribuição do trabalho familiar). Nas regiões de agricultura familiar consolidada, a externalização tem um papel complementar e o uso de tarefas externas centra-se em trabalhos com máquinas especializadas modernas, pois o equipamento mecânico básico é de propriedade dos agricultores. Finalmente, nas regiões de grandes explorações, o processo de externalização visa, principalmente, mecanismos de gestão da força de trabalho e de redução do emprego assalariado permanente nas explorações. É bastante comum a existência de trabalho precário nas empresas de serviços contratadas para esse fim. No Brasil, as cooperativas de trabalho são um bom exemplo da manutenção de condições precárias e da não extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais²⁰.

¹⁹ A externalização pode funcionar como forma de redução de custos e aumento da competitividade das pequenas e médias propriedades, liberando a mão-de-obra familiar para atividades não-agrícolas. É importante salientar que o tamanho da propriedade não é mais pré-requisito para a mecanização do processo produtivo.

²⁰ Sobre esse tema, ver os trabalhos de Alves, Paulillo e Silva (1996), Paulillo (1996), Graziano da Silva (1999b) e Baptistella, Vicente e Veiga (2000).

CAPÍTULO I

CRESCIMENTO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DA PEA RURAL

Em um dos trabalhos de pesquisa pioneiros sobre o crescimento das ocupações não-agrícolas em países em desenvolvimento, Anderson e Leiserson (1980) mostraram que, para 15 países analisados²¹, a participação das ORNA na ocupação da PEA rural variava entre 12% (caso do Brasil) e 49% (caso de Taiwan), em 1970. Os autores também analisaram a composição da ocupação não-agrícola principal da PEA rural, obtendo um padrão de distribuição de 20%-30% na indústria de transformação (indústria de alimentos, têxteis e vestuário, madeira e metalurgia, principalmente), 20%-35% nos serviços (incluindo os serviços sociais públicos e a administração pública), 15%-30% no comércio, 5%-15% na indústria da construção, 5% nos transportes e o restante em outras atividades.

Para todos os países estudados, já era possível constatar, no período 1950-70, que as atividades não-agrícolas passavam a assumir importância crescente como ocupação para os trabalhadores com residência rural. Segundo Anderson e Leiserson (1980), em regiões da Ásia e da África Ocidental, onde entre 70% e 90% do total da força de trabalho estava em áreas consideradas rurais, a agricultura era a principal ocupação para menos de 2/3 dos trabalhadores. Esse crescimento das ocupações não-agrícolas, observado com intensidade desde os anos 60, aponta para o fato de que não se tratava de variações conjunturais, mas sim de um componente estrutural na ocupação da população rural.

Esses autores também trabalharam com uma definição de rural mais ampla, que incluía, além das áreas exclusivamente rurais, os distritos e povoados e até algumas pequenas cidades, cujas economias eram basicamente agrícolas. Com isso, os autores observaram que, cerca de 2/3 das ocupações não-agrícolas estavam em áreas rurais na África, 50%, na Ásia, e 25%, na América Latina.

Klein (1992), analisando a evolução das ocupações da PEA rural em 18 países latino-americanos²², nas décadas de 70 e 80, observou que o número de pessoas ocupadas na agricultura

²¹ Kenya, El Salvador, Guatemala, Colômbia, Venezuela, Chile, Brasil, Indonésia, Tailândia, Taiwan, Filipinas, Malásia, Coreia do Sul, Irã e Índia.

²² Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

reduziu-se de forma acentuada. Em 1950, 54% dos trabalhadores latino-americanos estavam ocupados na agricultura, enquanto no início dos anos 90 essa participação era de 25%. Entre as causas dessa queda estão, segundo o autor, a acentuada migração rural-urbana, a modernização tecnológica e as mudanças na estrutura do mercado de trabalho rural, com grande crescimento das ocupações não-agrícolas da população economicamente ativa residente no meio rural.

Na América Latina, cerca de 70% dos ocupados com residência em áreas rurais tinham sua ocupação principal na agricultura até o começo da década de 90. No entanto, comparando-se o primeiro e o último ano do período considerado na pesquisa, Klein (1992) observou que a proporção de pessoas residentes no meio rural e dedicadas principalmente à agricultura diminuiu em praticamente todos os 18 países estudados (Tabela 1). Como contrapartida, houve um crescimento das ocupações não-agrícolas, chegando a absorver mais de 40% dos ocupados rurais na Venezuela, Panamá, Costa Rica e Cuba. Ou seja, em alguns países latino-americanos, já no final da década de 80, quase a metade da população economicamente ativa residente nas áreas rurais estava ocupada em atividades não-agrícolas, desenvolvidas no meio rural ou urbano.

No período considerado, a PEA rural agrícola decresceu a uma taxa de 0,8% ao ano, ao passo que a PEA não-agrícola cresceu a taxas de 3,4% ao ano, valor maior do que o crescimento médio da PEA total na América Latina (2,6% ao ano), bem como da maioria dos países estudados. Apesar da média de -0,8% para a América Latina, o comportamento dos países variou em relação à evolução da PEA rural agrícola: Panamá (-2,9% ao ano), Colômbia (-3,0% ao ano) e Haiti (-1,4% ao ano) apresentaram taxas maiores, enquanto países como Bolívia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai e Peru tiveram crescimento da PEA rural agrícola.

Quanto à PEA rural não-agrícola, se a média de crescimento da América Latina foi de 3,4% ao ano, vários países apresentaram valores bem acima: Brasil (5,2% ao ano), Colômbia (4,9% ao ano), Costa Rica (3,6% ao ano), El Salvador (9,9% ao ano), Honduras (5,9% ao ano), México (4,1% ao ano), Nicarágua (4,2% ao ano), Panamá (5,2% ao ano) e Paraguai (4,5% ao ano). O Uruguai foi o único país que registrou queda da PEA rural não-agrícola (2,4% ao ano entre 1975 e 1985).

Tabela 1
População Rural Ocupada por Ramos de Atividade
Países da América Latina e Caribe
1964-1988

Em mil pessoas

Países	Ano Inicial	PEA Total	PEA Rural			Ano Final	PEA Total	PEA Rural		
			Agrícola	Não-Agrícola	Não-Agrícola/Total Rural (%)			Agrícola	Não-Agrícola	Não-Agrícola/Total Rural (%)
Bolívia	1976	1.501	660	227	25,6	1988	2.053	820	257	23,9
Brasil	1970	29.557	11.426	1.582	12,2	1980	43.235	10.355	2.630	20,3
Chile	1970	2.695	466	193	29,3	1982	3.680	456	193	29,7
Colômbia	1964	4.882	2.118	310	12,8	1973	5.486	1.610	476	22,8
Costa Rica	1973	585	199	131	39,7	1984	794	231	194	45,6
Cuba	1970	2.633	610	355	36,8	1981	3.540	535	405	43,1
Equador	1974	1.940	835	294	26,0	1990	3.329	902	537	37,3
El Salvador	1971	1.062	531	88	14,2	1975	1.217	519	128	19,8
Guatemala	1964	1.363	767	129	14,4	1973	1.545	769	173	18,4
Haiti	1971	1.949	1.398	291	17,2	1982	1.869	1.202	356	22,8
Honduras	1974	755	425	81	16,0	1988	1.313	554	180	24,5
México	1970	12.207	3.889	909	18,9	1980	15.640	4.220	1.365	24,4
Nicarágua	1950	329	193	21	9,8	1971	505	209	51	19,6
Panamá	1970	449	173	55	24,1	1980	509	129	91	41,4
Paraguai	1972	730	340	88	20,6	1982	1.039	408	136	25,0
Peru	1972	3.618	1.157	245	17,5	1981	4.915	1.392	297	17,6
Uruguai	1975	1.020	130	63	32,6	1985	1.176	120	49	29,0
Venezuela	1971	3.014	464	276	37,3	1981	4.547	417	347	45,4
Total		70.289	25.781	5.338	17,2		96.392	24.848	7.865	24,0

Fonte: Klein (1992).

Weller (1994), estudando as ocupações não-agrícolas (ORNA) da PEA rural na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Panamá, observou que, em 1990, a participação das mesmas sobre o total rural variava entre 28,1% (Guatemala) e 50,2% (Costa Rica), indicando a importância das atividades não-agrícolas para a população e para o mercado de trabalho rural. Em recente estudo, Lanjouw (1999) constatou que 36,5% da população rural ocupada, em média para três regiões no Equador, tinha sua ocupação principal ou secundária em atividades não-agrícolas em 1995²³.

Outro dado importante no trabalho de Weller (1994) refere-se ao fato de que, nos quatro países pesquisados, a participação das ORNA sobre as ocupações totais não-agrícolas (ou seja, o total menos a agropecuária) era muito significativa: 32,9% para Costa Rica; 34,2% para Guatemala; 30,8% para Honduras; e 26,4% para o Panamá. Nota-se que cerca de 1/3 das ocupações não-agrícolas dos países selecionados eram exercidas por residentes rurais. Quando se consideram as ORNA sobre as ocupações totais (agropecuária e não-agropecuária), as participações eram de 24,3%, 17,2%, 17,4% e 18,6%, respectivamente.

No Brasil, Del Grossi (1999) também observou que a população rural não é exclusivamente agrícola, uma vez que mais de 3,9 milhões de pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, em 1995, o que representava 26% da PEA rural ocupada. Segundo o autor, a PEA rural não-agrícola, de certa forma, vem mantendo o contingente de trabalhadores rurais, pois, enquanto os ocupados na agricultura permaneceram estagnados entre 1981 e 1995, a PEA rural não-agrícola aumentou em quase um milhão de pessoas em todo o país, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Por ser a região mais populosa, o Nordeste concentrava, em valores absolutos, boa parte da PEA rural não-agrícola (quase 40%), seguido pelos estados da região Sudeste, com destaque para São Paulo. Porém, em termos relativos, a maior proporção da população rural ocupada em atividades não-agrícolas estava em São Paulo (pouco mais 50% da população rural paulista). As regiões Sul e Nordeste possuíam as menores participações desses trabalhadores (pouco mais de 1/5). Mesmo assim, eram contingentes expressivos, pois, de cada cinco trabalhadores com

²³ Klein (1992) afirma que os níveis das ocupações rurais não-agrícolas, bem como sua participação nas ocupações rurais totais (ou nas ocupações totais – urbanas mais rurais) não estão associados, necessariamente, com o nível de desenvolvimento dos países (mais ou menos industrializados), mas sim aos diferentes padrões e modelos de desenvolvimento, aos fatores culturais, de distribuição da população e da renda, ao tamanho do país, à descentralização dos serviços públicos, à qualidade dos transportes e demais itens da infra-estrutura social básica. É importante acrescentar, também, a importância do entorno econômico das áreas rurais e a própria estrutura do mercado de trabalho não-agrícola (se mais ou menos formalizado, se mais ou menos rígido em termos de demanda dos trabalhadores, etc.) na geração de ocupações para a PEA rural.

residência rural nessas regiões, pelo menos um estava ocupado em atividades não-agrícolas (Del Grossi, 1999).

Para os EUA e Europa, é muito difícil encontrar literatura específica sobre as características e participações das ocupações da PEA rural não-agrícola, isto é, pesquisas com enfoque nas pessoas ocupadas, como é o caso dos trabalhos de Klein (1992), Weller (1994), Lanjouw (1999) e Reardon e Berdegú (2000), entre outros, para a América Latina, além do Projeto Rurbano para o Brasil e estados brasileiros²⁴.

Naqueles países, é muito mais comum a realização de estudos sobre a pluriatividade das famílias rurais. Isto se deve, em parte, aos desdobramentos das pesquisas direcionadas, inicialmente, para compreender o *part-time farmer* e sua inserção no mercado de trabalho não-agrícola (rural ou urbano). A partir das constatações dos limitantes para se analisar as estratégias e/ou comportamentos das famílias rurais em relação ao trabalho não-agrícola considerando-se somente o responsável pela produção, as pesquisas evoluíram para o tema da pluriatividade²⁵.

Nos EUA, Guither e Halcrow (1988) analisaram o processo de transformação da agricultura americana e constataram um estágio de rápida transição para um sistema baseado em grandes propriedades, mas em número muito reduzido das mesmas²⁶. Apenas para se ter um indicador da inserção da PEA rural não-agrícola no mercado de trabalho, aquilo que os autores classificaram como “pequena agricultura familiar” e “residência rural” representavam, em 1985, 72% (ou 1,6 milhão) do total de propriedades rurais. Para esses residentes rurais, as rendas obtidas nas atividades não-agrícolas compreendiam entre 87% (“*small family*”) e 100% (residências rurais) da renda total. Portanto, pelos dados apresentados, já em 1985, pelo menos 72% das propriedades rurais tinham membros familiares ocupados fora da agricultura, indicando um alto percentual da PEA rural em atividades não-agrícolas²⁷.

²⁴ Maiores informações sobre o Projeto Rurbano podem ser obtidas no site <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

²⁵ Para mais detalhes sobre essa mudança nas pesquisas, ver Füller (1990).

²⁶ Em 1935, havia 6,8 milhões de propriedades rurais (*farms*) nos EUA, valor que foi reduzido para 2,3 milhões, em 1985, e para 1,8 milhão, em 1990. A previsão é que, em 2000, existam apenas 1,25 milhão de propriedades. Em 1985, as grandes e muito grandes propriedades rurais americanas representavam apenas 4,1% do total, mas respondiam por 48,8% do valor bruto da produção.

²⁷ Em recente trabalho, Abramovay cita dados de pesquisadores americanos, mostrando que apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vive da agricultura. “Mesmo nos condados de base fundamentalmente agrícola, menos de 35% do emprego depende da agricultura e da agroindústria” (Abramovay, 1999:23). Ainda segundo o autor, em 1991, 93% dos domicílios rurais norte-americanos não se dedicavam à produção agropecuária. Situação semelhante

Na Europa, uma avaliação muito detalhada sobre a pluriatividade das famílias rurais foi feita pelo Projeto Arkleton Trust. De acordo com os dados do projeto, obtidos para 24 regiões da Europa, 58% (em média) das famílias eram pluriativas, em 1987, indicando também uma grande inserção da PEA rural em atividades não-agrícolas²⁸. Esses 58% correspondiam a domicílios nos quais pelo menos um adulto da família obtinha ganho monetário em outra atividade, sazonal ou regular, além da renda da família com a agricultura²⁹. Aqui estão incluídas outras atividades agrícolas fora da propriedade rural e todas as atividades não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade, sendo as últimas a grande maioria. A pesquisa também mostrou que 34% das famílias rurais, em média para as regiões analisadas, tinham mais de 50% da renda total proveniente de atividades não-agrícolas (Füller, 1990).

Baptista (1997) aponta algumas evidências do crescimento das ocupações e da renda rural não-agrícola na Europa. Segundo o autor, em apenas 11,5% das explorações agropecuárias italianas os rendimentos exteriores à exploração não são muito relevantes; um terço das explorações assegura predominantemente funções de residência e de apoio alimentar; em 30% das explorações (as pluriativas e as acessórias com função residencial), o trabalho externo tem grande importância no rendimento das famílias. Esse “pluralismo funcional” das explorações só resulta completamente explicável se for contextualizado no interior dos mecanismos do desenvolvimento territorial que se realizou na Itália no decurso das últimas décadas, assentado na difusão de pequenas e médias empresas no setor industrial e que, na agricultura, também assumiu um caráter específico de coexistência de uma multiplicidade de estruturas de exploração correspondentes a diversas exigências sociais e econômicas.

ocorre em países europeus, como a França, onde 90% dos domicílios em áreas predominantemente rurais não contam com nenhum trabalhador agrícola.

²⁸ No meio rural latino-americano também é muito comum que uma parte da mão-de-obra trabalhe em dois ou mais ramos de atividade econômica, combinando ocupações agrícolas e não-agrícolas (fenômeno chamado de pluriatividade). No Equador, estimativa citada por Klein (1992) aponta que mais de 40% dos trabalhadores rurais eram pluriativos no início dos anos 90. Na Colômbia, esse valor era de 20%. No Brasil, os dados do Projeto Rurbano apontaram para valores próximos de 1/3 para os trabalhadores e famílias rurais. No Brasil especificamente, embora a participação seja considerável, esperava-se um crescimento da pluriatividade nos anos 90, o que não se verificou no período 1992-97. O que ocorreu foi um aumento tanto do número de pessoas quanto de famílias rurais ocupadas somente em atividades não-agrícolas (Graziano da Silva e Del Grossi, 1999).

²⁹ Füller (1990), buscando aprofundar os “*linkages*” entre as famílias rurais e os mercados de trabalho não-agrícolas, via pluriatividade, constatou que os principais fatores que impulsionavam (ou não) a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas eram: rentabilidade advinda da atividade agrícola; características e composição das famílias; elementos culturais; e estrutura do mercado de trabalho no entorno econômico, sendo esse o mais importante fator.

Em Portugal, quase dois terços das explorações possuem mais da metade dos rendimentos familiares com origem exterior à exploração; em cerca de um quarto, a principal fonte desses rendimentos são os salários dos setores secundário e terciário e, para outro quinto, são as pensões. Todas essas explorações asseguram funções múltiplas de residência e alimentares decisivas para a vida das famílias. Na Grécia, também predominam largamente as explorações familiares de pequena e média dimensão, em que a maioria das famílias recebe uma grande parte dos seus rendimentos de origens externas, de trabalhos fora da agricultura. Salienta-se a importância dos mercados locais, em particular os ligados ao turismo no litoral e nas ilhas, na comercialização de muitos produtos – especialmente de origem animal – pela sua qualidade e preço (Baptista, 1997).

Reardon et alii (1998) também constataram que as rendas não-agrícolas são muito importantes para os domicílios rurais nos países em desenvolvimento. Em uma revisão de literatura sobre cerca de cem pesquisas no período 1970-90, encontraram um índice de 42% de renda não-agrícola na renda total dos domicílios rurais na África, 40% na América Latina³⁰ e 32% na Ásia.

Em função do exposto, vale a pena chamar atenção para as dinâmicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural. Segundo Klein (1992) e Weller (1994)³¹, há cinco tipos de dinâmicas (mutuamente influentes)³²:

³⁰ Lanjouw (1999) também obteve o percentual de 40% na participação das rendas não-agrícolas na renda total dos residentes rurais no Equador, em 1995. Em outro trabalho, Reardon, Berdegue e Escobar (2000) obtiveram as seguintes participações das rendas não-agrícolas no total da renda da população rural, após compilarem várias pesquisas de autores latino-americanos: 39% no Brasil; 41% no Chile; 50% na Colômbia; 59% na Costa Rica; 38% em El Salvador; 68% no Haiti; 38% em Honduras; 55% no México; 42% na Nicarágua; 50% no Panamá; e 50% no Peru.

³¹ Apesar de proporem as mesmas dinâmicas, há uma diferença de visão entre Klein e Weller sobre a “origem do crescimento” das ORNA. Para Klein, o próprio processo de modernização da agricultura leva a um aumento das ORNA (demanda por bens e serviços para produção, etc). Depois, o desenvolvimento econômico, que teve início no desenvolvimento da agricultura, por si mesmo acelera a geração de ORNA no meio rural. Segundo o autor, “o incremento do emprego rural não-agrícola é um bom reflexo do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, particularmente de suas agriculturas” (1992:7).

Para Weller, as ORNA, inicialmente, aumentam como parte do crescimento das ORNA totais (urbanas e rurais), com a expansão dos ramos não-agropecuários em geral, como reflexo da diferenciação crescente da economia. Depois, o meio urbano, com suas economias de escala e vantagens de aglomeração, tende a limitar o crescimento das ORNA nas ocupações totais. Como o nível de ocupação na agropecuária tende a se reduzir ao longo do tempo, as ORNA podem manter sua expansão em relação às ocupações rurais totais.

³² Aqui é importante uma diferenciação com os fatores que levam ao engajamento da PEA rural em atividades não-agrícolas (aqueles fatores listados na introdução). Os fatores explicam o porquê de as pessoas com residência rural ocuparem-se fora da agricultura. Já as dinâmicas explicam porque alguns tipos de ocupação não-agrícola crescem mais que outras e/ou porque certo ramo de atividade aumentou em determinado período.

- a dinâmica que engloba as atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que são insumos da produção (transporte e comércio de insumos, máquinas e equipamentos, fornecimento de crédito, prestação de serviços de engenheiros e veterinários, etc.) e também processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários, o que representa os encadeamentos a montante e a jusante dos complexos produtivos;
- aquela que engloba as ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.). Ambas as dinâmicas estão diretamente vinculadas ao comportamento do setor agropecuário, em termos de expansão e geração de renda, e influem no mercado de trabalho rural pelo lado da demanda de bens e serviço não-agropecuários;
- aquela que, além de estar vinculada à situação da agricultura, influi pelo lado da oferta no mercado de trabalho não-agropecuário. Trata-se da mão-de-obra “excedente” da agricultura, a qual busca emprego não-agropecuário nas próprias zonas rurais, ou nas cidades, sem abandonar a unidade familiar;
- a dinâmica relacionada à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como artesanato, lazer e turismo rural, os quais podem ser desenvolvidos (ou produzidos) no próprio meio rural, apesar de serem consumidos majoritariamente por residentes nos centros urbanos;
- aquela referente à expansão dos serviços públicos para as áreas rurais (educação, saúde, seguridade, administrativo, etc.).

A partir das experiências do Projeto Rurbano no Brasil, Graziano da Silva e Del Grossi (1997) acrescentaram mais quatro dinâmicas a essas propostas inicialmente por Klein e Weller: a demanda por terras para uso não-agrícola por parte das (agro)indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como alternativa de locação para fugir das externalidades negativas dos centros urbanos; a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infra-estrutura mínima de transportes e de serviços públicos (água e luz elétrica)³³; a demanda da população urbana de alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem

³³ Essa dinâmica, além das cinco primeiras analisadas por Klein e Weller, também foi considerada por Reardon, Berdegue e Escobar (2000).

como pelos serviços a elas relacionados; e as “novas atividades agropecuárias”, cuja organização da produção e, principalmente, o seu circuito de realização assentado em *nichos de mercado* lhes conferem uma dinâmica fortemente urbana, que merece ser tratada separadamente da produção agropecuária *stricto sensu*.

Por isso, é preciso que as políticas de desenvolvimento rural assumam um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, ao mesmo tempo em que integrem diferentes instrumentos de política econômica e social para promover um modelo de verdadeira transformação do meio rural, que permita aos seus habitantes melhorar suas condições de emprego, renda e de qualidade de vida.

Sobre esse aspecto das políticas públicas, deve-se registrar que, no final dos anos 70, Anderson e Leiserson (1980) já chamavam a atenção para o fato de que o desenho das políticas de desenvolvimento rural, em adição ao provimento de recursos necessários para o crescimento da produtividade agrícola, deve também incluir as necessidades das atividades locais não-agrícolas. O crescimento e a concentração dessas atividades nas áreas rurais necessitam e demandam serviços de infra-estrutura – eletricidade, suprimento de água, estradas, escolas, saneamento básico –, além de crédito bancário e do desenvolvimento de instituições, públicas e privadas, locais. Os autores também alertavam para a necessidade de treinamento e formação da população rural para as atividades não-agrícolas, dada a sua contribuição em termos de aumento das chances de se conseguir melhores empregos e rendimentos para os trabalhadores.

Para Reardon e Berdegúé (1999), a conjugação dos estudos mais recentes sobre as ocupações da PEA rural, no sentido de tratar com a mesma magnitude e importância o número de empregos nas atividades não-agrícolas e a renda rural gerada nos mesmos; a persistência da pobreza rural, do desemprego e do subemprego na agricultura, após mais de duas décadas de ajustes estruturais; e a consciência cada vez mais clara de que a natureza e a performance das ocupações e da renda rural não-agrícola afetam, positiva ou negativamente, o desempenho da agropecuária, pois há muitas evidências de que as áreas mais pobres são aquelas onde o não-agrícola é pouco desenvolvido³⁴, são os principais motivos que têm influenciado os *policy makers* a darem cada vez mais atenção para outras fontes potenciais de geração de emprego e renda nas áreas rurais, criando-se um *novo interesse* para um fenômeno constatado desde os anos 60: a crescente importância das ocupações não-agrícolas para a população rural.

³⁴ Sobre esse tema, ver o excelente trabalho de Arnalte (1998).

Características das Ocupações Rurais Não-Agrícolas

Os principais ramos de atividade na ocupação da PEA rural não-agrícola na América Latina, nos anos 80, foram os serviços sociais e pessoais, a indústria de transformação, a construção civil e o comércio, que juntos responderam por cerca de 80% do total das ocupações. O crescimento desses ramos de atividade originou-se, segundo Klein (1992), na forte queda do emprego agrícola, por um lado, e na extensão e ampliação do mercado de bens e serviços para os setores rurais como parte da própria modernização da agricultura, por outro.

Weller (1994) também constatou que os ramos de atividade mais importantes nas ORNA eram os de indústria de transformação, indústria da construção, comércio e serviços (sociais, pessoais e administração pública). Esses ramos concentraram 90% ou mais das pessoas residentes no meio rural e ocupadas nas atividades não-agrícolas. Em função da realidade de cada país, a ordem de importância dos ramos variava: na Costa Rica e no Panamá, o principal era o de serviços; na Guatemala era a indústria e, em Honduras, o comércio.

Em seu estudo sobre as ocupações não-agrícolas no Equador, Lanjouw (1999) mostrou que o comércio era o principal ramo de atividade na ocupação da PEA rural. Em 1995, cerca de 27% das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas estavam no comércio de mercadorias (valor médio para as três regiões analisadas). Outros ramos de atividade importantes eram a indústria de transformação, a construção civil, os transportes, a administração pública e os serviços sociais, com destaque para a educação (cerca de 5% do total das ocupações). A atividade de pesca era muito importante na região costeira do Equador, absorvendo 18,3% da PEA rural não-agrícola, enquanto a indústria da madeira ocupava 20,6% das pessoas na região oriental do país, ficando atrás apenas do comércio de mercadorias (23,4% da PEA rural não-agrícola).

No Brasil, segundo Del Grossi (1999), o ramo da prestação de serviços sobressaía na ocupação da PEA rural, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas, em 1995. Seguiam-se, em ordem de importância, as atividades na indústria de transformação, que ocupavam quase 800 mil pessoas no mesmo ano, no comércio de mercadorias e nos serviços sociais, com cerca de 500 mil pessoas cada, e, em menor escala, na construção civil, com cerca de 400 mil pessoas. Agregando-se os ocupados nos diversos ramos de serviços, obtinha-se mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais, em 1995.

Os ramos de administração pública, prestação de serviços, comércio de mercadorias e serviços sociais foram os que mais cresceram no período 1981-95, principalmente no Nordeste e

nos estados da região Sudeste. Especificamente no Estado de São Paulo, a prestação de serviços e os serviços sociais foram os que tiveram maior crescimento no mesmo período, enquanto a indústria de transformação, a construção civil e o comércio, embora importantes, não registraram aumento significativo, mantendo, praticamente, o contingente de pessoas ocupadas herdado da década anterior.

Del Grossi (1999), detalhando mais as atividades não-agrícolas da PEA rural e analisando os setores de atividades, observou que o emprego doméstico era o líder na absorção das pessoas ocupadas. Esse setor, componente do ramo de prestação de serviços, apresentou aumento de seu contingente de ocupados, passando de 300 mil pessoas, em 1981, para pouco mais de 500 mil pessoas, em 1992, e para mais de 620 mil pessoas, em 1995, representando 15,9% da PEA rural não-agrícola. O setor da construção civil, pertencente ao ramo do mesmo nome, era o grande líder em 1981, mas perdeu mais de 300 mil pessoas ocupadas no período 1981-95, principalmente nos anos 80. Note-se que ambos os setores são conhecidos pelos baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional da maioria dos seus trabalhadores.

Em terceiro lugar, estavam os estabelecimentos de ensino público, do ramo de atividades dos serviços sociais, seguidos pelos setores de comércio de alimentos, indústria de alimentos, indústria de transformação (outros), restaurantes, alfaiataria, administração municipal, comércio ambulante, indústria de madeiras, transporte de cargas e assistência técnica de veículos. Esses setores ocuparam mais de 2/3 da PEA rural não-agrícola.

Tomando-se as principais ocupações não-agrícolas da PEA rural, ou seja, as profissões que efetivamente as pessoas estavam exercendo nos postos de trabalho não-agrícolas, destacavam-se, em ordem decrescente, serviços domésticos, pedreiros, serviços conta-própria, professores de primeiro grau, balconistas-atendentes, motoristas, ajudantes de pedreiros, serventes-faxineiros, ajudantes diversos, costureiros-alfaiates, forneiros em olarias e ambulantes, que representavam mais de 50% do total das ocupações não-agrícolas.

Quanto ao grau de formalidade e informalidade das ocupações não-agrícolas, Weller (1994) considerou formal a ocupação das pessoas alocadas em unidades de produção com cinco ou mais trabalhadores, além dos profissionais e técnicos que trabalhavam como patrões (empregadores) ou como conta-própria. Por esse critério de formalidade, o estudo revelou valores de 55,4% para as ORNA na Costa Rica, 34,3% na Guatemala, 31,9% em Honduras e 52,4% no

Panamá, em 1990. Os ramos de atividade com maior participação de trabalho formal, nos quatro países, eram os de indústria de transformação e de serviços (influência do setor público).

Del Grossi (1999), definindo como precárias as ocupações não-remuneradas e os empregos sem registro em carteira de trabalho e com baixas jornadas semanais de trabalho (menores do que 40 horas semanais), concluiu que as ocupações não-agrícolas no Brasil, proporcionalmente, contribuem mais para diminuir a precariedade do trabalho nesses quesitos do que as ocupações agrícolas da PEA rural. A maioria dos residentes rurais ocupados em atividades não-agrícolas era composta por empregados, sendo metade com registro em carteira de trabalho e jornada superior a 40 horas semanais. Quantitativamente, o número de empregados residentes no meio rural com registro em carteira nas atividades não-agrícolas era maior que o número de empregados em atividades agrícolas, em 1995.

No tocante à posição na ocupação³⁵ nas atividades não-agrícolas, Weller (1994) constatou que, nos quatro países analisados, predominavam os assalariados privados, com participações de 58,2% na Costa Rica, 43,2% na Guatemala, 32,0% em Honduras e 38,2% no Panamá, enquanto os trabalhadores por conta-própria tinham participações de 18,4%, 36,7%, 46,3% e 31,6%, respectivamente. Os assalariados públicos possuíam grande importância na Costa Rica (17,8%) e no Panamá (26,5%), embora em Honduras (15,9%) e na Guatemala (8,4%) as participações não fossem desprezíveis. Já os familiares não remunerados assumiam maior expressão em Honduras (8,2%) e na Guatemala (9,8%), ocupados em atividades artesanais e comerciais, predominantemente.

Del Grossi (1999) também observou que os empregados eram a maioria na PEA rural não-agrícola no Brasil, com ligeira vantagem para aqueles sem registro em carteira. Os conta-própria tinham baixa participação entre os não-agrícolas e era quase nula a participação dos não-remunerados. A maior presença dos empregados na PEA rural evidencia a busca da população rural por ocupações que gerem ganhos monetários, mesmo sendo no mercado informal de trabalho. A proporção dos empregados na parcela da PEA rural atingiu 2/3 na média brasileira, com taxas crescentes em todo o período 1981-95.

Analizando o trabalho feminino nas ORNA, Weller (1994) constatou que havia poucas oportunidades de trabalho para as mulheres nas atividades agropecuárias. Em contraste, as

³⁵ As categorias analisadas foram patrões, assalariados privados, assalariados públicos, conta-própria e familiares não-remunerados.

ORNA tinham enorme importância para a população feminina rural, alcançando uma participação superior a 80% na Costa Rica, em Honduras e no Panamá. Na Guatemala, a participação foi de 67,5%, em 1990, mostrando que a agricultura, realmente, tinha menor peso do que outras atividades não-agrícolas na ocupação da mão-de-obra feminina rural.

A participação feminina no total das ORNA alcançou, em 1990, os valores de 34,9% na Costa Rica, 41,1% na Guatemala, 52,4% em Honduras e 37,0% no Panamá. Em geral, nos quatro países analisados, o trabalho feminino era mais tradicional e informal do que as ORNA em seu conjunto, tendendo a apresentar menores rendimentos monetários em relação aos rendimentos médios dos homens também ocupados nas atividades não-agrícolas³⁶.

Ainda segundo Weller, o trabalho feminino concentrava-se em um grau muito maior que o masculino no setor informal. As mulheres eram as mais afetadas pela eliminação de algumas atividades informais no meio rural, como o pequeno comércio e a indústria artesanal, em que o trabalho feminino era predominante. Também havia grande presença das mulheres nos serviços públicos e, principalmente, nos domésticos.

Lanjouw (1999) mostrou que a participação feminina sobre o total das ORNA alcançou, em 1995, o valor de 58,6% no Equador, contra 41,4% da masculina. Segundo o autor, 50% das mulheres ocupadas e com domicílio rural estavam trabalhando em atividades não-agrícolas (contra 37% dos homens), principalmente no comércio (37% das ORNA femininas). A seguir, apareciam os trabalhos comunitários (12,7%), a manufatura (12,5%), o magistério (7,1%), os serviços domésticos (6,7%), a indústria têxtil (5,5%) e os restaurantes e hotéis (5,5%)³⁷.

Analisando o gênero das pessoas envolvidas nas ocupações não-agrícolas na PEA rural brasileira, Del Grossi (1999) observou que as ocupações de serviços domésticos, professores de primeiro grau e costureiras eram típicas de mulheres, enquanto pedreiros, motoristas e serventes de pedreiros eram ocupações masculinas. Balconistas-atendentes, ambulantes e diversos tinham

³⁶ Na América Latina, e também na Europa, tem crescido em importância uma nova forma de funcionamento do mercado de trabalho no meio rural, surgida como consequência do processo de flexibilização do mercado de trabalho em geral, qual seja, o trabalho a domicílio ou por encomenda. Nessa modalidade, parte significativa dos trabalhadores rurais são mulheres, sendo muito comum uma inserção precária, sem garantias de direitos trabalhistas, como registro em carteira, contribuição previdenciária, piso salarial, etc. No entanto, são as ocupações que estão sendo geradas, pois não há outras alternativas de emprego em muitas regiões da América Latina.

³⁷ Para as ORNA masculinas no Equador, as principais ocupações, em 1995, eram construção civil (19,5%), comércio (19,0%), manufatura (13,3%), pesca (12,5%), transportes (8,1%), trabalhos comunitários (6,5%), indústria da madeira (5,1%) e administração (5,1%).

participações mais ou menos equilibradas de homens e mulheres. Na média do Brasil, as participações masculina e feminina na PEA rural não-agrícola eram equilibradas.

Ainda segundo Del Grossi, as profissões típicas da posição de empregados eram os serviços domésticos (100% como empregados), professores de primeiro grau (97,8%), ajudantes de pedreiro (96%) e serventes-faxineiros (98,4%). Já as profissões não-agrícolas da posição de contra-própria eram representadas pelos serviços conta-própria (100%), costureiros (81,9%) e ambulantes (79,7%). Os pedreiros eram, na sua maioria, conta-própria (65,7%), mas também havia uma importante fração de empregados (34,3%). Das ocupações destacadas, somente a de balconistas-atendentes tinha participação importante dos não-remunerados (55%).

Os níveis salariais nos ramos de atividade não-agrícola eram, em geral, superiores aos pagos na agricultura, em praticamente todos os países latino-americanos analisados. Ou seja, a PEA rural não-agrícola era melhor remunerada que a agrícola. Em vários países da América Latina, incluindo o Brasil, é comum que os rendimentos dos ocupados na agricultura correspondam a apenas 50%-60% daqueles obtidos pelos ocupados nos ramos não-agrícolas (indústria, comércio e serviços). Uma consequência disso é que a maior concentração da pobreza no meio rural está justamente nas pessoas e famílias que se ocupam na agricultura. Segundo Klein (1992:12), “a probabilidade de ser não pobre aumenta quando as pessoas deixam a agricultura para trabalhar em outros ramos de atividade não-agrícolas, mesmo que no próprio meio rural”.

A pesquisa de Lanjouw (1999) no Equador reforça o argumento de Klein. Segundo aquele autor, enquanto apenas 38% da população trabalhadora rural pobre estava ocupada em atividades não-agrícolas, em 1995, mais da metade (53,2%) da população rural não-pobre estava ocupada fora da agricultura, indicando que a ocupação não-agrícola pode ser uma rota de fuga da pobreza rural. Os setores nos quais a participação dos trabalhadores não-pobres era superior à dos pobres, indicando uma melhor remuneração, eram comércio, restaurantes e hotéis, transportes, sistema financeiro, administração, magistério e serviços sociais, que também exigiam maior nível de escolaridade e de formação profissional.

Segundo Weller (1994), o nível médio da renda gerada nas atividades não-agrícolas, em geral, situa-se entre as rendas dos ocupados na agricultura e aquelas do setor urbano não-agrícola, normalmente ficando acima do primeiro e abaixo do segundo. Apesar desse comportamento geral, algumas diferenciações devem ser feitas. Quando desagregou as ORNA e as ocupações

agropecuárias em formais e informais, Weller percebeu que o setor agropecuário moderno remunerava melhor que as ORNA informais. A ordem decrescente de maiores rendas, para os quatro países analisados, era a seguinte: ORNA formal > agropecuário moderno > ORNA informal > agropecuário tradicional. O autor também constatou que as maiores rendas eram recebidas pela PEA rural ocupada nos serviços públicos (para uma base ORNA = 100, os índices eram de 138,2 na Costa Rica, 182,1 em Honduras e 150,9 no Panamá). Os ocupados nos ramos privados formais e mais modernos também estavam acima da renda média das ORNA.

Reforçando o que já foi assinalado anteriormente sobre o rendimento feminino, Weller (1994) constatou que, na Costa Rica, Honduras e Panamá, as rendas médias das mulheres ocupadas alcançavam somente entre 46% e 72% daquelas obtidas pelos homens ocupados em atividades não-agrícolas³⁸. O ramo de atividade em que as diferenças eram menores foi o serviço público, que também remunerava melhor as mulheres nele empregadas do que nos demais ramos de atividade econômica.

Durante os anos 80, Weller (1994) observou que, na Costa Rica e no Panamá, ocorreram as seguintes mudanças nas ocupações não-agrícolas: aumento da importância das ORNA nas ocupações da PEA rural total; as ORNA tornaram-se mais informais, embora continuassem mais informais-tradicionais que o emprego urbano e mais formais-modernas que o emprego agropecuário; aumentou a participação das mulheres nas ORNA; reduziu-se a importância relativa do emprego público nas ORNA; aumentou o peso do segmento de “refúgio”³⁹.

Analisando as ocupações rurais não-agrícolas criadas pelos projetos financiados pelo Programa Leader nas regiões menos desenvolvidas da Europa, Saraceno (1999) constatou que as mesmas têm características diferentes de outros trabalhos correntes nas cidades e nos mercados de trabalho concentrados, pois o meio rural não oferece muitas atividades com jornada integral, mas abriga várias possibilidades de trabalho de jornada parcial, temporários, à distância e complementares a outras atividades pouco valorizadas no passado e que têm sido fomentadas

³⁸ Reardon e Berdegú (1999) também mostraram que as mulheres latino-americanas têm grande participação nas atividades não-agrícolas, mas elas tendem a entrar mais facilmente em atividades com baixos retornos monetários, recebem salários mais baixos que os homens, estão nos serviços e pequenas manufaturas, além do serviço por conta-própria no artesanato.

³⁹ Esse segmento de “refúgio” é equivalente às ocupações na produção agropecuária de subsistência, pois apresenta baixa produtividade e baixos rendimentos. Ele contribui para o incremento da renda familiar e para atenuar as flutuações sazonais da renda, mas não são alternativas reais para eliminar a pobreza rural nem para garantir um desenvolvimento sustentável para as comunidades rurais e suas regiões (Weller, 1994; Reardon, Berdegú e Escobar, 2000).

pelo Leader. Segundo a autora, em vez de rechaçar essas modalidades de trabalho e considerá-las atividades de segunda categoria, o objetivo consiste em aprender a combinar essas atividades e as diferentes fontes de rendas de maneira eficaz e duradoura.

No que diz respeito à distribuição espacial da população rural, Del Grossi (1999) constatou que, em 1995, chegou a 2,9 milhões de pessoas (ou quase $\frac{3}{4}$) o contingente da população rural não-agrícola residente nos pequenos e médios municípios do Brasil. A concentração dos ocupados rurais em atividades não-agrícolas nesses municípios retira o seu estigma de ser influência estatística das metrópoles ou grandes centros urbanos. Ao contrário, é nos pequenos e médios municípios que têm-se proliferado as ocupações não-agrícolas da PEA rural.

A composição relativa das posições na ocupação em atividades não-agrícolas era muito próxima, independente do tipo de município ou situação do domicílio: os empregados correspondiam a cerca de 67% a 81%, os conta-própria, ao redor de 17% a 20%, e os não-remunerados e empregadores tinham participação muito reduzida, entre 1% e 6%. Outra inovação explorada foi a situação do domicílio, em que a dicotomia urbano-rural foi desmembrada em oito novas situações nas PNADs. Com isso, foi possível detectar que as ocupações rurais não-agrícolas estão disseminadas nas áreas exclusivamente rurais, revelando que não se trata de um problema de delimitação legal das áreas urbanas e rurais. Se fosse esse o caso, a grande maioria da população estaria localizada em áreas rurais de transição como as extensões urbanas, onde residem apenas 11% da população rural não-agrícola (Del Grossi, 1999).

Embora não seja o tema central desse item, vale a pena tecer alguns comentários sobre o papel das rendas não-agropecuárias no desenvolvimento rural⁴⁰. Na visão de Weller (1994), existe uma causalidade circular que possibilita, mas também limita, os efeitos das ORNA para a melhoria das rendas rurais. Segundo o autor, há uma alta dependência das ORNA das rendas agropecuárias e da demanda agropecuária por bens e serviços. Uma expansão das ORNA como alternativa de renda nas zonas rurais, portanto, está estreitamente vinculada ao aumento da produtividade e das rendas agropecuárias, especificamente da agricultura tradicional e, dessa maneira, de uma redução da heterogeneidade da agricultura. Se não existe uma crescente demanda de bens e serviços de parte da agricultura, o mercado de trabalho rural para atividades não-agropecuárias satura-se e as rendas do segmento informal situam-se em níveis muito baixos.

⁴⁰ Aprofundamentos sobre esse tema, que fogem ao escopo da pesquisa, podem ser encontrados nos trabalhos de Anderson e Leiserson (1980), Ellis (1998), Lanjouw (1999), Berdegue, Reardon e Escobar (2000), entre outros.

Se, em contraste, a expansão relativamente homogênea da agricultura estimula a demanda de bens e serviços, geram-se alternativas de ocupações melhor remuneradas, o que influi, por sua vez, em melhores salários agropecuários⁴¹.

As ORNA, portanto, podem ter um papel importante para a superação da pobreza rural. Para Weller, seu fomento, no entanto, tem que estar estreitamente vinculado ao desenvolvimento agropecuário. De outra maneira, a alta heterogeneidade do setor agropecuário reproduz-se nas ORNA, com rendas relativamente altas em um pequeno pólo de atividades formais (privadas e públicas) e um grande segmento informal com baixas rendas e altos índices de pobreza.

Reardon e Berdegúé (1999) reconhecem a importância e a generalização das ocupações e das rendas rurais não-agrícolas, mas também argumentam que os tipos de ocupação que ajudariam as famílias rurais mais pobres a melhorar sua condição de vida estão desigualmente distribuídos. Há uma forte bimodalidade nos retornos das atividades rurais não-agrícolas e as famílias pobres freqüentemente não têm acesso a essas oportunidades nem possuem os meios (educação e formação profissional, capital, por exemplo) para tirar vantagem das atividades que melhor remuneram os trabalhadores. Como consequência, essas famílias estariam sujeitas ao trabalho em atividades equivalentes à agricultura de subsistência, com baixa produtividade, baixos salários, instabilidade no emprego e reduzido potencial de crescimento e ascensão na carreira profissional.

Ocasionalmente, tem-se enfatizado o perigo de que uma expansão das ORNA aprofunde a desigualdade rural. Segundo Weller (1994), um aumento das ORNA implica uma diferenciação socioeconômica. A desigualdade, tanto entre os diferentes segmentos das ORNA, como entre essas e a agricultura, no entanto, parece depender da pauta prevalecente na agropecuária: uma alta heterogeneidade parece reproduzir-se nas ORNA, como nos casos de Honduras e Panamá. A Costa Rica, em contraste, tem a maior proporção de ORNA em relação às ocupações rurais, mas os graus de heterogeneidade são menores que nos outros países. Dessa maneira, não existe uma relação direta entre o tamanho das ORNA e a desigualdade rural.

Reardon et alii (1998) também mostraram preocupação em saber até que ponto as rendas não-agrícolas são fatores de concentração ou desconcentração da renda rural. Segundo os autores, é muito comum a visão de que as ocupações rurais não-agrícolas e, conseqüentemente, os

⁴¹ Percebe-se, claramente, que o autor está preso ao peso de duas das nove dinâmicas apresentadas como responsáveis pelo crescimento das ORNA, justamente aquelas diretamente vinculadas à atividade agropecuária.

programas de promoção de microempresas com o objetivo de estimular o seu crescimento, que estão muito em voga, irão, indubitavelmente, reduzir a desigualdade da renda rural e, também, aliviar as tensões políticas e sociais nos países em desenvolvimento. Essa visão é baseada em três afirmativas-chave: a renda gerada nas atividades rurais não-agrícolas é grande o suficiente para influenciar a distribuição da renda rural; a renda gerada nas atividades rurais não-agrícolas é distribuída desigualmente; essa distribuição da renda das atividades rurais não-agrícolas favoreceria os mais pobres. Os autores relativizam tal visão, mostrando que, sob certas condições, o crescimento de atividades não-agrícolas pode incrementar a desigualdade no meio rural, principalmente nos casos em que há incapacidade dos pobres em superar importantes barreiras à entrada em muitas atividades não-agrícolas intensivas em capital e também quando a capacidade de investimentos em infra-estrutura e educação tende a elevar a desigualdade de ativos agrícolas e não-agrícolas.

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PAULISTA NOS ANOS 90

Após a realização de uma revisão sobre o crescimento das ocupações não-agrícolas da PEA rural nos mais diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a atenção agora é dada para o Estado de São Paulo, onde esse fenômeno também se manifestou com grande magnitude. O crescimento foi tão intenso nos anos 90, que, num período de apenas cinco anos (entre 1992 e 1997), as ocupações não-agrícolas dos residentes no meio rural paulista superaram as agrícolas.

Como foi mencionado nos procedimentos metodológicos, o interesse dessa pesquisa é na área não metropolitana, mais especificamente no meio rural não metropolitano. Portanto, são feitos apenas três comentários gerais sobre a região metropolitana: sua importância na ocupação da PEA total (quase 50% do total do Estado, ou 7.253 mil pessoas), principalmente da PEA urbana não-agrícola (mais de 50% do total do Estado, ou 7.151 mil pessoas); o aumento dos ocupados em atividades agrícolas, que passaram de 50 mil pessoas, em 1992, para 79 mil pessoas, em 1998, destacando-se a influência do “cinturão verde” nesse comportamento (o crescimento foi maior na PEA agrícola urbana, que representou 80% do total da PEA agrícola metropolitana, ou mais); a forte participação da PEA rural metropolitana não-agrícola (quase 90% do total), que continuou crescendo no período 1992-98, juntamente com o pequeno aumento da PEA agrícola.

Um detalhe a ser destacado é que, em 1998, a PEA urbana não metropolitana era maior que a rural, tanto para as atividades agrícolas (436 mil pessoas ocupadas, contra 429 mil do rural) quanto para as atividades não-agrícolas (6.377 mil pessoas ocupadas, contra 479 mil do rural), mostrando o enorme grau de urbanização do Estado. Note-se que a PEA rural não-agrícola não chegou a 10% da PEA não-agrícola total do Estado de São Paulo.

A Tabela 2 mostra que o crescimento da PEA total ocupada não metropolitana (1,5% ao ano), entre 1992 e 1998, foi determinado pelo desempenho da PEA urbana (aumentou 1,7% ao ano) e pelas pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (aumento de 2,4% ao ano na PEA urbana e 7,3% na PEA rural).

Analisando-se o meio rural não-metropolitano, especificamente, pode-se notar que, desde 1997, o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas é superior ao de pessoas ocupadas na agricultura. Em 1998, as ocupações não-agrícolas superaram as agrícolas em 50 mil

peças. No entanto, deve ser ressaltado que, no rural privado, ainda havia superação das ocupações agrícolas, em 1998 (415 mil pessoas ocupadas, contra 410 mil em atividades não-agrícolas). Na  rea rural classificada como distritos e povoados, desde o início dos anos 90, a PEA não-agrícola já era bem superior   agrícola. Saliente-se que cerca de 90% do total da PEA rural não metropolitana (agrícola e não-agrícola) encontrava-se no rural privado.

Tabela 2
PEA Ocupada (1), segundo  rea, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade
Estado de São Paulo
1992-1998

							Em mil pessoas
�rea, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
Total do Estado	13.694	14.041	14.875	14.801	14.848	14.974	1,5 ***
Metropolitano	6.567	6.758	7.189	7.109	7.076	7.253	1,5 ***
Urbano Total	6.482	6.679	7.113	7.031	6.976	7.151	1,5 ***
Agrícola	40	42	75	47	35	67	4,4
Não-Agrícola	6.442	6.637	7.038	6.983	6.940	7.084	1,5 ***
Rural Total	85	78	76	78	101	101	3,3
Agrícola	10	7	19	-	12	12	-
Não-Agrícola	75	71	57	73	89	89	3,6
Não Metropolitano	7.127	7.284	7.685	7.692	7.772	7.721	1,5 ***
Urbano Total	6.235	6.318	6.727	6.773	6.875	6.813	1,7 ***
Agrícola	631	610	498	563	439	436	-6,1 ***
Não-Agrícola	5.604	5.708	6.229	6.210	6.436	6.377	2,4 ***
Rural Total	892	966	959	919	898	908	-0,4
Agrícola	580	620	510	500	438	429	-5,8 ***
Não-Agrícola	312	346	448	419	459	479	7,3 ***
Rural Distritos e Povoados	61	52	85	78	75	82	6,7 **
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-Agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6 **
Rural Privado	831	914	873	841	822	825	-0,9
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9 ***
Não-Agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Além de São Paulo, os Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte também tinham, no final dos anos 90, mais de 50% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas, dentre os estados pesquisados no Projeto Rurbano. No Rio de Janeiro, a PEA rural não-agrícola

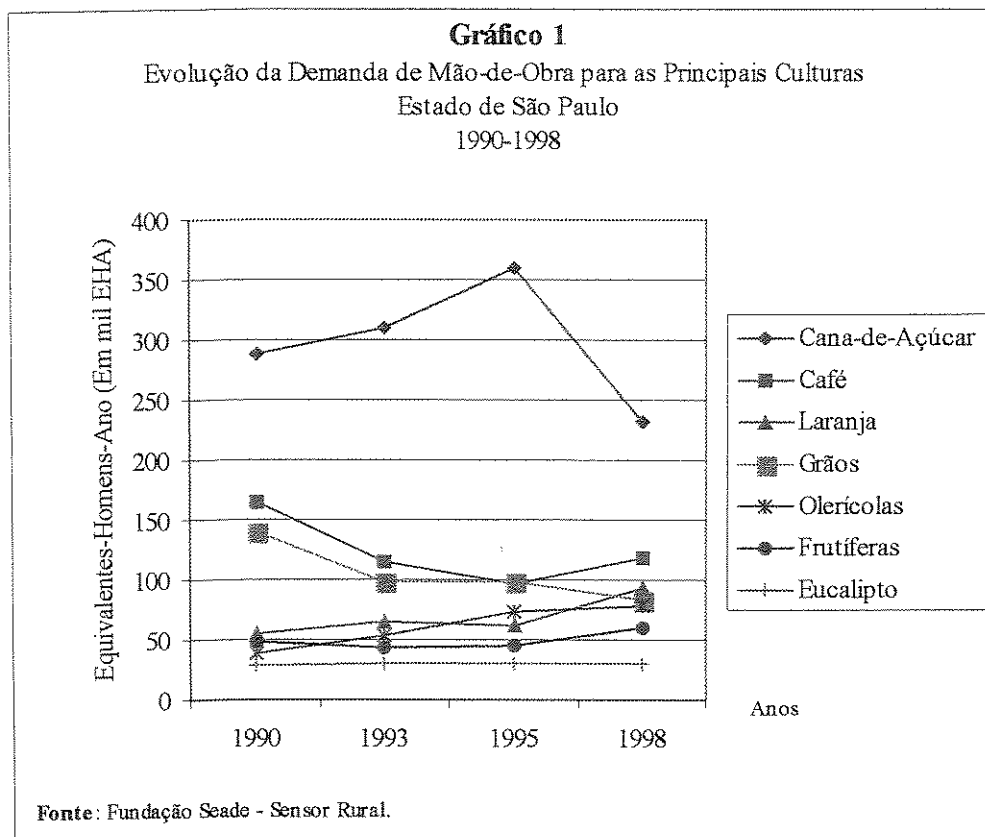
representava, em 1997, 54% da PEA rural total e 58,6% da PEA rural ocupada (Teixeira, 2000). No Rio Grande do Norte, a PEA rural não-agrícola correspondia, em 1997, a 48,3% da PEA rural total e a 52,2% da PEA rural ocupada (Silva, 2000). Além desses três Estados, no Distrito Federal ocorreu o mesmo processo. Segundo Botelho Filho (2000), a PEA rural não-agrícola representava, em 1997, 66% da PEA rural total e 71% da PEA rural ocupada, ou seja, apenas 29% dos residentes rurais ocupados estavam trabalhando na agricultura do Distrito Federal.

No período 1992-98, no Estado de São Paulo, as ocupações agrícolas da PEA rural diminuíram de 580 mil para 429 mil (-5,8% ao ano), enquanto as não-agrícolas saltaram de 312 mil para 479 mil (aumento de 167 mil pessoas ocupadas, ou 7,3% ao ano). Os distritos e povoados e o rural privado tiveram comportamento semelhante ao rural total, apenas com taxas diferenciadas. Esse comportamento das ocupações não-agrícolas atenuou a queda da PEA rural total não metropolitana para a taxa de 0,4% ao ano. Também a PEA agrícola com residência no urbano não metropolitano teve forte decréscimo (6,1% ao ano). O mau desempenho para as ocupações agrícolas resultou de uma redução do número de pessoas ocupadas, que passou de 1.211 mil, em 1992, para apenas 865 mil, em 1998, no rural não metropolitano. Saliente-se que, apenas em 1993 e 1995, o total de ocupados na agricultura com residência urbana não foi superior ao daqueles com domicílio rural.

A partir dos dados do *Sensor Rural*, boletim quadrimestral da Fundação Seade, é possível observar quais foram as culturas que mais influenciaram na queda das ocupações agrícolas nos anos 90. Pelas informações do Gráfico 1, pode-se notar que a demanda de mão-de-obra vem apresentando queda ao longo dos anos 90, reforçando os dados das PNADs. A incorporação das modernas tecnologias disponíveis para os agricultores, principalmente para as operações de colheita e pós-colheita, e a queda da área cultivada de importantes culturas provocaram forte exclusão de trabalhadores e pequenos produtores do processo produtivo na agropecuária paulista⁴². As principais reduções das ocupações agrícolas ocorreram nas culturas de cana-de-açúcar (após 1995, com a crise do setor e a intensificação do uso de colhedoras mecânicas na colheita da cana crua), café e grãos e oleaginosas.

A cana-de-açúcar tem sido a principal cultura demandadora de mão-de-obra na agricultura paulista. Apesar do impasse em relação ao futuro do Proálcool, o bom desempenho da atividade, principalmente na primeira metade da década de 90, deu-se pelo expressivo crescimento da

produção de açúcar, impulsionado pelos bons preços internacionais e pela queda na produção de importantes países produtores. Pelo seu peso na geração de empregos, as mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo da cana-de-açúcar devem provocar impactos importantes nas regiões onde é cultivada. A mecanização da colheita de cana crua e da operação de plantio, que são as atividades que mais empregam trabalhadores no processo produtivo agrícola, deve provocar uma queda sensível no nível de emprego na atividade, podendo parte dos trabalhadores ser reabsorvida em novas funções dentro do novo sistema de produção.



O café registrou o pior desempenho no período 1990-95, quando os baixos preços, juntamente com problemas climáticos (geadas) e fitossanitários, fizeram com que muitos agricultores erradicassem suas plantações. A partir de então, com a melhoria dos preços de comercialização, a cultura do café começou a recuperar-se, mostrando inclusive uma reversão na tendência de redução da área cultivada. No replantio de cafezais no território paulista, destaca-se o café adensado, cuja tecnologia adotada, além de propiciar grande aumento da produção física, é mais adequada para a utilização das derriçadeiras a ar comprimido e das novas colhedoras

⁴² Uma análise detalhada sobre a evolução da demanda de mão-de-obra pelas principais culturas na agricultura paulista nos anos 90 pode ser encontrada em Balsadi (1998). Outro importante trabalho sobre o mercado de trabalho agrícola no Estado de São Paulo, nos anos 90, é o de Baptistella, Vicente e Veiga (2000).

desenvolvidas para a mecanização da colheita. Ou seja, também para o café, no médio prazo, a tendência de aumento do emprego agrícola verificada no período após 1995 pode ser revertida com a adoção da colheita mecanizada.

Os grãos e oleaginosas, sem exceção, apresentaram fraco desempenho nos anos 90. As maiores quedas na demanda da força de trabalho agrícola foram registradas nas culturas de algodão, mamona e trigo, que apresentam, atualmente, área cultivada pouco expressiva no Estado de São Paulo. As culturas de feijão e arroz também tiveram grandes reduções na demanda de mão-de-obra, sendo o comportamento da última explicado pela maior queda registrada para o arroz de sequeiro, normalmente uma atividade de maior risco e baixa tecnologia empregada no processo produtivo. As menores quedas na demanda da força de trabalho entre os grãos e oleaginosas foram observadas nas culturas de amendoim – devido à sua utilização na renovação dos canaviais –, milho e soja, em função de terem obtido bons preços de comercialização em alguns anos.

Os principais destaques, em termos de crescimento das ocupações agrícolas, ficaram para a laranja, olerícolas e frutíferas. O eucalipto, matéria-prima fundamental para um grande complexo agroindustrial paulista, que é o de papel e celulose, apresentou comportamento relativamente estável (pequeno crescimento). O grupo das frutíferas tem grande importância regional na ocupação da mão-de-obra agrícola. Em conjunto, as culturas de abacaxi, banana, figo, goiaba, maracujá, melancia, pêssigo e uva responderam por quase 10% do total da demanda de mão-de-obra, apesar de ocuparem apenas 1% da área total cultivada com as principais culturas no Estado, mostrando que são atividades extremamente intensivas em mão-de-obra. Os contratos de produção com as agroindústrias fabricantes de compotas, doces e sucos, além do próprio aumento do consumo *in natura* desses produtos, têm permitido a expansão da área cultivada com a fruticultura.

A produção de verduras e legumes, orgânicos ou não, na qual está tornando-se comum o cultivo em estufas e pelo método de hidroponia, sistemas de produção altamente intensivos em mão-de-obra, foi a atividade com crescimento mais expressivo nos anos 90. Essa produção concentra-se no “cinturão verde” e seu aumento foi uma resposta à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, puxado, em grande medida, pelas redes de fast-food, alguns grandes supermercados e por um mercado consumidor de alta renda localizado na Região Metropolitana de São Paulo. Como as frutíferas, esse grupo ocupa algo em torno de 1% a 2% da

área cultivada, mas também responde por cerca de 10% do total da mão-de-obra na agricultura paulista.

A laranja também teve o desempenho determinado pelos bons preços internacionais do suco concentrado no início dos anos 90, quando os produtores receberam os maiores preços pagos pela caixa da fruta. No entanto, desde a quebra do contrato padrão com as indústrias e com a queda dos preços, muitos pequenos citricultores estão abandonando a atividade. A incidência de doenças como o cancro cítrico e o amarelinho e a não colheita de boa parte da safra em 1999 e 2000, devido ao excesso de suco concentrado em poder das indústrias, também têm comprometido a citricultura em várias regiões produtoras do Estado, com exceção das áreas onde predominam médios e grandes produtores, juntamente com a produção própria das indústrias, os quais têm tido condições de melhorar sua produtividade.

Em resumo, a mecanização dos grãos e oleaginosas (todas as etapas de cultivo), da colheita da cana e do café, além da crise da citricultura paulista nos últimos dois anos, reforçam o cenário de queda das ocupações agrícolas no médio prazo. Embora deva ser mencionado um elemento fundamental desse crescimento da mecanização da colheita das culturas, além da pressão contra a queimada da cana e a busca por redução de custos e aumento de competitividade: a defasagem cambial com a forte valorização do Real no período 1994-98, que possibilitou a importação muito barata de máquinas e equipamentos desenvolvidos no exterior para utilização na colheita. Mesmo que esse processo sofra um arrefecimento, as atividades intensivas em trabalho (olerícolas e frutíferas), apesar de gerarem muito mais emprego por unidade de área, não conseguem compensar a redução das ocupações nas grandes culturas, de modo que o cenário futuro deve se agravar, principalmente nas regiões monocultoras do Estado.

A forte redução das ocupações agrícolas teve reflexos em quase todas as principais profissões dos residentes rurais ocupados na agricultura paulista. Pode-se notar que as maiores quedas referem-se ao número de trabalhadores rurais (5,6% ao ano nos distritos e povoados e 7,0% ao ano no rural privado), agricultores conta-própria (5,0% ao ano) e empregadores agrícolas (14,4% ao ano). As ocupações (profissões) que apresentaram melhor desempenho, embora com taxas não significativas estatisticamente, foram as de dirigente na agricultura (cresceu 1,5% ao ano) e operador agrícola (-0,6% no período, mas com crescimento em alguns anos), sendo tais resultados condizentes com o processo de modernização e mecanização das principais culturas no Estado de São Paulo.

Tabela 3
PEA Rural Não Metropolitana Ocupada (1) em Atividades Agrícolas, segundo Área e Ocupação Principal
Estado de São Paulo
1992-1998

							Em mil pessoas
Área e Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
Distritos e Povoados	18	15	10	18	16	14	-2,2 ***
Trabalhador Rural	18	13	10	17	13	10	-5,6
Rural Privado	562	605	501	483	423	415	-5,9 ***
Trabalhador Rural	349	399	313	300	235	261	-7,0 ***
Agricultor Conta-Própria	108	113	96	94	87	82	-5,0 ***
Operador Agrícola	24	46	37	33	34	28	-0,6
Dirigente na Agricultura	19	9	14	17	22	11	1,5
Empregador Agrícola	35	18	18	13	9	15	-14,4 **
Subtotal	535	584	477	456	387	397	-6,3 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Voltando para a análise das atividades não-agrícolas, pode-se notar que os principais ramos de atividade da PEA rural não metropolitana paulista, em 1998, foram os de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais, que responderam por 80% das ocupações da PEA dos distritos e povoados e por 86% da PEA do rural privado e outros (Tabela 4). Com exceção da indústria de transformação no rural privado – que teve queda nos setores da indústria de alimentos e na indústria de transformação outros, além de um comportamento não muito expressivo da indústria de metais, do vestuário e de bebidas –, todos os ramos de atividade apresentaram elevado crescimento no período 1992-98 (estatisticamente significativos).

Um aspecto interessante é que a taxa de crescimento da prestação de serviços, nos anos 90, ficou abaixo daquela do total das ocupações não-agrícolas. Apesar de continuar sendo o principal ramo de atividade não-agrícola, sua participação diminuiu de 39,8%, em 1992, para 33,4%, em 1998, no rural privado. O mesmo ocorreu com a indústria de transformação, que também perdeu importância relativa no total da ocupação da PEA rural. Assim, foram outros ramos que mais cresceram (comércio de mercadorias, construção civil e serviços sociais, por exemplo) e mesmo outros setores dentro da prestação de serviços, que não o emprego doméstico, sendo essa a “novidade” da década de 90.

Para o emprego doméstico vale o mesmo comentário. Entre 1992 e 1998, o número de ocupações cresceu em 27 mil. Ele continua sendo o principal setor, mas diminuiu sua

participação relativa na ocupação da PEA rural paulista, que caiu de 28,7% para 24,8%, indicando que outros setores estão ganhando maior importância. Pode-se notar que o aumento total das ocupações não-agrícolas (167 mil pessoas ocupadas) foi cerca de seis vezes maior que o aumento do número de pessoas ocupadas no emprego doméstico.

Tabela 4
PEA Rural Não Metropolitana Ocupada (1), segundo Área e Ramos de Atividade
Estado de São Paulo
1992-1998

Área e Ramos de Atividades	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
Distritos e Povoados	61	52	85	78	75	82	6,7 **
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-Agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6 **
Indústria de Transformação	6	9	13	6	11	8	4,0
Indústria da Construção	11	5	14	17	16	18	16,6 *
Outras Atividades Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Comércio de Mercadorias	-	-	13	7	-	14	-
Prestação de Serviços	15	14	20	18	20	15	3,1
Serviços Auxiliares	-	-	-	-	-	-	-
Transporte ou Comunicação	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Sociais	-	-	9	-	-	-	-
Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-
Rural Privado	831	914	873	841	822	825	-0,9
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9 ***
Não-Agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9 ***
Indústria de Transformação	71	90	101	81	79	88	1,4
Indústria da Construção	22	24	45	38	49	39	12,6 ***
Outras Atividades Industriais	7	8	6	12	8	12	7,4 *
Comércio de Mercadorias	21	31	38	34	42	57	13,7 ***
Prestação de Serviços	107	108	127	119	164	137	5,8 **
Serviços Auxiliares	-	-	-	9	5	9	-
Transporte ou Comunicação	13	9	14	18	13	21	10,2 *
Serviços Sociais	13	20	22	30	23	31	12,6 ***
Administração Pública	9	11	11	12	15	14	7,4 ***
Outras Atividades	5	-	-	6	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

O aumento da prestação de serviços (5,8% e 3,1% ao ano, respectivamente, para o rural privado e distritos e povoados, no período 1992-98) foi fortemente influenciado pelo setor do emprego doméstico, que cresceu 6,0% ao ano no mesmo período, saltando de 83 mil pessoas ocupadas, em 1992, para 110 mil, em 1998. Nesse último ano, o emprego doméstico respondeu

por cerca de 25% do total de ocupações da PEA rural não metropolitana. Embora tenha crescido a uma taxa de apenas 1,5% ao ano, também merece destaque o setor de restaurantes, que foi o terceiro mais importante em 1998, ocupando 15 mil pessoas no rural privado.

Para Graziano da Silva (1999a), a grande participação do emprego doméstico nas atividades não-agrícolas no meio rural aponta para três condições distintas e não necessariamente excludentes: a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, no qual os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho não qualificada; o crescimento das moradias da população de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana ou como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos; e o aumento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato para a autoconstrução.

O excelente desempenho da construção civil, que cresceu 16,6% ao ano nos distritos e povoados e 12,6% no rural privado, é um bom indicador do grande crescimento de atividades de caráter “tipicamente urbano” no meio rural paulista (segunda residência em chácaras e condomínios, instalação de indústrias, construção de hotéis-fazenda, pesque-pague e infra-estruturas para o turismo, como é o caso dos parques temáticos). Em 1998, o setor da construção civil respondeu por quase 10% das ocupações não-agrícolas da PEA rural não metropolitana.

Outro ramo de atividade que cresceu muito nos anos 90 foi o de comércio de mercadorias, principalmente no rural privado (13,7% ao ano no período 1992-98). Nesse ramo estão setores muito diversificados, que comercializam mercadorias tanto para o consumo pessoal dos residentes quanto para uso no processo produtivo na agropecuária, os quais tiveram bom desempenho no período analisado (o mais significativo foi o comércio de alimentos, que cresceu 14,5% ao ano, mas também podem ser destacados o comércio de combustíveis, o comércio ambulante, os supermercados, o comércio de vestuário, a perfumaria e o comércio de artigos de transportes).

Tabela 5
PEA Rural Não Metropolitana Ocupada (1), segundo Área e Setores de Atividade
Estado de São Paulo
1992-1998

Área e Setores de Atividades	Em mil pessoas						1992/98 % a.a.
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	
Distritos e Povoados	61	52	85	78	75	82	6,7 **
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-Agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6 **
Construção	11	5	14	17	16	18	16,6 *
Emprego Doméstico	6	9	11	9	10	8	5,4
Comércio de Alimentos	-	-	-	-	-	5	-
Supermercados	-	-	-	-	-	5	-
Subtotal	17	14	25	26	25	37	14,6 ***
Rural Privado	831	914	873	841	822	825	-0,9
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9 ***
Não-Agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9 ***
Emprego Doméstico	77	79	92	84	118	102	6,0 ***
Construção	22	24	45	38	49	39	12,6 ***
Restaurantes	11	13	11	8	12	15	1,9
Estab. de Ensino Público	6	11	8	12	9	14	8,8 *
Indústria de Transformação	14	28	16	15	18	14	-3,0
Comércio de Alimentos	5	5	10	7	8	13	14,5 ***
Insumos Químicos	5	7	-	-	7	10	-
Transporte Público	-	-	-	-	-	10	-
Transporte de Carga	9	5	11	14	10	10	7,7
Acessórios de Veículos	-	7	-	7	7	9	-
Indústria de Alimentos	26	15	23	20	20	8	-9,5
Indústria de Metais	-	-	9	-	-	8	-
Comércio de Combustíveis	-	-	-	-	6	7	-
Administração Municipal	5	5	7	5	11	7	8,9 *
Equipamentos Elétricos	-	-	-	-	5	6	-
Comércio Ambulante	-	-	8	-	6	6	-
Supermercados	5	-	6	5	7	6	-
Comércio de Vestuário	-	-	5	-	-	5	-
Eletricidade	-	-	-	-	-	5	-
Perfumaria	-	-	-	-	-	5	-
Comércio de Art.de Transportes	-	5	-	-	-	5	-
Pedras	-	-	5	-	-	-	-
Indústria do Vestuário	-	-	-	9	-	-	-
Indústria de Bebidas	-	-	14	-	-	-	-
Subtotal	184	206	271	224	292	306	8,3 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; “-” indica menos de seis observações na amostra.

No ramo de serviços sociais, que cresceu 12,6% ao ano no rural privado, o principal destaque foi o setor de estabelecimentos de ensino público, com expansão de 8,8% ao ano no

período 1992-98. Outros dois ramos de atividade também tiveram forte crescimento em termos de ocupação da PEA rural não-agrícola no meio rural não metropolitano paulista: o de transportes e comunicação, com taxa anual de crescimento de 10,2% ao ano no rural privado, em que merecem destaque os setores de transporte público e transportes de carga; e o de administração pública, que registrou aumento de 7,4% ao ano, muito influenciado pelo setor da administração municipal, que é o principal empregador e teve expansão de 8,9% ao ano no número de pessoas ocupadas.

É interessante observar a grande diversidade de setores de atividade não-agrícola nos quais a PEA rural não metropolitana paulista tem conseguido se ocupar, muitos deles sem nenhum vínculo direto com a produção agropecuária. Os diferentes graus de exigência de escolaridade e qualificação profissional abrem possibilidades para a grande diversidade de trabalhadores com residência rural, os quais, muitas vezes, não preenchem requisitos muito rígidos de contratação profissional.

Com isso, nota-se a presença de todas (ou quase todas) as dinâmicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas da população residente no meio rural, apresentadas no capítulo anterior, o que coloca São Paulo em um patamar diferenciado de outros estados e regiões. As dinâmicas referem-se: às atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que servem como insumos da produção e, também, processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários; às ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.); ao “excedente” da mão-de-obra rural, que busca ocupações não-agrícolas no próprio meio rural, ou urbano, principalmente na prestação de serviços, sem abandonar a unidade familiar; à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como o artesanato, o lazer e o turismo rural; à expansão dos serviços públicos para as zonas rurais; à demanda por terras para uso não-agrícola por parte das (agro)indústrias e empresas prestadoras de serviços; à demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infra-estrutura mínima de transportes e de serviços públicos; à demanda da população urbana de alta renda por áreas de segunda residência, bem como pelos serviços relacionados a elas; e às novas atividades agropecuárias, voltadas para *nichos* de mercado.

As referidas dinâmicas distinguem-se quanto às atividades diretamente envolvidas, ao

deslocamento espacial das pessoas, ao caráter das iniciativas (imobiliárias, comerciais ou industriais) e ao tipo de produtos e serviços de consumo corrente transacionados no meio rural. Essas dinâmicas relacionam-se aos amplos processos de industrialização da agricultura e reajuste do setor industrial, bem como à mudança do padrão de consumo da população (urbana e rural), os quais, no conjunto, vêm alterando a estrutura ocupacional do meio rural paulista (Graziano da Silva e Del Grossi, 1999).

Em função do exposto, o meio rural paulista não pode mais ser considerado apenas o conjunto das tradicionais atividades agropecuárias, pois ganhou novas funções (e, conseqüentemente, novas ocupações para os seus residentes), como: propiciar lazer através dos pesque-pague, hotéis-fazenda e chácaras de fins de semana⁴³; dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais); abrigar atividades de preservação e conservação ambiental, que propiciam o desenvolvimento do turismo rural, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas; sediar um conjunto de atividades tipicamente urbanas, crescentes em função da “homogeneização” dos mercados de trabalho urbano e rural. Em resumo, há um conjunto de atividades não-agrícolas que respondem, cada vez mais, pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista (Graziano da Silva et alii, 1996).

Os dados da Tabela 6 mostram as principais profissões não-agrícolas da PEA rural não metropolitana. É perceptível a relação do crescimento delas com os setores nos quais estão inseridas, destacando-se as ocupações de serviços domésticos (sempre à frente das demais), pedreiro, motorista, balconistas-atendentes, diarista doméstico e ajudante de pedreiro. Mais detalhes sobre elas serão apresentados no capítulo seguinte, que analisa as características das pessoas empregadas e do trabalho em alguns grupos dessas ocupações, comparando-os com as ocupações agrícolas. Nele, busca-se mostrar até que ponto o crescimento de uma enorme gama de profissões não-agrícolas para os residentes rurais tem se refletido em melhores condições de trabalho.

⁴³ Essas chácaras são pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, estando localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, com fácil acesso através das principais rodovias do Estado. Muitas delas apresentam atividades produtivas de valor comercial considerável, ultrapassando até mesmo a idéia corrente de “abater parte das despesas de sua manutenção”. Em 1995, uma exposição realizada em São Paulo, estimou em cerca de 70 mil os pequenos chacareiros com atividades comerciais no Estado de São Paulo. Eles se dedicam, principalmente, à criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, à produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, às atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas). O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural, dando novo uso para as terras, inclusive assalariando antigos trabalhadores rurais e moradores do local como “caseiros” e jardineiros (Graziano da Silva et alii, 1996).

Tabela 6
PEA Rural Não Metropolitana Ocupada (1), segundo Área e Ocupação Principal
Estado de São Paulo
1992-1998

Área e Ocupação Principal	Em mil pessoas						
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
Distritos e Povoados	61	52	85	78	75	82	6,7 **
Agrícola	18	15	10	18	16	14	-2,2
Não-Agrícola	43	37	76	60	60	69	9,6 **
Pedreiro	8	-	6	9	10	10	-
Balcônistas – Atendentes	-	-	-	-	-	8	-
Serviços Domésticos	-	5	8	5	8	7	-
Ajudante de Pedreiro	-	-	5	-	-	-	-
Subtotal	8	5	19	14	18	25	25,9 ***
Rural Privado	831	914	873	841	822	825	-0,9
Agrícola	562	605	501	483	423	415	-5,9 ***
Não-Agrícola	269	309	373	359	400	410	6,9 ***
Serviços Domésticos	64	68	77	71	93	78	4,3 **
Motorista	15	9	16	19	15	25	11,1 *
Pedreiro	17	12	24	17	36	25	12,8 *
Balcônistas – Atendentes	6	9	7	14	13	18	18,8 ***
Serviços Conta-Própria	-	11	9	7	6	15	-
Diarista Doméstica	7	7	7	5	20	14	13,9
Diversos	7	9	-	18	-	11	-
Servente – Faxineiro	10	10	6	10	9	11	0,2
Ajudante Diversos	10	5	14	12	5	11	1,9
Ajudante de Pedreiro	5	6	15	14	12	10	15,9 **
Concretista – Draguista	-	-	-	6	-	6	-
Cozinheiro (Não Domést.)	7	5	6	-	7	6	-
Ajudante Administrativo	6	10	6	10	-	6	-
Caixa Recebedor	-	-	-	-	-	5	-
Chefias e Assistentes	-	8	5	6	-	5	-
Atendentes de Serviços	-	-	-	-	-	5	-
Copeiro – Balcônista	-	-	-	-	-	5	-
Guarda – Vigia	-	-	-	-	-	5	-
Fornheiro em Olaria	10	20	10	7	11	-	-
Ambulantes	-	-	6	-	-	-	-
Técnicos Ind. Diversos	-	-	5	6	-	-	-
Empregador – Comércio	6	5	-	-	7	-	-
Ajudante Mec. De Máquinas	6	-	5	-	-	-	-
Costureiro – Alfaiate	-	5	5	7	6	-	-
Subtotal	176	201	221	226	240	262	6,0 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Para finalizar esse capítulo, torna-se importante uma breve análise dos residentes rurais não metropolitanos ocupados em atividades agrícolas e não-agrícolas, segundo o sexo e a posição

na ocupação. Nos anos 90, houve predomínio dos homens nas atividades agrícolas e não-agrícolas. Em 1992, 78,2% dos ocupados na agropecuária paulista (ou 453.676 pessoas) eram do sexo masculino, contra 21,8% de mulheres (ou 126.335). No período analisado, houve forte redução no número de pessoas ocupadas de ambos os sexos e, em 1998, 82,2% eram homens (352.431 pessoas) e apenas 17,8% eram mulheres (76.431 pessoas). A única posição na ocupação que apresentou relativo equilíbrio entre homens e mulheres foi a de membros não remunerados da família. Nas demais, havia forte predomínio da mão-de-obra masculina.

Nas atividades não-agrícolas, a distribuição entre os sexos manteve-se praticamente inalterada no período 1992-98, sendo que as mulheres, diferentemente do que se verificou nas atividades agrícolas, tiveram grande participação em quase todas as posições na ocupação. Em 1992, 63,4% dos ocupados (ou 197.844 pessoas) eram homens e 36,6% eram mulheres (114.411 pessoas). No período analisado, aumentou significativamente a inserção de homens e mulheres residentes no meio rural não metropolitano em atividades não-agrícolas, mas, em 1998, a distribuição dos ocupados correspondia a 63,1% de homens (302.317 pessoas) e 36,9% de mulheres (176.626 pessoas).

Com isso, no final dos anos 90, 46% dos homens residentes no meio rural não-metropolitano paulista estavam ocupados em atividades fora da agricultura. A participação das mulheres era ainda maior: 70% ocupadas em atividades não-agrícolas. Saliente-se que esse comportamento é idêntico ao observado por Weller (1994) e Lanjouw (1999) para os países latino-americanos estudados. Para as mulheres rurais, as ocupações não-agrícolas passaram a ter um peso muito mais importante do que a agricultura.

Quanto à posição na ocupação, os empregados eram maioria nas atividades agrícolas (45,2%, em 1992, e 55,4%, em 1998, atingindo um máximo de 59,1%, em 1997) e não-agrícolas (83,5%, em 1992, e 75,9%, em 1998). No entanto, vale destacar que, nas atividades agrícolas, os homens tinham participação muito superior à das mulheres entre os empregados, comparativamente às atividades não-agrícolas, visto que, para as mulheres, a única posição na ocupação importante na agricultura era a de membros não remunerados da família.

As quedas verificadas nas ocupações agrícolas ocorreram em todas as posições na ocupação. No entanto, foi entre os membros não remunerados da família que ela foi mais intensa, reforçando o argumento das estratégias familiares em busca de outras fontes de trabalho e renda fora da agricultura (pluriatividade). Em 1992, somando-se homens e mulheres, havia 170.822

membros não remunerados da família ocupados em atividades agrícolas, valor que foi reduzido para 86.617 pessoas, em 1998. Para os empregados, conta-própria e empregadores, as reduções foram bem menos acentuadas.

Tendo esse quadro geral, em que quase a metade dos homens ocupados residentes rurais e 70% das mulheres estão fora da agricultura, a maioria na condição de empregados, é que, no capítulo seguinte, será dedicada atenção especial a esse segmento dos ocupados em atividades não-agrícolas no Estado de São Paulo. O intuito é conhecer com mais detalhes as características pessoais e do trabalho em alguns dos principais grupos de ocupações não-agrícolas, comparando-os com as ocupações agrícolas.

O objetivo é comparar trabalhos de densidades e conteúdos semelhantes (assalariado com assalariado, segundo algumas características principais). Segundo os dados apresentados, os empregados constituíam a maioria da PEA rural ocupada tanto em atividades agrícolas (55,4% do total, em 1998) quanto em atividades não-agrícolas (79,5% do total, em 1998). Por isso, é a posição na ocupação que interessa para a comparação do emprego rural agrícola e não-agrícola (ERNA). Portanto, não será contrastada a PEA rural total ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas. Pela diferenciação de inserção nos empregos agrícolas e não-agrícolas constatada, principalmente, nos trabalhos de Weller (1994) e Lanjouw (1999), a análise dos dados dos empregados será desagregada por sexo (masculino e feminino).

Os grupos de ocupações não-agrícolas para os quais foi possível obter um número mínimo de casos nas amostras (seis casos)⁴⁴ foram os de serviços domésticos, serviços não-domésticos, construção civil, professores, motoristas, indústria de transformação e comércio não-especializado. Como os pesos de cada pessoa nas amostras das PNADs foram 794, 796 e 849, respectivamente, em 1992, 1995 e 1998, eram necessárias pelo menos cinco mil pessoas para cada gênero em cada grupo selecionado, de forma a permitir inferências mais seguras. Os grupos de ocupações agrícolas foram os de trabalhadores permanentes e temporários e de operadores agrícolas.

⁴⁴ O número mínimo de seis casos para a análise das ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural (por ramos, setores e profissões, ou grupos de profissões) foi definido pelo Projeto Rurbano para permitir que as amostras expandidas pudessem ser mais confiáveis do ponto de vista de sua significância estatística.

Tabela 7: Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo, 1992-1998

Posição na Ocupação	1992			1993			1995			1996			1997			1998		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	453.676	126.335	580.011	494.991	124.722	619.713	424.347	85.989	510.336	403.425	97.059	500.484	373.466	64.701	438.167	352.431	76.431	428.862
Empregado	228.026	34.170	262.196	288.684	46.279	334.963	262.727	33.442	296.169	225.344	27.008	252.352	236.693	22.113	258.806	212.308	25.478	237.786
Conta-Própria	100.117	9.533	109.650	107.470	6.275	113.745	92.360	5.574	97.934	87.774	8.440	96.214	85.995	2.457	88.452	77.280	6.796	84.076
Empregador	34.164	3.179	37.343	16.472	3.923	20.395	17.514	-	17.514	15.192	-	15.192	14.742	1.638	16.380	20.383	-	20.383
Trab. Fam. Não Remunerado	91.369	79.453	170.822	82.365	68.245	150.610	51.746	46.973	98.719	75.115	61.611	136.726	36.036	38.493	74.529	42.460	44.157	86.617
Não-Agrícola	197.844	114.411	312.255	215.725	129.424	345.149	281.842	166.396	448.238	268.390	146.852	415.242	286.651	172.809	459.460	302.317	176.626	478.943
Empregado(1)	161.293	99.316	260.609	154.533	111.384	265.917	212.578	136.940	349.518	216.906	128.284	345.190	214.578	148.239	362.817	223.336	140.111	363.447
Conta-Própria	26.222	11.122	37.344	43.935	7.845	51.780	54.935	24.678	79.613	39.668	13.504	53.172	58.150	18.018	76.168	60.298	16.136	76.434
Empregador	5.563	3.973	9.536	7.846	3.137	10.983	8.756	797	9.553	5.908	844	6.752	11.466	1.638	13.104	9.341	5.095	14.436
Trab. Fam. Não Remunerado	4.766	-	4.766	9.411	7.058	16.469	5.573	3.981	9.554	5.908	4.220	10.128	2.457	4.914	7.371	9.342	15.284	24.626

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

(1) Inclui os empregados nos serviços domésticos.

Tabela 7a: Distribuição dos Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo, 1992-1998

Posição na Ocupação	1992			1993			1995			1996			1997			1998		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	78,2	21,8	100,0	79,9	20,1	100,0	83,2	16,8	100,0	80,6	19,4	100,0	85,2	14,8	100,0	82,2	17,8	100,0
Empregado	87,0	13,0	100,0	86,2	13,8	100,0	88,7	11,3	100,0	89,3	10,7	100,0	91,5	8,5	100,0	89,3	10,7	100,0
Conta-Própria	91,3	8,7	100,0	94,5	5,5	100,0	94,3	5,7	100,0	91,2	8,8	100,0	97,2	2,8	100,0	91,9	8,1	100,0
Empregador	91,5	8,5	100,0	80,8	19,2	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	90,0	10,0	100,0	100,0	0,0	100,0
Trab. Fam. Não Remunerado	53,5	46,5	100,0	54,7	45,3	100,0	52,4	47,6	100,0	54,9	45,1	100,0	48,4	51,6	100,0	49,0	51,0	100,0
Não-Agrícola	63,4	36,6	100,0	62,5	37,5	100,0	62,9	37,1	100,0	64,6	35,4	100,0	62,4	37,6	100,0	63,1	36,9	100,0
Empregado	61,9	38,1	100,0	58,1	41,9	100,0	60,8	39,2	100,0	62,8	37,2	100,0	59,1	40,9	100,0	61,4	38,6	100,0
Conta-Própria	70,2	29,8	100,0	84,8	15,2	100,0	69,0	31,0	100,0	74,6	25,4	100,0	76,3	23,7	100,0	78,9	21,1	100,0
Empregador	58,3	41,7	100,0	71,4	28,6	100,0	91,7	8,3	100,0	87,5	12,5	100,0	87,5	12,5	100,0	64,7	35,3	100,0
Trab. Fam. Não Remunerado	100,0	0,0	100,0	57,1	42,9	100,0	58,3	41,7	100,0	58,3	41,7	100,0	33,3	66,7	100,0	37,9	62,1	100,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Tabela 7b: Distribuição dos Residentes Rurais Não Metropolitanos Ocupados em Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas, por Sexo, segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo, 1992-1998

Posição na Ocupação	1992			1993			1995			1996			1997			1998		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	50,3	27,0	45,2	58,3	37,1	54,1	61,9	38,9	58,0	55,9	27,8	50,4	63,4	34,2	59,1	60,2	33,3	55,4
Conta-Própria	22,1	7,5	18,9	21,7	5,0	18,4	21,8	6,5	19,2	21,8	8,7	19,2	23,0	3,8	20,2	21,9	8,9	19,6
Empregador	7,5	2,5	6,4	3,3	3,1	3,3	4,1	0,0	3,4	3,8	0,0	3,0	3,9	2,5	3,7	5,8	0,0	4,8
Trab. Fam. Não Remunerado	20,1	62,9	29,5	16,6	54,7	24,3	12,2	54,6	19,3	18,6	63,5	27,3	9,6	59,5	17,0	12,0	57,8	20,2
Não-Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	81,5	86,8	83,5	71,6	86,1	77,0	75,4	82,3	78,0	80,8	87,4	83,1	74,9	85,8	79,0	73,9	79,3	75,9
Conta-Própria	13,3	9,7	12,0	20,4	6,1	15,0	19,5	14,8	17,8	14,8	9,2	12,8	20,3	10,4	16,6	19,9	9,1	16,0
Empregador	2,8	3,5	3,1	3,6	2,4	3,2	3,1	0,5	2,1	2,2	0,6	1,6	4,0	0,9	2,9	3,1	2,9	3,0
Trab. Fam. Não Remunerado	2,4	0,0	1,5	4,4	5,5	4,8	2,0	2,4	2,1	2,2	2,9	2,4	0,9	2,8	1,6	3,1	8,7	5,1

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

CAPÍTULO III

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO RURAL NÃO METROPOLITANO NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS ANOS 90

Como foi salientado, os grupos de ocupações agrícolas para os quais havia número de casos suficientes nas amostras das PNADs eram os de trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários e operadores agrícolas, que representavam 86%, 89% e 89%, respectivamente, do total de empregados agrícolas com residência rural no Estado de São Paulo em 1992, 1995 e 1998 (Tabela 8).

Tabela 8
Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Grupos de Ocupações Agrícolas
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	1992			1995			1998		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total de Empregados	228.026	34.170	262.196	262.727	33.442	296.169	212.308	25.478	237.786
Trab. Temporários	28.596	14.306	42.902	27.870	5.573	33.443	20.383	6.793	27.176
Trab. Permanentes	146.192	16.685	162.877	171.962	24.684	196.646	144.370	16.138	160.508
Operadores Agrícolas	19.069	-	19.069	31.845	-	31.845	24.627	-	24.627
Subtotal	193.857	30.991	224.848	231.677	30.257	261.934	189.380	22.931	212.311

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Para as ocupações não-agrícolas, foi possível selecionar os grupos de serviços domésticos, serviços não-domésticos, indústria de transformação, comércio não-especializado, professores, motoristas e construção civil, que correspondiam, respectivamente, a 75%, 80% e 76% do total de empregados com residência rural e trabalhando nas atividades não-agrícolas em 1992, 1995 e 1998 (Tabela 9).

Tabela 9
Empregados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Grupos de Ocupações Não-Agrícolas
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	1992			1995			1998		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Total de Empregados (1)	161.293	99.316	260.609	212.578	136.940	349.518	223.336	140.111	363.447
Serviços Domésticos	27.808	54.820	82.628	27.070	75.635	102.705	32.271	78.122	110.393
Serviços Não-domésticos	15.097	11.123	26.220	11.147	13.533	24.680	16.136	14.437	30.573
Ind. De Transformação	38.934	6.359	45.293	68.469	14.329	82.798	47.553	8.491	56.044
Comércio Não-espec.	5.560	3.974	9.534	8.758	5.574	14.332	12.738	6.795	19.533
Professores	-	2.385	2.385	-	9.555	9.555	849	9.342	10.191
Motoristas	12.711	-	12.711	14.330	-	14.330	18.679	-	18.679
Construção Civil	17.480	-	17.480	31.846	-	31.846	29.723	-	29.723
Subtotal	117.590	78.661	196.251	161.620	118.626	280.246	157.949	117.187	275.136

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

(1) Inclui os empregados nos serviços domésticos.

O procedimento de análise dos dados das PNADs para os grupos de ocupações selecionados, no período 1992-98, será o seguinte: primeiramente, são descritas as ocupações agrícolas e não-agrícolas, separando-se as características das pessoas empregadas e as principais características do trabalho e cotejando-as, resumidamente, com os empregados residentes urbanos nos mesmos grupos de ocupações; em seguida, será feita a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas dos empregados, por sexo, escolhendo-se algumas das principais características do trabalho. Para facilitar a comparação, será construído um indicador sintético de qualidade do emprego, a partir dos dados já tabulados. Esse indicador também será importante para ratificar as comparações entre os empregados rurais e urbanos nos mesmos grupos de ocupações. Os dados nos quais se baseou a análise a seguir estão localizados no Anexo Estatístico.

Características do Emprego nos Principais Grupos de Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas

Trabalhadores Agrícolas

Os dados das PNADs mostram que, entre os trabalhadores agrícolas na condição de empregados e com domicílio rural, havia um predomínio dos permanentes sobre os temporários (160.408 pessoas, em 1998, contra apenas 27.176 temporários), evidenciando que as áreas urbanas constituem o local predominante de residência dos “volantes”. Havia, também, claro predomínio dos homens sobre as mulheres, tanto para os trabalhadores permanentes (90% do total de empregados, em 1998), quanto para os temporários (75% do total, em 1998).

Para todas as categorias nesse grupo de ocupações, houve queda do número de pessoas empregadas, o que está coerente com o que foi apresentado no capítulo anterior, em que se mostrou que a redução da área cultivada com importantes culturas, associada à proliferação da colheita mecanizada, reduziu fortemente o número de postos de trabalho agrícolas no meio rural paulista. A seguir será feito um detalhamento das principais características das pessoas e do trabalho nas ocupações dos trabalhadores agrícolas, fazendo-se a distinção entre temporários e permanentes, e entre homens e mulheres.

Trabalhadores Temporários

Esse grupo é, certamente, o que apresenta as características mais desfavoráveis para os trabalhadores envolvidos (homens e mulheres), principalmente aquelas relacionadas às condições do trabalho. Apesar de não ser nenhuma conquista que mereça comemoração, era no trabalho agrícola temporário que as mulheres e os homens tinham padrões semelhantes de trabalho, ambos

muito ruins. Como foi salientado anteriormente, a grande maioria dos trabalhadores temporários tinha residência urbana no período analisado (em 1998, 130.779 moravam nas cidades, enquanto apenas 27.176 tinham residência rural).

Homens

Em 1998, 20,9% dos empregados com residência rural tinham idade entre 10 e 20 anos, indicando a grande presença de jovens em um tipo de ocupação bastante precária. Deve ser ressaltado que, entre 1992 e 1998, houve redução do trabalho infantil, que passou de 11,1% para apenas 4,2%, depois de atingir um valor muito elevado em 1995 (25,7%)⁴⁵. Alguns acordos feitos pelas indústrias processadoras, que eram, até então, as responsáveis pela contratação dos trabalhadores para a colheita, principalmente na citricultura e no setor sucroalcooleiro, junto à Abrinq e ao governo do Estado, visando a eliminação do trabalho infantil, podem ter influenciado no comportamento observado⁴⁶. A contrapartida dessa redução foi o aumento da participação dos jovens entre 16 e 20 anos, que dobrou no período considerado. Já a participação de pessoas com mais de 50 anos era de apenas 12,5%; em 1998, a qual já foi muito maior no início dos anos 90 (chegou a 30,6%, em 1992). Portanto, percebe-se que dois terços dos ocupados, em 1998, tinham idade entre 21 e 50 anos; sendo que a faixa etária de 41 a 50 anos foi a que mais cresceu no período analisado.

Quanto à escolaridade, chamam a atenção o baixo percentual de trabalhadores que freqüentavam escola na semana de referência e a elevada participação daqueles sem instrução e menos de um ano de estudo (33,3%, em 1998). No entanto, é nas características do trabalho que a situação torna-se ainda mais complicada para os trabalhadores temporários. Os dados mostram a precariedade do trabalho dessa categoria, pois apenas 12,5% possuíam carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social, em 1998. Note-se que esse foi o maior valor observado para essas variáveis ao longo dos anos 90, pois, em 1992, a participação era de somente 5,6%.

⁴⁵ A utilização da faixa etária de até 15 anos para caracterizar o trabalho infantil está baseada no texto de Graziano da Silva e Del Grossi (2000). Segundo os autores, foi aprovada uma emenda constitucional alterando de 14 para 16 anos a idade para a caracterização do trabalho infantil, exceto para os casos de aprendizes (permitido também para menores de 14 anos). Essa emenda constitucional alterou o artigo 7, seção XXXIII da Constituição de 1988. Vale salientar que nessa pesquisa, por se tratar apenas dos trabalhadores com idade acima de 10 anos, ocupados na semana de referência, não se está captando o trabalho infantil das crianças de 5 a 9 anos de idade.

⁴⁶ Um maior detalhamento desses acordos pode ser encontrado no trabalho de Baptistella, Francisco e Vicente (2000).

Apesar de os trabalhadores temporários serem contratados, majoritariamente, pelo próprio produtor (em 1998, 100% deles foram contratados diretamente, contra 72,2%, em 1992), não houve grandes melhorias no grau de formalização do trabalho. Ou seja, nem os empregadores diretos, nem as cooperativas de trabalhadores, nem outros intermediários garantiam aos volantes os mais elementares direitos trabalhistas.

No que se refere à remuneração, percebe-se uma relativa melhoria a partir de 1995, quando cresceram as participações dos trabalhadores volantes que recebiam de 1 a 3 salários mínimos. No período 1992-95, entre 60% e 72,2% dos volantes recebiam até um salário mínimo, reduzindo-se para 37,5% no período seguinte, chegando, em 1998, com uma distribuição mais homogênea entre as faixas salariais compreendidas entre meio e três salários mínimos, embora 75% desses trabalhadores continuassem a ganhar até dois salários mínimos.

Com isso, percebe-se que o rendimento médio mensal dos volantes era um dos mais baixos entre as profissões analisadas para os empregados. Em 1998, esse valor era de R\$ 192,75, considerado baixo para um trabalho que, muitas vezes, exige extensas jornadas (em 1998, 54,2% dos volantes tinham jornada acima de 45 horas semanais, situação que pouco se alterou no período analisado), pois é muito comum a remuneração estar associada à produtividade do trabalho, medida pela quantidade de cana cortada, pelo número de caixas de laranja colhidas, pelo número de sacos de café colhidos, etc.

Outro agravante era o baixo percentual de trabalhadores que recebiam auxílio transporte (apenas 25% dos trabalhadores rurais volantes), apesar de cerca de 90% do total não residir no local de trabalho e precisar ser transportado – em 1998, 70,8% gastavam até 30 minutos para chegar ao local de trabalho. Os demais auxílios eram praticamente inexistentes, com exceção do auxílio alimentação, que foi recebido por 20,8% dos volantes, em 1998.

Uma comparação dos temporários residentes no meio rural com os residentes nas cidades permite apontar algumas diferenças, que acabam mostrando um quadro relativamente mais favorável para os últimos: era menor a participação dos empregados sem instrução e com menos de um ano de estudo entre os volantes urbanos (23,4%, em 1998); era bem maior o grau de formalização do trabalho dos volantes urbanos (29% tinham carteira assinada e 29,8% contribuíam para a Previdência Social, em 1998); o rendimento médio mensal dos volantes com residência urbana sempre esteve acima daquele recebido pelos rurais; cerca de 60%, em média para o período, dos volantes urbanos recebiam auxílio transporte, o que compensava o fato de

eles gastarem um tempo maior de viagem até o local de trabalho (em 1998, 53,2% gastavam de 30 minutos até duas horas para chegar ao trabalho).

A favor dos trabalhadores temporários residentes rurais estavam a maior participação de empregados com 8 a 14 anos de estudo (20,9% contra 12,3% dos urbanos, em 1998), o menor tempo de deslocamento até o local de trabalho (70,8% gastavam até 30 minutos, contra 41,1% dos urbanos, em 1998) e a menor participação de empregados com jornada acima de 45 horas semanais (54,2% para os rurais e 66,9% para os urbanos, em 1998).

Mulheres

Com a redução de mais de 50% no número de trabalhadoras volantes com residência rural (de 14.306 pessoas, em 1992, para apenas 6.973, em 1998), os dados da PNAD registraram 87,5% das pessoas empregadas com idade entre 21 e 40 anos, em 1998. Aliás, essa faixa etária sempre concentrou a maior parte das mulheres volantes. Chama atenção a redução do trabalho infantil, pois a PNAD não captou ninguém com idade entre 10 e 15 anos, em 1998. Nos demais anos da série, a participação dessa faixa etária chegou a ser representativa: 11,1%, em 1992 e 14,3%, em 1995.

Apesar da baixa participação de pessoas que freqüentavam escola na semana de referência, o nível de escolaridade das mulheres volantes era melhor que o dos homens, principalmente no último ano da pesquisa, no que se refere tanto ao curso mais elevado (37,5% tinham o ensino médio) quanto ao número de anos de estudo (50% tinham entre 8 e 14 anos de estudo).

Entretanto, se nas características pessoais as mulheres tinham melhores indicadores, no trabalho as condições eram tão ruins quanto as verificadas para os homens nessa categoria. Em dois anos da série analisada (1992 e 1998), os dados das PNADs captaram 100% das mulheres sem carteira assinada e sem contribuição previdenciária. O melhor resultado foi verificado em 1995, quando apenas 14,3% das trabalhadoras volantes tinham esses direitos trabalhistas.

Quanto à remuneração, vale destacar que, desde 1995, a quase totalidade das mulheres ganhou de meio até dois salários mínimos. A variação do rendimento médio mensal de R\$122,67, em 1992, para R\$186,26, em 1998, deveu-se à eliminação da faixa salarial das pessoas que recebiam até meio salário mínimo (33,3% das mulheres tinham essa remuneração, em 1992). Vale salientar que foi nesse grupo de ocupações que o rendimento médio feminino no trabalho

principal mais se aproximou do masculino, embora ambos estivessem em patamares muito baixos.

Os dados das PNADs mostram dois fatos curiosos e possivelmente interligados: aumentou o número de mulheres volantes que residiam no próprio local de trabalho (em 1998, o valor foi de 50%); e diminuiu muito o número de contratadas via intermediários (em 1998, 100% foram contratadas diretamente pelo produtor, contra 61,1%, em 1992). A explicação para isso residiria no fato de que houve uma volta à contratação de turmas fixas de volantes pelos produtores e que, na época de maior demanda de trabalhadores (colheita, por exemplo), as mulheres residentes no meio rural são contratadas para ampliar essas turmas (Graziano da Silva, 1997).

Com o aumento do número de trabalhadoras residentes no local de trabalho também houve, por consequência, um crescimento da participação daquelas que receberam auxílio moradia (71,4%, em 1995, e 50%, em 1998). Os demais auxílios ou foram muito esporádicos (alimentação, educação e saúde), ou simplesmente deixaram de ser oferecidos (transporte).

Na comparação das trabalhadoras volantes residentes no meio rural com as residentes urbanas, observam-se algumas melhorias para as primeiras e uma piora para as outras, principalmente após 1995. A favor das residentes rurais pesavam o não uso de trabalho infantil (não captado em 1998), que, embora baixo, persistia entre as trabalhadoras urbanas (passou de 5,6% do total de empregadas, em 1992, para 3,3%, em 1998); o maior nível de escolaridade, principalmente em 1998, quando todas as empregadas tinham mais de quatro anos de estudo e 50% delas possuíam entre 8 e 14 anos de estudo (entre as trabalhadoras temporárias urbanas, 50% tinham até três anos de estudo, sendo que um terço não tinha instrução ou possuía menos de um ano de estudo); o aumento do rendimento médio mensal das trabalhadoras residentes rurais, no período analisado, que praticamente se igualou ao das trabalhadoras com residência urbana, o qual ficou estagnado entre 1995 e 1998 (os valores foram R\$186,26 e R\$187,24, respectivamente, em 1998); e o aumento do número das volantes rurais que residiam no local de trabalho, elevando a participação daquelas que recebiam auxílio moradia (50%, em 1998).

As trabalhadoras temporárias que residiam nas cidades possuíam um maior grau de formalização do trabalho, embora deva ser registrado que a participação das pessoas com carteira assinada caiu de 42,6%, em 1995, para apenas 13,3%, em 1998, mostrando um claro aumento da precarização do trabalho (que já era precário!). Esse comportamento foi acompanhado pela significativa redução dos contribuintes para a Previdência Social, passando de 38,9%, em 1992,

para 16,7%, em 1998. As trabalhadoras urbanas, em 1998, também tinham maior participação no recebimento dos auxílios alimentação (36,7% contra 12,5% das rurais) e transporte (43,3%), esse último com redução no período considerado pois, em 1992, 63,3% delas recebiam esse auxílio. Essa queda contrasta com o fato de ter aumentado a participação das trabalhadoras que gastavam entre 30 minutos e uma hora até o local de trabalho, passando de 34,4%, em 1992 para 60,0%, em 1998.

Trabalhadores Permanentes

Contrariamente ao que foi observado para os temporários, em 1998, havia um certo equilíbrio entre os trabalhadores agrícolas permanentes que residiam no meio rural e nas cidades, com ligeira vantagem para os urbanos (184.278 urbanos contra 160.508 rurais). Ou seja, para os trabalhadores permanentes, o meio rural ainda continuava sendo um importante local de moradia, que, muitas vezes, ocorria no próprio local de trabalho (nas propriedades rurais).

Homens

Nas características pessoais, nota-se que as faixas etárias mais importantes para os trabalhadores permanentes residentes no meio rural, durante todo o período analisado, foram as de 21 a 30 anos e de 31 a 40 anos, as quais concentraram cerca de 50%, em média, do total de empregados. A seguir, aparecia a faixa de 41 a 50 anos, cuja participação foi de 14,7%, em 1998.

O uso de trabalho infantil alcançava, em 1998, 3,5% dos empregados (ou 5.094 pessoas). No período 1992-98, a maior participação dos empregados com idade entre 10 e 15 anos foi registrada em 1995, com 5,6% do total (ou 9.554 pessoas). Já as faixas etárias dos jovens (16 a 20 anos) e dos trabalhadores mais idosos (acima de 50 anos) mantiveram certa estabilidade, em termos participativos, no período 1992-98. A primeira tinha participação de 12%, em 1992, passando para 12,4%, em 1998, depois de atingir o pico de 14,8% em 1995. A segunda iniciou a década com participação de 15,3%, aumentando para 17,7%, em 1998.

Um fato positivo que acompanhou a redução do trabalho infantil foi o aumento percentual dos trabalhadores permanentes que freqüentavam escola na semana de referência da PNAD (de 2,7%, em 1992, para 11,2%, em 1998). Quanto ao curso anterior mais elevado dos trabalhadores permanentes, havia predominância do primeiro grau (atual ensino fundamental), com participação de 40,6%, em 1998, seguido pelo elementar (primário), com 24,7%. O elevado número de dados não disponíveis (29,4%, em 1998), associado às informações dos grupos de anos de estudo, indica que aqueles dados referiam-se aos empregados com baixíssima

escolaridade. Nota-se que, apesar da queda, ainda era alto o percentual de trabalhadores sem instrução e com menos de um ano de estudo (20,6%, em 1998). Os grupos de anos de estudo mais significativos foram os de 4 a 7 anos e 1 a 3 anos, embora deva ser registrada a participação de 12,4% daqueles trabalhadores com escolaridade entre 8 e 14 anos, provavelmente envolvidos nos trabalhos mais qualificados dentro da propriedade rural.

Nas características do trabalho, a grande maioria das pessoas tinha somente um trabalho na semana de referência, com jornada, predominantemente, acima das 45 horas semanais (em 1998, 66,5% dos trabalhadores tinham essa jornada), o que indica a necessidade de um sobretrabalho para conduzir as atividades necessárias ao processo produtivo agropecuário. Em 1998, a maioria dos trabalhadores permanentes (72,4%) residia no próprio local de trabalho (embora tenha apresentado valores maiores no período anterior – a maior participação foi de 80,6%, em 1995).

Quanto ao grau de formalização do trabalho, verifica-se que, no período 1992-98, houve queda em termos absolutos e relativos dos trabalhadores com carteira assinada. Em 1998, 55,9% do total de trabalhadores tinha registro em carteira (em 1992, esse valor foi de 63,6%). Essa participação era bem próxima daquela referente às contribuições previdenciárias (58,2%, em 1998), mostrando que era muito baixa a contribuição, como autônomos, daqueles que não tinham o registro em carteira. Ou seja, ou os empregadores recolhem o benefício ou os trabalhadores não o fazem, ficando sem direito à futura seguridade social (essa situação era semelhante para quase todos os grupos de ocupações selecionados).

A faixa de remuneração predominante na série analisada foi a de 1 a 2 salários mínimos, com participação de 50% no total de empregados, em 1998. Apesar da redução no período, 18,3% dos trabalhadores ainda recebiam até um salário mínimo. O crescimento das participações das faixas de 2 a 3 e de 3 a 5 salários mínimos contribuiu para que houvesse uma elevação do rendimento médio mensal, que passou de R\$199,27, em 1992, para R\$243,84, em 1998.

O principal auxílio recebido pelos trabalhadores permanentes era o de moradia, apesar de uma pequena redução no período 1992-98 (de 73,4% para 62,9%). Entre os demais, tinha certa importância o auxílio alimentação, que era recebido por 18,8% dos trabalhadores, em 1998. Nesse mesmo ano, somente cerca de 5% dos trabalhadores tiveram acesso aos auxílios transporte e saúde.

O principal fato a destacar na comparação dos trabalhadores permanentes residentes no meio rural com os residentes nas cidades é que, em 1998, houve uma aproximação das condições de trabalho para ambos, medida pelos seguintes fatores: o grau de formalização do trabalho e a participação dos contribuintes para a Previdência Social, apesar do melhor resultado para os trabalhadores urbanos em 1995, apresentaram valores iniciais e finais muito similares para a série analisada (55,9% e 58,2%, respectivamente, para os rurais e 54,3% e 56,6% para os urbanos); os rendimentos médios mensais também se aproximaram, em 1998, devido ao crescimento verificado para os trabalhadores permanentes residentes rurais e à queda para os residentes urbanos (R\$242,58, para os rurais e R\$244,80 para os urbanos); nos auxílios recebidos, os rurais tinham vantagem no auxílio moradia, enquanto os urbanos tinham vantagem no auxílio transporte. Para os demais auxílios (alimentação, saúde e educação), a situação era relativamente semelhante, o que mostra um quadro parecido no cômputo geral dos benefícios.

No entanto, ainda permaneciam algumas diferenças. No que se refere à escolaridade, os urbanos apresentaram melhores indicadores, principalmente em 1998, quando 50,9% dos empregados tinham de 4 a 7 anos de estudo (contra 38,8% dos rurais) e 14,5% eram analfabetos ou possuíam menos de um ano de estudo (contra 20,6% dos rurais). Finalmente, em 1998, entre os trabalhadores permanentes com residência urbana, eram menores a participação dos empregados com jornada acima de 45 horas semanais (58,4%, contra 66,5% dos rurais) e a daqueles que recebiam até um salário mínimo (13,3% contra 18,3% dos rurais).

Mulheres

Entre as mulheres trabalhadoras permanentes com residência rural, no período 1992-98, a participação mais importante foi registrada na faixa etária de 31 a 50 anos (57,9%, em 1998). Também vale destacar que foi baixa a participação de empregadas mais idosas, com idade superior a 50 anos, cujo maior valor observado foi 10,5%, em 1998. Ao longo dos anos 90, houve grande redução do uso de trabalho infantil entre as trabalhadoras permanentes. Em 1992, 4,8% das empregadas tinham de 10 a 15 anos de idade, valor que subiu para 12,9%, em 1995, e depois caiu para 0%, em 1998.

Os dados mostram que houve crescimento do número de pessoas que estavam freqüentando escola na semana de referência, atingindo 21%, em 1998 (bem superior ao dos homens). Quanto à escolaridade, o comportamento não difere daquele verificado para os homens,

acrescentando-se apenas o fato de que, entre as mulheres, era bem menor a participação de empregadas no grupo sem instrução e com menos de um ano de estudo (15,8%, em 1998).

Nas características do trabalho, os principais pontos a serem destacados são os seguintes: apesar de a maioria das mulheres trabalhadoras permanentes ainda residir no próprio local de trabalho em 1998 (68,4%), houve queda nessa participação, que foi de 85,7%, em 1992; contrariamente ao que ocorreu com os homens, para as mulheres houve um crescimento do grau de formalização do trabalho, pois 63,2% das empregadas tinham carteira assinada em 1998, contra 47,6%, em 1992; esse fato teve reflexos positivos no número de contribuintes para a Previdência Social, que saltou de 47,6%, em 1992, para 68,4%, em 1998; as principais faixas salariais foram, destacadamente, as de meio até um salário mínimo e de um até dois salários mínimos, mas elas inverteram suas posições relativas entre 1992 e 1998 (de 57,1% e 38,1%, respectivamente, para 36,8% e 52,6%); essas mudanças de posição das faixas salariais influenciaram o aumento verificado no rendimento médio no trabalho principal, que passou de R\$139,11, em 1992, para R\$201,87, em 1998 (nesse ano, o rendimento das mulheres correspondeu a 83% daquele recebido pelos homens, valor que, em 1992, correspondia a apenas 70%); a maioria das mulheres tinha jornada semanal entre 16 e 44 horas (63,1%, em 1998, invertendo o quadro verificado em 1992, quando 61,4% das empregadas tinham jornada acima de 45 horas); o principal auxílio recebido pelas trabalhadoras permanentes era o de moradia, apesar da redução verificada no período 1995-98 (de 64,5%, em 1995, para 36,8%, em 1998), mas chama atenção o crescimento do auxílio saúde, que passou de 9,5% das trabalhadoras, em 1992, para 15,8%, em 1998.

Na comparação das trabalhadoras permanentes residentes no meio rural com as residentes urbanas, as principais diferenças que permaneciam no final dos anos 90 eram a jornada regular de trabalho e o rendimento médio mensal, esse último sempre mais favorável para as urbanas, apesar da redução na relação observada em 1998. Nesse ano, as trabalhadoras rurais receberam 93% do rendimento médio das urbanas, valor que era 87%, em 1992, e 76%, em 1995.

Os itens que mais se aproximaram, no período analisado, foram o grau de formalização do trabalho (em 1998, 63,2% das trabalhadoras permanentes rurais e 68,4% das urbanas possuíam carteira assinada, valores que caíram bastante entre 1992 e 1998) e a contribuição previdenciária (65,9% para as rurais e 68,2% para as urbanas, em 1998). Também para o uso de trabalho infantil e para o nível de escolaridade, os indicadores eram bastante semelhantes no final dos anos 90. Somente vale destacar que, entre as trabalhadoras permanentes rurais, era maior a participação

daquelas que freqüentavam escola na semana de referência (21%, contra apenas 4,5% das urbanas).

Pela própria situação de moradia no local de trabalho, era de se esperar que as trabalhadoras com residência rural tivessem mais acesso ao auxílio moradia (36,8%, contra apenas 11,4% das urbanas, em 1998). Em contrapartida, em 1998, as urbanas receberam muito mais auxílio transporte (72,7%), do que as trabalhadoras residentes no meio rural (10,5%). Entre os demais, as rurais receberam mais auxílio saúde (15,8%, contra 6,8% das urbanas, em 1998) e as urbanas mais auxílio alimentação (18,2%, em 1998, contra apenas 5,3% das rurais) e ambas não receberam auxílio educação.

Operadores Agrícolas

Essa ocupação, que apresentou redução no número de pessoas empregadas com residência rural após 1995, depois de um forte crescimento no período 1992-95, caracteriza-se pelo predomínio absoluto dos homens (100% do total no período analisado). Também havia participação muito mais significativa dos operadores agrícolas permanentes (mais de 90% do total de empregados), em detrimento dos temporários. No período 1992-98, o maior valor registrado pelas PNADs para os operadores agrícolas temporários residentes rurais foi de 2.550 pessoas, em 1998, quando representaram apenas 9% do total de empregados nesse grupo.

Devido à presença muito baixa dos temporários (poucos casos nas amostras das PNADs), na análise das características pessoais e do trabalho somente será feita a desagregação dos dados para os operadores agrícolas permanentes. Um detalhe que vale a pena citar é que, no período 1995-98, houve um predomínio dos operadores agrícolas residentes no meio rural, em detrimento dos urbanos, que eram maioria no período anterior (1992-95).

As faixas etárias mais importantes para os operadores agrícolas foram as de 21 a 30 anos e 31 a 40 anos (69% dos empregados, em 1998). Pelas exigências da ocupação, observam-se uma utilização muito baixa de pessoas com idade acima de 50 anos e a ausência do trabalho infantil no período analisado. No item escolaridade, em 1998, dois aspectos chamam a atenção: a elevada participação (58,6%) dos operadores com primeiro grau (atual ensino fundamental); e a baixa presença de trabalhadores sem instrução e com menos de um ano de estudo (6,9%). A utilização de máquinas e implementos agrícolas cada vez mais sofisticados e caros no processo produtivo aumenta o grau de exigência dos produtores em relação à qualificação dos operadores agrícolas.

Nas características do trabalho, a totalidade dos operadores agrícolas tinha apenas um trabalho na semana de referência da PNAD. É interessante observar que houve um crescimento da participação de trabalhadores que residiam no local de trabalho (93,1%, em 1998, contra 79,2%, em 1992). Quanto à jornada semanal de trabalho, houve pouca alteração no período considerado, com predominância dos empregados com jornada acima de 45 horas semanais (62,1%, em 1998, contra 66,7%, em 1992.).

Apesar dos elevados índices de formalização do trabalho e de contribuição previdenciária dos operadores agrícolas em 1998 (79,3% e 82,8%, respectivamente), esses valores eram superiores no início dos anos 90 (95,8% dos operadores tinham carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social, em 1992). Mesmo com esse comportamento, os operadores agrícolas encontravam-se numa situação muito mais favorável que os trabalhadores rurais permanentes e temporários.

O aumento do rendimento médio mensal no trabalho principal, que passou de R\$281,71, em 1992, para R\$323,59, em 1998, deveu-se à significativa queda em termos absolutos e relativos dos operadores agrícolas que recebiam até um salário mínimo (de 25%, em 1992, para 3,4%, em 1998) e ao crescimento da participação daqueles que recebiam de 3 a 5 salários mínimos (de 4,2%, em 1992, para 34,5%, em 1998). Pode-se notar que, a partir de 1995, houve um movimento para um maior equilíbrio entre as faixas salariais compreendidas entre 1 e 5 salários mínimos, com queda para a faixa de 1 a 2 salários e aumento daquela de 3 a 5 salários, o que também pode estar relacionado à maior exigência de qualificação para o trabalho com equipamentos mais sofisticados.

Também nos auxílios recebidos, a situação dos operadores agrícolas era bem mais favorável que a dos trabalhadores temporários e permanentes. Em 1998, 75,9% dos empregados ainda recebiam auxílio moradia, apesar da redução no período (em 1992, o valor era 87,5% e, em 1995, era 92,5%), 24,1% receberam auxílio alimentação, 10,3% tinham auxílio transporte e 17,2% dispunham de auxílio saúde.

Com os indicadores apresentados, pode-se dizer que, em 1998, os operadores agrícolas residentes no meio rural possuíam características pessoais e condições de trabalho bem melhores que os urbanos, medidas pela menor participação de empregados sem instrução e com menos de um ano de estudo (6,9%, contra 15,8% dos urbanos), pelo maior grau de formalização do trabalho e contribuição para a Previdência Social (79,3% e 82,8%, respectivamente, contra 63,2% e 63,2%

dos urbanos); pelo maior rendimento médio mensal (R\$323,59, contra R\$308,41 dos urbanos), em função do seu crescimento no período analisado e da queda do valor real pago aos operadores urbanos após 1995, pelo maior recebimento de auxílios, com exceção do auxílio transporte que era superior para os operadores urbanos (78,9%, contra apenas 10,3% dos rurais, que são em sua maioria residentes no próprio local de trabalho) e pela maior participação dos empregados com jornada regular de trabalho (37,9%, contra 21,1% dos urbanos). No item trabalho infantil, os indicadores eram semelhantes (ausente entre os operadores urbanos e os rurais).

Serviços Domésticos

Os dados das PNADs mostram que se trata de um grupo de ocupações com forte crescimento no período 1992-98, passando de 82.628 pessoas ocupadas com residência rural para 110.393. Durante todo o período considerado, houve forte predomínio das mulheres no total de empregados (em 1998, a participação das mulheres residentes rurais superou os 70%). Apesar dessa predominância, os dados mostram que o trabalho feminino era menos formalizado e com menor remuneração quando comparado ao trabalho doméstico masculino.

Um fato interessante é que, entre os homens empregados nos serviços domésticos, havia um predomínio daqueles com residência no meio rural (32.271 pessoas, em 1998, contra 21.233 com residência urbana), o que mostra a importância da ocupação de “caseiro”⁴⁷ nesse grupo.

Homens

Nas características pessoais dos empregados com residência rural, as faixas de idade com maiores participações, em 1998, foram as de 31 a 40 anos (29%) e 41 a 50 anos (21,1%). Vale destacar que essas faixas apresentaram crescimento no período 1992-98 (suas participações, somadas, passaram de 25,7%, em 1992, para 50,1%, em 1998), em detrimento da faixa de 21 a 30 anos, que era a principal, em 1992 (34,3% do total), mas foi a quinta faixa mais importante em 1998 (apenas 7,9%, ao lado da faixa de 10 a 15 anos).

O trabalho de empregados com idade entre 10 e 20 anos foi pouco utilizado no período considerado, com participação máxima de 13,2%, em 1998. No entanto, deve ser repudiado o uso de 7,9% de trabalho infantil (ou 2.548 pessoas). No outro extremo, era importante a participação dos empregados mais idosos: as faixas de 51 a 60 anos e 61 anos e mais foram responsáveis por cerca de 30% do total das pessoas empregadas, no período 1992-98.

⁴⁷ Vale lembrar que uma parte dos empregados como “caseiros” também pode estar entre os trabalhadores rurais temporários e permanentes com auxílio moradia.

Pela própria composição da idade dos empregados (79% tinham mais de 30 anos, em 1998), era muito baixa a participação daqueles que freqüentavam escola na semana de referência da pesquisa (o valor máximo foi de 5,3%, em 1998).

Quanto à escolaridade, nota-se que as maiores participações referem-se aos cursos elementar (primário) e primeiro grau (atual ensino fundamental). Juntas, essas duas categorias representavam 82,9% dos empregados, em 1992, e 71%, em 1998. Salienta-se que havia uma considerável proporção de dados não disponíveis (chegou a 41,2%, em 1995). No entanto, as informações relativas aos grupos de anos de estudo indicam que os dados não disponíveis corresponderiam às escolaridades iguais ou inferiores aos cursos elementar (primário) e primeiro grau (atual ensino fundamental), pois não havia participação de pessoas com mais de oito anos de estudo, em 1998 (o que incluiria o antigo segundo grau, atual ensino médio, e o curso superior).

Nas características do trabalho, os dados mostram que a maioria esmagadora (acima de 90% do total) tinha apenas um trabalho na semana de referência. Note-se que, em 1992, ano no qual o número de dados sem declaração foi o mais baixo da série, 80% dos trabalhadores gastavam até 30 minutos para chegar ao local de trabalho.

Quanto à formalização do trabalho, percebe-se que, com exceção do ano de 1995, houve maior participação dos empregados com carteira assinada: em 1998, 57,9% tinham relação formal de trabalho, enquanto em 1992, essa participação foi de 51,4%. Como consequência, observam-se os mesmos níveis de participação das pessoas na contribuição para a Previdência. Esse acesso à seguridade social tem-se constituído em benefício fundamental para a população rural, pelo fato de ter um impacto muito positivo sobre a renda mensal das famílias⁴⁸.

Quanto à remuneração, vale destacar que a faixa de 1 a 2 salários mínimos foi a mais importante, com 44,7% dos empregados, em 1998. Ressalte-se também que, no período analisado, a faixa de meio até um salário mínimo foi a que registrou a maior redução no número de empregados no período: em 1992, 22,9% dos trabalhadores encontravam-se nessa faixa de rendimento, atingindo 35,3%, em 1995, e reduzindo-se para 10,5%, em 1998. Em contrapartida, a participação daqueles que recebiam entre 2 e 3 salários mínimos foi a que mais cresceu, passando de 11,4%, em 1992, para 26,3%, em 1998. O resultado objetivo dessas mudanças foi uma sensível melhoria no rendimento mensal dos empregados nos serviços domésticos, que subiu de R\$193,94, em 1992, para R\$266,46, em 1998.

⁴⁸ Sobre esse tema, ver os trabalhos de Delgado (1997) e Delgado e Cardoso Jr. (1999).

Os dados das PNADs mostram que uma pequena porcentagem dos empregados nos serviços domésticos (cerca de 3%) tinha jornada semanal de trabalho inferior a 15 horas, sendo que a maioria ainda possuía jornada acima de 45 horas, em 1998 (57,9% do total), apesar da redução verificada no período analisado (em 1992, 62,9% dos empregados trabalhavam mais de 45 horas semanais), caracterizando um sobretrabalho para os mesmos.

Dos auxílios oferecidos pelos empregadores, destacavam-se o auxílio moradia, oferecido para 84,2% dos trabalhadores (influência clara dos “caseiros”), em 1998, e o auxílio alimentação, cujo atendimento variou de 22,9% dos empregados, em 1992, até 36,8%, em 1998. Pela própria participação do auxílio moradia (as pessoas moravam no local de trabalho), era praticamente inexistente o auxílio transporte para os empregados. Também era muito baixa, ou ausente, a oferta dos auxílios educação ou creche e saúde ou reabilitação.

Comparando-se as condições de trabalho dos empregados nos serviços domésticos, segundo o local de moradia, verifica-se que, com as melhorias observados para os residentes urbanos quanto ao grau de formalização do trabalho (a participação dos empregados com carteira assinada subiu de 35%, em 1992, para 52%, em 1998), à contribuição previdenciária (de 30%, em 1992, para 60%, em 1998) e ao rendimento mensal (de R\$176,73, em 1992, para R\$287,92, em 1998, superando o rendimento médio dos residentes rurais, que foi de R\$266,46), a situação desses trabalhadores, em 1998, aproximou-se muito daquela dos rurais, configurando-se um quadro de poucas disparidades nas condições de trabalho.

Os empregados urbanos ainda tinham melhores indicadores para o não uso de trabalho infantil (ausente entre eles e com participação de 7,9% entre os residentes rurais, em 1998) e o nível de escolaridade (56% tinham de 4 a 10 anos de estudo). A favor dos residentes rurais pesavam o maior grau de formalização do trabalho (57,9%, em 1998) e o maior recebimento de auxílio moradia (84,2%, contra apenas 32,0% dos urbanos, em 1998).

Mulheres

No que se refere às características pessoais, verifica-se que, em 1998, as faixas etárias mais representativas foram aquelas compreendidas entre 21 e 50 anos, que concentraram 78,3% do total de empregadas. No período 1992-98, a faixa que mais aumentou sua participação foi a de 41 a 50 anos, passando de 5,8% para 25%, em detrimento das faixas de 10 a 15 anos e 16 a 20 anos, principalmente. A participação de empregadas com idade entre 10 e 20 anos caiu de 33,3%,

em 1992, para 15,2%, em 1998, o que não deixa de ser um aspecto positivo. No entanto, ainda persistia uma participação de 5,4% (ou 4.246 pessoas) de trabalho infantil, em 1998.

Quanto à escolaridade, as mulheres empregadas nos serviços domésticos apresentavam alguns indicadores um pouco melhores do que os dos homens, embora isso não se refletia em melhores condições de trabalho: entre as empregadas, havia maiores participações daquelas que estavam freqüentando escola na semana de referência da pesquisa; o primeiro grau (atual ensino fundamental) tinha mais destaque do que o elementar (primário) como curso mais elevado das mulheres (embora ambos também fossem os majoritários); houve crescimento da participação daquelas com segundo grau completo (atual ensino médio), passando de 1,5%, em 1992, para 9,8%, em 1998; havia maior concentração das mulheres ocupadas no grupo de 4 a 7 anos de estudo (de longe, a mais importante faixa – conseqüentemente, as participações das mulheres pertencentes ao grupo sem instrução e com menos de um ano e ao grupo de 1 a 3 anos de estudo eram muito menores do que as dos homens); havia um percentual razoável de mulheres com mais de oito anos de estudo (19,6%, em 1998), faixa de escolaridade que era ausente entre os homens.

Nas características do trabalho, deve-se destacar que, apesar da maior escolaridade das mulheres empregadas nos serviços domésticos, elas possuíam rendimento médio mensal bem abaixo daquele recebido pelos homens, apresentavam baixíssimo grau de formalização do trabalho e poucas recebiam algum tipo de auxílio no trabalho. Com esses dados, fica muito clara a diferença de *status* entre ser “caseiro” e ser empregada doméstica.

De fato, observa-se que, durante o período 1992-98, houve pouquíssima alteração no quesito de formalização do trabalho: em 1992, 26,1% das mulheres empregadas nos serviços domésticos tinham carteira assinada, passando para 27,2%, em 1998. Esse comportamento teve um rebatimento direto na contribuição previdenciária, pois apenas 28,3% das mulheres tinham esse benefício, em 1998. Ou seja, mesmo saindo das ocupações agrícolas, em que já não encontram trabalho, as mulheres empregadas nos serviços domésticos continuam inseridas em trabalhos informais, permanecendo muito complicado o acesso delas aos benefícios da seguridade social.

Apesar do crescimento de algumas faixas salariais no período analisado (de 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 3 salários mínimos), 45,6% das mulheres recebiam, em 1998, até um salário mínimo (esse valor era de 71%, em 1992). A faixa salarial com maior participação foi a de 1 a 2 salários mínimos (43,5%). Apesar da melhoria no rendimento médio mensal, que saltou de

R\$105,06, em 1992, para R\$153,66, em 1998, esse ainda representava apenas 68% daquele recebido pelos homens empregados nos serviços domésticos, em 1998. Como foi visto, esse rendimento médio feminino era inferior ao recebido pelas trabalhadoras volantes!

Também nos auxílios recebidos, a situação das mulheres era mais desfavorável que a dos homens. Em 1998, apenas 27,2% receberam auxílio moradia (indicativo de que a grande maioria não residia no local de trabalho, embora gastassem até 30 minutos para chegar ao mesmo), 53,3% receberam auxílio alimentação e somente 16,3% obtiveram auxílio transporte (esse valor chegou a 36,8%, em 1995). As participações dos auxílios para educação ou creche e saúde ou reabilitação foram irrisórias em todo o período.

Na comparação entre as mulheres residentes urbanas e as rurais, verifica-se uma similaridade em relação à análise feita para os homens. Os aumentos no grau de formalização do trabalho (de 21,2%, em 1992, para 31,9%, em 1998), na participação dos contribuintes para a Previdência (de 23% para 33,4%, entre 1992 e 1998) e no rendimento médio mensal (variou de R\$195,55 para R\$188,89, no período, superando o rendimento das residentes rurais, que foi de R\$153,66, em 1998), além do maior recebimento dos auxílios alimentação e transporte, fizeram com que as empregadas nos serviços domésticos com residência urbana terminassem a década de 90 com melhores indicadores para o trabalho, comparativamente às empregadas residentes rurais. Com isso, houve uma mudança no quadro verificado em 1992, quando as residentes rurais estavam com condições de trabalho semelhantes, apesar de ambas estarem bem distantes de outros grupos de ocupações.

Serviços Não-Domésticos

A importância desse grupo reside no fato de captar as pessoas empregadas nos hotéis, restaurantes, condomínios, etc, que são atividades que também estão crescendo no “novo rural paulista”, devido à maior importância que a sociedade está dando para as novas funções de moradia, turismo, lazer e preservação ambiental que o meio rural vem assumindo. No caso das mulheres, o emprego nos serviços não-domésticos pode representar uma melhoria nas condições de trabalho, comparativamente aos serviços domésticos e ao trabalho rural permanente e temporário.

Homens

Em 1992, 42,1% dos empregados com residência rural tinham idade entre 31 e 50 anos, saltando para 73,7%, em 1998. Com isso, percebe-se uma redução da participação dos

empregados mais jovens, com idade entre 10 e 20 anos (de 26,4%, em 1992, para apenas 10,5%, em 1998), e daqueles com mais de 50 anos (de 21,1% para 10,5%, no mesmo período). Os próprios tipos de ocupação predominantes nesse grupo (guarda-vigia e servente- faxineiro) acabam influenciando no comportamento observado.

Quanto à escolaridade, poucos freqüentavam escola na semana de referência da pesquisa, com exceção de 1995, quando a participação foi de 28,6%. A maioria dos empregados (52,6%, em 1998) tinha o primeiro grau completo, atual ensino fundamental. Como pontos positivos, vale mencionar a ausência de empregados sem instrução e com menos de um ano de estudo e a elevada participação daqueles que possuíam entre 8 e 14 anos de estudo (26,3%, em 1998).

Nas características do trabalho, diferentemente do que se observou para os demais grupos de ocupações, verifica-se uma participação relativamente importante dos empregados que tinham mais de um trabalho na semana de referência (em 1998, 10,5% possuíam dois trabalhos). No período 1992-98, não houve muita alteração na distribuição dos empregados pelas jornadas de trabalho: tanto em 1992 quanto em 1998, 73,7% trabalhavam mais de 45 horas semanais. A maioria dos empregados gastava até 30 minutos para chegar ao trabalho (em 1995, a participação foi de 78,6%), indicando a proximidade do seu local de residência.

Os dados mostram que houve um comportamento relativamente estável no grau de formalização do trabalho e na contribuição previdenciária. A queda na participação dos empregados com carteira assinada, entre 1995 e 1998, parece estar “mascarada” pelos dados não disponíveis, que na realidade deveriam ser creditados aos empregados com carteira assinada, a se julgar pelos dados referentes à contribuição previdenciária, que são exatamente os mesmos em 1992 e 1998 (78,9%). Note-se que sempre são iguais os valores dos que não tinham carteira assinada e também não contribuíam para a Previdência Social.

A redução do número de empregados nos serviços domésticos que ganhavam até dois salários mínimos (de 68,5%, em 1992, para 31,6%, em 1998) e o crescimento da participação nas demais faixas salariais, com destaque para as de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos, contribuíram para a elevação do rendimento médio mensal, que passou de R\$242, 91, em 1992, para R\$395,15, em 1998. No entanto, deve ser registrada a diferença de ritmo de crescimento do rendimento médio entre 1992 e 1995, período mais favorável, e entre 1995 e 1998, quando o aumento foi bem menor.

Apesar de algumas reduções no período 1992-98, ainda era relativamente favorável a situação dos empregados nos serviços não-domésticos com residência rural com relação aos auxílios recebidos no trabalho principal: em 1998, 26,3% recebiam auxílio moradia, 63,2% dispunham de auxílio alimentação, 42,1% tinham auxílio transporte e 15,8% recebiam auxílio saúde. O único auxílio ausente foi o de educação ou creche.

Na comparação desses dados com os dos residentes urbanos, verificou-se que, no período 1992-98, o maior crescimento do rendimento médio mensal e o aumento do recebimento de alguns auxílios (principalmente moradia, alimentação e transporte), por parte dos empregados residentes rurais, foram os principais fatores que os levaram a se aproximar dos urbanos em termos de melhores condições de trabalho (invertendo o quadro do início dos anos 90). Também havia quase igualdade em outros indicadores, em 1998: contribuição previdenciária (78,9% para os rurais e 79,8% para os urbanos – não se considerou a posse de carteira assinada devido à existência de muitos dados não disponíveis); rendimento médio mensal (R\$395,15 para os rurais e R\$391,74 para os urbanos); e auxílio saúde (15,8% para ambos). A principal diferença era a jornada de trabalho acima de 45 horas semanais (73,7% para os rurais e 57% para os urbanos).

Mulheres

No que se refere às características das mulheres empregadas nos serviços não-domésticos, observa-se que as faixas etárias mais importantes foram as de 31 a 40 e de 41 a 50 anos, no período analisado. Juntas, responderam por 70,6% do total de empregadas, em 1998 (essa participação atingiu um máximo de 78,6%, em 1992). O fato interessante é que elas trocaram de posição relativa ao longo dos anos 90, fazendo com que a faixa de 41 a 50 anos terminasse a série como a mais importante. Destacam-se, também, a ausência de trabalho infantil e a baixíssima participação das pessoas com mais de 50 anos de idade, em 1998.

As mulheres apresentavam um nível de escolaridade relativamente superior ao dos homens, medido pelas maiores participações de pessoas freqüentando escola, daquelas com segundo grau, atual ensino médio (17,6%, em 1998) e das mulheres com mais de 8 anos de estudo (em 1998, 35,3% tinham entre 8 e 14 anos de estudo).

A totalidade das mulheres empregadas nos serviços não-domésticos tinha apenas um trabalho na semana de referência. No período 1992-98, houve muita alteração na distribuição das pessoas pelas jornadas de trabalho semanal, mas ainda permanecia uma parcela considerável de empregadas trabalhando mais de 45 horas (47,1%, em 1998).

Nos serviços não-domésticos também observa-se que a maior escolaridade das mulheres, em relação aos homens, não se traduzia em melhores salários. Apesar do crescimento do rendimento médio mensal, que passou de R\$174,47, em 1992, para R\$285,43, em 1998, nesse último ano as mulheres recebiam apenas 70% do rendimento masculino (valor que era de 72%, em 1992, e 81%, em 1995). Também nota-se uma redução do rendimento médio mensal entre 1995 (quando atingiu o valor de R\$299,58) e 1998.

O fato mais positivo para as mulheres foi o aumento do grau de formalização do trabalho, com o conseqüente crescimento da contribuição para a Previdência Social. Se para as mulheres for feito o mesmo raciocínio utilizado para a situação dos homens nos serviços domésticos, isto é, que o aumento da participação dos trabalhadores com carteira assinada está “mascarado” pelos dados não disponíveis, percebe-se que a participação das mulheres com relação formal de trabalho e com direito à proteção social subiu de 57,1%, em 1992, para 82,4%, em 1998.

Os principais auxílios recebidos pelas empregadas residentes no meio rural, em 1998, foram o auxílio alimentação (58,8%) e o auxílio transporte (64,7%). Chama atenção que os demais auxílios tenham sofrido fortes reduções no período 1992-98: o auxílio moradia, que era recebido por 35,7% das empregadas, em 1992, passou para apenas 11,8%, em 1998; o auxílio educação era inexistente em 1998, enquanto 7,1% o recebiam, em 1992; e o auxílio saúde, que foi recebido por 42,9% das empregadas, em 1992, foi concedido para apenas 11,8% das trabalhadoras, em 1998.

Comparando-se os dados das residentes rurais com os das urbanas, verifica-se que, com algumas melhorias nas condições de trabalho das primeiras, destacando-se a eliminação do trabalho infantil, o aumento do grau de formalização do trabalho e o maior recebimento de alguns auxílios (alimentação e transporte, principalmente), houve, em 1998, uma boa aproximação da situação das empregadas residentes no meio rural com as urbanas. As principais diferenças que permaneciam referiam-se ao rendimento médio mensal (R\$293,43 para as empregadas urbanas e R\$278,37 para as rurais) e à jornada regular de trabalho (65% das empregadas urbanas e 47% das rurais), pois, nos itens carteira assinada e no conjunto dos benefícios, os indicadores eram bastante próximos.

Indústria de Transformação

O grupo da indústria de transformação é composto pelas ocupações de uma grande gama de setores que compõem esse ramo de atividade (indústria mecânica e metalúrgica, indústria

têxtil, indústria do couro, indústria do vestuário, indústria de madeira e de móveis, indústria de alimentação e bebidas, indústria gráfica, indústria de cerâmica e de vidros e outras indústrias de transformação). Esse é o grupo mais heterogêneo e com maior número de ocupações para os empregados residentes rurais. entre 1992 e 1998, o número de empregados aumentou de 45.293 pessoas para 55.194 (sendo 1995 o ano de maior número de empregos – 82.798 pessoas), sempre com forte predomínio dos homens.

Homens

Ao longo dos anos 90, as faixas etárias mais representativas para os empregados na indústria de transformação e residentes no meio rural foram aquelas compreendidas entre 21 e 40 anos, que responderam por cerca de 55% do total. Das demais faixas, a de 41 a 50 anos foi a que mais cresceu entre 1992 e 1998, passando de 12,2% para 21,8%. Em 1998, era baixa a participação de trabalhadores com mais de 50 anos (1,8%). No entanto, é preciso salientar que, apesar da redução, ainda havia 1.699 pessoas empregadas (3,6% do total) na faixa etária de trabalho infantil.

O nível de escolaridade dos empregados, em 1998, era relativamente alto: 50,9% tinham o primeiro grau (atual ensino fundamental); apenas 12,7% possuíam até três anos de estudo (sendo 3,6% sem instrução e com menos de um ano de estudo); e 34,6% tinham de 8 a 14 anos de estudo, situação diferenciada de outros grupos de ocupações analisados.

A maioria esmagadora dos empregados tinha apenas um trabalho na semana de referência. Em 1998, 54,5% possuíam jornada semanal de 16 até 44 horas, participação alta também em 1992 (57,1%) e 1995 (64,0%). No período analisado, cerca de 75% dos trabalhadores, em média, gastavam até uma hora de viagem da residência ao local de trabalho.

Trata-se de um dos grupos de ocupações com os valores mais elevados para os itens formalização do trabalho, contribuição previdenciária e rendimento médio mensal. Apesar da pequena redução verificada no período analisado, 74,5% dos empregados na indústria de transformação declararam ter carteira assinada, em 1998. O maior percentual foi verificado em 1995, quando 80,2% tinham relação formal de trabalho. Comportamento semelhante ocorreu com a Previdência Social, cujas participações de empregados contribuintes foram de 75,5%, 80,2% e 76,4%, respectivamente, para 1992, 1995 e 1998.

No item remuneração, durante todo o período analisado, foi muito baixa a participação de empregados com rendimento de até um salário mínimo (12,3%, em 1992, e 5,5%, em 1998). O

crescimento das faixas salariais de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos (em 1998, 58,1% dos empregados tinham essas remunerações) fez com que o rendimento médio mensal subisse de R\$387,89, em 1992, para R\$506,23, em 1998.

Os principais auxílios, todos com participações crescentes no período 1992-98, foram os de alimentação, transporte e saúde, recebidos por, respectivamente, 54,5%, 52,7% e 40,0% do total de empregados, em 1998. Nesse mesmo ano, 16,4% dos empregados receberam auxílio moradia e apenas 1,8% obtiveram o auxílio educação ou creche, que, aliás, era o menos oferecido pelo empregadores em praticamente todos os grupos de ocupações.

Na comparação por local de residência, é interessante observar um quadro de relativa “estabilidade” nos principais indicadores das condições de trabalho, no período 1992-98, tanto para os residentes rurais quanto para os urbanos. Quando houve mudanças (caso dos auxílios recebidos e do rendimento médio mensal), no geral, foram no sentido de melhoria das condições para os trabalhadores.

As principais diferenças entre os empregados residentes rurais e os urbanos referem-se ao grau de formalização do trabalho, à contribuição previdenciária e ao rendimento médio, que eram mais favoráveis para os urbanos, e aos auxílios recebidos, todos eles mais favoráveis para os rurais. Em um balanço geral, a situação tendeu a ser mais vantajosa para os empregados urbanos (pelo próprio peso dos benefícios a seu favor).

Mulheres

Nas características das mulheres empregadas na indústria de transformação, alguns aspectos merecem destaque. O primeiro refere-se à grande participação das faixas etárias compreendidas entre 10 e 20 anos, que responderam por 25% dos empregados em 1992, 38,9% em 1995 e 30% em 1998. O segundo diz respeito à elevada participação das pessoas que freqüentavam escola na semana de referência (27,8%, em 1995, e 30%, em 1998), que era muito diferenciada daquelas verificadas nos demais grupos de ocupações. E, finalmente, o terceiro é o fato de 80% das empregadas terem de 8 a 14 anos de estudo, em 1998.

É nesse grupo que, talvez, fique mais clara a relação entre aumento da escolaridade e crescimento salarial. Em 1992, 50% das trabalhadoras recebiam até um salário mínimo, sendo que em 1998 não foi registrado nenhum caso com esse rendimento. Os dados das PNADs mostram que o rendimento médio mensal das mulheres aumentou de R\$190,83, em 1992, para

R\$310,91, em 1998. Apesar disso, elas continuaram a receber por volta de 50% do rendimento médio masculino ao longo dos anos 90.

Outro aspecto muito positivo, além do aumento no rendimento, foi o crescimento da participação das empregadas com carteira assinada e com contribuição previdenciária no ramo da indústria de transformação: em 1992 e 1995, 50% das mulheres tinham esses direitos trabalhistas, passando para 80%, em 1998. Com isso, também cresceu muito a jornada regular de trabalho (70% das mulheres tinham jornada entre 16 e 44 horas semanais, em 1998, contra apenas 37,5%, em 1992).

A situação das empregadas, quanto aos auxílios, era muito favorável para alimentação (recebido por 70% das empregadas, em 1998, contra apenas 25%, em 1992), transporte (50%, em 1998, contra 12,5%, em 1992) e saúde (60%, em 1998 e 25%, em 1992).

Comparando-se os dados das residentes rurais e urbanas, verifica-se que, embora essas últimas sejam muito mais representativas (171.540 pessoas, em 1998, contra 8.491 com residência rural), os dados das PNADs para o período 1992-98, mostram que as residentes rurais terminaram a série com indicadores bem mais satisfatórios nas condições de trabalho, devido às melhorias verificadas. Em 1998, as empregadas na indústria de transformação com residência rural superaram as urbanas em, praticamente, todos os itens: carteira assinada; contribuição para a Previdência Social; rendimento médio mensal; e auxílios recebidos (alimentação, transporte e saúde), além do maior nível de escolaridade.

Comércio Não-Especializado

Trata-se de um grupo de ocupações no comércio, que envolvem a venda dos mais diversos tipos de mercadorias, alimentares e não alimentares, de consumo das famílias rurais e de uso no processo produtivo agropecuário. Os dados das PNADs mostram um aumento do número de empregados com domicílio rural, passando de 9.534 pessoas, em 1992, para 19.543, em 1998. Também é um grupo de ocupações com predomínio dos homens (mais de dois terços do total dos empregados com residência rural, em 1998).

Homens

Um primeiro ponto a destacar é a significativa redução do trabalho infantil entre os empregados no comércio e residentes no meio rural. Em 1992, 28,6% dos empregados estavam na faixa etária de 10 a 15 anos, passando para 27,3%, em 1995, e para apenas 6,7%, em 1998. Por outro lado, chama atenção a participação dos empregados com mais de 50 anos, em 1998, quando

foram os mais representativos (26,7% estavam na faixa etária de 51 a 60 anos, seguidos por aqueles das faixas de 21 a 40 anos).

No item escolaridade, foram altas as porcentagens de dados não disponíveis (chegou a 54,5%, em 1995). Entretanto, verifica-se uma melhoria no período considerado, pois 33,3% dos empregados tinham o segundo grau (atual ensino médio) e 6,7% possuíam nível superior, em 1998. Conseqüentemente, melhorou também a distribuição dos empregados pelos grupos de anos de estudo (46,7% com 8 a 10 anos de estudo, que, somados aos 13,4% com mais de 11 anos, perfaziam um total de 60,1% de empregados com alto índice de escolaridade). Apesar disso, persistiam 20% dos empregados com até três anos de estudo, sendo 13,3% sem instrução e com menos de um ano de estudo.

Nas características do trabalho, a maioria tinha apenas um emprego e gastava até uma hora para chegar ao trabalho (a participação variou de 80% a 91% do total, no período analisado). Entre 1992 e 1998, houve queda do grau de formalização do trabalho e da contribuição para a Previdência Social, principalmente após 1995. Em 1992, 71,4% dos empregados tinham esses benefícios, contra 60%, em 1998. No entanto, o rendimento médio mensal aumentou de R\$219,70, em 1992, para R\$487,63, em 1998, o que pode indicar novas formas de remuneração, além de uma possível diversificação de atividades comerciais no entorno socioeconômico dos residentes rurais, com novas oportunidade de inserção no trabalho não-agrícola, que exigem maior qualificação e propiciam melhores rendimentos.

No período analisado, houve sensível melhoria na participação dos empregados com jornada semanal regular de trabalho (em 1998, 53,3% trabalhavam até 44 horas, contra apenas 14,3%, em 1992). Nos auxílios recebidos, as maiores participações, em 1998, correspondiam aos de alimentação (40% dos empregados), transporte (66,7% dos trabalhadores) e saúde (26,7% dos empregados).

Os fatores determinantes para que os empregados no comércio com residência urbana apresentassem condições mais vantajosas no trabalho principal, comparativamente aos residentes rurais, foram o maior nível de escolaridade (33,3% com mais de 11 anos de estudo, em 1998), o maior grau de formalização do trabalho e contribuição previdenciária, apesar da redução entre 1992 e 1998 (caíram, respectivamente, de 71,9% para 67% e de 76,2% para 69,6%) e o maior rendimento médio mensal em todo o período analisado (R\$581,68, em 1998, contra R\$487,63

dos rurais). Os empregados rurais tiveram a seu favor somente os auxílios recebidos, principalmente os de alimentação, transporte e saúde.

Mulheres

Nas características pessoais, vale a pena salientar três aspectos principais: a forte redução do trabalho infantil, que passou de 20%, em 1992, para nenhum caso registrado, em 1998, depois de atingir o elevadíssimo valor de 42,9%, em 1995 (apesar da redução, ainda era alta a participação de 37,5% de empregadas com idade entre 16 e 20 anos em 1998); a elevada participação de pessoas freqüentando escola em todo o período analisado (60%, 42,9% e 50%, respectivamente, para 1992, 1995 e 1996); e o fato de 62,5% das empregadas possuírem nível de escolaridade entre 8 e 14 anos de estudo, em 1998.

Em 1998, 12,5% das empregadas com residência rural tinham dois trabalhos na semana de referência e 100% gastavam até uma hora de viagem da residência ao local de trabalho. No período analisado, diminuiu a jornada regular de trabalho (em 1998, 62,5% das empregadas trabalhavam até 44 horas semanais, contra 80%, em 1992), apesar da maior formalização do trabalho (de 40%, em 1992, para 50%, em 1998), que ainda continuava em patamares relativamente baixos. Com relação à contribuição para a Previdência Social, o comportamento foi exatamente igual ao observado para o quesito carteira assinada.

Também houve melhoria salarial, embora os rendimentos continuassem abaixo dos recebidos pelos homens (em 1995, ocorreu a maior proximidade, com as mulheres recebendo até um pouco mais que os homens). Com a redução das empregadas que recebiam até um salário mínimo e com o crescimento da participação daquelas que se encontravam na faixa salarial de 2 a 3 salários mínimos (50% das empregadas, em 1998), o rendimento médio mensal das mulheres subiu de R\$172,22, em 1992, para R\$257,51, em 1998. Vale ressaltar que, no período 1992-95, o ritmo de crescimento do rendimento, que passou de R\$172,22 para R\$231,19, foi bem mais intenso do que no seguinte.

Nos auxílios recebidos, a situação das mulheres era menos favorável do que a verificada para os homens empregados no comércio. Apenas os auxílios alimentação e transporte eram relevantes, recebidos por 37,5% e 50%, respectivamente, do total das empregadas, em 1998.

Para as mulheres empregadas no comércio, a situação foi mais favorável para as residentes urbanas do que para as residentes no meio rural. Com exceção do recebimento de alguns auxílios (alimentação e transporte), da jornada regular de trabalho e da utilização de

trabalho infantil, todos os demais indicadores foram mais satisfatórios para as urbanas: maior nível de escolaridade (45,9% com mais de 11 anos de estudo, em 1998); maior grau de formalização do trabalho e contribuição para a Previdência Social (respectivamente, 73,4% e 76%, em 1998); e maior rendimento mensal (R\$346,63 contra R\$257,51 das empregadas rurais – saliente-se que esse rendimento era menor do que o recebido pelas empregadas urbanas, em 1992, que foi de R\$268,37).

Professores

Esse grupo de ocupações, que apresentou crescimento no número de pessoas empregadas no período 1992-98, caracteriza-se, no meio rural, pelo predomínio das mulheres (mais de 90% do total no período analisado). Por isso, na análise das características pessoais e do trabalho, só será feita a desagregação dos dados referentes às mulheres. Como será visto, ser professora era uma das categorias profissionais de melhor inserção das mulheres no trabalho não-agrícola no Estado de São Paulo.

Para as professoras residentes no meio rural, houve um aumento na participação das mais “jovens”, no período 1992-98. Em 1992, 100% das professoras tinham idade entre 31 e 50 anos. Com a significativa redução na proporção de professoras com mais de 40 anos (eram 66,7% do total, em 1992, e passaram para apenas 9,1%, em 1998) e com o crescimento da participação daquelas na faixa etária entre 21 e 30 anos, 81,9% das professoras, em 1998, tinham idade entre 21 e 40 anos.

No item escolaridade, aumentou a participação das professoras com curso superior completo, alcançando 45,5%, em 1998. Também era elevada a participação (45,4%) daquelas com segundo grau (atual ensino médio). Para essas docentes, era comum a conclusão do magistério, ou seja, além das três séries do antigo segundo grau (atual ensino médio), era exigido mais um ano de curso para a obtenção do diploma de professora e da condição de ministrar aulas na rede pública ou privada. Pode-se notar que, em 1998, 100% das professoras tinham mais de 11 anos de estudo (sendo 81,8% no grupo de 11 a 14 anos e 18,2% no grupo de 15 anos ou mais).

Em 1998, a maioria das professoras (72,7%) tinha jornada de trabalho semanal de 16 até 44 horas, apesar da redução registrada no período analisado, e 18,2% trabalhavam mais de 45 horas semanais. Um detalhe interessante refere-se à forte redução da participação das professoras residentes rurais que gastavam até 30 minutos para chegar ao local de trabalho (de 66,7%, em 1992, para 45,5%, em 1998), ao mesmo tempo em que aumentou a daquelas que gastavam de 30

minutos até 1 hora (36,4%, em 1998). Isso pode estar relacionado ao fechamento de muitas escolas rurais e ao encaminhamento dos alunos residentes no meio rural para as escolas urbanas, viabilizado pela disponibilização de transporte escolar público. Como o número de professoras residentes rurais aumentou no período, é muito provável que passaram a recorrer ao *commuting* (ir e vir diário) para lecionar na cidade, mantendo a residência rural.

De acordo com os dados das PNADs, havia elevada porcentagem de informações não disponíveis para o item carteira assinada entre as professoras (mais de 60% no período analisado). No entanto, os dados referentes à contribuição previdenciária indicam alto grau de formalização no trabalho, apesar da tendência de queda. Em 1992 e 1995, 100% das professoras residentes rurais eram contribuintes da Previdência Social, participação que caiu para 72,7%, em 1998. Isso mostra que os dados não disponíveis devem corresponder às pessoas que tinham carteira assinada.

O rendimento médio mensal das professoras, certamente, estava entre os maiores nos grupos de ocupações selecionados para as empregadas residentes rurais no Estado de São Paulo. No período analisado, o salário variou de R\$527,77, em 1992, para R\$675,63, em 1998, depois de ter caído para R\$421,67, em 1995. É provável que a recuperação verificada após 1995 tenha alguma influência do processo de municipalização do ensino fundamental, levado a cabo no período, além de possível reposição de perdas salariais específicas para essa categoria (em 1998, 45,4% das professoras recebiam de 5 a 10 salários mínimos).

Em 1998, os únicos auxílios recebidos pelas professoras residentes rurais foram os de alimentação e transporte (36,4% do total de empregadas). Os demais, ou foram eliminados no período 1992-98 (moradia e saúde), ou nunca foram recebidos (educação). A eliminação do auxílio moradia e o recebimento de auxílio transporte reforçam o argumento de fechamento de escolas no meio rural e do *commuting* das professoras para lecionar na cidade.

A comparação dos dados para as professoras, segundo o local de residência, indica um quadro mais favorável para aquelas residentes nas cidades, que pode ser medido, principalmente, pela maior participação de pessoas com curso superior (60,3%, em 1998), pela maior estabilidade do grau de formalização e da contribuição previdenciária no período analisado (em 1998, 92,9% eram contribuintes, contra 95%, em 1992), pelo maior rendimento médio mensal, principalmente após 1995 (em 1998, as professoras residentes nas cidades tinham rendimento médio de R\$796,12 e as rurais, de R\$675,63), e pelo maior recebimento de auxílios no trabalho (em 1998,

50,4% recebiam auxílio alimentação, 20,1% auxílio transporte, 4,5% auxílio educação ou creche e 23,7% auxílio saúde).

Motoristas

Essa ocupação, que apresentou crescimento no número de pessoas empregadas no período 1992-98, caracteriza-se pela totalidade de homens para os empregados com residência no meio rural e pelo predomínio masculino para os empregados com residência urbana. Por isso, na análise das características pessoais e do trabalho, só será feita a desagregação dos dados para esse gênero.

Pela exigência da carteira de motorista profissional, era ausente a participação de trabalho infantil e baixa a de empregados com idade entre 16 e 20 anos (9,1%, em 1998). No outro extremo, era muito pequena a participação de motoristas com mais de 50 anos de idade. A faixa etária mais importante, em 1998, foi a de 21 a 30 anos (45,5%), mostrando um perfil relativamente jovem para os empregados nesse grupo. No período analisado, houve uma inversão em termos de participação das faixas etárias de 31 a 40 anos e de 41 a 50 anos, de tal forma que a segunda encerrou a série com maior participação (27,3%, em 1998).

No item escolaridade, destacam-se a elevada participação (59,1%) dos motoristas residentes rurais com primeiro grau (atual ensino fundamental) e a ausência de trabalhadores sem instrução e com menos de um ano de estudo, em 1998. Como foi salientado, a exigência de qualificação e da carteira de motorista profissional certamente influenciou no comportamento observado.

Nas características do trabalho, observam-se alguns aspectos muito positivos para os motoristas. No período 1992-98, melhorou bastante o grau de formalização do trabalho, de tal forma que, no último ano, 81,8% dos empregados tinham carteira assinada (esse valor era 68,8%, em 1992). Isso teve um reflexo direto no número de contribuintes para a Previdência Social (81,8% de motoristas contribuintes, em 1998). Como muitos motoristas eram empregados em atividades de transporte de produtos agropecuários na fase de pós-colheita e, muitas vezes, contratados pelas próprias empresas processadoras, verifica-se que esses trabalhadores, ao lado dos operadores agrícolas, apresentavam uma situação muito mais confortável quanto aos direitos trabalhistas, diferentemente dos trabalhadores rurais permanentes e temporários, que perderam muito do poder organizativo e reivindicativo com a crise de representação sindical que ocorreu

nos anos 90 (associada com a fortíssima queda do emprego agrícola direto nas principais culturas).

Outro aspecto interessante refere-se ao valor diferenciado do rendimento médio mensal dos motoristas. A despeito da redução verificada entre 1992 e 1998 (de R\$480,93 para R\$453,55) o rendimento desses trabalhadores estava acima daqueles observados para outros grupos de ocupações analisados. O principal fator explicativo para esse maior rendimento foi o significativo crescimento da participação dos motoristas que recebiam entre 3 e 5 salários mínimos (em 1998, 59,1% dos motoristas encontravam-se nessa faixa de remuneração). Por outro lado, diminuiu de 37,5%, em 1992, para apenas 13,6%, em 1998, a participação daqueles que recebiam até um salário mínimo.

Também melhorou um pouco a distribuição dos motoristas com jornada semanal regular de trabalho. Em 1998, 45,5% dos empregados trabalhavam até 44 horas semanais, contra 37,5%, em 1992. Vale destacar que a quase totalidade dos motoristas tinha apenas um trabalho na semana de referência, sendo que a maioria não residia no local de trabalho (77,3%, em 1998) e gastava até uma hora de viagem para chegar ao trabalho (63,7%, em 1998, sendo que 45,5% gastavam até 30 minutos para o deslocamento).

Entre os benefícios recebidos pelos motoristas com residência no meio rural, destacam-se os auxílios alimentação (recebido por 36,4% dos empregados, em 1998), saúde (22,7%, em 1998, depois de um valor máximo de 27,8%, em 1995) e moradia e transporte (18,2%, em 1998, embora o valor registrado em 1995 tenha sido maior, 27,8%).

Comparando-se os motoristas residentes rurais com os urbanos, é possível perceber uma ligeira vantagem para os últimos, principalmente no tocante ao rendimento médio mensal – desde 1995, os motoristas urbanos tinham um rendimento acima do registrado para os rurais, recebendo, em 1998, R\$577,86, em média, contra R\$454,55 para os rurais – e no nível de escolaridade (em 1998, 33,6% tinham mais de oito anos de estudo, contra 13,6% dos rurais). No entanto, tais diferenças não eram suficientes para caracterizar um quadro de grandes disparidades, principalmente em 1998, pois havia relativa igualdade no grau de formalização do trabalho, na contribuição previdenciária e no cômputo geral dos auxílios recebidos.

Construção Civil

Similarmente ao que foi verificado para as ocupações de operadores agrícolas e motoristas, as PNADs também captaram, para as ocupações da construção civil, 100% de homens

na condição de empregados residentes rurais. No período 1992-98, as ocupações da construção civil apresentaram forte crescimento, passando de 17.480 pessoas empregadas para 29.723.

Os dados mostram que a maior concentração dos empregados na construção civil ocorreu nas faixas etárias compreendidas entre 21 e 50 anos (59,1%, em 1992, 75%, em 1995, e 74,3%, em 1998). No período analisado, registrou-se redução para os empregados com idade entre 10 e 20 anos (de 27,3%, em 1992, para 20%, em 1998), embora deva ser observado que ainda era alta a presença de jovens nas ocupações da construção civil, apesar da ausência de trabalho infantil.

Quanto à escolaridade, o primeiro grau (atual ensino fundamental) era o curso mais importante, com 48,6% dos empregados com esse nível educacional, em 1998, sendo um pouco elevada a participação daqueles sem instrução e com menos de um ano de estudo (14,3%). Somando-se esse grupo com o seguinte, observa-se que 40% dos empregados na construção civil tinham até três anos de estudo apenas.

Nas características do trabalho, o que mais sobressaiu nas ocupações da construção civil foi a enorme queda do número de empregados com carteira assinada, com o conseqüente aumento da informalização do trabalho. Em 1992, 63,6% dos empregados na construção civil tinham carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social. No decorrer dos anos 90, a situação praticamente inverteu-se: em 1998, apenas 34,3% dos empregados possuíam contrato de trabalho formal e somente 40% eram contribuintes da Previdência.

Uma parcela significativa dos empregados tinha jornada semanal de trabalho acima das 44 horas (40,9%, 67,5% e 45,7%, respectivamente, para 1992, 1995 e 1998). A grande maioria (cerca de 87% do total de empregados, em 1995 e 1998) gastava até uma hora de viagem da residência ao local de trabalho.

No item remuneração, nota-se que, apesar de o rendimento médio mensal de 1998 (R\$353,71) ser superior ao registrado em 1992 (R\$322,02), no período após 1995 houve redução do mesmo, comportamento semelhante ao verificado em outros grupos de ocupações. Isso mostra uma perda do poder aquisitivo dos empregados no período pós-euforia do Plano Real, pois, para os trabalhadores na construção civil residentes nas áreas rurais, em 1995, foi registrado o maior valor para o rendimento mensal (R\$392,92).

Os principais auxílios recebidos pelos empregados da construção civil foram os de alimentação e transporte (31,4% dos empregados, em 1998). No período 1992-98, houve redução

da oferta dos auxílios moradia (de 13,6% para 11,4%) e saúde (de 13,6% para 5,7%), enquanto o auxílio educação ou creche nunca foi recebido.

A significativa redução de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e de contribuintes para a Previdência Social e a queda do rendimento mensal dos empregados na construção civil residentes no meio rural após 1995 fizeram com que, no final da década de 90, esses apresentassem condições de trabalho inferiores às dos empregados urbanos, invertendo o quadro verificado no período 1992-95. A favor dos empregados urbanos pesaram, em 1998, os seguintes indicadores: 41% de trabalhadores com carteira assinada (contra 34,3% dos rurais); 45,1% de contribuintes para a Previdência (contra 40% dos rurais); rendimento médio mensal de R\$377,03 (o dos rurais foi R\$353,71); além de uma melhor escolaridade (7,5% sem instrução e com menos de um ano de estudo e 24,3% com mais de oito anos de estudo, enquanto para os rurais os valores foram 14,3% e 8,6%, respectivamente). Para as demais características (jornada regular semanal, tempo de viagem ao trabalho e auxílios recebidos), as disparidades foram menores.

Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

Feita a descrição geral dos grupos de ocupações, pode-se retomar a pergunta básica que orientou essa pesquisa: as ocupações não-agrícolas oferecem melhores condições de trabalho para os empregados residentes rurais, comparativamente às ocupações agrícolas? Além disso, são próximas as condições de trabalho dos residentes rurais e urbanos empregados no mesmo grupo de ocupações? Para responder essas indagações, são apresentados os Índices de Qualidade do Emprego (IQE) calculados para os grupos de ocupações selecionados, mantendo-se a distinção entre homem e mulher e local de residência (rural e urbano). A metodologia de construção do IQE encontra-se no Anexo Metodológico e os comentários a seguir referem-se ao $\text{IQE} = 1/3 \text{ TRABREND} + 1/3 \text{ TRABFORMAL} + 1/3 \text{ TRABAUX}$, ou seja, com pesos iguais para os três indicadores parciais, relacionados ao rendimento no trabalho principal, ao grau de formalização do trabalho e aos benefícios recebidos pelos empregados.

Os resultados observados a partir do cálculo do IQE, para o período analisado, mostram que as respostas para tais questões dependem do que está sendo comparado. Não há uma resposta única, como, por exemplo, todas as ocupações não-agrícolas são melhores que as agrícolas, ou

vice-versa, sendo necessário observar quais são, efetivamente, as ocupações que estão “em cena” e se essas são desempenhadas pelos homens ou pelas mulheres.

Iniciando-se a análise pelos homens residentes no meio rural, verifica-se que os grupos de ocupações que apareceram entre os três melhores, no período considerado, foram os de indústria de transformação, motoristas, operadores agrícolas (ocupou a 3ª posição, em 1992 e 1995, mas depois caiu para a 5ª posição, em 1998) e comércio não-especializado (passou para a 2ª posição, em 1998, graças ao grande progresso relativo registrado no período 1992-98, 20,7%). Ou seja, apenas um grupo de ocupações agrícolas figurou entre os melhores, em termos de qualidade do trabalho para os empregados rurais. Mesmo assim, perdeu posição ao longo dos anos 90, devido ao baixo progresso relativo.

Tabela 10
Índices de Qualidade do Emprego dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	IQE			Progresso Relativo (%)		
	1992	1995	1998	1992-98	1992-95	1995-98
Indústria de Transformação (Urb)	62,3	68,2	66,2	10,3	15,7	-6,3
Indústria de Transformação (Rur)	58,2	63,5	65,9	18,6	12,7	6,7
Motoristas (Urb)	57,4	65,1	64,2	16,0	18,1	-2,7
Comércio Não-Espec. (Rur)	50,2	41,6	60,5	20,7	-17,2	32,3
Comércio Não-Espec.(Urb)	52,9	57,8	60,2	15,7	10,6	5,7
Motoristas (Rur)	56,7	61,8	59,8	7,1	11,8	-5,3
Serviços Não-Domésticos (Rur)	47,0	54,3	58,5	21,8	13,9	9,3
Serviços Não-Domésticos (Urb)	53,1	55,6	58,0	10,3	5,3	5,3
Operadores Agrícolas (Rur)	54,3	57,0	57,2	6,3	5,8	0,6
Operadores Agrícolas (Urb)	46,2	61,0	51,2	9,3	27,5	-25,1
Serviços Domésticos (Rur)	42,6	40,7	49,6	12,1	-3,3	15,0
Construção Civil (Urb)	41,3	49,5	49,0	13,1	13,9	-0,9
Serviços Domésticos (Urb)	34,1	43,2	47,8	20,8	13,8	8,1
Construção Civil (Rur)	53,3	50,5	46,9	-13,7	-5,9	-7,4
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	42,0	50,2	46,2	7,3	14,1	-7,9
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	42,9	47,1	43,2	0,5	7,3	-7,3
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	29,8	38,7	38,0	11,6	12,7	-1,2
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	20,0	21,5	31,2	14,0	1,9	12,3

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados primários da PNAD.

No outro extremo, observa-se que os grupos de ocupações com as condições de trabalho menos satisfatórias para os empregados residentes no meio rural foram os de trabalhadores temporários (último colocado em todos os anos da série), trabalhadores permanentes (7ª posição, em 1992, e 8ª, em 1998), serviços domésticos (depois da 8ª posição nos dois primeiros anos, ficou em sexto lugar, em 1998, devido às quedas de posição verificadas para os trabalhadores permanentes e para os empregados na construção civil, grupos de ocupações que tiveram os

piores desempenhos em termos de progresso relativo no período 1992-98), comércio não-especializado (7ª posição, em 1995) e construção civil (7ª posição no último ano da série analisada). O grupo da construção civil foi o que apresentou a maior taxa de decréscimo no progresso relativo (13,7%), caindo da 4ª posição, em 1992, para a 7ª, em 1998.

Assim, a partir das variáveis selecionadas e da metodologia do indicador sintético utilizada, verifica-se que, para os homens empregados e residentes no meio rural, as ocupações agrícolas, com exceção dos operadores agrícolas, tiveram pior qualidade de trabalho do que as não-agrícolas. Em outras palavras, no final dos anos 90, no meio rural não metropolitano paulista, qualquer inserção dos homens em empregos não-agrícolas significava a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação aos empregos agrícolas de trabalhadores permanentes e temporários, mesmo que o emprego fosse na construção civil e nos serviços domésticos (em que se destacam os “caseiros”).

Tabela 11
Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Empregados Residentes Rurais
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	Posição Relativa		
	1992	1995	1998
Indústria de Transformação (Rur)	1ª	1ª	1ª
Comércio Não-Espec. (Rur)	5ª	7ª	2ª
Motoristas (Rur)	2ª	2ª	3ª
Serviços Não-Domésticos (Rur)	6ª	4ª	4ª
Operadores Agrícolas (Rur)	3ª	3ª	5ª
Serviços Domésticos (Rur)	8ª	8ª	6ª
Construção Civil (Rur)	4ª	5ª	7ª
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	7ª	6ª	8ª
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	9ª	9ª	9ª

Fonte: Dados da Tabela 10.

Não é objetivo da pesquisa fazer uma descrição dos empregados com residência urbana e, por isso, apenas dois pontos serão levantados. O primeiro refere-se ao fato de que, para eles, as ocupações agrícolas também figuravam nas últimas colocações, em 1998 (trabalhadores permanentes e temporários estavam em penúltimo e último lugares, enquanto os operadores agrícolas superavam somente a construção civil e os serviços domésticos)⁴⁹. O segundo, mais

⁴⁹ Esses resultados vão no mesmo sentido dos obtidos por Leone (1995) para as famílias residentes nas cidades e cujos chefes eram ocupados na agricultura. Segundo a autora, os dados da PNAD de 1990, para o Estado de São Paulo e grandes regiões do Brasil, mostraram que esses trabalhadores tinham uma renda monetária próxima à dos serventes da construção civil, das empregadas domésticas, dos operários não qualificados da indústria, do comércio e dos serviços, embora possuíssem um nível de vida inferior ao dessas categorias urbanas mais pobres, medido pelas condições de moradia, saneamento, acesso à água tratada, energia elétrica e uso de eletrodomésticos.

relevante para a pesquisa, diz respeito à identificação dos grupos de ocupações em que as condições e a qualidade do trabalho eram próximas para os empregados rurais e os urbanos.

Os grupos com maiores semelhanças, em 1998, eram os de ocupações na indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos e serviços domésticos, para os quais o local de residência não era o fator determinante para a obtenção de melhores indicadores de qualidade do emprego. É importante salientar que a “aproximação” entre os referidos grupos de ocupações, no final dos anos 90, deveu-se ao maior progresso relativo dos empregados residentes rurais. Para os demais grupos, havia diferenças bem mais acentuadas, sendo que o único favorecendo os empregados rurais era o de operadores agrícolas. No restante (motoristas, construção civil, trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários), os residentes urbanos tinham índices de qualidade do emprego mais elevados.

Na análise do progresso relativo, verifica-se que, no período 1992-98, o grupo da construção civil para os residentes rurais foi o que apresentou a maior queda (13,7%). Sobre as ocupações agrícolas dos empregados residentes rurais, nota-se que o grupo dos trabalhadores permanentes e o dos operadores agrícolas apresentaram os menores índices de progresso relativo, depois da construção civil (0,5% e 6,3%, respectivamente). Os índices para os trabalhadores temporários melhoraram um pouco (progresso relativo de 14,0%), mas partiram de um patamar muito baixo e continuaram na última colocação. Os principais destaques entre os empregados com residência rural, realmente, foram os grupos de ocupações na indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos e serviços domésticos, que apresentaram elevados progressos relativos no período (18,6%, 20,7%, 21,8% e 12,1%, respectivamente) e tiveram um IQE próximo ao dos empregados com residência urbana, em 1998.

Para todos os grupos de ocupações, chama atenção o ritmo diferenciado de crescimento nos dois subperíodos. No geral, os grupos apresentaram maior progresso relativo (ou menor queda, como no caso da construção civil) no período 1992-95 (14, em 18 categorias). As exceções foram os grupos de ocupações no comércio não-especializado (Rur), serviços domésticos (Rur) e trabalhadores temporários (Rur), que tiveram maior progresso relativo entre 1995 e 1998, e nos serviços não-domésticos (Urb), que teve o mesmo crescimento nos dois subperíodos.

Entre as empregadas residentes rurais, os grupos de ocupações que figuravam entre os melhores foram os de professores, serviços não-domésticos e indústria de transformação. O grupo de trabalhadoras agrícolas permanentes ficou na 3ª posição, em 1995, enquanto o de comércio não-especializado ficou em 2º lugar, em 1992. Os grupos com os piores índices de qualidade do emprego foram os de trabalhadoras agrícolas temporárias (último colocado em 1992 e 1998), serviços domésticos e trabalhadoras agrícolas permanentes (com exceção de 1995). Com isso, para as mulheres residentes no meio rural não metropolitano paulista, a inserção no emprego não-agrícola, no final dos anos 90, só não significou melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, cujo IQE ficou abaixo do registrado para as trabalhadoras agrícolas permanentes. Todos os demais grupos de ocupações não-agrícolas (professoras, indústria de transformação, serviços não-domésticos e comércio não-especializado) apresentaram melhores indicadores do que os grupos de ocupações agrícolas.

Tabela 12
Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	IQE			Progresso Relativo (%)		
	1992	1995	1998	1992-98	1992-95	1995-98
Professores (Urb)	62,1	67,9	71,1	23,7	15,4	9,8
Professores (Rur)	66,9	63,4	62,0	-14,5	-10,5	-3,7
Indústria de Transformação (Rur)	35,7	46,4	61,4	40,0	16,6	28,0
Serviços Não-Domésticos (Urb)	49,0	54,2	55,4	12,5	10,2	2,6
Serviços Não-Domésticos (Rur)	45,1	61,0	54,0	16,3	29,0	-18,0
Indústria de Transformação (Urb)	47,7	53,6	52,8	9,8	11,2	-1,5
Comércio Não-Espec.(Urb)	45,0	47,8	49,9	8,8	5,1	4,0
Comércio Não-Espec. (Rur)	53,2	31,5	49,8	-7,2	-46,4	26,7
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	35,5	47,7	47,4	18,4	18,9	-0,6
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	32,0	47,7	43,2	16,4	23,1	-8,8
Serviços Domésticos (Urb)	31,4	39,4	41,8	15,2	11,7	3,9
Serviços Domésticos (Rur)	31,9	39,2	38,9	10,4	10,7	-0,4
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	32,9	38,8	38,6	8,5	8,8	-0,3
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	23,0	32,1	34,0	14,4	11,9	2,8

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados primários da PNAD.

O fato preocupante desses resultados é que o grupo de ocupações nos serviços domésticos responde pelo maior contingente de empregadas residentes rurais com trabalho fora da agricultura. Também chama atenção a diferença, em termos de qualidade do emprego, entre as ocupações nos serviços não-domésticos e nos serviços domésticos, que eram muito ruins também para as empregadas residentes urbanas (último colocado, em 1992, e penúltimo, em 1995 e 1998). É importante estar atento para isso, porque a inserção das mulheres residentes rurais em

qualquer outro grupo de ocupações não-agrícolas, que não o de serviços domésticos, pode significar melhorias substantivas nas condições de trabalho.

Com relação ao progresso relativo, verifica-se que quase todos os grupos de ocupações femininas melhoram seus índices no período 1992-98, com exceção das professoras com residência rural (queda de 14,5%) e das empregadas no comércio não-especializado residentes no meio rural (queda de 7,2%). Entre os grupos que tiveram maior progresso relativo, destacam-se os de indústria de transformação (Rur), professoras (Urb), serviços não-domésticos (Rur) e trabalhadores agrícolas permanentes (Urb e Rur). Os grupos de ocupações de serviços domésticos (Rur) e trabalhadores agrícolas temporários (Rur) também apresentaram crescimento, mas como partiram de patamares muito baixos, não melhoraram suas posições relativas. Entre os que menos cresceram, estão os de comércio não-especializado (Urb), trabalhadores agrícolas temporários (Urb) e indústria de transformação (Urb).

Novamente, verifica-se uma diferença de comportamento do progresso relativo nos dois subperíodos para os grupos de ocupações das mulheres. Os que mais cresceram em qualidade do emprego, no primeiro período, foram os de professoras (Urb), serviços não-domésticos (Rur e Urb), indústria de transformação (Urb), comércio não-especializado (Urb), trabalhadores agrícolas permanentes (Rur e Urb), serviços domésticos (Rur e Urb) e trabalhadores agrícolas temporários (Rur e Urb). O contrário aconteceu apenas com as ocupações de professoras (Rur), indústria de transformação (Rur) e comércio não-especializado (Rur), que aumentaram principalmente no segundo período. Assim, pode-se perceber que onze categorias cresceram mais no período 1992-95 e apenas três tiveram melhor desempenho entre 1995 e 1998.

Tabela 13
Posição Relativa dos Grupos de Ocupações das Empregadas Residentes Rurais
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	Posição Relativa		
	1992	1995	1998
Professores (Rur)	1 ^a	1 ^a	1 ^a
Indústria de Transformação (Rur)	4 ^a	4 ^a	2 ^a
Serviços Não-Domésticos (Rur)	3 ^a	2 ^a	3 ^a
Comércio Não-Espec. (Rur)	2 ^a	7 ^a	4 ^a
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	5 ^a	3 ^a	5 ^a
Serviços Domésticos (Rur)	6 ^a	5 ^a	6 ^a
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	7 ^a	6 ^a	7 ^a

Fonte: Dados da Tabela 12.

Os grupos de ocupações com IQE mais próximos para as trabalhadoras urbanas e rurais empregadas no mesmo grupo, em 1998, foram os de serviços não-domésticos e comércio não-

especializado. Para os demais, as diferenças eram bem maiores e sempre favoreceram as residentes urbanas, com exceção da indústria de transformação, mais favorável para as rurais. Um detalhe a ser ressaltado é que, para as mulheres empregadas, havia bem menos grupos de ocupações com índices de qualidade do emprego próximos entre as residentes rurais e as urbanas.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos para as outras duas ponderações adotadas, as quais dão mais peso para os indicadores de rendimento no trabalho principal e grau de formalização do trabalho ($IQE' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$ e $IQE'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$). Como poderá ser notado, houve pequena alteração nas posições relativas dos grupos de ocupações selecionados, principalmente daqueles dos residentes rurais, evidenciando que as diferentes ponderações pouco modificaram a situação mais desfavorável para as ocupações agrícolas no tocante à qualidade do emprego. Ou seja, independente das ponderações utilizadas, os grupos de ocupações agrícolas sempre ficaram nas últimas posições pelo fato de possuírem indicadores parciais mais desfavoráveis.

Tabela 14

Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 40-40-20), segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	IQE'			Progresso Relativo (%)		
	1992	1995	1998	1992-98	1992-95	1995-98
Indústria de Transformação (Urb)	70,0	76,5	74,9	16,4	21,5	-6,5
Motoristas (Urb)	65,7	73,4	72,9	20,9	22,3	-1,9
Indústria de Transformação (Rur)	64,6	70,6	72,5	22,4	17,0	6,5
Comércio Não-Espec.(Urb)	60,7	66,2	69,3	22,0	14,1	9,2
Motoristas (Rur)	65,0	69,3	67,7	7,7	12,1	-5,1
Comércio Não-Espec. (Rur)	53,9	47,4	67,0	28,3	-14,2	37,2
Serviços Não-Domésticos (Urb)	59,8	62,3	65,0	12,8	6,3	6,9
Serviços Não-Domésticos (Rur)	52,3	58,9	64,3	25,2	13,7	13,3
Operadores Agrícolas (Rur)	60,0	62,5	63,6	8,8	6,1	2,9
Operadores Agrícolas (Urb)	51,7	67,5	56,8	10,6	32,7	-32,9
Construção Civil (Urb)	47,4	56,7	56,6	17,4	17,6	-0,3
Serviços Domésticos (Rur)	46,7	44,1	54,6	14,8	-5,0	18,8
Serviços Domésticos (Urb)	38,0	47,5	53,7	25,4	15,4	11,8
Construção Civil (Rur)	59,9	57,7	53,0	-17,1	-5,5	-11,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	47,2	56,0	51,8	8,8	16,7	-9,5
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	47,2	51,8	48,2	1,9	8,6	-7,4
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	33,2	43,4	43,0	14,6	15,2	-0,7
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	22,0	24,8	35,1	16,8	3,6	13,7

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Os resultados para o IQE' mostram que as únicas alterações para os grupos de ocupações dos empregados residentes rurais, no período considerado, foram as seguintes: em 1992, o grupo

de motoristas trocou de posição com a indústria de transformação, ficando em primeiro lugar, e, em 1998, o grupo de motoristas trocou de posição com o comércio não-especializado, ficando em segundo lugar. Os demais grupos mantiveram exatamente a mesma posição relativa da ponderação anterior (pesos iguais para os três indicadores parciais).

Quanto ao progresso relativo, o comportamento também foi semelhante. Apenas os grupos de ocupações de comércio não-especializado (Rur), serviços domésticos (Rur) e trabalhadores agrícolas temporários (Rur) apresentaram maior crescimento no período 1995-98. O grupo de serviços não-domésticos (Urb e Rur) teve o mesmo crescimento nos dois períodos e todos os demais (13, em 18 categorias) registraram maior progresso relativo entre 1992 e 1995.

As principais alterações dizem respeito ao aumento das “distâncias” entre os índices de qualidade do emprego dos residentes rurais e dos urbanos empregados nos mesmos grupos de ocupações, tendo, por conseqüência, uma redução dos grupos de ocupações com qualidade de trabalho semelhantes. Com essa nova ponderação, em 1998, apenas os grupos de serviços não-domésticos e de serviços domésticos apresentavam índices próximos para os empregados rurais e os urbanos.

Tabela 15
Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Empregados Residentes Rurais – Ponderação 40-40-20
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	Posição Relativa		
	1992	1995	1998
Indústria de Transformação (Rur)	2 ^a	1 ^a	1 ^a
Motoristas (Rur)	1 ^a	2 ^a	2 ^a
Comércio Não-Espec. (Rur)	5 ^a	7 ^a	3 ^a
Serviços Não-Domésticos (Rur)	6 ^a	4 ^a	4 ^a
Operadores Agrícolas (Rur)	3 ^a	3 ^a	5 ^a
Serviços Domésticos (Rur)	8 ^a	8 ^a	6 ^a
Construção Civil (Rur)	4 ^a	5 ^a	7 ^a
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	7 ^a	6 ^a	8 ^a
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	9 ^a	9 ^a	9 ^a

Fonte: Dados da Tabela 14.

Os resultados para o IQE”, em que é dado o maior peso para o rendimento, mostram que as maiores alterações nas posições relativas ocorreram em 1992, pois, a partir de 1995, o quadro ficou muito semelhante ao obtido para a ponderação igual dos três indicadores parciais: em 1992, o grupo de motoristas trocou de posição com a indústria de transformação, ficando em primeiro lugar; o grupo de operadores agrícolas trocou de posição com a construção civil, caindo para a 4^a posição; e o grupo de trabalhadores agrícolas permanentes trocou de lugar com os serviços

domésticos, ficando na 8ª posição. Ou seja, ao dar maior peso para o indicador ligado ao rendimento no trabalho principal, pioraram ainda mais as condições dos grupos de ocupações agrícolas.

Em 1995, a única alteração nas posições relativas dos grupos de ocupações dos empregados residentes rurais ocorreu com a construção civil, que trocou de lugar com os serviços não-domésticos e ficou na 4ª posição. Em 1998, não houve nenhuma mudança em relação aos resultados obtidos com o IQE.

Tabela 16
Índices de Qualidade do Emprego dos Homens (Ponderação 50-30-20), segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	IQE''			Progresso Relativo (%)		
	1992	1995	1998	1992-98	1992-95	1995-98
Indústria de Transformação (Urb)	70,2	78,1	76,4	20,9	26,5	-7,6
Motoristas (Urb)	66,2	75,1	75,5	27,3	26,3	1,4
Indústria de Transformação (Rur)	64,5	71,0	73,9	26,6	18,4	10,0
Comércio Não-Espec.(Urb)	60,3	68,5	72,0	29,4	20,6	11,0
Comércio Não-Espec. (Rur)	54,4	45,0	69,0	32,0	-20,7	43,6
Motoristas (Rur)	66,8	70,9	68,2	4,2	12,5	-9,4
Serviços Não-Domésticos (Urb)	58,6	62,3	65,4	16,4	9,1	8,1
Serviços Não-Domésticos (Rur)	50,5	59,2	65,3	29,9	17,5	15,0
Operadores Agrícolas (Rur)	57,5	61,5	63,2	13,3	9,3	4,4
Construção Civil (Urb)	46,3	57,8	58,0	21,8	21,4	0,5
Operadores Agrícolas (Urb)	51,4	67,5	57,5	12,6	33,1	-30,7
Serviços Domésticos (Rur)	45,7	42,2	54,5	16,2	-6,4	21,2
Construção Civil (Rur)	59,6	59,3	54,1	-13,6	-0,7	-12,8
Serviços Domésticos (Urb)	36,2	46,3	53,4	27,0	15,8	13,3
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	45,4	55,1	51,4	10,9	17,8	-8,4
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	45,6	51,1	47,1	2,8	10,0	-8,1
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	31,9	43,5	43,7	17,2	16,9	0,3
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	19,8	24,2	35,0	19,0	5,5	14,2

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados primários da PNAD.

Os dados referentes ao progresso relativo mostram que 15 categorias, num total de 18, tiveram maior crescimento no período 1992-95. Apenas os grupos de ocupações do comércio não-especializado (Rur), serviços domésticos (Rur) e trabalhadores agrícolas temporários (Rur) apresentaram maior progresso relativo no segundo período. De forma semelhante ao observado com o IQE', ao se aumentar o peso do indicador parcial de rendimento, cresceram ainda mais as "distâncias" entre os índices de qualidade do emprego dos empregados urbanos em relação aos rurais nos mesmos grupos de ocupações. Como consequência, apenas os grupos de serviços não-domésticos e de serviços domésticos registraram índices próximos para as duas situações de domicílio dos empregados, em 1998.

Em resumo, os principais resultados com o IQE” foram no sentido não só de alterar para baixo a posição relativa das ocupações agrícolas, principalmente em 1992, mas também de aumentar as “distâncias” dos índices para os empregados urbanos em relação aos rurais que estavam trabalhando no mesmo grupo de ocupações.

Tabela 17
Posição Relativa dos Grupos de Ocupações dos Empregados Residentes Rurais – Ponderação 50-30-20
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	Posição Relativa		
	1992	1995	1998
Indústria de Transformação (Rur)	2 ^a	1 ^a	1 ^a
Comércio Não-Espec. (Rur)	5 ^a	7 ^a	2 ^a
Motoristas (Rur)	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Serviços Não-Domésticos (Rur)	6 ^a	5 ^a	4 ^a
Operadores Agrícolas (Rur)	4 ^a	3 ^a	5 ^a
Serviços Domésticos (Rur)	7 ^a	8 ^a	6 ^a
Construção Civil (Rur)	3 ^a	4 ^a	7 ^a
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	8 ^a	6 ^a	8 ^a
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	9 ^a	9 ^a	9 ^a

Fonte: Dados da Tabela 16.

Para as mulheres residentes rurais, o principal aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que, em ambas as ponderações (IQE’ e IQE”), a única alteração na posição relativa dos grupos de ocupações ocorreu em 1995, quando o grupo do comércio não-especializado trocou de posição com o de trabalhadores agrícolas temporários, ficando na 6^a posição. Ou seja, para as empregadas rurais, praticamente não houve mudança alguma nos índices de qualidade do emprego com as diferentes ponderações.

Com as novas ponderações, apenas o grupo de comércio não-especializado apresentou, em 1998, índice de qualidade do emprego relativamente próximo para as empregadas rurais e as urbanas, mostrando que, também para as mulheres, o aumento do peso do rendimento e do grau de formalização do trabalho intensificou as “distâncias” dos índices favoravelmente às trabalhadoras urbanas.

Quanto ao progresso relativo, com o IQE’ apenas os grupos de ocupações da indústria de transformação (Rur) e do comércio não-especializado (Rur) apresentaram maior crescimento no período 1995-98, enquanto o grupo de professores (Rur) registrou menor decréscimo nesse período em relação ao anterior. O grupo de comércio não-especializado (Urb) teve o mesmo desempenho nos dois períodos e todos os demais (10, num total de 14 categorias) obtiveram maior progresso nas condições de trabalho no período 1992-95. Com o IQE”, os resultados foram

idênticos, com exceção do comércio não-especializado (Urb), que teve maior progresso relativo no período 1992-95.

Tabela 18
Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 40-40-20), segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	IQE'			Progresso Relativo (%)		
	1992	1995	1998	1992-98	1992-95	1995-98
Professores (Urb)	71,3	77,2	81,3	35,0	20,6	18,1
Professores (Rur)	76,2	72,1	71,5	-19,8	-17,6	-1,9
Indústria de Transformação (Rur)	39,3	52,1	66,5	44,8	21,1	30,0
Serviços Não-Domésticos (Urb)	55,0	60,0	61,6	14,7	11,2	3,9
Indústria de Transformação (Urb)	54,4	60,0	59,6	11,4	12,3	-1,1
Serviços Não-Domésticos (Rur)	47,8	65,7	59,0	21,5	34,3	-19,5
Comércio Não-Espec.(Urb)	51,3	54,4	57,2	12,1	6,4	6,2
Comércio Não-Espec. (Rur)	54,2	35,5	56,2	4,4	-40,9	32,2
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	40,3	52,8	52,5	20,4	21,0	-0,7
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	35,6	52,8	49,0	20,9	26,7	-7,9
Serviços Domésticos (Urb)	33,4	42,4	45,7	18,5	13,5	5,8
Serviços Domésticos (Rur)	33,6	41,2	42,8	13,8	11,4	2,7
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	36,8	43,5	42,6	9,2	10,6	-1,6
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	24,2	34,6	37,9	18,0	13,6	5,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Tabela 19
Índices de Qualidade do Emprego das Mulheres (Ponderação 50-30-20), segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992-1998

Grupos de Ocupações	IQE''			Progresso Relativo (%)		
	1992	1995	1998	1992-98	1992-95	1995-98
Professores (Urb)	69,3	76,1	81,7	40,2	21,9	23,4
Professores (Rur)	74,3	69,6	71,7	-10,0	-18,2	6,9
Indústria de Transformação (Rur)	36,6	49,0	64,6	44,2	19,6	30,6
Serviços Não-Domésticos (Urb)	50,6	57,0	59,2	17,4	12,9	5,2
Indústria de Transformação (Urb)	50,9	57,6	57,2	12,8	13,6	-0,9
Serviços Não-Domésticos (Rur)	44,8	63,4	56,5	21,1	33,6	-18,8
Comércio Não-Espec.(Urb)	48,5	53,0	56,2	14,9	8,6	6,9
Comércio Não-Espec. (Rur)	52,0	33,3	55,3	6,7	-39,1	32,9
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	37,1	51,1	50,7	21,7	22,3	-0,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	31,7	49,8	45,2	19,7	26,5	-9,1
Serviços Domésticos (Urb)	29,0	39,2	42,7	19,3	14,4	5,8
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	34,0	41,8	41,4	11,2	11,9	-0,7
Serviços Domésticos (Rur)	29,3	37,3	39,2	14,1	11,3	3,1
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	20,9	31,7	36,6	19,8	13,7	7,1

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da PNAD.

Finalizando esse item, vale reforçar que as alterações nas ponderações dos indicadores parciais que compõem o IQE produziram os seguintes principais efeitos: praticamente, não houve

mudanças no comportamento observado para o progresso relativo, pois a grande maioria dos grupos de ocupações dos empregados residentes rurais e dos urbanos apresentou maior crescimento no período 1992-95; para as empregadas residentes no meio rural não metropolitano paulista, a única alteração ocorrida, em 1992 e 1995, foi a troca de posição do comércio não-especializado com as trabalhadoras agrícolas temporárias, indicando a pequena sensibilidade dos resultados às mudanças nas ponderações; para os homens, as maiores alterações ocorreram com o IQE”, em 1992, quando as ocupações de operadores agrícolas e trabalhadores permanentes perderam posição para os grupos da construção civil e dos serviços domésticos, respectivamente, indicando um quadro ainda mais desfavorável para as ocupações agrícolas; por último, houve um aumento nas diferenças (“distâncias”) dos valores do IQE dos residentes rurais e dos urbanos empregados nos mesmos grupos de ocupações, reduzindo, por consequência, o número de ocupações com padrões próximos de qualidade do emprego para as duas situações de domicílio, e também houve maior distanciamento entre os grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas.

CONCLUSÕES

A pesquisa procurou avançar nos estudos sobre o engajamento das pessoas residentes no meio rural nas atividades não-agrícolas, analisando, com mais detalhes, o emprego rural não-agrícola (ERNA) no Estado de São Paulo. Devido à grande heterogeneidade das ocupações rurais não-agrícolas, torna-se fundamental conhecer as diferentes formas de inserção das pessoas, segundo a sua posição na ocupação, para melhor subsidiar a formulação de políticas públicas para o novo rural paulista, visando um desenvolvimento rural menos excludente, que combine o incentivo às atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando empregos de melhor qualidade.

Os dados das PNADs mostraram que, nos anos 90, consolidou-se uma mudança estrutural, que já estava em curso desde meados da década de 80, nas ocupações da população economicamente ativa residente no meio rural paulista, principalmente daquela com domicílio no rural não metropolitano, responsável por mais de 90% da população rural do Estado.

A forte redução das ocupações agrícolas, motivada pela mecanização crescente do processo produtivo na agropecuária e pela redução da área cultivada com importantes culturas, juntamente com as marcantes transformações pelas quais vem passando o meio rural no Estado de São Paulo (crise de rentabilidade da agricultura, novas funções de moradia lazer e turismo no meio rural, mudanças nas famílias rurais, alterações na estrutura das propriedades rurais, “homogeneização” dos mercados de trabalho urbano e rural) produziram como resultado um significativo aumento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas.

Em 1998, 53% dos ocupados residentes no meio rural não metropolitano paulista (479 mil pessoas) estavam trabalhando fora da agricultura. Em 1992, essa participação era de 35% (312 mil pessoas). Saliente-se que a PEA rural metropolitana já era fortemente não-agrícola desde o início dos anos 90. Por outro lado, no mesmo período, a PEA rural agrícola passou de 580 mil pessoas ocupadas (65% do total) para 429 mil (47%). O crescimento das ocupações em algumas atividades intensivas em mão-de-obra e com grande expansão nos anos 90, como é o caso da olericultura e da fruticultura, não foi suficiente para compensar a queda verificada na cana-de-açúcar, algodão, café e grãos e oleaginosas.

Os principais ramos de atividade responsáveis pela ocupação da PEA rural não-agrícola foram os de prestação de serviços e indústria de transformação, que concentraram mais de 50% das pessoas ocupadas, seguidos pelo comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços

sociais. Juntos, esses cinco ramos de atividade responderam por cerca de 90% das ocupações não-agrícolas.

Entre as ocupações (profissões) da PEA rural não-agrícola, os principais destaques foram para os serviços domésticos (sempre o mais importante no período 1992-98), motoristas, pedreiros, balconistas-atendentes, serviços por conta própria, diarista doméstica, servente-faxineiro, ajudantes diversos e ajudante de pedreiro, todas com crescimento na década de 90. Esse comportamento contrastou com o verificado para as ocupações na PEA rural agrícola, pois quase todas, com exceção dos dirigentes na agricultura e dos operadores agrícolas, tiveram forte decréscimo no período 1992-98 (7,0% ao ano para os trabalhadores rurais, 5,0% ao ano para os agricultores conta própria e 14,4% ao ano para os empregadores agrícolas).

No Estado de São Paulo, a PEA rural não-agrícola era predominantemente formada por empregados, cujas participações no total de ocupados variaram entre 83,5%, em 1992, e 75,8%, em 1998. A segunda categoria mais importante sempre foi a dos conta-própria. Também na PEA rural agrícola os empregados eram maioria, embora com menor participação (atingiu um máximo de 59,1%, em 1997). As categorias de membros não remunerados da família e de conta-própria apareciam a seguir, respondendo, conjuntamente, por cerca de 40%, em média, do total de ocupados na agricultura.

No período 1992-98, houve um grande aumento da participação, tanto dos homens quanto das mulheres residentes rurais, nas atividades não-agrícolas, de tal forma que a distribuição da PEA rural ocupada fora da agricultura manteve-se praticamente inalterada: eram 63,4% de homens e 36,6% de mulheres, em 1992, e 63,1% e 36,9%, respectivamente, em 1998. Em valores absolutos, o número de homens ocupados aumentou de 197.844 pessoas, em 1992, para 302.317, em 1998. Com isso, 46% dos homens residentes no meio rural não metropolitano estavam alocados em atividades não-agrícolas. Em 1992, essa participação era de apenas 30%, pois a grande maioria ainda estava ocupada na agropecuária (70%, ou 453.676 pessoas).

Para as mulheres ocorreu o mesmo processo, mas com muito mais intensidade, pois, em 1998, 70% (ou 176.626 pessoas) das residentes rurais estavam ocupadas em atividades não-agrícolas. Em 1992, a situação era bem mais equilibrada: 52,5% das mulheres estavam ocupadas em atividades agrícolas e 47,5% (ou 114.411 pessoas) naquelas não-agrícolas.

As reduções verificadas nas ocupações agrícolas ocorreram em todas as posições na ocupação. No entanto, foi entre os membros não remunerados da família que ela foi mais intensa,

reforçando o argumento das estratégias familiares em busca de outras fontes de trabalho e renda fora da agricultura (pluriatividade). Em 1992, somando-se homens e mulheres, havia 170.822 membros não remunerados da família ocupados em atividades agrícolas, valor que foi reduzido para 86.617 pessoas, em 1998. Para os empregados, conta-própria e empregadores, as reduções foram bem menos acentuadas.

Com esse quadro geral de mudanças estruturais na PEA rural paulista, marcada pelo contínuo crescimento das ocupações não-agrícolas, tornou-se inevitável fazer o questionamento se o emprego não-agrícola dos residentes rurais lhes oferecia melhores condições de trabalho *vis-à-vis* o emprego nas tradicionais atividades agropecuárias. Para responder adequadamente essa questão, vale ressaltar o acerto do procedimento metodológico adotado na pesquisa. A separação dos empregados, por gênero, do total de ocupados, mostrou-se fundamental para uma melhor compreensão das diferentes inserções de homens e mulheres no emprego não-agrícola (ERNA).

Os resultados obtidos para os índices de qualidade do emprego (IQE) mostraram que, para os homens residentes rurais, todos os grupos de ocupações não-agrícolas selecionados (indústria de transformação, comércio não-especializado, motoristas, serviços domésticos, serviços não-domésticos e construção civil) apresentaram melhores condições de trabalho do que o grupo das ocupações de trabalhadores agrícolas permanentes e temporários, no final dos anos 90. Apenas o grupo dos operadores agrícolas superou os serviços domésticos e a construção civil, em termos de qualidade do trabalho, medida pelos indicadores propostos na pesquisa.

Outro resultado importante para os empregados residentes no meio rural não metropolitano paulista foi a “aproximação” da qualidade do trabalho com os empregados residentes urbanos nos grupos de ocupações da indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos e serviços domésticos, em 1998. Essa aproximação ocorreu pelo maior progresso relativo dos empregados residentes rurais, comparativamente aos urbanos.

Para as mulheres empregadas e com residência no meio rural não metropolitano, o ingresso nas atividades não-agrícolas só não significou a obtenção de melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, justamente o grupo de ocupações mais significativo para elas (responsável por quase 50% dos empregos não-agrícolas das mulheres rurais). O IQE do grupo de ocupação dos serviços domésticos superou somente o de trabalhadores agrícolas temporários.

Por outro lado, a inserção na indústria de transformação, nos ensinos público e privado, no comércio não-especializado e nos serviços não-domésticos ofereceu condições bem mais favoráveis do que o trabalho na agricultura. Disso decorre que a definição de políticas que favorecessem a inserção das mulheres nesses grupos de ocupações, mesmo que fosse nos serviços não-domésticos, teria um efeito muito importante no sentido de propiciar melhores condições de trabalho para as residentes rurais, comparativamente ao emprego nos serviços domésticos e no trabalho volante, principalmente. Diferentemente do que se observou para os empregados, para as mulheres ainda permaneciam maiores disparidades entre as condições e a qualidade do trabalho para as empregadas residentes no meio rural e nas cidades ocupadas nos mesmos grupos de ocupações, no final dos anos 90.

Em um balanço geral, os resultados do IQE para os homens e mulheres apontam para uma conclusão importante, que confirma, de forma até mais surpreendente do que o esperado, a hipótese inicial de investigação: com os diferentes progressos relativos observados no período 1992-98 para os grupos de ocupações selecionados, praticamente a única inserção no emprego não-agrícola mais precária do que o trabalho na agricultura foi nos serviços domésticos para as mulheres, mesmo assim superando o trabalho volante. As diferentes ponderações adotadas na construção do IQE pouco alteraram as posições relativas dos grupos de ocupações dos empregados rurais, principalmente das mulheres. O aumento do peso dos indicadores parciais do IQE ligados ao rendimento no trabalho principal e ao grau de formalização do trabalho tendeu a piorar a situação das ocupações agrícolas, principalmente dos operadores agrícolas e trabalhadores permanentes homens, e a aumentar as “distâncias” nos valores do IQE entre os residentes urbanos e os rurais empregados nos mesmos grupos de ocupações.

Isso tem um desdobramento interessante no que se refere à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população residente no meio rural. Se, por um lado, o fomento às atividades não-agrícolas tem um efeito muito positivo em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores com residência rural, por outro, ainda resta um grande desafio, que é o seguinte: como definir políticas que gerem mais empregos na agricultura e, ao mesmo tempo, melhorem as condições de trabalho para os empregados. Essa integração das atividades agrícolas e não-agrícolas, gerando empregos de qualidade, em projetos de desenvolvimento local/regional sustentáveis, ainda está por ser enfrentada pelas políticas públicas.

Obviamente que, com esses resultados do IQE, não se está querendo dizer que as atenções do governo, sociedade e entidades de representação dos trabalhadores devam ser desviadas da busca por melhores condições de trabalho na agricultura paulista, principalmente para os trabalhadores agrícolas permanentes e temporários. Pelo contrário, pois, em 1998, mais de 400 mil pessoas residentes no meio rural não metropolitano ainda estavam ocupadas em atividades agropecuárias.

Nas atividades não-agrícolas, a principal reorientação seria no sentido de propiciar novas alternativas para as mulheres empregadas nos serviços domésticos, grupo de ocupações com condições de trabalho muito precárias, inclusive para as residentes nos centros urbanos. Por isso, é preciso salientar que, apesar das melhorias nas condições gerais de trabalho não-agrícola, o novo rural paulista continua mais favorável para os empregados residentes rurais do que para as mulheres (e não são as características pessoais que determinam isso, pois as mulheres, no geral, têm níveis de escolaridade mais elevados). Por isso, não basta reconhecer a necessidade de se considerar o gênero na definição de políticas para o meio rural. É necessário que se elimine a discriminação contra as mulheres, que continuam a ter piores condições de trabalho, inclusive nos mesmos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas.

Pelo seu estágio de urbanização e desenvolvimento, o Estado de São Paulo apresenta melhores condições de trabalho para os empregados rurais ocupados em atividades não-agrícolas, bem acima dos resultados verificados em alguns países latino-americanos analisados por Weller (1994) e Lanjouw (1999). Com exceção do emprego feminino nos serviços domésticos, os resultados foram bastante positivos para os demais grupos de ocupações não-agrícolas. A realização de estudos semelhantes a esse, nos demais estados brasileiros, poderia trazer mais elementos para essa discussão.

Com o término da pesquisa, pôde-se perceber que vários temas, surgidos na etapa final de elaboração da dissertação, colocam novas questões e apontam para novas linhas de pesquisa, as quais mereceriam um aprofundamento teórico e empírico no futuro próximo. Alguns temas são listados a seguir, como tentativas de contribuição para o desenvolvimento de novos estudos:

- necessidade de pesquisas sobre o ERNA em outros estados, com o intuito de reunir diferentes experiências e resultados que confirmem, ou não, o quadro menos desfavorável para o emprego não-agrícola dos residentes rurais. Também seria muito interessante a realização de

estudos para o outro grupo mais numeroso de residentes rurais ocupados em atividades não-agrícolas, os trabalhadores conta-própria;

- pesquisar o motivo da diferença do comportamento dos grupos de ocupações quanto ao progresso relativo verificado no período 1992-98, bem como das diferenças de comportamento no mesmo grupo de ocupações (entre homens e mulheres, entre residentes rurais e urbanos). O ponto fundamental nessas duas questões é saber não simplesmente se um grupo melhorou o grau de formalização, ou melhorou o rendimento, ou recebeu mais auxílios, mas sim que fatores levaram esses grupos a ter os avanços nos itens que mediram a qualidade do emprego. Para tanto, é necessária a realização de pesquisas associadas com trabalho detalhado de campo;
- identificar as causas do maior progresso relativo para a grande maioria dos grupos de ocupações no período 1992-95. Será somente uma inflexão do Real após esse período?
- verificar como as transformações do mercado de trabalho ajudam a explicar o comportamento verificado para o emprego rural agrícola e não-agrícola;
- identificar quais os motivos de uma maior “aproximação” das condições e qualidade do trabalho dos empregados residentes rurais com os urbanos em alguns grupos de ocupações (ex: indústria de transformação, comércio não-especializado, serviços não-domésticos). Por que outros ainda continuam muito díspares?

É importante salientar que a pesquisa buscou disponibilizar o maior número de informações sobre as características dos empregados e do emprego agrícola e não-agrícola dos residentes no meio rural não metropolitano paulista. O resultado mais favorável (ou menos desfavorável) para os grupos de ocupações não-agrícolas não significa que tal situação permanecerá imutável no futuro, nem que toda atenção deva ser dada somente para as atividades não-agrícolas. Pensar dessa forma seria reintroduzir outra dicotomia (agrícola/não-agrícola) em substituição à velha e desgastada separação rural/urbano.

O fundamental, em um contexto em que o rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a abrigar uma infinidade de outras atividades e novas funções, é que as políticas públicas tenham a clareza suficiente de que promover um desenvolvimento sustentável e não excludente significa, também, garantir boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, agrícolas e não-agrícolas. As atividades não-agrícolas devem ser, sim, estimuladas, mas não somente porque propiciam melhor qualidade de trabalho, mas porque têm se mostrado uma alternativa

fundamental para os desempregados agrícolas residentes no meio rural, além de um forte elemento dinamizador da economia rural, que estaria muito mais debilitada se dependesse somente da ultra-fragilizada, se ainda existente, política agrícola brasileira.

Em linhas gerais, as políticas de fomento de atividades rurais não-agrícolas devem considerar as diferentes dinâmicas que impulsionam a geração de novas ocupações no meio rural, bem como os diversos estágios de desenvolvimento econômico, em geral, e da agricultura, em particular, nas regiões. Em muitos lugares, só o fomento de atividades não-agrícolas não conseguirá gerar desenvolvimento endógeno, sendo necessária a geração de ocupações agrícolas, através de melhorias na produção agropecuária.

Em função disso, para se remover o forte viés agrícola que caracteriza as políticas de desenvolvimento rural e adotar uma posição de promover o desenvolvimento do uso da terra e da economia rural como um todo, deve-se considerar que:

- uma expansão da agricultura e um aumento nos rendimentos da agricultura tradicional podem estimular a demanda de bens e serviços rurais não-agropecuários. Adicionalmente, para que rendas crescentes da agricultura sejam traduzidas em uma demanda crescente de bens e serviços das ORNA, é importante que se reduza a heterogeneidade socioeconômica da agricultura (Weller, 1994);
- o incentivo às atividades não diretamente vinculadas às tradicionais atividades agropecuárias, através de políticas para o turismo rural, lazer e artesanato, pode aumentar as ORNA;
- a descentralização e a expansão de serviços públicos no meio rural têm um papel fundamental na geração de ocupações não-agrícolas⁵⁰, assim como a “desprivatização” dos espaços rurais, a “urbanização” do meio rural, as políticas sociais compensatórias ativas e o reordenamento institucional, com leis para uso do solo (Graziano da Silva, 1999a);

⁵⁰ Segundo Weller (1994), esse processo não necessariamente consiste na criação de dependências subordinadas nas zonas rurais das instituições centrais, como freqüentemente era o enfoque nas décadas passadas. Trata-se de reforçar as instituições públicas de base, dando-lhes maiores recursos financeiros e outorgando-lhes uma maior responsabilidade para a geração das condições de produção e reprodução em nível local. Os efeitos para as economias rurais seriam favoráveis pela demanda de bens e serviços de consumo gerada pelos empregados públicos e porque o poder de compra das mesmas instituições locais tende a favorecer em maior grau produtores e fornecedores locais. Além disso, significa a retenção ou o retorno de pessoas qualificadas para as zonas rurais. Mais importante, no entanto, é o aporte da descentralização ao melhoramento das condições de produção e reprodução (como transporte, energia, comunicação, educação, saúde), o que significa menores custos e maior eficiência e, portanto, maior competitividade para as atividades produtivas rurais. E, também, o aumento das transações comerciais locais (círculo virtuoso para as economias locais regionais), que podem ser reforçados com uma melhor distribuição das rendas geradas na agricultura entre um maior número de produtores.

- a reforma agrária pode ter um papel importante, principalmente se for realizada, também, para fins não essencialmente agrícolas (Graziano da Silva, 1999a);
- um tratamento diferenciado deve ser assumido entre zonas rurais ricas e pobres⁵¹. Nessas, um papel ativo na parcela do setor público é requerido para promover as condições para aumentar a atratividade das regiões para o setor privado (estradas, eletrificação, telecomunicações, irrigação), assim como um forte investimento público deve desenvolver a capacidade das famílias rurais para estarem aptas a participar de uma larga faixa de atividades remuneradoras. A enorme heterogeneidade das regiões e mesmo a forte heterogeneidade dentro das ocupações rurais não-agrícolas (importância dos setores, das diferentes posições na ocupação, do gênero, etc) não permitem que sejam desenhadas políticas únicas para a promoção das ORNA (Lanjouw, s/d);
- as políticas para desenvolver as ORNA devem considerar o fato de que o gênero é indubitavelmente um fator determinante para acesso às ocupações geradas. Políticas e programas para as mulheres rurais devem oferecer muito maior atenção em facilitar seu acesso ao mercado de trabalho assalariado na agroindústria, comércio e outros serviços, pois o serviço doméstico tem se mostrado bastante precário.

Apesar desses pontos consensuais na formulação das políticas para o meio rural, o fato concreto a ser frisado é que o comportamento das ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural no Estado de São Paulo, e em outras unidades da Federação, mostram que, mesmo na ausência de políticas públicas, as pessoas buscaram alternativas próprias perante a enorme redução de oportunidades na agricultura. Ou seja, mesmo sem políticas, as ocupações não-agrícolas “explodiram” nos anos 90, muitas tendo um perfil bastante precário. Por isso, no momento, tão ou mais importante do que continuar o seu fomento, seria imprimir a esse crescimento das atividades não-agrícolas um caráter mais ordenado (socioeconômico e ambiental), mais incluyente e com reais melhorias das condições de vida para todo o conjunto de residentes rurais. Deixados à sua própria sorte, o novo rural paulista e o brasileiro podem reproduzir muitas mazelas, inviabilizando um promissor desenvolvimento sustentável.

⁵¹ Berdegue, Reardon e Escobar (2000) citam, por exemplo, zonas onde o grande desenvolvimento agrícola “puxa” a grande diversidade das ORNA; zonas onde há baixo desenvolvimento agrícola e alta inserção da população rural nas ORNA; zonas onde há baixo desenvolvimento agrícola e poucas oportunidades nas ORNA. Ou seja, as áreas rurais encontram-se em estágios diferenciados de crescimento e diversidade das atividades rurais não-agrícolas.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Ipea, Projeto BRA/97/013, junho de 1999, mimeo (Primeiro relatório de pesquisa).
- ALVES, Francisco J. da Costa; PAULILLO, Luis F.; SILVA, E. “A Flexibilização dos direitos trabalhistas chega ao campo: o caso do setor citrícola – o ouro que virou suco.” *Revista Legislação Trabalhista*. São Paulo, v. 60, n. 2, fevereiro de 1996, p. 220-227.
- ANDERSON, Dennis; LEISERSON, Mark. “Rural nonfarm employment in developing countries.” *Economic Development and Cultural Change*, v. 28, n. 2, january 1980.
- ARNALTE ALEGRE, Eladio. “La problematica rural en el sur de Europa: líneas de análisis y temas de debate”. *Journées d’Etudes – “Les Territoires Ruraux en Europe: Questions de Recherche.”* Paris, Centre d’Etudes et de Recherches Internationales, octobre 1998.
- ARNALTE ALEGRE, Eladio. *Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación*, 1996, mimeo.
- ARNALTE ALEGRE, Eladio. “Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo: implicaciones para el debate sobre el proteccionismo.” *Revista de Economía*. Madrid, n. 666, fevereiro 1989, p. 101-117.
- BALSADI, Otavio V. “Demanda da força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97.” *Informações Econômicas*. São Paulo, v.28, n.4, abril de 1998, p.19-31.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. “Agricultura e capitalismo na Europa do Sul”. In: SHIKI, S. et alii (org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia, 1997.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. “Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul”. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Chile, dezembro de 1994, mimeo.
- BAPTISTELLA, Celma da S.L.; FRANCISCO, Vera Lúcia F. dos S. e VICENTE, Maria Carlota M. “O trabalho volante: uma análise do emprego num período de transição no campo paulista.” *Informações Econômicas*. São Paulo, v.30, n.7, julho de 2000, p. 7-30.

- BAPTISTELLA, Celma da S.L.; VICENTE, Maria Carlota M. e VEIGA, José Eduardo R. "Demografia e mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas." *Informações Econômicas*. São Paulo, v.30, n.5, maio de 2000, p. 7-29.
- BERDEGUÉ, Julio; REARDON, Thomas e ESCOBAR, Germán. "Rural nonagricultural employment and income in Latin America and the Caribbean." Texto apresentado na Conferência: Development of the Rural Economy and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean. New Orleans, Louisiana, março de 2000, mimeo.
- BONANNO, Alessandro. "Changes, crisis and restructuring in Western Europe: the new dimensions of agriculture." *Agriculture and human values*. Florida, v.6, n.1/2, Winter- Spring 1989.
- BOTELHO FILHO, Flávio Borges. "Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal." In: GRAZIANO DA SILVA, J.F. e CAMPANHOLA, C. (editores). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. Jaguariúna (SP), Embrapa, v.3, cap.6, 2000, p.179-188.
- BUTTEL, Frederick. "The US farm crisis and the restructuring of american agriculture: domestic and international dimensions." In: GOODMAN, D. e REDCLIFT, M. *The international farm crisis*. London, The Macmillan Press, 1990.
- BUTTEL, Frederick. "The political economy of part-time farming." *Geojournal*, v.6, n.4, 1982.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, Ipea, janeiro de 1999. (Texto para Discussão, n. 621).
- CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna (SP), Embrapa, v.1, 2000.
- DE JANVRY, Alain; SADOULET, Elisabeth. *Hacer de la inversion en desarrollo rural un buen negocio: nuevas perspectivas para el desarrollo rural en America Latina y el Caribe*. Berkeley, Universidad de California, 1998.
- DELGADO, Guilherme C. *Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica*. Brasília, Ipea, 1997 (Texto para Discussão, n.477).

- DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR., José Celso. *O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro, Ipea, dezembro de 1999 (Texto para discussão, n.688).
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.
- ELLIS, Frank. "Household strategies and rural livelihood diversification." *The Journal of Development Studies*, v.35, n.1, october 1998.
- ETXEZARRETA, Miren et alii. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid, Ministerio da Agricultura, 1995 (Série Estudios).
- FULLER, Anthony. "From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe." *Journal of Rural Studies*, v.6, n.4, 1990.
- GOODMAN, David; REDCLIFT, Michael. *The international farm crisis*. London, The Macmillan Press, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp/IE, 1999a (Coleção Pesquisas, n.1).
- GRAZIANO DA SILVA, José. "Agroindústria e globalização: o caso da laranja no Estado de São Paulo." In: CAVALCANTI, Josefa S. B.(org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife, Editora Universitária, UFPE, 1999b, p.221-255.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *De bóias-frias a empregados rurais – as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme*. Alagoas, EDUFAL, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. "Child labor in Brazil: a rural and agrarian problem?" *Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, 2000 (CD-ROM).
- GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97*. Campinas, IE/Unicamp, 1999, mimeo (Projeto Rurbano).

- GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. “A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1992 a 1995.” *Revista Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v.25, n.3, novembro 1997, p.105-126
- GRAZIANO DA SILVA, José; BALSADI, Otavio Valentim e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. “O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário.” *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.11, n.2, abril-junho 1997, p.50-64.
- GRAZIANO DA SILVA, José; BALSADI, Otavio Valentim; BOLLIGER, Flávio Pinto; BORIN, Maria Rosa; PARO, Maria Regina. “Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário.” *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.2, abril-junho 1996, p.60-72.
- GUITHER, Harold; HALCROW, Harold. *The american farm crisis: an annotated bibliography with analytical introductions*. Michigan, Pierian Press, 1988.
- KAGEYAMA, Angela e REHDER, Paulo. “O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta.” *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v. 31, n.1, jan/mar. 1993, p.23-44.
- KLEIN, Emilio. *El empleo no agricola en America Latina*. Prealc-OIT, n. 364, ago. 1992.
- LANJOUW, Peter. “Rural nonagricultural employment and poverty in Ecuador.” *Economic Development and Cultural Change*, v. 48, n.1, out. 1999.
- LANJOUW, Peter. *Policy options for employment in the rural non-farm sector*. The World Bank, s/d.
- LAURENTI, Antonio Carlos. A terceirização da execução dos trabalhos diretos na agricultura. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Sergipe, agosto de 1996.
- LAURENTI, Antonio Carlos e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas: Brasil e regiões, 1981-97*. Campinas, IE/Unicamp, 1999, mimeo (Projeto Rurbano).
- LEONE, Eugênia T. “Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura.” In: RAMOS, Pedro e REYDON, Bastiaan P. (orgs.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas, Abra, 1995.

- LOPES, Mauro R. “Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas?” *Agroanalysis*, abril de 1997.
- MARSDEN, Terry. “Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces.” *Journal of Rural Studies*. v.11, n.3, 1995, p.285-296.
- MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico. “A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 22, abril 1987.
- MOYANO ESTRADA, Eduardo. “Accion colectiva y cambio social en la agricultura española.” *Papeles de Economía Española*, n. 60-61, 1994.
- MOYANO ESTRADA, Eduardo. “Una aproximación sociopolítica al proteccionismo en la agricultura.” *Revista de Economía*. Madrid, n.666, fevereiro de 1989.
- MOYANO ESTRADA, Eduardo. “La agricultura entre el nuevo y el viejo corporativismo.” In: YRUELA, M.P. e GINER, S. *El corporativismo en España*. Barcelona, Ariel, 1988.
- MOYANO ESTRADA, Eduardo e HIDALGO DA SILVA, O. “Ideologias y estrategias de acción colectiva en el sindicalismo agrario.” *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campinas, Sober, v.1, 1991, p.234-248.
- ORTEGA, Antonio Cesar. *Accion colectiva y articulacion de intereses en los complejos agroindustriales brasileños: organizaciones especializadas por productos e interprofesiones*. Tese de Doutorado, Espanha, Universidad de Cordoba, 1995.
- PAULILLO, Luis F. “O avanço do setor serviços nos complexos agroindustriais: a terceirização agroindustrial e as cooperativas de mão-de-obra rural na citricultura.” *Informações Econômicas*. São Paulo, v.26, n.9, setembro de 1996, p.37-53.
- PUGLIESE, Enrico. “Agriculture and the new division of labor.” In: FRIEDLAND, W. et alii. *Towards a new political economy of agriculture*. Boulder, Westview Press, 1991.
- REARDON, Thomas et alii. *Effects of nonfarm employment on rural income inequality in developing countries: an investment perspective*. 1998, mimeo.
- REARDON, Thomas e BERDEGUÉ, Julio. “Rural nonfarm employment and incomes in Latin America.” Texto apresentado no Seminario Internacional Desarrollo del Empleo Rural No Agrícola. Chile, BID, Cepal, FAO e Rimisp, setembro de 1999, mimeo.

- SARACENO, Elena. "Crear empleos en el medio rural: el camino leader hacia el empleo." *Leader Magazine*, n. 20, 1999.
- SARACENO, Elena. "Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an european experience." Texto apresentado no International Seminar on Rural Urban Linkages, Intermediate Cities and Decentralized Development in the Global Economy. México, abril de 1997, mimeo.
- SARACENO, Elena. "Recent trends in rural development and their conceptualisation." *Journal of Rural Studies*, v.10, n.4, 1994.
- SILVA, Aldenôr Gomes da. "Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte." In: GRAZIANO DA SILVA, J.F. e CAMPANHOLA, C. (editores). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna (SP), Embrapa, v. 2, cap.1, 2000, p.13-44.
- SCHINDEGGER, Friedrich; KRAJASITS, Cornelia. "Commuting: its importance for rural employment analysis." In: *Territorial indicators of employment – focusing on rural development*. OECD, 1999.
- TEIXEIRA, Vanessa Lopes. "A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas." In: GRAZIANO DA SILVA, J.F. e CAMPANHOLA, C. (editores). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. Jaguariúna (SP), Embrapa, v.3, cap.4, 2000, p.119-150.
- TUBIANA, L. "O comércio mundial dos produtos agrícolas: da regulação global ao fracionamento dos mercados." *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.6, n.2, 1985.
- WELLER, Jurgen. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. Panamá, OIT, 1994.

ANEXO METODOLÓGICO

Procedimentos Metodológicos

A fonte dos dados primários utilizados para o estudo da PEA rural agrícola e não-agrícola no Estado de São Paulo, nos anos 90, foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Os anos selecionados para o estudo são 1992, 1995 e 1998. Para as atividades selecionadas, todos os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de dez anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou penúltima do mês de setembro.

A questão que identifica a ocupação das pessoas, no questionário da PNAD, é “*qual era a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?*” Entende-se por ocupação o cargo, função, profissão ou ofício que a pessoa exercia. A descrição deve ser a mais detalhada possível, evitando-se definições vagas e genéricas, além de não dever ser confundida com a formação profissional, pois o que se procura é a função de fato exercida pela pessoa: por exemplo, uma pessoa formada em economia deve ser registrada como gerente de vendas, se essa última for a ocupação que exercia no seu trabalho (Del Grossi, 1999).

A partir da identificação da ocupação, o IBGE definiu as seguintes posições na ocupação para as pessoas que foram consideradas ocupadas na semana de referência:

- a) **empregado:** pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Também são considerados empregados os indivíduos que prestavam o serviços militar obrigatório remunerado e sacerdotes, ministros de igrejas, freiras e outros clérigos. A PNAD considera em uma posição na ocupação distinta o **trabalhador doméstico**, definido como a pessoa que trabalha prestando serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Estão incluídas nessa categoria as ocupações de empregada doméstica, faxineira, babá, mordomo, etc.;
- b) **conta-própria:** pessoa que trabalhava conduzindo o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;
- c) **empregador:** pessoa que trabalhava no seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

d) **trabalhador não-remunerado**: pessoa que trabalhava sem remuneração durante pelo menos uma hora por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que, por sua vez, era empregado, conta-própria ou empregador. Ainda foram incluídas entre os trabalhadores não-remunerados as pessoas que trabalhavam como aprendizes ou estagiários, aquelas que trabalhavam em ajuda a instituições religiosas, beneficente ou de cooperativismo (todos sem remuneração), e as que cumpriam o serviço militar obrigatório não-remunerado.

Trabalhou-se apenas com os dados dos empregados (agrícolas e não-agrícolas) em algumas das principais profissões, agrupadas por características comuns, como será descrito adiante. O objetivo é comparar trabalhos de densidades e conteúdos semelhantes (assalariado com assalariado, segundo algumas características principais). Além disso, segundo Laurenti e Del Grossi (1999), em 1997, no Estado de São Paulo, os empregados eram a maioria da PEA rural ocupada tanto em atividades agrícolas (55,8% do total) como naquelas não-agrícolas (79,5% do total).

Nessa pesquisa, a posição na ocupação de empregados e trabalhadores domésticos é a que interessa para a comparação entre o emprego rural agrícola e o não-agrícola, sendo esse último denominado ERNA (emprego rural não-agrícola), no caso de a pessoa estar ocupada em atividades não-agrícolas. Isso é importante para diferenciar essa categoria das demais nas ocupações não-agrícolas (ORNA), que incluem os conta-própria, empregadores e não remunerados. Portanto, não será contrastada a PEA rural total ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, pois as ocupações (profissões) dos conta-própria, empregadores e não remunerados são muito mais difíceis de se padronizar para compará-las nas duas atividades.

Pela diferenciação de inserção nos empregos agrícolas e não-agrícolas (tipo de profissão e qualidade do trabalho), constatada em revisão de literatura, principalmente nos trabalhos de Weller (1994) e Lanjouw (1999), a análise dos dados dos empregados foi desagregada para homens e mulheres.

As variáveis selecionadas para análise das características da PEA rural com posição na ocupação de empregados (homens e mulheres), bem como do trabalho não-agrícola, foram as seguintes: idade; escolaridade (frequenta escola ou não, curso anterior mais elevado e grupos de anos de estudo); número de trabalhos na semana de referência; horas trabalhadas por semana; moradia no local de trabalho ou não; tempo de viagem ao local de trabalho; carteira assinada; contribuição para a Previdência; remuneração (em salários mínimos); rendimento médio mensal

no trabalho principal; forma de contratação (específica para os trabalhadores rurais volantes – contratação direta pelo produtor ou indireta); e recebimento de auxílios (moradia, alimentação, transporte, educação e saúde).

Para as atividades não-agrícolas, trabalhou-se com os grupos de ocupações de serviços domésticos, serviços não-domésticos (de hotelaria, alimentação, etc), construção civil, professores, motoristas⁵², comércio não-especializado e indústria de transformação.

As ocupações que compõem os serviços domésticos são as de arrumadeira doméstica, babá, cozinheira doméstica, diarista doméstica, lavadeira doméstica, governanta e mordomo no serviço doméstico, serviços domésticos e atendente doméstico. Nas PNADs, as ocupações efetivamente registradas para os residentes rurais foram as de serviços domésticos (90% do total das ocupações), diarista doméstico e atendente doméstico, para os homens, e serviços domésticos (que representou de 75% a 80% do total das ocupações), diarista doméstica, atendente doméstica, babá, cozinheira doméstica, governanta, lavadeira doméstica e arrumadeira doméstica, para as mulheres.

O grupo de serviços não-domésticos é composto pelas ocupações de arrumadeira em hotel, cozinheiro não-doméstico, garçom, copeiro/balconista, governanta não-doméstica, maitre de hotel, maitre de restaurante, passadeira não-doméstica, porteiro, ascensorista, guarda/vigia, servente/faxineiro e atendente infantil não-doméstico. Para as mulheres residentes rurais, as ocupações mais importantes que surgiram foram as de cozinheira não-doméstica e servente/faxineira, que responderam por 60% a 100% dos empregos. Também foram identificadas as ocupações de arrumadeira em hotel, copeira/balconista (com 29% dos empregos, em 1995), governanta não-doméstica, passadeira não-doméstica e atendente infantil não-doméstica. Para os homens empregados nos serviços não-domésticos, prevaleceram as ocupações de guarda/vigia e servente/faxineiro, com participações conjuntas que variaram de 60% a 80% do total de empregos. Merecem destaque, também, as ocupações de garçom (21% dos empregos, em 1995), cozinheiro não-doméstico (18% dos empregos, em 1998) e porteiro (16% dos empregos, em 1998). Além dessas, ainda foi captada a ocupação de copeiro/balconista, com participação bem abaixo das demais.

O grupo da construção civil é composto pelas ocupações de pedreiro, ajudante de pedreiro, ajudante de pintor, mestre de obras, armador de ferros, estucador, ladrilheiro, vidraceiro

assentador, empedrador, calafete, concretista-draguista, bombeiro e trabalhador na construção de rodovias. Nos dados das PNADs para os residentes rurais não foram registradas apenas as ocupações de estucador, vidraceiro assentador e calafete. Na série analisada, as ocupações de pedreiro e ajudante de pedreiro representaram de 65% a 91% do total de empregados nesse grupo de ocupações, seguidas pela de concretista-draguista, que chegou a responder por até 25% dos empregados em alguns anos.

O conjunto dos professores foi obtido pela agregação das ocupações de professor/pesquisador no ensino superior, docente no ensino superior, professor de segundo grau, professor de primeiro grau, professor de primeiro grau inicial, professor de primeiro grau geral, professor pré-escolar, instrutor e outros professores. Nos dados das PNADs não constaram apenas as ocupações de professor/pesquisador no ensino superior e docente no ensino superior para as mulheres residentes rurais. Os professores de primeiro grau e do pré-escolar foram a grande maioria, com participações que variaram entre 66% a 100% no total de empregados, dependendo do ano considerado.

No grupo do comércio não-especializado encontram-se as ocupações de balconistas/atendentes, caixa recebedor, arrumador de prateleiras, demonstrador modelo, jornaleiro, caixeiro viajante, representante comercial, propagandista, corretor de seguros, corretor de imóveis, leiloeiro/avaliador, agente de viagem e comprador. As ocupações registradas nas PNADs para os empregados residentes rurais foram as de balconistas/atendentes e caixa recebedor, que responderam por 86% a 100% do total, dependendo do ano considerado, além das ocupações de arrumador de prateleiras e propagandista, para as mulheres. As ocupações de balconistas/atendentes e caixa recebedor também foram as principais para os homens, representando de 60% a 100% do total, embora também tenham sido captadas as ocupações de arrumador de prateleiras, demonstrador modelo, jornaleiro, caixeiro viajante e corretor de imóveis.

O grupo da indústria de transformação é composto pelas ocupações de uma grande gama de setores que formam esse ramo de atividade. Pelo fato de não ser possível tratar separadamente cada um dos setores, pois não havia número suficiente de casos nas amostras das PNADs, agregaram-se as ocupações apenas para o ramo de atividade. Os setores que compõem esse ramo são os das indústrias mecânica e metalúrgica, têxtil, do couro, do vestuário, de madeira e de

⁵² O grupo dos motoristas e dos operadores agrícolas são formados por apenas uma ocupação cada: respectivamente, motorista e operador agrícola.

móveis, de alimentação e bebidas, gráfica, de cerâmica e de vidros e outras indústrias de transformação. Percebe-se que esse é o grupo mais heterogêneo e com maior número de ocupações para os empregados residentes rurais. Uma descrição das ocupações que compõem o grupo da indústria de transformação pode ser obtida, com detalhes, no Anexo 1 da PNAD (Grupos e Subgrupos Ocupacionais) e no dicionário de variáveis (a variável específica das ocupações é a V0706), que lista todas as ocupações das pessoas ocupadas presentes nas amostras.

Para as atividades agrícolas, foram considerados os grupos de ocupações de trabalhador rural e operador agrícola. O grupo de trabalhador rural compreende as seguintes ocupações: trabalhador rural; trabalhador rural – pequenos animais; trabalhador rural – animais; trabalhador rural – pesca; trabalhador rural – madeira; trabalhador rural – lenha; trabalhador rural – carvão; trabalhador rural – borracha; trabalhador rural - erva-mate; e trabalhador rural – coleta. Nesse grupo, os dados foram desagregados segundo empregados permanentes e temporários, uma vez que, no Estado de São Paulo, em 1998, a ocupação 304 (trabalhador rural), sozinha, correspondia a 265 mil pessoas ocupadas.

Nas PNADs, para os trabalhadores temporários residentes no meio rural (homens e mulheres) registrou-se apenas a ocupação de trabalhador rural (100% em todos os anos considerados); para os trabalhadores permanentes homens foram encontradas as ocupações de trabalhador rural (95% a 99% do total nos anos pesquisados), trabalhador rural – lenha, trabalhador rural – madeira, trabalhador rural – pequenos animais e trabalhador rural – borracha; e para as trabalhadoras permanentes mulheres foram identificadas as ocupações de trabalhador rural (100%, com exceção de 1998) e trabalhador rural – borracha (5%, em 1998).

A escolha das profissões citadas, bem como sua agregação em conjuntos (grupos) com características próximas fundamenta-se na necessidade de um número mínimo de casos nas amostras das PNADs, de tal forma que os dados expandidos sejam suficientes para inferências mais seguras. Também são as profissões mais expressivas em termos de ocupação da PEA rural agrícola e não-agrícola no Estado de São Paulo.

No estudo foi adotado o conceito de PEA rural restrita, excluindo-se as pessoas não remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução (Del Grossi, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 2000).

Nesse projeto, considera-se como ocupação rural não-agrícola aquela que é exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agricultura, sejam essas desenvolvidas na área rural ou na urbana.

Por isso, é necessário um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades nessa área. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode, perfeitamente, ter o seu local de trabalho no centro urbano próximo. Medir a evolução das ocupações não-agrícolas (ORNA) e do emprego não-agrícola (ERNA) a partir do local de residência pode levar à superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural, no caso de os declarantes exercerem suas atividades no meio urbano. Porém, isso pode ser entendido também como uma nova função não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para importante contingente de pessoas. E isso vale tanto para o segmento das classes urbanas de altas rendas, que buscam melhores condições de vida e lazer, como para aquelas famílias rurais que procuram outras ocupações como alternativa à falta de oportunidades de trabalho nas tradicionais atividades agropecuárias.

A partir da PNAD de 1992, o IBGE introduziu novas desagregações para a situação dos domicílios, no sentido de captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados:

1. áreas urbanas – são aquelas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação urbana, aquelas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc. e as localidades reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores;
2. áreas urbanas não urbanizadas – são aquelas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas;
3. áreas urbanas isoladas – englobam a área urbana isolada (casos de vilas e distritos), consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município;
4. áreas rurais – extensão urbana – áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;

5. áreas rurais – povoados – aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação e com pelos menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de primeiro grau; posto de saúde; e templo religioso de qualquer credo.
6. áreas rurais – núcleo – é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados;
7. áreas rurais – outros – são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoados e não estão vinculadas a um único proprietário;
8. áreas rurais – “exclusive” – são aquelas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

A partir dessas novas desagregações, o Projeto Rurbano agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios:

- a) urbano – situação 1;
- b) periferia – situações 2 e 4;
- c) distritos e povoados – situações 3, 5 e 7;
- d) rural privado – situações 6 e 8.

Portanto, **foram consideradas como integrantes da PEA rural as pessoas residentes nos domicílios localizados nas áreas c) e d)**, isto é, nos distritos e povoados e rural privado. É importante notar que, na classificação adotada, uma área legalmente urbana (situação 3) foi tratada como rural, enquanto outra, legalmente rural (situação 4), não foi incluída no rural. O motivo dessa escolha refere-se ao fato de que a primeira tem sua economia basicamente dependente da agricultura e características mais próximas de áreas rurais, ao passo que a segunda constitui-se em uma simples área de periferia urbana.

Como foi dito, essas novas desagregações nos dados da PNAD nos anos 90, buscaram captar com mais detalhes o *continuum* rural-urbano, em substituição à simples dicotomia das áreas dos domicílios em urbanas ou rurais. Nos EUA, Cromartie e Swanson (1996) já haviam proposto isso também a partir de cinco novas categorias (centro metropolitano, entorno metropolitano, adjacências não-metropolitanas, não-adjacentes com cidade, não adjacentes sem cidade), que deveriam substituir a dicotomia metropolitano/não metropolitano (equivalentes aos conceitos de urbano e rural). O critério para definir as duas últimas categorias – consideradas as áreas rurais – foi o tamanho absoluto da população residente (menos de 10 mil pessoas).

Nessa pesquisa também foi feita a desagregação dos dados para as regiões metropolitana e não-metropolitana. No entanto, somente os dados da região não-metropolitana, que concentra mais de 90% da PEA rural do Estado de São Paulo, foram analisados. Outro fator para não se analisar o metropolitano e nem abri-los pelas novas áreas de domicílio é que, segundo Cromartie e Swanson (1996), a expansão das grandes cidades localizadas nas regiões metropolitanas torna muito “borrada” a distinção entre o rural e o urbano, dificultando as análises (é como se fosse formada uma grande área “homogênea” entendida pelo seu caráter urbano – toda a dinâmica é dada pelo caráter metropolitano dessa área contínua).

Metodologia da Construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE)

A adoção de um índice sintético de qualidade do emprego para o ordenamento e a comparação dos grupos de ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural e urbana visa, através de um único número, apresentar a contribuição conjunta das diferentes variáveis utilizadas para a aferição de alguns aspectos que seriam desejáveis em qualquer tipo de trabalho. Tal índice não acrescenta informações às já existentes, mas se mostra uma forma mais sintética de expressar as informações originais dos indicadores (Kageyama e Rehder, 1993).

Obviamente, o conceito de qualidade do emprego pode variar segundo diversas perspectivas. O que se pretende é, a partir das variáveis selecionadas da PNAD, mensurar os efeitos de alguns itens relativamente consensuais sobre a qualidade do emprego, como o não uso de trabalho infantil, a jornada regular semanal, a carteira assinada, a contribuição previdenciária, o rendimento e o recebimento de alguns auxílios.

Para construir o Índice de Qualidade do Emprego (IQE), os procedimentos básicos foram os seguintes, de acordo com a metodologia descrita por Kageyama e Rehder (1993):

a) obtenção dos indicadores simples para 1992, 1995 e 1998, a partir das variáveis já trabalhadas nas PNADs. São eles:

- % de empregados com idade acima de 15 anos (Ninf), o que representa a proporção de trabalho não infantil empregada;
- % de empregados com jornada semanal de até 44 horas (Jorn), o que corresponderia à participação dos empregados sem sobretrabalho;
- % de empregados com carteira assinada (Cart);
- % de empregados contribuintes da Previdência Social (Prev);
- rendimento médio mensal dos empregados no trabalho principal (Rend);
- % de empregados com remuneração acima de 1 salário mínimo (Npob);
- % de empregados que recebiam auxílio moradia (Auxmor);
- % de empregados que recebiam auxílio alimentação (Auxalim);
- % de empregados que recebiam auxílio transporte (Auxtrans);
- % de empregados que recebiam auxílio educação (Auxeduc);
- % de empregados que recebiam auxílio saúde (Auxsau).

Desses indicadores, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:

$$\frac{\text{valor} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}}$$

Onde, o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mínimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

b) construção dos indicadores parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores originais, no sentido de captar três dimensões da qualidade do emprego, que estão relacionadas com o grau de formalização do trabalho, o rendimento obtido no trabalho principal e os auxílios recebidos pelos empregados. Assim, os três indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma:

$\text{TRABFORMAL} = (\text{Ninf} + \text{Jorn} + \text{Cart} + \text{Prev})/4$; indica o grau de formalização do trabalho e foi calculado dessa forma apenas para os homens;

$TRABREND = (Rend_{\text{padronizado}} + Npob)/2$; agrega as duas variáveis de rendimento;

$TRABAUX = (Auxmor + Auxalim + Auxtrans + Auxeduc + Auxsau)/5$; agrega as variáveis de auxílios recebidos pelos empregados.

Para as mulheres empregadas, devido à elevada proporção de dados não disponíveis para a variável carteira assinada (Cart) em alguns grupos de ocupações, o indicador TRABFORMAL foi composto pelas variáveis Ninf, Jorn e Prev, de forma a não distorcer os resultados finais.

c) obtenção do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. O peso de cada indicador parcial para a composição do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) busca refletir as diferentes contribuições relativas e foram construídos pelo sistema convencional de pesos, isto é, pelo próprio proponente do índice, a partir de um sistema de prioridades. Por isso, a ponderação pode gerar controvérsias, porque sempre envolve um certo grau de arbitrariedade do autor, dada a importância atribuída para cada indicador parcial. Para atenuar esse problema, foram feitas três ponderações diferentes. A primeira, com o mesmo peso para os indicadores parciais, e a segunda e terceira, com pesos diferentes, aumentando-se o peso do indicador parcial de rendimento. Assim, as três ponderações utilizadas foram as seguintes:

$$IQE = 1/3 \text{ TRABREND} + 1/3 \text{ TRABFORMAL} + 1/3 \text{ TRABAUX}$$

$$IQE' = 0,40 \text{ TRABREND} + 0,40 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$$

$$IQE'' = 0,50 \text{ TRABREND} + 0,30 \text{ TRABFORMAL} + 0,20 \text{ TRABAUX}$$

Como os indicadores originais não foram padronizados em função dos máximos e mínimos, com exceção do rendimento (mas, levou-se em consideração os valores da série toda), o IQE obtido é passível de comparação intertemporal.

Para essa comparação, ainda de acordo com Kageyama e Rehder (1993), trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:

$$\frac{\text{valor do índice em } t_1 - \text{valor em } t_0}{100 - \text{valor em } t_0}$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do trabalho (Kageyama e Rehder, 1993).

Tabela 1: IQE dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1992

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	88,9	44,4	5,6	5,6	36,1	106,22	0,0	27,8	13,9	13,9	2,8	30,6	0,0	2,8	10,0	20,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	97,3	26,6	63,6	59,2	61,7	199,27	19,6	71,8	45,7	73,4	17,9	7,6	0,0	8,2	21,4	42,9
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	33,3	95,8	95,8	81,2	281,71	36,9	75,0	56,0	87,5	12,5	12,5	0,0	16,7	25,8	54,3
Serviços Domésticos (Rur)	94,3	37,1	51,4	48,6	57,9	193,94	18,4	77,1	47,8	80,0	22,9	2,9	0,0	5,7	22,3	42,6
Serviços Não Domésticos (Rur)	94,7	26,3	78,9	78,9	69,7	242,91	28,7	73,6	51,2	26,3	26,3	26,3	0,0	21,1	20,0	47,0
Construção Civil (Rur)	100,0	59,1	63,6	63,6	71,6	322,02	45,4	91,0	68,2	13,6	27,3	45,5	0,0	13,6	20,0	53,3
Motoristas (Rur)	100,0	37,5	68,8	68,8	68,8	480,93	78,8	93,7	86,3	25,0	12,5	12,5	0,0	25,0	15,0	56,7
Indústria de Transformação (Rur)	91,8	57,1	75,5	75,5	75,0	387,89	59,2	87,7	73,5	20,4	38,8	34,7	2,0	34,7	26,1	58,2
Comércio Não Espec. (Rur)	71,4	14,3	71,4	71,4	57,1	219,70	23,9	100,0	61,9	28,6	57,1	28,6	14,3	28,6	31,4	50,2
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	87,0	31,1	31,1	30,3	44,9	168,26	13,0	50,8	31,9	0,0	1,7	58,4	0,0	2,9	12,6	29,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,6	40,3	63,1	60,2	64,1	208,89	21,6	70,5	46,0	14,2	11,9	42,6	1,1	9,1	15,8	42,0
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	28,1	59,4	59,4	61,7	303,28	41,4	75,0	58,2	6,3	15,6	50,0	0,0	21,9	18,8	46,2
Serviços Domésticos (Urb)	95,0	50,0	35,0	30,0	52,5	176,73	14,8	55,0	34,9	25,0	30,0	15,0	0,0	5,0	15,0	34,1
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,0	42,6	78,9	85,3	76,0	300,90	40,9	86,5	63,7	6,8	37,4	35,5	0,4	18,5	19,7	53,1
Construção Civil (Urb)	93,5	56,3	46,2	51,6	61,9	241,99	28,6	73,9	51,2	1,4	19,0	24,0	0,4	9,3	10,8	41,3
Motoristas (Urb)	100,0	35,7	80,4	86,3	75,6	410,25	63,9	97,6	80,8	2,4	32,2	29,8	0,0	14,9	15,9	57,4
Indústria de Transformação (Urb)	95,3	64,5	80,6	82,9	80,8	472,62	77,1	88,0	82,5	2,8	38,1	39,9	2,3	34,2	23,5	62,3
Comércio Não Espec. (Urb)	93,2	55,3	71,9	76,2	74,2	379,44	57,5	83,8	70,6	2,1	27,7	22,5	1,3	15,3	13,8	52,9

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 2: IQE dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Selecionados
Estado de São Paulo
1995

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	74,3	45,7	5,7	5,7	32,9	169,41	13,3	40,0	26,6	5,7	2,9	17,1	0,0	0,0	5,1	21,5
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	94,4	29,6	62,0	62,5	62,1	241,83	28,5	82,4	55,5	77,3	28,7	6,5	0,0	5,6	23,6	47,1
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	32,5	85,0	85,0	75,6	268,21	34,1	97,5	65,8	92,5	30,0	5,0	0,0	20,0	29,5	57,0
Serviços Domésticos (Rur)	97,1	41,2	47,1	47,1	58,1	192,41	18,1	61,8	40,0	76,5	29,4	2,9	0,0	11,8	24,1	40,7
Serviços Não Domésticos (Rur)	85,7	35,7	64,3	71,4	64,3	371,78	55,9	78,6	67,2	21,4	42,9	50,0	7,1	35,7	31,4	54,3
Construção Civil (Rur)	100,0	32,5	52,5	57,5	60,6	392,92	60,3	92,5	76,4	7,5	27,5	32,5	0,0	5,0	14,5	50,5
Motoristas (Rur)	100,0	22,2	83,3	83,3	72,2	474,27	77,4	100,0	88,7	27,8	38,9	27,8	0,0	27,8	24,5	61,8
Indústria de Transformação (Rur)	93,0	64,0	80,2	80,2	79,4	472,27	77,0	89,5	83,2	22,1	45,4	39,5	2,3	30,2	27,9	63,5
Comércio Não Espec. (Rur)	72,7	54,6	72,7	72,7	68,2	221,55	24,3	63,6	43,9	0,0	36,4	27,3	0,0	0,0	12,7	41,6
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	94,4	28,1	38,7	38,7	50,0	208,99	21,6	80,0	50,8	1,9	3,8	62,5	0,0	8,7	15,4	38,7
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,6	39,0	71,8	72,5	69,0	278,93	36,3	84,6	60,5	12,1	17,4	58,4	0,0	17,4	21,1	50,2
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	38,1	85,7	85,7	77,4	363,93	54,2	100,0	77,1	4,8	38,1	85,7	0,0	14,3	28,6	61,0
Serviços Domésticos (Urb)	97,1	61,8	41,2	41,2	60,3	265,53	33,5	61,8	47,7	55,9	35,3	8,8	0,0	8,8	21,8	43,2
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,6	43,5	70,4	78,3	72,5	365,04	54,4	90,5	72,5	7,9	49,0	36,4	0,8	15,4	21,9	55,6
Construção Civil (Urb)	96,5	55,7	45,7	49,3	61,8	366,63	54,8	91,5	73,1	1,4	28,0	28,0	0,7	9,6	13,5	49,5
Motoristas (Urb)	100,0	38,3	82,6	87,1	77,0	530,41	89,2	99,7	94,5	2,4	51,9	40,1	0,3	25,1	24,0	65,1
Indústria de Transformação (Urb)	95,1	64,2	80,7	83,1	80,8	581,00	99,9	94,3	97,1	2,0	48,3	41,0	3,0	39,1	26,7	68,2
Comércio Não Espec. (Urb)	91,7	46,7	63,7	67,5	67,4	548,84	93,1	87,2	90,1	1,7	30,8	30,8	0,7	15,9	16,0	57,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 3: IQE dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1998

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	95,8	45,8	12,5	12,5	41,7	192,75	18,2	62,5	40,3	8,3	20,8	25,0	0,0	4,2	11,7	31,2
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	96,5	33,5	55,9	58,2	61,0	243,84	28,9	71,7	50,3	62,9	18,8	5,3	0,0	4,7	18,3	43,2
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	37,9	79,3	82,8	75,0	323,59	45,7	96,6	71,2	75,9	24,1	10,3	0,0	17,2	25,5	57,2
Serviços Domésticos (Rur)	92,1	42,1	57,9	57,9	62,5	266,46	33,7	89,5	61,6	84,2	36,8	0,0	0,0	2,6	24,7	49,6
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	26,3	68,4	78,9	68,4	395,15	60,8	94,7	77,7	26,3	63,2	42,1	0,0	15,8	29,5	58,5
Construção Civil (Rur)	100,0	54,3	34,3	40,0	57,2	353,71	52,1	82,9	67,5	11,4	31,4	31,4	0,0	5,7	16,0	46,9
Motoristas (Rur)	100,0	45,5	81,8	81,8	77,3	453,55	73,1	90,9	82,0	18,2	36,4	18,2	4,5	22,7	20,0	59,8
Indústria de Transformação (Rur)	96,4	54,5	74,5	76,4	75,5	506,23	84,1	94,5	89,3	16,4	54,5	52,7	1,8	40,0	33,1	65,9
Comércio Não Espec. (Rur)	93,3	53,3	60,0	60,0	66,7	487,63	80,2	93,3	86,8	6,7	40,0	66,7	0,0	26,7	28,0	60,5
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	97,6	33,1	29,0	29,8	47,4	218,90	23,7	83,9	53,8	0,8	4,8	56,5	0,0	1,6	12,7	38,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	97,7	41,6	54,3	56,6	62,6	244,80	29,1	86,7	57,9	7,5	26,0	50,3	0,6	6,4	18,2	46,2
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	21,1	63,2	63,2	61,9	308,41	42,5	94,7	68,6	5,3	26,3	78,9	0,0	5,3	23,2	51,2
Serviços Domésticos (Urb)	100,0	44,0	52,0	60,0	64,0	287,92	38,2	84,0	61,1	32,0	40,0	16,0	0,0	4,0	18,4	47,8
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,8	43,0	72,4	79,8	73,3	391,74	60,1	95,2	77,6	7,5	55,3	36,0	0,4	15,8	23,0	58,0
Construção Civil (Urb)	98,6	57,3	41,0	45,1	60,5	377,03	57,0	93,5	75,2	3,1	24,6	20,5	0,3	8,2	11,3	49,0
Motoristas (Urb)	99,6	28,9	78,3	85,0	73,0	577,86	99,2	98,4	98,8	1,6	46,2	36,0	0,4	20,2	20,9	64,2
Indústria de Transformação (Urb)	97,8	62,9	79,5	82,3	80,6	561,04	95,7	95,6	95,6	2,5	42,6	37,8	1,6	26,6	22,2	66,2
Comércio Não Espec. (Urb)	96,4	45,7	67,0	69,6	69,7	581,68	100,0	92,4	96,2	2,2	32,2	25,7	1,1	13,0	14,8	60,2

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 4: IQE das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1992

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	88,9	38,9	0,0	42,6	122,67	2,5	16,7	9,6	27,8	0,0	55,6	0,0	0,0	16,7	23,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	95,2	38,1	47,6	60,3	139,11	4,9	38,1	21,5	42,9	9,5	9,5	0,0	9,5	14,3	32,0
Serviços Domésticos (Rur)	88,4	58,0	27,5	58,0	105,06	0,0	29,0	14,5	29,0	55,1	23,2	1,4	7,2	23,2	31,9
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	42,9	57,1	66,7	174,47	10,0	64,2	37,1	35,7	50,0	21,4	7,1	42,9	31,4	45,1
Professores (Rur)	100,0	100,0	100,0	100,0	527,77	61,2	100,0	80,6	66,7	0,0	0,0	0,0	33,3	20,0	66,9
Indústria de Transformação (Rur)	87,5	37,5	50,0	58,3	190,83	12,4	50,0	31,2	25,0	25,0	12,5	0,0	25,0	17,5	35,7
Comércio Não Espec. (Rur)	80,0	80,0	40,0	66,7	172,22	9,7	80,0	44,9	40,0	60,0	40,0	40,0	60,0	48,0	53,2
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	94,4	36,7	38,9	56,7	154,46	7,1	50,0	28,6	0,0	0,0	63,3	1,1	2,2	13,3	32,9
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	96,8	48,4	45,2	63,5	160,42	8,0	54,9	31,5	35,5	0,0	22,6	0,0	0,0	11,6	35,5
Serviços Domésticos (Urb)	87,6	64,8	23,0	58,5	115,55	1,5	27,5	14,5	7,3	65,7	26,3	0,7	5,7	21,1	31,4
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,6	73,1	85,5	86,1	189,94	12,3	71,4	41,8	3,2	40,2	32,5	1,2	18,5	19,1	49,0
Professores (Urb)	99,4	89,9	95,0	94,8	517,89	59,7	91,1	75,4	0,6	43,6	19,0	2,2	14,5	16,0	62,1
Indústria de Transformação (Urb)	95,2	73,0	77,2	81,8	228,58	17,9	76,2	47,0	0,0	16,9	32,8	0,5	21,2	14,3	47,7
Comércio Não Espec. (Urb)	91,1	56,8	76,8	74,9	268,37	23,6	70,0	46,8	0,5	22,1	29,0	1,6	13,2	13,3	45,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 5: IQE das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1995

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	85,7	57,2	14,3	52,4	140,43	5,1	42,9	24,0	71,4	14,3	0,0	0,0	14,3	20,0	32,1
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	87,1	61,3	77,4	75,3	174,26	10,0	80,7	45,4	64,5	25,8	9,7	0,0	12,9	22,6	47,7
Serviços Domésticos (Rur)	96,8	67,4	27,4	63,9	146,70	6,0	43,2	24,6	29,5	73,7	36,8	0,0	5,3	29,1	39,2
Serviços Não Domésticos (Rur)	88,2	76,5	88,2	84,3	299,58	28,1	94,1	61,1	29,4	52,9	52,9	5,9	47,1	37,6	61,0
Professores (Rur)	100,0	91,7	100,0	97,2	421,67	45,8	100,0	72,9	8,3	66,7	0,0	0,0	25,0	20,0	63,4
Indústria de Transformação (Rur)	88,9	88,9	50,0	75,9	195,26	13,1	77,8	45,4	11,1	38,9	11,1	0,0	27,8	17,8	46,4
Comércio Não Espec. (Rur)	57,1	57,1	42,9	52,4	231,19	18,3	42,9	30,6	0,0	14,3	42,9	0,0	0,0	11,4	31,5
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	95,7	34,0	46,8	58,8	187,07	11,9	72,4	42,1	0,0	0,0	66,0	0,0	10,6	15,3	38,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,9	35,7	78,6	69,1	230,45	18,1	85,7	51,9	7,1	21,4	60,7	0,0	21,4	22,1	47,7
Serviços Domésticos (Urb)	92,9	70,9	24,2	62,7	179,18	10,7	51,3	31,0	7,6	78,6	34,1	0,1	2,3	24,5	39,4
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,3	69,2	84,2	84,2	250,09	21,0	85,7	53,3	1,5	62,3	45,8	0,7	15,0	25,1	54,2
Professores (Urb)	99,6	97,8	92,9	96,8	616,98	74,1	96,9	85,5	0,0	67,6	19,6	2,7	17,3	21,4	67,9
Indústria de Transformação (Urb)	95,5	72,3	77,7	81,8	289,22	26,6	88,6	57,6	0,5	43,6	38,6	0,5	22,8	21,2	53,6
Comércio Não Espec. (Urb)	92,7	56,0	66,8	71,8	318,13	30,8	83,2	57,0	0,9	25,9	32,3	0,4	12,9	14,5	47,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 6: IQE das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1998

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	100,0	50,0	0,0	50,0	186,26	11,8	62,5	37,1	50,0	12,5	0,0	12,5	0,0	15,0	34,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	100,0	63,1	68,4	77,2	201,87	14,0	63,2	38,6	36,8	5,3	10,5	0,0	15,8	13,7	43,2
Serviços Domésticos (Rur)	94,6	76,1	28,3	66,3	153,66	7,0	54,4	30,7	27,2	53,3	16,3	1,1	1,1	19,8	38,9
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	52,9	82,4	78,4	285,43	26,1	82,4	54,3	11,8	58,8	64,7	0,0	11,8	29,4	54,0
Professores (Rur)	100,0	81,8	72,7	84,8	675,63	82,6	90,9	86,7	0,0	36,4	36,4	0,0	0,0	14,6	62,0
Indústria de Transformação (Rur)	100,0	70,0	80,0	83,3	310,91	29,8	100,0	64,9	0,0	70,0	50,0	0,0	60,0	36,0	61,4
Comércio Não Espec. (Rur)	100,0	62,5	50,0	70,8	257,51	22,1	100,0	61,0	0,0	37,5	50,0	0,0	0,0	17,5	49,8
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	96,7	50,0	16,7	54,5	187,24	11,9	73,3	42,6	10,0	36,7	43,3	0,0	3,3	18,7	38,6
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	100,0	38,6	68,2	68,9	218,06	16,4	86,4	51,4	11,4	18,2	72,7	0,0	6,8	21,8	47,4
Serviços Domésticos (Urb)	97,5	68,9	33,4	66,6	188,89	12,1	61,1	36,6	5,1	69,3	32,8	0,2	3,5	22,2	41,8
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,2	67,7	81,9	82,9	293,43	27,3	90,4	58,8	2,7	58,5	43,8	2,3	15,0	24,5	55,4
Professores (Urb)	99,6	92,4	92,9	95,0	796,12	100,0	96,9	98,5	0,0	50,4	20,1	4,5	23,7	19,7	71,1
Indústria de Transformação (Urb)	97,5	72,8	74,3	81,5	289,05	26,6	89,1	57,9	1,0	42,1	31,7	0,5	20,3	19,1	52,8
Comércio Não Espec. (Urb)	96,5	48,0	76,0	73,5	346,63	35,0	91,3	63,1	0,4	21,0	31,9	0,9	10,5	12,9	49,9

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 7: IQE' dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados

Estado de São Paulo

1992

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	88,9	44,4	5,6	5,6	36,1	106,22	0,0	27,8	13,9	13,9	2,8	30,6	0,0	2,8	10,0	22,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	97,3	26,6	63,6	59,2	61,7	199,27	19,6	71,8	45,7	73,4	17,9	7,6	0,0	8,2	21,4	47,2
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	33,3	95,8	95,8	81,2	281,71	36,9	75,0	56,0	87,5	12,5	12,5	0,0	16,7	25,8	60,0
Serviços Domésticos (Rur)	94,3	37,1	51,4	48,6	57,9	193,94	18,4	77,1	47,8	80,0	22,9	2,9	0,0	5,7	22,3	46,7
Serviços Não Domésticos (Rur)	94,7	26,3	78,9	78,9	69,7	242,91	28,7	73,6	51,2	26,3	26,3	26,3	0,0	21,1	20,0	52,3
Construção Civil (Rur)	100,0	59,1	63,6	63,6	71,6	322,02	45,4	91,0	68,2	13,6	27,3	45,5	0,0	13,6	20,0	59,9
Motoristas (Rur)	100,0	37,5	68,8	68,8	68,8	480,93	78,8	93,7	86,3	25,0	12,5	12,5	0,0	25,0	15,0	65,0
Indústria de Transformação (Rur)	91,8	57,1	75,5	75,5	75,0	387,89	59,2	87,7	73,5	20,4	38,8	34,7	2,0	34,7	26,1	64,6
Comércio Não Espec. (Rur)	71,4	14,3	71,4	71,4	57,1	219,70	23,9	100,0	61,9	28,6	57,1	28,6	14,3	28,6	31,4	53,9
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	87,0	31,1	31,1	30,3	44,9	168,26	13,0	50,8	31,9	0,0	1,7	58,4	0,0	2,9	12,6	33,2
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,6	40,3	63,1	60,2	64,1	208,89	21,6	70,5	46,0	14,2	11,9	42,6	1,1	9,1	15,8	47,2
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	28,1	59,4	59,4	61,7	303,28	41,4	75,0	58,2	6,3	15,6	50,0	0,0	21,9	18,8	51,7
Serviços Domésticos (Urb)	95,0	50,0	35,0	30,0	52,5	176,73	14,8	55,0	34,9	25,0	30,0	15,0	0,0	5,0	15,0	38,0
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,0	42,6	78,9	85,3	76,0	300,90	40,9	86,5	63,7	6,8	37,4	35,5	0,4	18,5	19,7	59,8
Construção Civil (Urb)	93,5	56,3	46,2	51,6	61,9	241,99	28,6	73,9	51,2	1,4	19,0	24,0	0,4	9,3	10,8	47,4
Motoristas (Urb)	100,0	35,7	80,4	86,3	75,6	410,25	63,9	97,6	80,8	2,4	-32,2	29,8	0,0	14,9	15,9	65,7
Indústria de Transformação (Urb)	95,3	64,5	80,6	82,9	80,8	472,62	77,1	88,0	82,5	2,8	38,1	39,9	2,3	34,2	23,5	70,0
Comércio Não Espec. (Urb)	93,2	55,3	71,9	76,2	74,2	379,44	57,5	83,8	70,6	2,1	27,7	22,5	1,3	15,3	13,8	60,7

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 8: IQE' dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados

Estado de São Paulo

1995

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	74,3	45,7	5,7	5,7	32,9	169,41	13,3	40,0	26,6	5,7	2,9	17,1	0,0	0,0	5,1	24,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	94,4	29,6	62,0	62,5	62,1	241,83	28,5	82,4	55,5	77,3	28,7	6,5	0,0	5,6	23,6	51,8
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	32,5	85,0	85,0	75,6	268,21	34,1	97,5	65,8	92,5	30,0	5,0	0,0	20,0	29,5	62,5
Serviços Domésticos (Rur)	97,1	41,2	47,1	47,1	58,1	192,41	18,1	61,8	40,0	76,5	29,4	2,9	0,0	11,8	24,1	44,1
Serviços Não Domésticos (Rur)	85,7	35,7	64,3	71,4	64,3	371,78	55,9	78,6	67,2	21,4	42,9	50,0	7,1	35,7	31,4	58,9
Construção Civil (Rur)	100,0	32,5	52,5	57,5	60,6	392,92	60,3	92,5	76,4	7,5	27,5	32,5	0,0	5,0	14,5	57,7
Motoristas (Rur)	100,0	22,2	83,3	83,3	72,2	474,27	77,4	100,0	88,7	27,8	38,9	27,8	0,0	27,8	24,5	69,3
Indústria de Transformação (Rur)	93,0	64,0	80,2	80,2	79,4	472,27	77,0	89,5	83,2	22,1	45,4	39,5	2,3	30,2	27,9	70,6
Comércio Não Espec. (Rur)	72,7	54,6	72,7	72,7	68,2	221,55	24,3	63,6	43,9	0,0	36,4	27,3	0,0	0,0	12,7	47,4
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	94,4	28,1	38,7	38,7	50,0	208,99	21,6	80,0	50,8	1,9	3,8	62,5	0,0	8,7	15,4	43,4
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,6	39,0	71,8	72,5	69,0	278,93	36,3	84,6	60,5	12,1	17,4	58,4	0,0	17,4	21,1	56,0
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	38,1	85,7	85,7	77,4	363,93	54,2	100,0	77,1	4,8	38,1	85,7	0,0	14,3	28,6	67,5
Serviços Domésticos (Urb)	97,1	61,8	41,2	41,2	60,3	265,53	33,5	61,8	47,7	55,9	35,3	8,8	0,0	8,8	21,8	47,5
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,6	43,5	70,4	78,3	72,5	365,04	54,4	90,5	72,5	7,9	49,0	36,4	0,8	15,4	21,9	62,3
Construção Civil (Urb)	96,5	55,7	45,7	49,3	61,8	366,63	54,8	91,5	73,1	1,4	28,0	28,0	0,7	9,6	13,5	56,7
Motoristas (Urb)	100,0	38,3	82,6	87,1	77,0	530,41	89,2	99,7	94,5	2,4	51,9	40,1	0,3	25,1	24,0	73,4
Indústria de Transformação (Urb)	95,1	64,2	80,7	83,1	80,8	581,00	99,9	94,3	97,1	2,0	48,3	41,0	3,0	39,1	26,7	76,5
Comércio Não Espec. (Urb)	91,7	46,7	63,7	67,5	67,4	548,84	93,1	87,2	90,1	1,7	30,8	30,8	0,7	15,9	16,0	66,2

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 9: IQE' dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1998

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	95,8	45,8	12,5	12,5	41,7	192,75	18,2	62,5	40,3	8,3	20,8	25,0	0,0	4,2	11,7	35,1
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	96,5	33,5	55,9	58,2	61,0	243,84	28,9	71,7	50,3	62,9	18,8	5,3	0,0	4,7	18,3	48,2
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	37,9	79,3	82,8	75,0	323,59	45,7	96,6	71,2	75,9	24,1	10,3	0,0	17,2	25,5	63,6
Serviços Domésticos (Rur)	92,1	42,1	57,9	57,9	62,5	266,46	33,7	89,5	61,6	84,2	36,8	0,0	0,0	2,6	24,7	54,6
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	26,3	68,4	78,9	68,4	395,15	60,8	94,7	77,7	26,3	63,2	42,1	0,0	15,8	29,5	64,3
Construção Civil (Rur)	100,0	54,3	34,3	40,0	57,2	353,71	52,1	82,9	67,5	11,4	31,4	31,4	0,0	5,7	16,0	53,0
Motoristas (Rur)	100,0	45,5	81,8	81,8	77,3	453,55	73,1	90,9	82,0	18,2	36,4	18,2	4,5	22,7	20,0	67,7
Indústria de Transformação (Rur)	96,4	54,5	74,5	76,4	75,5	506,23	84,1	94,5	89,3	16,4	54,5	52,7	1,8	40,0	33,1	72,5
Comércio Não Espec. (Rur)	93,3	53,3	60,0	60,0	66,7	487,63	80,2	93,3	86,8	6,7	40,0	66,7	0,0	26,7	28,0	67,0
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	97,6	33,1	29,0	29,8	47,4	218,90	23,7	83,9	53,8	0,8	4,8	56,5	0,0	1,6	12,7	43,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	97,7	41,6	54,3	56,6	62,6	244,80	29,1	86,7	57,9	7,5	26,0	50,3	0,6	6,4	18,2	51,8
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	21,1	63,2	63,2	61,9	308,41	42,5	94,7	68,6	5,3	26,3	78,9	0,0	5,3	23,2	56,8
Serviços Domésticos (Urb)	100,0	44,0	52,0	60,0	64,0	287,92	38,2	84,0	61,1	32,0	40,0	16,0	0,0	4,0	18,4	53,7
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,8	43,0	72,4	79,8	73,3	391,74	60,1	95,2	77,6	7,5	55,3	36,0	0,4	15,8	23,0	65,0
Construção Civil (Urb)	98,6	57,3	41,0	45,1	60,5	377,03	57,0	93,5	75,2	3,1	24,6	20,5	0,3	8,2	11,3	56,6
Motoristas (Urb)	99,6	28,9	78,3	85,0	73,0	577,86	99,2	98,4	98,8	1,6	46,2	36,0	0,4	20,2	20,9	72,9
Indústria de Transformação (Urb)	97,8	62,9	79,5	82,3	80,6	561,04	95,7	95,6	95,6	2,5	42,6	37,8	1,6	26,6	22,2	74,9
Comércio Não Espec. (Urb)	96,4	45,7	67,0	69,6	69,7	581,68	100,0	92,4	96,2	2,2	32,2	25,7	1,1	13,0	14,8	69,3

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 10: IQE' das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1992

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	88,9	38,9	0,0	42,6	122,67	2,5	16,7	9,6	27,8	0,0	55,6	0,0	0,0	16,7	24,2
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	95,2	38,1	47,6	60,3	139,11	4,9	38,1	21,5	42,9	9,5	9,5	0,0	9,5	14,3	35,6
Serviços Domésticos (Rur)	88,4	58,0	27,5	58,0	105,06	0,0	29,0	14,5	29,0	55,1	23,2	1,4	7,2	23,2	33,6
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	42,9	57,1	66,7	174,47	10,0	64,2	37,1	35,7	50,0	21,4	7,1	42,9	31,4	47,8
Professores (Rur)	100,0	100,0	100,0	100,0	527,77	61,2	100,0	80,6	66,7	0,0	0,0	0,0	33,3	20,0	76,2
Indústria de Transformação (Rur)	87,5	37,5	50,0	58,3	190,83	12,4	50,0	31,2	25,0	25,0	12,5	0,0	25,0	17,5	39,3
Comércio Não Espec. (Rur)	80,0	80,0	40,0	66,7	172,22	9,7	80,0	44,9	40,0	60,0	40,0	40,0	60,0	48,0	54,2
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	94,4	36,7	38,9	56,7	154,46	7,1	50,0	28,6	0,0	0,0	63,3	1,1	2,2	13,3	36,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	96,8	48,4	45,2	63,5	160,42	8,0	54,9	31,5	35,5	0,0	22,6	0,0	0,0	11,6	40,3
Serviços Domésticos (Urb)	87,6	64,8	23,0	58,5	115,55	1,5	27,5	14,5	7,3	65,7	26,3	0,7	5,7	21,1	33,4
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,6	73,1	85,5	86,1	189,94	12,3	71,4	41,8	3,2	40,2	32,5	1,2	18,5	19,1	55,0
Professores (Urb)	99,4	89,9	95,0	94,8	517,89	59,7	91,1	75,4	0,6	43,6	19,0	2,2	14,5	16,0	71,3
Indústria de Transformação (Urb)	95,2	73,0	77,2	81,8	228,58	17,9	76,2	47,0	0,0	16,9	32,8	0,5	21,2	14,3	54,4
Comércio Não Espec. (Urb)	91,1	56,8	76,8	74,9	268,37	23,6	70,0	46,8	0,5	22,1	29,0	1,6	13,2	13,3	51,3

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

tela 11: IQE' das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
do de São Paulo

15

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
b. Agrícolas Temporários (Rur)	85,7	57,2	14,3	52,4	140,43	5,1	42,9	24,0	71,4	14,3	0,0	0,0	14,3	20,0	34,6
b. Agrícolas Permanentes (Rur)	87,1	61,3	77,4	75,3	174,26	10,0	80,7	45,4	64,5	25,8	9,7	0,0	12,9	22,6	52,8
viços Domésticos (Rur)	96,8	67,4	27,4	63,9	146,70	6,0	43,2	24,6	29,5	73,7	36,8	0,0	5,3	29,1	41,2
viços Não Domésticos (Rur)	88,2	76,5	88,2	84,3	299,58	28,1	94,1	61,1	29,4	52,9	52,9	5,9	47,1	37,6	65,7
fessores (Rur)	100,0	91,7	100,0	97,2	421,67	45,8	100,0	72,9	8,3	66,7	0,0	0,0	25,0	20,0	72,1
ístría de Transformação (Rur)	88,9	88,9	50,0	75,9	195,26	13,1	77,8	45,4	11,1	38,9	11,1	0,0	27,8	17,8	52,1
nércio Não Espec. (Rur)	57,1	57,1	42,9	52,4	231,19	18,3	42,9	30,6	0,0	14,3	42,9	0,0	0,0	11,4	35,5
b. Agrícolas Temporários (Urb)	95,7	34,0	46,8	58,8	187,07	11,9	72,4	42,1	0,0	0,0	66,0	0,0	10,6	15,3	43,5
b. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,9	35,7	78,6	69,1	230,45	18,1	85,7	51,9	7,1	21,4	60,7	0,0	21,4	22,1	52,8
viços Domésticos (Urb)	92,9	70,9	24,2	62,7	179,18	10,7	51,3	31,0	7,6	78,6	34,1	0,1	2,3	24,5	42,4
viços Não Domésticos (Urb)	99,3	69,2	84,2	84,2	250,09	21,0	85,7	53,3	1,5	62,3	45,8	0,7	15,0	25,1	60,0
fessores (Urb)	99,6	97,8	92,9	96,8	616,98	74,1	96,9	85,5	0,0	67,6	19,6	2,7	17,3	21,4	77,2
ístría de Transformação (Urb)	95,5	72,3	77,7	81,8	289,22	26,6	88,6	57,6	0,5	43,6	38,6	0,5	22,8	21,2	60,0
nércio Não Espec. (Urb)	92,7	56,0	66,8	71,8	318,13	30,8	83,2	57,0	0,9	25,9	32,3	0,4	12,9	14,5	54,4

e: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

tela 12: IQE' das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
do de São Paulo

3

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
a. Agrícolas Temporários (Rur)	100,0	50,0	0,0	50,0	186,26	11,8	62,5	37,1	50,0	12,5	0,0	12,5	0,0	15,0	37,9
a. Agrícolas Permanentes (Rur)	100,0	63,1	68,4	77,2	201,87	14,0	63,2	38,6	36,8	5,3	10,5	0,0	15,8	13,7	49,0
iços Domésticos (Rur)	94,6	76,1	28,3	66,3	153,66	7,0	54,4	30,7	27,2	53,3	16,3	1,1	1,1	19,8	42,8
iços Não Domésticos (Rur)	100,0	52,9	82,4	78,4	285,43	26,1	82,4	54,3	11,8	58,8	64,7	0,0	11,8	29,4	59,0
essores (Rur)	100,0	81,8	72,7	84,8	675,63	82,6	90,9	86,7	0,0	36,4	36,4	0,0	0,0	14,6	71,5
stria de Transformação (Rur)	100,0	70,0	80,0	83,3	310,91	29,8	100,0	64,9	0,0	70,0	50,0	0,0	60,0	36,0	66,5
ércio Não Espec. (Rur)	100,0	62,5	50,0	70,8	257,51	22,1	100,0	61,0	0,0	37,5	50,0	0,0	0,0	17,5	56,2
. Agrícolas Temporários (Urb)	96,7	50,0	16,7	54,5	187,24	11,9	73,3	42,6	10,0	36,7	43,3	0,0	3,3	18,7	42,6
. Agrícolas Permanentes (Urb)	100,0	38,6	68,2	68,9	218,06	16,4	86,4	51,4	11,4	18,2	72,7	0,0	6,8	21,8	52,5
iços Domésticos (Urb)	97,5	68,9	33,4	66,6	188,89	12,1	61,1	36,6	5,1	69,3	32,8	0,2	3,5	22,2	45,7
iços Não Domésticos (Urb)	99,2	67,7	81,9	82,9	293,43	27,3	90,4	58,8	2,7	58,5	43,8	2,3	15,0	24,5	61,6
ssores (Urb)	99,6	92,4	92,9	95,0	796,12	100,0	96,9	98,5	0,0	50,4	20,1	4,5	23,7	19,7	81,3
stria de Transformação (Urb)	97,5	72,8	74,3	81,5	289,05	26,6	89,1	57,9	1,0	42,1	31,7	0,5	20,3	19,1	59,6
ércio Não Espec. (Urb)	96,5	48,0	76,0	73,5	346,63	35,0	91,3	63,1	0,4	21,0	31,9	0,9	10,5	12,9	57,2

: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 13: IQE" dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1992

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	88,9	44,4	5,6	5,6	36,1	106,22	0,0	27,8	13,9	13,9	2,8	30,6	0,0	2,8	10,0	19,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	97,3	26,6	63,6	59,2	61,7	199,27	19,6	71,8	45,7	73,4	17,9	7,6	0,0	8,2	21,4	45,6
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	33,3	95,8	95,8	81,2	281,71	36,9	75,0	56,0	87,5	12,5	12,5	0,0	16,7	25,8	57,5
Serviços Domésticos (Rur)	94,3	37,1	51,4	48,6	57,9	193,94	18,4	77,1	47,8	80,0	22,9	2,9	0,0	5,7	22,3	45,7
Serviços Não Domésticos (Rur)	94,7	26,3	78,9	78,9	69,7	242,91	28,7	73,6	51,2	26,3	26,3	26,3	0,0	21,1	20,0	50,5
Construção Civil (Rur)	100,0	59,1	63,6	63,6	71,6	322,02	45,4	91,0	68,2	13,6	27,3	45,5	0,0	13,6	20,0	59,6
Motoristas (Rur)	100,0	37,5	68,8	68,8	68,8	480,93	78,8	93,7	86,3	25,0	12,5	12,5	0,0	25,0	15,0	66,8
Indústria de Transformação (Rur)	91,8	57,1	75,5	75,5	75,0	387,89	59,2	87,7	73,5	20,4	38,8	34,7	2,0	34,7	26,1	64,5
Comércio Não Espec. (Rur)	71,4	14,3	71,4	71,4	57,1	219,70	23,9	100,0	61,9	28,6	57,1	28,6	14,3	28,6	31,4	54,4
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	87,0	31,1	31,1	30,3	44,9	168,26	13,0	50,8	31,9	0,0	1,7	58,4	0,0	2,9	12,6	31,9
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,6	40,3	63,1	60,2	64,1	208,89	21,6	70,5	46,0	14,2	11,9	42,6	1,1	9,1	15,8	45,4
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	28,1	59,4	59,4	61,7	303,28	41,4	75,0	58,2	6,3	15,6	50,0	0,0	21,9	18,8	51,4
Serviços Domésticos (Urb)	95,0	50,0	35,0	30,0	52,5	176,73	14,8	55,0	34,9	25,0	30,0	15,0	0,0	5,0	15,0	36,2
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,0	42,6	78,9	85,3	76,0	300,90	40,9	86,5	63,7	6,8	37,4	35,5	0,4	18,5	19,7	58,6
Construção Civil (Urb)	93,5	56,3	46,2	51,6	61,9	241,99	28,6	73,9	51,2	1,4	19,0	24,0	0,4	9,3	10,8	46,3
Motoristas (Urb)	100,0	35,7	80,4	86,3	75,6	410,25	63,9	97,6	80,8	2,4	32,2	29,8	0,0	14,9	15,9	66,2
Indústria de Transformação (Urb)	95,3	64,5	80,6	82,9	80,8	472,62	77,1	88,0	82,5	2,8	38,1	39,9	2,3	34,2	23,5	70,2
Comércio Não Espec. (Urb)	93,2	55,3	71,9	76,2	74,2	379,44	57,5	83,8	70,6	2,1	27,7	22,5	1,3	15,3	13,8	60,3

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 14: IQE" dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1995

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	74,3	45,7	5,7	5,7	32,9	169,41	13,3	40,0	26,6	5,7	2,9	17,1	0,0	0,0	5,1	24,2
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	94,4	29,6	62,0	62,5	62,1	241,83	28,5	82,4	55,5	77,3	28,7	6,5	0,0	5,6	23,6	51,1
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	32,5	85,0	85,0	75,6	268,21	34,1	97,5	65,8	92,5	30,0	5,0	0,0	20,0	29,5	61,5
Serviços Domésticos (Rur)	97,1	41,2	47,1	47,1	58,1	192,41	18,1	61,8	40,0	76,5	29,4	2,9	0,0	11,8	24,1	42,2
Serviços Não Domésticos (Rur)	85,7	35,7	64,3	71,4	64,3	371,78	55,9	78,6	67,2	21,4	42,9	50,0	7,1	35,7	31,4	59,2
Construção Civil (Rur)	100,0	32,5	52,5	57,5	60,6	392,92	60,3	92,5	76,4	7,5	27,5	32,5	0,0	5,0	14,5	59,3
Motoristas (Rur)	100,0	22,2	83,3	83,3	72,2	474,27	77,4	100,0	88,7	27,8	38,9	27,8	0,0	27,8	24,5	70,9
Indústria de Transformação (Rur)	93,0	64,0	80,2	80,2	79,4	472,27	77,0	89,5	83,2	22,1	45,4	39,5	2,3	30,2	27,9	71,0
Comércio Não Espec. (Rur)	72,7	54,6	72,7	72,7	68,2	221,55	24,3	63,6	43,9	0,0	36,4	27,3	0,0	0,0	12,7	45,0
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	94,4	28,1	38,7	38,7	50,0	208,99	21,6	80,0	50,8	1,9	3,8	62,5	0,0	8,7	15,4	43,5
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,6	39,0	71,8	72,5	69,0	278,93	36,3	84,6	60,5	12,1	17,4	58,4	0,0	17,4	21,1	55,1
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	38,1	85,7	85,7	77,4	363,93	54,2	100,0	77,1	4,8	38,1	85,7	0,0	14,3	28,6	67,5
Serviços Domésticos (Urb)	97,1	61,8	41,2	41,2	60,3	265,53	33,5	61,8	47,7	55,9	35,3	8,8	0,0	8,8	21,8	46,3
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,6	43,5	70,4	78,3	72,5	365,04	54,4	90,5	72,5	7,9	49,0	36,4	0,8	15,4	21,9	62,3
Construção Civil (Urb)	96,5	55,7	45,7	49,3	61,8	366,63	54,8	91,5	73,1	1,4	28,0	28,0	0,7	9,6	13,5	57,8
Motoristas (Urb)	100,0	38,3	82,6	87,1	77,0	530,41	89,2	99,7	94,5	2,4	51,9	40,1	0,3	25,1	24,0	75,1
Indústria de Transformação (Urb)	95,1	64,2	80,7	83,1	80,8	581,00	99,9	94,3	97,1	2,0	48,3	41,0	3,0	39,1	26,7	78,1
Comércio Não Espec. (Urb)	91,7	46,7	63,7	67,5	67,4	548,84	93,1	87,2	90,1	1,7	30,8	30,8	0,7	15,9	16,0	68,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 15: IQE" dos Homens, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1998

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Cart	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	95,8	45,8	12,5	12,5	41,7	192,75	18,2	62,5	40,3	8,3	20,8	25,0	0,0	4,2	11,7	35,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	96,5	33,5	55,9	58,2	61,0	243,84	28,9	71,7	50,3	62,9	18,8	5,3	0,0	4,7	18,3	47,1
Operadores Agrícolas (Rur)	100,0	37,9	79,3	82,8	75,0	323,59	45,7	96,6	71,2	75,9	24,1	10,3	0,0	17,2	25,5	63,2
Serviços Domésticos (Rur)	92,1	42,1	57,9	57,9	62,5	266,46	33,7	89,5	61,6	84,2	36,8	0,0	0,0	2,6	24,7	54,5
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	26,3	68,4	78,9	68,4	395,15	60,8	94,7	77,7	26,3	63,2	42,1	0,0	15,8	29,5	65,3
Construção Civil (Rur)	100,0	54,3	34,3	40,0	57,2	353,71	52,1	82,9	67,5	11,4	31,4	31,4	0,0	5,7	16,0	54,1
Motoristas (Rur)	100,0	45,5	81,8	81,8	77,3	453,55	73,1	90,9	82,0	18,2	36,4	18,2	4,5	22,7	20,0	68,2
Indústria de Transformação (Rur)	96,4	54,5	74,5	76,4	75,5	506,23	84,1	94,5	89,3	16,4	54,5	52,7	1,8	40,0	33,1	73,9
Comércio Não Espec. (Rur)	93,3	53,3	60,0	60,0	66,7	487,63	80,2	93,3	86,8	6,7	40,0	66,7	0,0	26,7	28,0	69,0
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	97,6	33,1	29,0	29,8	47,4	218,90	23,7	83,9	53,8	0,8	4,8	56,5	0,0	1,6	12,7	43,7
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	97,7	41,6	54,3	56,6	62,6	244,80	29,1	86,7	57,9	7,5	26,0	50,3	0,6	6,4	18,2	51,4
Operadores Agrícolas (Urb)	100,0	21,1	63,2	63,2	61,9	308,41	42,5	94,7	68,6	5,3	26,3	78,9	0,0	5,3	23,2	57,5
Serviços Domésticos (Urb)	100,0	44,0	52,0	60,0	64,0	287,92	38,2	84,0	61,1	32,0	40,0	16,0	0,0	4,0	18,4	53,4
Serviços Não Domésticos (Urb)	97,8	43,0	72,4	79,8	73,3	391,74	60,1	95,2	77,6	7,5	55,3	36,0	0,4	15,8	23,0	65,4
Construção Civil (Urb)	98,6	57,3	41,0	45,1	60,5	377,03	57,0	93,5	75,2	3,1	24,6	20,5	0,3	8,2	11,3	58,0
Motoristas (Urb)	99,6	28,9	78,3	85,0	73,0	577,86	99,2	98,4	98,8	1,6	46,2	36,0	0,4	20,2	20,9	75,5
Indústria de Transformação (Urb)	97,8	62,9	79,5	82,3	80,6	561,04	95,7	95,6	95,6	2,5	42,6	37,8	1,6	26,6	22,2	76,4
Comércio Não Espec. (Urb)	96,4	45,7	67,0	69,6	69,7	581,68	100,0	92,4	96,2	2,2	32,2	25,7	1,1	13,0	14,8	72,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 16: IQE" das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1992

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	88,9	38,9	0,0	42,6	122,67	2,5	16,7	9,6	27,8	0,0	55,6	0,0	0,0	16,7	20,9
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	95,2	38,1	47,6	60,3	139,11	4,9	38,1	21,5	42,9	9,5	9,5	0,0	9,5	14,3	31,7
Serviços Domésticos (Rur)	88,4	58,0	27,5	58,0	105,06	0,0	29,0	14,5	29,0	55,1	23,2	1,4	7,2	23,2	29,3
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	42,9	57,1	66,7	174,47	10,0	64,2	37,1	35,7	50,0	21,4	7,1	42,9	31,4	44,8
Professores (Rur)	100,0	100,0	100,0	100,0	527,77	61,2	100,0	80,6	66,7	0,0	0,0	0,0	33,3	20,0	74,3
Indústria de Transformação (Rur)	87,5	37,5	50,0	58,3	190,83	12,4	50,0	31,2	25,0	25,0	12,5	0,0	25,0	17,5	36,6
Comércio Não Espec. (Rur)	80,0	80,0	40,0	66,7	172,22	9,7	80,0	44,9	40,0	60,0	40,0	40,0	60,0	48,0	52,0
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	94,4	36,7	38,9	56,7	154,46	7,1	50,0	28,6	0,0	0,0	63,3	1,1	2,2	13,3	34,0
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	96,8	48,4	45,2	63,5	160,42	8,0	54,9	31,5	35,5	0,0	22,6	0,0	0,0	11,6	37,1
Serviços Domésticos (Urb)	87,6	64,8	23,0	58,5	115,55	1,5	27,5	14,5	7,3	65,7	26,3	0,7	5,7	21,1	29,0
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,6	73,1	85,5	86,1	189,94	12,3	71,4	41,8	3,2	40,2	32,5	1,2	18,5	19,1	50,6
Professores (Urb)	99,4	89,9	95,0	94,8	517,89	59,7	91,1	75,4	0,6	43,6	19,0	2,2	14,5	16,0	69,3
Indústria de Transformação (Urb)	95,2	73,0	77,2	81,8	228,58	17,9	76,2	47,0	0,0	16,9	32,8	0,5	21,2	14,3	50,9
Comércio Não Espec. (Urb)	91,1	56,8	76,8	74,9	268,37	23,6	70,0	46,8	0,5	22,1	29,0	1,6	13,2	13,3	48,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 17: IQE" das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1995

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	85,7	57,2	14,3	52,4	140,43	5,1	42,9	24,0	71,4	14,3	0,0	0,0	14,3	20,0	31,7
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	87,1	61,3	77,4	75,3	174,26	10,0	80,7	45,4	64,5	25,8	9,7	0,0	12,9	22,6	49,8
Serviços Domésticos (Rur)	96,8	67,4	27,4	63,9	146,70	6,0	43,2	24,6	29,5	73,7	36,8	0,0	5,3	29,1	37,3
Serviços Não Domésticos (Rur)	88,2	76,5	88,2	84,3	299,58	28,1	94,1	61,1	29,4	52,9	52,9	5,9	47,1	37,6	63,4
Professores (Rur)	100,0	91,7	100,0	97,2	421,67	45,8	100,0	72,9	8,3	66,7	0,0	0,0	25,0	20,0	69,6
Indústria de Transformação (Rur)	88,9	88,9	50,0	75,9	195,26	13,1	77,8	45,4	11,1	38,9	11,1	0,0	27,8	17,8	49,0
Comércio Não Espec. (Rur)	57,1	57,1	42,9	52,4	231,19	18,3	42,9	30,6	0,0	14,3	42,9	0,0	0,0	11,4	33,3
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	95,7	34,0	46,8	58,8	187,07	11,9	72,4	42,1	0,0	0,0	66,0	0,0	10,6	15,3	41,8
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	92,9	35,7	78,6	69,1	230,45	18,1	85,7	51,9	7,1	21,4	60,7	0,0	21,4	22,1	51,1
Serviços Domésticos (Urb)	92,9	70,9	24,2	62,7	179,18	10,7	51,3	31,0	7,6	78,6	34,1	0,1	2,3	24,5	39,2
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,3	69,2	84,2	84,2	250,09	21,0	85,7	53,3	1,5	62,3	45,8	0,7	15,0	25,1	57,0
Professores (Urb)	99,6	97,8	92,9	96,8	616,98	74,1	96,9	85,5	0,0	67,6	19,6	2,7	17,3	21,4	76,1
Indústria de Transformação (Urb)	95,5	72,3	77,7	81,8	289,22	26,6	88,6	57,6	0,5	43,6	38,6	0,5	22,8	21,2	57,6
Comércio Não Espec. (Urb)	92,7	56,0	66,8	71,8	318,13	30,8	83,2	57,0	0,9	25,9	32,3	0,4	12,9	14,5	53,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

Tabela 18: IQE" das Mulheres, segundo Grupos de Ocupações Seleccionados
Estado de São Paulo
1998

Grupos de Ocupações	Ninf	Jorn	Prev	TRABFORM	Rend	Rendp	Npob	TRABREN	Auxmor	Auxalim	Auxtrans	Auxeduc	Auxsau	TRABAUX	IQE
Trab. Agrícolas Temporários (Rur)	100,0	50,0	0,0	50,0	186,26	11,8	62,5	37,1	50,0	12,5	0,0	12,5	0,0	15,0	36,6
Trab. Agrícolas Permanentes (Rur)	100,0	63,1	68,4	77,2	201,87	14,0	63,2	38,6	36,8	5,3	10,5	0,0	15,8	13,7	45,2
Serviços Domésticos (Rur)	94,6	76,1	28,3	66,3	153,66	7,0	54,4	30,7	27,2	53,3	16,3	1,1	1,1	19,8	39,2
Serviços Não Domésticos (Rur)	100,0	52,9	82,4	78,4	285,43	26,1	82,4	54,3	11,8	58,8	64,7	0,0	11,8	29,4	56,5
Professores (Rur)	100,0	81,8	72,7	84,8	675,63	82,6	90,9	86,7	0,0	36,4	36,4	0,0	0,0	14,6	71,7
Indústria de Transformação (Rur)	100,0	70,0	80,0	83,3	310,91	29,8	100,0	64,9	0,0	70,0	50,0	0,0	60,0	36,0	64,6
Comércio Não Espec. (Rur)	100,0	62,5	50,0	70,8	257,51	22,1	100,0	61,0	0,0	37,5	50,0	0,0	0,0	17,5	55,3
Trab. Agrícolas Temporários (Urb)	96,7	50,0	16,7	54,5	187,24	11,9	73,3	42,6	10,0	36,7	43,3	0,0	3,3	18,7	41,4
Trab. Agrícolas Permanentes (Urb)	100,0	38,6	68,2	68,9	218,06	16,4	86,4	51,4	11,4	18,2	72,7	0,0	6,8	21,8	50,7
Serviços Domésticos (Urb)	97,5	68,9	33,4	66,6	188,89	12,1	61,1	36,6	5,1	69,3	32,8	0,2	3,5	22,2	42,7
Serviços Não Domésticos (Urb)	99,2	67,7	81,9	82,9	293,43	27,3	90,4	58,8	2,7	58,5	43,8	2,3	15,0	24,5	59,2
Professores (Urb)	99,6	92,4	92,9	95,0	796,12	100,0	96,9	98,5	0,0	50,4	20,1	4,5	23,7	19,7	81,7
Indústria de Transformação (Urb)	97,5	72,8	74,3	81,5	289,05	26,6	89,1	57,9	1,0	42,1	31,7	0,5	20,3	19,1	57,2
Comércio Não Espec. (Urb)	96,5	48,0	76,0	73,5	346,63	35,0	91,3	63,1	0,4	21,0	31,9	0,9	10,5	12,9	56,2

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados primários da Pnad.

ANEXO ESTATÍSTICO

Esse anexo contém as tabelas com os dados primários das PNADs para todos os grupos de ocupações selecionados na pesquisa: trabalhadores agrícolas temporários; trabalhadores agrícolas permanentes; operadores agrícolas; serviços domésticos; serviços não-domésticos; indústria de transformação; comércio não-especializado; professores; motoristas; e construção civil.

Os dados referem-se a 1992, 1995 e 1998, e estão desagregados para homens e mulheres, segundo situação do domicílio (rural e urbano), compondo a base para a análise contida no capítulo **Principais Características do Emprego Rural Não Metropolitano no Estado de São Paulo nos Anos 90**.

Tabela 1. Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Temporários, por Estado de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	28.596	100,0	27.870	100,0	20.383	100,0	189.099	100,0	127.384	100,0	105.304	100,0
Idade												
10 a 15 anos	3.176	11,1	7.167	25,7	850	4,2	24.633	13,0	7.165	5,6	2.548	2,4
16 a 20 anos	2.383	8,3	4.777	17,1	3.397	16,7	30.990	16,4	32.640	25,6	16.138	15,3
21 a 30 anos	5.562	19,5	5.576	20,0	5.945	29,2	60.381	31,9	32.641	25,6	33.117	31,4
31 a 40 anos	6.355	22,2	5.573	20,0	2.548	12,5	25.422	13,4	23.885	18,8	18.682	17,7
41 a 50 anos	2.383	8,3	796	2,9	5.095	25,0	28.604	15,1	14.329	11,2	16.138	15,3
51 a 60 anos	4.765	16,7	2.389	8,6	849	4,2	12.714	6,7	10.354	8,1	10.189	9,7
61 anos e mais	3.972	13,9	1.592	5,7	1.699	8,3	6.355	3,4	6.370	5,0	8.492	8,1
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	1.589	5,6	5.574	20,0	2.548	12,5	13.508	7,1	10.349	8,1	11.042	10,5
Não	27.007	94,4	22.296	80,0	17.835	87,5	175.591	92,9	117.035	91,9	94.262	89,5
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	8.738	30,6	3.184	11,4	5.094	25,0	47.667	25,2	34.236	26,9	24.630	23,4
Primeiro Grau	11.915	41,7	12.741	45,7	8.494	41,7	103.295	54,6	66.873	52,5	47.554	45,2
Segundo Grau	-	-	796	2,9	849	4,2	2.383	1,3	796	0,6	4.247	4,0
Superior	-	-	-	-	-	-	794	0,4	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	797	2,9	850	4,2	1.590	0,8	796	0,6	-	-
Dado não disponível	7.943	27,8	10.352	37,1	5.096	25,0	33.370	17,6	24.683	19,4	28.873	27,4
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	6.795	33,3	24.626	23,4
1 a 3 anos	5.095	25,0	33.123	31,5
4 a 7 anos	4.247	20,8	35.666	33,9
8 a 10 anos	3.397	16,7	9.340	8,9
11 a 14 anos	849	4,2	2.549	2,4
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

Tabela 2: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Temporários, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	28.596	100,0	27.870	100,0	20.383	100,0	189.099	100,0	127.384	100,0	105.304	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	27.802	97,2	26.278	94,3	19.534	95,8	188.304	99,6	126.587	99,4	105.304	100,0
Dois	794	2,8	1.592	5,7	849	4,2	795	0,4	797	0,6	-	-
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	796	2,9	-	-	794	0,4	-	-	849	0,8
De 16 até 44 horas	12.709	44,4	11.944	42,9	9.341	45,8	58.000	30,7	35.827	28,1	33.968	32,3
45 horas e mais	15.887	55,6	15.130	54,3	11.042	54,2	130.305	68,9	91.557	71,9	70.487	66,9
Morava no Local de Trabalho												
Sim	2.383	8,3	2.390	8,6	2.549	12,5	-	-	1.592	1,2	2.548	2,4
Não	26.213	91,7	25.480	91,4	17.834	87,5	189.099	100,0	125.792	98,8	102.756	97,6
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	16.679	58,3	23.090	82,8	14.437	70,8	105.669	55,9	59.715	46,9	43.305	41,1
Mais de 30 até 1 hora	5.562	19,5	1.593	5,7	2.548	12,5	73.099	38,7	46.970	36,9	50.956	48,4
Mais de 1 até 2 horas	2.383	8,3	-	-	849	4,2	9.537	5,0	15.127	11,9	5.098	4,8
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	3.972	13,9	3.187	11,4	2.549	12,5	794	0,4	5.572	4,4	5.945	5,6
Carteira Assinada												
Sim	1.588	5,6	1.593	5,7	2.548	12,5	58.792	31,1	49.360	38,7	30.568	29,0
Não	27.008	94,4	26.277	94,3	17.835	87,5	130.307	68,9	78.024	61,3	74.736	71,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	1.588	5,6	1.593	5,7	2.548	12,5	57.203	30,3	49.359	38,7	31.417	29,8
Não	27.008	94,4	26.277	94,3	17.835	87,5	131.896	69,7	78.025	61,3	73.887	70,2
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	7.150	25,0	5.574	20,0	-	-	21.453	11,3	3.980	3,1	4.246	4,0
De 1/2 até 1	13.502	47,2	11.147	40,0	7.643	37,5	71.508	37,8	21.499	16,9	12.738	12,1
De 1 até 2	7.944	27,8	7.167	25,7	7.645	37,5	77.867	41,2	64.486	50,6	64.544	61,3
De 2 até 3	-	-	3.186	11,4	5.095	25,0	16.683	8,8	29.458	23,1	18.681	17,7
De 3 até 5	-	-	-	-	-	-	-	-	7.165	5,6	5.095	4,8
De 5 até 10	-	-	796	2,9	-	-	794	0,4	-	-	-	-
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	794	0,4	796	0,6	-	-
Renda Média Mensal(1)	106,22		169,41		192,75		168,26		208,99		218,90	
Contratado Temporário												
Diretamente pelo produtor	20.652	72,2	27.870	100,0	20.383	100,0	127.124	67,2	98.725	77,5	84.923	80,6
Por intermediário e outros	7.944	27,8	-	-	-	-	61.975	32,8	28.659	22,5	20.381	19,4
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	3.972	13,9	1.593	5,7	1.699	8,3	-	-	2.388	1,9	849	0,8
Não	24.624	86,1	26.277	94,3	18.684	91,7	189.099	100,0	124.996	98,1	104.455	99,2
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	795	2,8	797	2,9	4.247	20,8	3.178	1,7	4.777	3,8	5.097	4,8
Não	27.801	97,2	27.073	97,1	16.136	79,2	185.921	98,3	122.607	96,2	100.207	95,2
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	8.738	30,6	4.779	17,1	5.094	25,0	110.440	58,4	79.612	62,5	59.445	56,5
Não	19.858	69,4	23.091	82,9	15.289	75,0	78.659	41,6	47.772	37,5	45.859	43,5
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	28.596	100,0	27.870	100,0	20.383	100,0	189.099	100,0	127.384	100,0	105.304	100,0
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	795	2,8	-	-	850	4,2	5.562	2,9	11.145	8,7	1.698	1,6
Não	27.801	97,2	27.870	100,0	19.533	95,8	183.537	97,1	116.239	91,3	103.606	98,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 3: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Temporários, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	14.306	100,0	5.573	100,0	6.793	100,0	71.507	100,0	37.416	100,0	25.475	100,0
Idade												
10 a 15 anos	1.590	11,1	796	14,3	-	-	3.974	5,6	1.592	4,3	849	3,3
16 a 20 anos	795	5,6	796	14,3	850	12,5	13.508	18,9	5.573	14,9	5.943	23,3
21 a 30 anos	2.384	16,7	3.185	57,2	3.396	50,0	15.889	22,2	11.144	29,8	4.246	16,7
31 a 40 anos	5.563	38,9	796	14,3	2.547	37,5	20.656	28,9	9.555	25,5	5.095	20,0
41 a 50 anos	795	5,6	-	-	-	-	10.330	14,4	9.552	25,5	4.245	16,7
51 a 60 anos	2.384	16,7	-	-	-	-	7.150	10,0	-	-	4.248	16,7
61 anos e mais	795	5,6	-	-	-	-	-	-	-	-	849	3,3
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	795	5,6	796	14,3	849	12,5	5.562	7,8	3.981	10,6	1.698	6,7
Não	13.511	94,4	4.777	85,7	5.944	87,5	65.945	92,2	33.435	89,4	23.777	93,3
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	7.152	50,0	796	14,3	-	-	22.246	31,1	12.738	34,0	3.397	13,3
Primeiro Grau	3.974	27,8	3.981	71,4	3.396	50,0	24.632	34,4	14.329	38,3	11.887	46,7
Segundo Grau	-	-	-	-	2.548	37,5	-	-	796	2,1	-	-
Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	796	2,1	850	3,3
Dado não Disponível	3.180	22,2	796	14,3	849	12,5	24.629	34,4	8.757	23,4	9.341	36,7
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	8.493	33,3
1 a 3 anos	-	-	4.246	16,7
4 a 7 anos	3.396	50,0	9.340	36,7
8 a 10 anos	2.548	37,5	3.396	13,3
11 a 14 anos	849	12,5	-	-
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 4: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Temporários, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	14.306	100,0	5.573	100,0	6.793	100,0	71.507	100,0	37.416	100,0	25.475	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	14.306	100,0	5.573	100,0	6.793	100,0	70.712	98,9	37.416	100,0	25.475	100,0
Dois	-	-	-	-	-	-	795	1,1	-	-	-	-
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	795	5,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 16 até 44 horas	4.769	33,3	3.185	57,2	3.396	50,0	26.217	36,7	12.738	34,0	12.739	50,0
45 horas e mais	8.742	61,1	2.388	42,8	3.397	50,0	45.290	63,3	24.678	66,0	12.736	50,0
Morava no Local de Trabalho												
Sim	3.975	27,8	4.777	85,7	3.396	50,0	794	1,1	-	-	2.547	10,0
Não	10.331	72,2	796	14,3	3.397	50,0	70.713	98,9	37.416	100,0	22.928	90,0
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	6.357	44,4	796	14,3	1.699	25,0	39.726	55,6	19.903	53,2	5.945	23,3
Mais de 30 até 1 hora	2.384	16,7	-	-	1.698	25,0	24.630	34,4	15.125	40,4	15.284	60,0
Mais de 1 até 2 horas	1.590	11,1	-	-	-	-	4.768	6,7	2.388	6,4	850	3,3
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	794	1,1	-	-	-	-
Sem declaração	3.975	27,8	4.777	85,7	3.396	50,0	1.589	2,2	-	-	3.396	13,3
Carteira Assinada												
Sim	-	-	796	14,3	-	-	29.398	41,1	15.921	42,6	3.397	13,3
Não	14.306	100,0	4.777	85,7	6.793	100,0	42.109	58,9	21.495	57,4	22.078	86,7
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	-	-	796	14,3	-	-	27.810	38,9	17.514	46,8	4.246	16,7
Não	14.306	100,0	4.777	85,7	6.793	100,0	43.697	61,1	19.902	53,2	21.229	83,3
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	4.769	33,3	-	-	-	-	7.945	11,1	796	2,1	-	-
De 1/2 até 1	7.152	50,0	3.184	57,1	2.547	37,5	27.807	38,9	9.553	25,5	6.795	26,7
De 1 até 2	795	5,6	2.389	42,9	3.397	50,0	31.784	44,4	22.291	59,6	16.133	63,3
De 2 até 3	1.590	11,1	-	-	849	12,5	3.971	5,6	3.980	10,6	2.547	10,0
De 3 até 5	-	-	-	-	-	-	-	-	796	2,1	-	-
De 5 até 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda Média Mensal(1)	122,67		140,43		186,26		154,46		187,07		187,24	
Contratado Temporário												
Diretamente pelo produtor	8.743	61,1	4.776	85,7	6.793	100,0	50.054	70,0	24.679	66,0	23.777	93,3
Por intermediário e outros	5.563	38,9	797	14,3	-	-	21.453	30,0	12.737	34,0	1.698	6,7
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	3.975	27,8	3.980	71,4	3.396	50,0	-	-	-	-	2.547	10,0
Não	10.331	72,2	1.593	28,6	3.397	50,0	71.507	100,0	37.416	100,0	22.928	90,0
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	-	-	796	14,3	849	12,5	-	-	-	-	9.339	36,7
Não	14.306	100,0	4.777	85,7	5.944	87,5	71.507	100,0	37.416	100,0	16.136	63,3
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	7.947	55,6	-	-	-	-	45.287	63,3	24.679	66,0	11.039	43,3
Não	6.359	44,4	5.573	100,0	6.793	100,0	26.220	36,7	12.737	34,0	14.436	56,7
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	849	12,5	794	1,1	-	-	-	-
Não	14.306	100,0	5.573	100,0	5.944	87,5	70.713	98,9	37.416	100,0	25.475	100,0
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	-	-	796	14,3	-	-	1.588	2,2	3.980	10,6	849	3,3
Não	14.306	100,0	4.777	85,7	6.793	100,0	69.919	97,8	33.436	89,4	24.626	96,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 5: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Permanentes, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	146.192	100,0	171.962	100,0	144.370	100,0	139.831	100,0	118.627	100,0	146.913	100,0
Idade												
10 a 15 anos	3.972	2,7	9.554	5,6	5.094	3,5	10.328	7,4	8.759	7,4	3.396	2,3
16 a 20 anos	17.475	12,0	25.477	14,8	17.832	12,4	28.598	20,5	27.073	22,8	28.869	19,7
21 a 30 anos	52.436	35,9	36.621	21,3	38.212	26,5	39.730	28,4	27.863	23,5	38.212	26,0
31 a 40 anos	32.578	22,3	42.194	24,5	36.520	25,3	21.450	15,3	22.293	18,8	28.877	19,7
41 a 50 anos	17.479	12,0	27.065	15,7	21.230	14,7	17.478	12,5	15.126	12,8	25.476	17,3
51 a 60 anos	10.329	7,1	20.698	12,0	16.141	11,2	13.506	9,7	9.553	8,1	13.589	9,2
61 anos e mais	11.923	8,2	10.353	6,0	9.341	6,5	8.741	6,3	7.960	6,7	8.494	5,8
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	3.971	2,7	13.535	7,9	16.134	11,2	8.739	6,2	15.130	12,8	16.132	11,0
Não	142.221	97,3	158.427	92,1	128.236	88,8	131.092	93,8	103.497	87,2	130.781	89,0
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	36.549	25,0	57.320	33,3	35.670	24,7	38.139	27,3	31.846	26,8	38.215	26,0
Primeiro Grau	69.119	47,3	67.672	39,4	58.595	40,6	69.122	49,4	55.730	47,0	70.486	48,0
Segundo Grau	3.972	2,7	4.776	2,8	6.795	4,7	794	0,6	796	0,7	4.245	2,9
Superior	794	0,5	796	0,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	1.590	1,1	3.184	1,9	849	0,6	2.383	1,7	796	0,7	1.698	1,2
Dado não Disponível	34.168	23,4	38.214	22,2	42.461	29,4	29.393	21,0	29.459	24,8	32.269	22,0
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	29.724	20,6	21.233	14,5
1 a 3 anos	40.762	28,2	36.514	24,9
4 a 7 anos	56.050	38,8	74.730	50,9
8 a 10 anos	15.286	10,6	12.738	8,7
11 a 14 anos	2.548	1,8	1.698	1,2
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 6: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Permanentes, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	146.192	100,0	171.962	100,0	144.370	100,0	139.831	100,0	118.627	100,0	146.913	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	145.397	99,5	167.184	97,2	143.520	99,4	139.036	99,4	117.034	98,7	146.064	99,4
Dois	795	0,5	4.778	2,8	850	0,6	795	0,6	1.593	1,3	849	0,6
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	795	0,5	-	-	849	0,6	-	-	796	0,7	-	-
De 16 até 44 horas	38.137	26,1	50.955	29,6	47.555	32,9	56.403	40,3	45.382	38,3	61.141	41,6
45 horas e mais	107.260	73,4	121.007	70,4	95.966	66,5	83.428	59,7	72.449	61,1	85.772	58,4
Morava no Local de Trabalho												
Sim	115.205	78,8	138.524	80,6	104.457	72,4	19.071	13,6	13.532	11,4	15.284	10,4
Não	30.987	21,2	33.438	19,4	39.913	27,6	120.760	86,4	105.095	88,6	130.780	89,0
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849	0,6
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	23.041	15,8	24.681	14,4	28.666	19,9	78.652	56,2	56.533	47,7	70.485	48,0
Mais de 30 até 1 hora	6.357	4,3	8.757	5,1	9.009	6,2	27.010	19,3	33.435	28,2	46.708	31,8
Mais de 1 até 2 horas	1.589	1,1	-	-	1.638	1,1	9.534	6,8	8.757	7,4	9.341	6,4
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	2.384	1,7	1.592	1,3	-	-
Sem declaração	115.205	78,8	138.524	80,6	104.832	72,7	22.251	15,9	18.310	15,4	20.379	13,9
Carteira Assinada												
Sim	92.956	63,6	106.675	62,0	80.676	55,9	88.184	63,1	85.189	71,8	79.828	54,3
Não	53.236	36,4	65.287	38,0	63.694	44,1	51.647	36,9	33.438	28,2	67.085	45,7
Dado não Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	86.601	59,2	107.471	62,5	84.074	58,2	84.212	60,2	85.985	72,5	83.224	56,6
Não	59.591	40,8	64.491	37,5	60.296	41,8	55.619	39,8	32.642	27,5	63.689	43,4
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	3.973	2,7	796	0,5	3.396	2,4	4.767	3,4	1.593	1,3	5.095	3,5
De 1/2 até 1	37.341	25,5	29.456	17,1	22.926	15,9	36.548	26,1	16.719	14,1	14.435	9,8
De 1 até 2	77.070	52,7	93.939	54,6	72.186	50,0	76.269	54,5	46.973	39,6	67.937	46,2
De 2 até 3	23.041	15,8	31.055	18,1	27.177	18,8	21.453	15,3	30.254	25,5	45.860	31,2
De 3 até 5	-	-	10.348	6,0	13.590	9,4	794	0,6	19.108	16,1	7.642	5,2
De 5 até 10	-	-	2.388	1,4	849	0,6	-	-	796	0,7	849	0,6
Mais de 10	-	-	1.592	0,9	-	-	-	-	1.592	1,3	-	-
Dado não disponível	4.767	3,3	2.388	1,4	4.246	2,9	-	-	1.592	1,3	5.095	3,5
Renda Média Mensal(1)	199,27		241,83		243,84		208,89		278,93		244,80	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	107.262	73,4	132.952	77,3	90.870	62,9	19.864	14,2	14.329	12,1	11.039	7,5
Não	38.930	26,6	39.010	22,7	53.500	37,1	119.967	85,8	104.298	87,9	135.874	92,5
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	26.228	17,9	49.359	28,7	27.173	18,8	16.682	11,9	20.700	17,4	38.213	26,0
Não	119.964	82,1	122.603	71,3	117.197	81,2	123.149	88,1	97.927	82,6	108.700	74,0
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	11.122	7,6	11.144	6,5	7.642	5,3	59.582	42,6	69.268	58,4	73.880	50,3
Não	135.070	92,4	160.818	93,5	136.728	94,7	80.249	57,4	49.359	41,6	73.033	49,7
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	1.589	1,1	-	-	849	0,6
Não	146.192	100,0	171.962	100,0	144.370	100,0	138.242	98,9	118.627	100,0	146.064	99,4
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	11.917	8,2	9.554	5,6	6.792	4,7	12.710	9,1	20.700	17,4	9.342	6,4
Não	134.275	91,8	162.408	94,4	137.578	95,3	127.121	90,9	97.927	82,6	137.571	93,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 7: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Permanentes, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	16.685	100,0	24.684	100,0	16.138	100,0	24.628	100,0	22.291	100,0	37.365	100,0
Idade												
10 a 15 anos	795	4,8	3.185	12,9	-	-	795	3,2	1.593	7,1	-	-
16 a 20 anos	3.178	19,0	3.981	16,1	2.548	15,8	7.148	29,0	3.184	14,3	9.342	25,0
21 a 30 anos	2.383	14,3	3.185	12,9	2.548	15,8	7.946	32,3	8.757	39,3	11.040	29,5
31 a 40 anos	3.973	23,8	7.166	29,0	3.398	21,1	3.176	12,9	3.980	17,9	7.643	20,5
41 a 50 anos	4.766	28,6	5.574	22,6	5.945	36,8	3.178	12,9	3.981	17,9	7.642	20,5
51 a 60 anos	795	4,8	797	3,2	1.699	10,5	1.590	6,5	796	3,6	1.698	4,5
61 anos e mais	795	4,8	796	3,2	-	-	795	3,2	-	-	-	-
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	-	-	2.389	9,7	3.397	21,0	1.589	6,5	-	-	1.698	4,5
Não	16.685	100,0	22.295	90,3	12.741	79,0	23.039	93,5	22.291	100,0	35.667	95,5
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	3.972	23,8	2.389	9,7	4.248	26,3	5.561	22,6	3.981	17,9	7.641	20,4
Primeiro Grau	8.740	52,4	11.944	48,4	5.946	36,8	14.300	58,1	14.330	64,3	22.081	59,1
Segundo Grau	-	-	797	3,2	-	-	-	-	-	-	1.698	4,5
Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.592	7,1	-	-
Dado não Disponível	3.973	23,8	9.554	38,7	5.944	36,8	4.767	19,4	2.388	10,7	5.945	15,9
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	2.547	15,8	5.096	13,6
1 a 3 anos	5.096	31,6	16.135	43,2
4 a 7 anos	6.797	42,1	11.889	31,8
8 a 10 anos	1.698	10,5	4.245	11,4
11 a 14 anos	-	-	-	-
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 8: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações de Trabalhadores Agrícolas Permanentes, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	16.685	100,0	24.684	100,0	16.138	100,0	24.628	100,0	22.291	100,0	37.365	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	16.685	100,0	23.887	96,8	16.138	100,0	24.628	100,0	22.291	100,0	37.365	100,0
Dois	-	-	797	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	796	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-
De 16 até 44 horas	6.356	38,1	14.333	58,1	10.191	63,1	11.915	48,4	7.961	35,7	14.438	38,6
45 horas e mais	10.329	61,9	9.555	38,7	5.947	36,9	12.713	51,6	14.330	64,3	22.927	61,4
Morava no Local de Trabalho												
Sim	14.302	85,7	19.906	80,6	11.042	68,4	7.945	32,3	1.592	7,1	3.398	9,1
Não	2.383	14,3	4.778	19,4	5.096	31,6	16.683	67,7	20.699	92,9	33.967	90,9
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	-	-	3.186	12,9	3.397	21,0	10.329	41,9	11.146	50,0	13.587	36,4
Mais de 30 até 1 hora	1.589	9,5	1.592	6,4	849	5,3	5.560	22,6	7.165	32,1	13.588	36,4
Mais de 1 até 2 horas	794	4,8	-	-	850	5,3	794	3,2	1.592	7,1	3.396	9,1
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	796	3,6	-	-
Sem declaração	14.302	85,7	19.906	80,6	11.042	68,4	7.945	32,3	1.592	7,1	6.794	18,2
Carteira Assinada												
Sim	7.945	47,6	19.110	77,4	10.192	63,2	13.505	54,8	17.514	78,6	24.628	65,9
Não	8.740	52,4	5.574	22,6	5.946	36,8	11.123	45,2	4.777	21,4	12.737	34,1
Dado não Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	7.945	47,6	19.110	77,4	11.042	68,4	11.123	45,2	17.514	78,6	25.478	68,2
Não	8.740	52,4	5.574	22,6	5.096	31,6	13.505	54,8	4.777	21,4	11.887	31,8
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	795	4,8	797	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1/2 até 1	9.533	57,1	3.981	16,1	5.945	36,8	11.122	45,2	3.185	14,3	5.097	13,6
De 1 até 2	6.357	38,1	15.924	64,5	8.493	52,6	11.917	48,4	11.146	50,0	24.624	65,9
De 2 até 3	-	-	3.186	12,9	-	-	1.589	6,5	6.368	28,6	7.644	20,5
De 3 até 5	-	-	-	-	850	5,3	-	-	1.592	7,1	-	-
De 5 até 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não Disponível	-	-	796	3,2	850	5,3	-	-	-	-	-	-
Renda Média Mensal(1)	139,11		174,26		201,87		160,42		230,45		218,06	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	7.150	42,9	15.926	64,5	5.946	36,8	8.740	35,5	1.592	7,1	4.248	11,4
Não	9.535	57,1	8.758	35,5	10.192	63,2	15.888	64,5	20.699	92,9	33.117	88,6
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	1.590	9,5	6.369	25,8	850	5,3	-	-	4.776	21,4	6.795	18,2
Não	15.095	90,5	18.315	74,2	15.288	94,7	24.628	100,0	17.515	78,6	30.570	81,8
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	1.589	9,5	2.389	9,7	1.700	10,5	5.560	22,6	13.533	60,7	27.171	72,7
Não	15.096	90,5	22.295	90,3	14.438	89,5	19.068	77,4	8.758	39,3	10.194	27,3
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	16.685	100,0	24.684	100,0	16.138	100,0	24.628	100,0	22.291	100,0	37.365	100,0
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	1.588	9,5	3.185	12,9	2.549	15,8	-	-	4.776	21,4	2.548	6,8
Não	15.097	90,5	21.499	87,1	13.589	84,2	24.628	100,0	17.515	78,6	34.817	93,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 9: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Operadores Agrícolas, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	19.069	100,0	31.845	100,0	24.627	100,0	25.419	100,0	16.718	100,0	16.132	100,0
Idade												
10 a 15 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16 a 20 anos	794	4,2	4.777	15,0	2.548	10,3	1.588	6,2	796	4,8	-	-
21 a 30 anos	9.535	50,0	8.757	27,5	6.794	27,6	10.327	40,6	6.369	38,1	4.245	26,3
31 a 40 anos	3.178	16,7	12.739	40,0	10.190	41,4	3.971	15,6	5.573	33,3	5.094	31,6
41 a 50 anos	3.973	20,8	3.980	12,5	4.246	17,2	3.972	15,6	3.184	19,0	2.547	15,8
51 a 60 anos	-	-	796	2,5	849	3,4	2.383	9,4	796	4,8	3.396	21,1
61 anos e mais	1.589	8,3	796	2,5	-	-	3.178	12,5	-	-	850	5,3
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	794	4,2	-	-	2.548	10,3	-	-	796	4,8	-	-
Não	18.275	95,8	31.845	100,0	22.079	89,7	25.419	100,0	15.922	95,2	16.132	100,0
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	9.534	50,0	11.146	35,0	5.095	20,7	9.532	37,5	6.368	38,1	4.246	26,3
Primeiro Grau	7.152	37,5	17.515	55,0	14.437	58,6	11.915	46,9	9.554	57,1	9.339	57,9
Segundo Grau	-	-	796	2,5	849	3,4	794	3,1	-	-	849	5,3
Superior	794	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	1.592	5,0	-	-	795	3,1	-	-	-	-
Dado não Disponível	1.589	8,3	796	2,5	4.246	17,2	2.383	9,4	796	4,8	1.698	10,5
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	1.698	6,9	2.548	15,8
1 a 3 anos	3.397	13,8	3.396	21,1
4 a 7 anos	14.436	58,6	8.490	52,6
8 a 10 anos	4.247	17,2	849	5,3
11 a 14 anos	849	3,4	849	5,3
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 10: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Operadores Agrícolas, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	19.069	100,0	31.845	100,0	24.627	100,0	25.419	100,0	16.718	100,0	16.132	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	19.069	100,0	31.845	100,0	24.627	100,0	25.419	100,0	16.718	100,0	16.132	100,0
Dois	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 16 até 44 horas	6.356	33,3	10.350	32,5	9.342	37,9	7.147	28,1	6.369	38,1	3.396	21,1
45 horas e mais	12.713	66,7	21.495	67,5	15.285	62,1	18.272	71,9	10.349	61,9	12.736	78,9
Morava no Local de Trabalho												
Sim	15.097	79,2	26.271	82,5	22.928	93,1	794	3,1	-	-	-	-
Não	3.972	20,8	5.574	17,5	1.699	6,9	24.625	96,9	16.718	100,0	16.132	100,0
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	3.177	16,7	5.574	17,5	849	3,4	14.298	56,2	10.349	61,9	8.491	52,6
Mais de 30 até 1 hora	-	-	-	-	850	3,5	8.739	34,4	6.369	38,1	7.641	47,4
Mais de 1 até 2 horas	-	-	-	-	-	-	794	3,1	-	-	-	-
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	15.892	83,3	26.271	82,5	22.928	93,1	1.588	6,2	-	-	-	-
Carteira Assinada												
Sim	18.274	95,8	27.068	85,0	19.532	79,3	15.092	59,4	14.330	85,7	10.188	63,2
Não	795	4,2	4.777	15,0	5.095	20,7	10.327	40,6	2.388	14,3	5.944	36,8
Dado não Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	18.274	95,8	27.068	85,0	20.381	82,8	15.092	59,4	14.330	85,7	10.188	63,2
Não	795	4,2	4.777	15,0	4.246	17,2	10.327	40,6	2.388	14,3	5.944	36,8
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1/2 até 1	4.768	25,0	796	2,5	849	3,4	6.356	25,0	-	-	849	5,3
De 1 até 2	8.738	45,8	19.901	62,5	7.643	31,0	11.120	43,7	4.777	28,6	8.491	52,6
De 2 até 3	4.768	25,0	7.166	22,5	7.642	31,0	6.354	25,0	7.164	42,9	3.396	21,1
De 3 até 5	795	4,2	3.186	10,0	8.493	34,5	1.589	6,3	3.185	19,1	3.396	21,1
De 5 até 10	-	-	796	2,5	-	-	-	-	1.592	9,5	-	-
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda Média Mensal(1)	281,71		268,21		323,59		303,28		363,93		308,41	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	16.686	87,5	29.456	92,5	18.681	75,9	1.589	6,3	797	4,8	849	5,3
Não	2.383	12,5	2.389	7,5	5.946	24,1	23.830	93,7	15.921	95,2	15.283	94,7
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	2.384	12,5	9.554	30,0	5.946	24,1	3.971	15,6	6.368	38,1	4.245	26,3
Não	16.685	87,5	22.291	70,0	18.681	75,9	21.448	84,4	10.350	61,9	11.887	73,7
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	2.383	12,5	1.594	5,0	2.548	10,3	12.711	50,0	14.330	85,7	12.736	78,9
Não	16.686	87,5	30.251	95,0	22.079	89,7	12.708	50,0	2.388	14,3	3.396	21,1
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	19.069	100,0	31.845	100,0	24.627	100,0	25.419	100,0	16.718	100,0	16.132	100,0
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	3.179	16,7	6.369	20,0	4.246	17,2	5.559	21,9	2.388	14,3	849	5,3
Não	15.890	83,3	25.476	80,0	20.381	82,8	19.860	78,1	14.330	85,7	15.283	94,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	27.808	100,0	27.070	100,0	32.271	100,0	15.890	100,0	27.075	100,0	21.233	100,0
Idade												
10 a 15 anos	1589	5,7	796	2,9	2.548	7,9	794	5,0	797	2,9	-	-
16 a 20 anos	794	2,9	1.593	5,9	1.698	5,3	795	5,0	1.593	5,9	1.699	8,0
21 a 30 anos	9535	34,3	3.185	11,8	2.548	7,9	3.973	25,0	2.389	8,8	6.795	32,0
31 a 40 anos	4767	17,1	7.166	26,5	9.343	29,0	2.384	15,0	3.981	14,7	5.944	28,0
41 a 50 anos	2384	8,6	4.777	17,6	6.794	21,1	3.177	20,0	6.372	23,5	850	4,0
51 a 60 anos	4767	17,1	3.980	14,7	5.943	18,4	1.589	10,0	3.185	11,8	5.095	24,0
61 anos e mais	3972	14,3	5.573	20,6	3.397	10,5	3.178	20,0	8.758	32,3	850	4,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	794	2,9	796	2,9	1.699	5,3	794	5,0	1.592	5,9	849	4,0
Não	27.014	97,1	26.274	97,1	30.572	94,7	15.096	95,0	25.483	94,1	20.384	96,0
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	11.918	42,9	6.370	23,5	11.039	34,2	4.768	30,0	9.555	35,3	5.095	24,0
Primeiro Grau	11.124	40,0	8.758	32,4	11.890	36,8	4.769	30,0	6.372	23,5	11.042	52,0
Segundo Grau	-	-	796	2,9	-	-	-	-	1.593	5,9	-	-
Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	849	2,6	-	-	1.592	5,9	1.700	8,0
Dado não Disponível	4.766	17,1	11.146	41,2	8.493	26,3	6.353	40,0	7.963	29,4	3.396	16,0
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	10.191	31,6	5.945	28,0
1 a 3 anos	11.040	34,2	3.397	16,0
4 a 7 anos	11.040	34,2	9.343	44,0
8 a 10 anos	-	-	2.548	12,0
11 a 14 anos	-	-	-	-
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 12: Homens Empregados no Grupo de Ocupações nos Serviços Domésticos, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	27.808	100,0	27.070	100,0	32.271	100,0	15.890	100,0	27.075	100,0	21.233	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	27.014	97,1	25.478	94,1	31.422	97,4	15.890	100,0	25.482	94,1	21.233	100,0
Dois	794	2,9	1.592	5,9	849	2,6	-	-	1.593	5,9	-	-
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	795	2,9	796	2,9	849	2,6	-	-	-	-	1.698	8,0
De 16 até 44 horas	9.533	34,3	10.351	38,2	12.738	39,5	7.945	50,0	16.721	61,8	7.644	36,0
45 horas e mais	17.480	62,9	15.923	58,8	18.684	57,9	7.945	50,0	10.354	38,2	11.891	56,0
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	22.246	80,0	19.110	70,6	15.284	47,4	11.124	70,0	15.927	58,8	10.193	48,0
Mais de 30 até 1 hora	1.588	5,7	-	-	849	2,6	3.177	20,0	2.388	8,8	4.248	20,0
Mais de 1 até 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	796	2,9	1.698	8,0
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	796	2,9	-	-
Sem declaração	3.974	14,3	7.960	29,4	16.138	50,0	1.589	10,0	7.168	26,5	5.094	24,0
Carteira Assinada												
Sim	14.301	51,4	12.738	47,1	18.686	57,9	5.562	35,0	11.147	41,2	11.039	52,0
Não	13.507	48,6	14.332	52,9	13.585	42,1	10.328	65,0	15.928	58,8	10.194	48,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	13.507	48,6	12.739	47,1	18.686	57,9	4.768	30,0	11.147	41,2	12.737	60,0
Não	14.301	51,4	14.331	52,9	13.585	42,1	11.122	70,0	15.928	58,8	8.496	40,0
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	-	-	796	2,9	-	-	3.177	20,0	-	-	-	-
De 1/2 até 1	6.358	22,9	9.555	35,3	3.396	10,5	3.971	25,0	10.354	38,2	3.397	16,0
De 1 até 2	15.890	57,1	10.350	38,2	14.435	44,7	6.358	40,0	6.369	23,5	7.644	36,0
De 2 até 3	3.178	11,4	3.184	11,8	8.494	26,3	2.384	15,0	3.981	14,7	4.246	20,0
De 3 até 5	-	-	796	2,9	2.548	7,9	-	-	3.981	14,7	5.096	24,0
De 5 até 10	-	-	-	-	850	2,6	-	-	796	2,9	-	-
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não disponível	2.382	8,6	2.389	8,8	2.548	7,9	-	-	1.594	5,9	850	4,0
Renda Média Mensal(1)	193,94		192,41		266,46		176,73		265,53		287,92	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	22.248	80,0	20.700	76,5	27.177	84,2	3.973	25,0	15.132	55,9	6.793	32,0
Não	5.560	20,0	6.370	23,5	5.094	15,8	11.917	75,0	11.943	44,1	14.440	68,0
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	6.357	22,9	7.963	29,4	11.889	36,8	4.768	30,0	9.555	35,3	8.494	40,0
Não	21.451	77,1	19.107	70,6	20.382	63,2	11.122	70,0	17.520	64,7	12.739	60,0
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	794	2,9	796	2,9	-	-	2.383	15,0	2.389	8,8	3.397	16,0
Não	27.014	97,1	25.478	94,1	32.271	100,0	13.507	85,0	24.686	91,2	17.836	84,0
Sem declaração	-	-	796	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	27.808	100,0	27.070	100,0	32.271	100,0	15.890	100,0	27.075	100,0	21.233	100,0
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	1.589	5,7	3.185	11,8	850	2,6	795	5,0	2.389	8,8	849	4,0
Não	26.219	94,3	23.885	88,2	31.421	97,4	15.095	95,0	24.686	91,2	20.384	96,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 107. Número empregado no grupo de ocupações nos setores econômicos, por Estado de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	54.820	100,0	75.635	100,0	78.122	100,0	487.033	100,0	595.500	100,0	535.860	100,0
Idade												
10 a 15 anos	6.356	11,6	2.388	3,2	4.246	5,4	60.387	12,4	42.195	7,1	13.587	2,5
16 a 20 anos	11.915	21,7	10.349	13,7	7.641	9,8	77.067	15,8	87.573	14,7	61.991	11,6
21 a 30 anos	14.303	26,1	25.478	33,7	22.078	28,3	112.817	23,2	133.749	22,5	135.021	25,2
31 a 40 anos	14.300	26,1	22.294	29,5	19.532	25,0	127.129	26,1	167.986	28,2	138.428	25,8
41 a 50 anos	3.178	5,8	9.553	12,6	19.529	25,0	69.916	14,4	104.287	17,5	117.196	21,9
51 a 60 anos	2.384	4,3	3.185	4,2	4.247	5,4	26.211	5,4	47.769	8,0	56.050	10,5
61 anos e mais	2.384	4,3	2.388	3,2	849	1,1	13.506	2,8	11.941	2,0	13.587	2,5
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	4.766	8,7	5.572	7,4	7.641	9,8	77.869	16,0	69.263	11,6	52.650	9,8
Não	50.054	91,3	70.063	92,6	70.481	90,2	409.164	84,0	526.237	88,4	483.210	90,2
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	17.478	31,9	18.312	24,2	14.435	18,5	157.312	32,3	178.329	29,9	155.409	29,0
Primeiro Grau	26.220	47,8	34.237	45,3	33.969	43,5	188.295	38,7	260.333	43,7	248.820	46,4
Segundo Grau	795	1,5	3.980	5,3	7.642	9,8	11.124	2,3	26.271	4,4	37.368	7,0
Superior	-	-	796	1,1	-	-	794	0,2	796	0,1	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	7.153	1,5	5.572	0,9	849	0,2
Dado não Disponível	10.327	18,8	18.310	24,2	22.076	28,3	122.355	25,1	124.199	20,9	93.414	17,4
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	13.586	17,4	46.708	8,7
1 a 3 anos	13.585	17,4	108.697	20,3
4 a 7 anos	34.818	44,6	259.863	48,5
8 a 10 anos	8.491	10,9	91.718	17,1
11 a 14 anos	6.793	8,7	28.874	5,4
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	849	1,1	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 14: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações nos Serviços Domésticos, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	54.820	100,0	75.635	100,0	78.122	100,0	487.033	100,0	595.500	100,0	535.860	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	54.025	98,5	74.839	98,9	77.273	98,9	479.885	98,5	587.540	98,7	529.915	98,9
Dois	795	1,5	796	1,1	849	1,1	7.148	1,5	7.164	1,2	5.096	1,0
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,1	849	0,2
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	7.149	13,0	6.368	8,4	9.340	12,0	34.960	7,2	41.397	7,0	38.216	7,1
De 16 até 44 horas	24.631	44,9	44.586	58,9	50.101	64,1	280.459	57,6	380.548	63,9	331.193	61,8
45 horas e mais	23.040	42,0	24.681	32,6	18.681	23,9	171.614	35,2	173.555	29,1	166.451	31,1
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	40.520	73,9	51.748	68,4	52.648	67,4	363.098	74,6	417.956	70,2	386.401	72,1
Mais de 30 até 1 hora	3.974	7,2	14.334	19,0	10.189	13,0	81.030	16,6	120.220	20,2	102.756	19,2
Mais de 1 até 2 horas	4.764	8,7	2.388	3,2	1.698	2,2	7.946	1,6	12.740	2,1	11.040	2,1
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849	0,2
Sem declaração	5.562	10,1	7.165	9,5	13.587	17,4	34.959	7,2	44.584	7,5	34.814	6,5
Carteira Assinada												
Sim	14.301	26,1	20.698	27,4	21.228	27,2	103.287	21,2	136.134	22,9	170.697	31,9
Não	40.519	73,9	54.937	72,6	56.894	72,8	383.746	78,8	459.366	77,1	365.163	68,1
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	15.096	27,5	20.697	27,4	22.077	28,3	112.026	23,0	144.096	24,2	179.188	33,4
Não	39.724	72,5	54.938	72,6	56.045	71,7	375.007	77,0	451.404	75,8	356.672	66,6
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	16.681	30,4	14.329	18,9	10.189	13,0	145.391	29,9	50.949	8,6	23.775	4,4
De 1/2 até 1	22.248	40,6	28.661	37,9	25.477	32,6	207.377	42,6	238.833	40,1	185.134	34,5
De 1 até 2	15.096	27,5	21.498	28,4	33.965	43,5	118.372	24,3	223.715	37,6	230.142	42,9
De 2 até 3	-	-	6.370	8,4	7.642	9,8	10.331	2,1	47.773	8,0	66.240	12,4
De 3 até 5	-	-	796	1,1	-	-	-	-	23.881	4,0	26.322	4,9
De 5 até 10	-	-	-	-	-	-	-	-	6.369	1,1	-	-
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não disponível	795	1,5	3.981	5,3	849	1,1	5.562	1,1	3.980	0,7	4.247	0,8
Renda Média Mensal(1)	105,06		146,70		153,66		115,55		179,18		188,89	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	15.886	29,0	22.290	29,5	21.229	27,2	35.756	7,3	45.378	7,6	27.170	5,1
Não	38.934	71,0	53.345	70,5	56.893	72,8	451.277	92,7	550.122	92,4	508.690	94,9
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	30.191	55,1	55.732	73,7	41.605	53,3	320.187	65,7	468.117	78,6	371.110	69,3
Não	24.629	44,9	19.903	26,3	36.517	46,7	166.846	34,3	127.383	21,4	164.750	30,7
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	12.711	23,2	27.868	36,8	12.736	16,3	127.919	26,3	203.008	34,1	175.792	32,8
Não	42.109	76,8	47.767	63,2	65.386	83,7	359.114	73,7	392.492	65,9	360.068	67,2
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	794	1,4	-	-	849	1,1	3.178	0,7	796	0,1	849	0,2
Não	54.026	98,6	75.635	100,0	77.273	98,9	483.855	99,3	594.704	99,9	535.011	99,8
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	3.973	7,2	3.981	5,3	849	1,1	27.805	5,7	13.535	2,3	18.683	3,5
Não	50.847	92,8	71.654	94,7	77.273	98,9	459.228	94,3	581.965	97,7	517.177	96,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 15: Homens Empregados no Grupo de Ocupações nos Serviços Não Domésticos, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	15.097	100,0	11.147	100,0	16.136	100,0	210.553	100,0	201.415	100,0	193.618	100,0
Idade												
10 a 15 anos	795	5,3	1.592	14,3	-	-	6.353	3,0	4.776	2,4	4.245	2,2
16 a 20 anos	3.178	21,1	-	-	1.698	10,5	17.482	8,3	20.699	10,3	19.530	10,1
21 a 30 anos	1.590	10,5	3.982	35,7	849	5,3	51.646	24,5	44.582	22,1	57.750	29,8
31 a 40 anos	1.589	10,5	3.184	28,6	6.795	42,1	35.753	17,0	48.563	24,1	40.759	21,1
41 a 50 anos	4.766	31,6	797	7,1	5.096	31,6	43.704	20,8	38.215	19,0	29.720	15,3
51 a 60 anos	795	5,3	1.592	14,3	1.698	10,5	34.961	16,6	27.066	13,4	27.177	14,0
61 anos e mais	2.384	15,8	-	-	-	-	20.654	9,8	17.514	8,7	14.437	7,5
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	795	5,3	3.185	28,6	849	5,3	17.478	8,3	14.329	7,1	18.682	9,6
Não	14.302	94,7	7.962	71,4	15.287	94,7	193.075	91,7	187.086	92,9	174.936	90,4
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	7.946	52,6	2.389	21,4	5.095	31,6	95.348	45,3	70.853	35,2	51.803	26,8
Primeiro Grau	4.768	31,6	5.573	50,0	8.493	52,6	69.129	32,8	71.652	35,6	81.524	42,1
Segundo Grau	-	-	-	-	1.699	10,5	11.122	5,3	23.087	11,5	25.473	13,2
Superior	-	-	-	-	-	-	794	0,4	796	0,4	3.396	1,8
Alfabetização de Adultos	794	5,3	-	-	-	-	1.588	0,8	3.981	2,0	849	0,4
Dado não Disponível	1.589	10,5	3.185	28,6	849	5,3	32.572	15,5	31.046	15,4	30.573	15,8
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	18.685	9,7
1 a 3 anos	2.548	15,8	31.421	16,2
4 a 7 anos	9.341	57,9	84.073	43,4
8 a 10 anos	2.548	15,8	33.117	17,1
11 a 14 anos	1.699	10,5	23.775	12,3
15 anos ou mais	-	-	2.547	1,3
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 16: Homens Empregados no Grupo de Ocupações nos Serviços Não Domésticos, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	15.097	100,0	11.147	100,0	16.136	100,0	210.553	100,0	201.415	100,0	193.618	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	14.302	94,7	10.351	92,9	14.438	89,5	206.581	98,1	195.046	96,8	190.220	98,2
Dois	795	5,3	796	7,1	1.698	10,5	3.972	1,9	6.369	3,2	3.398	1,8
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	796	7,1	-	-	-	-	1.593	0,8	1.698	0,9
De 16 até 44 horas	3.973	26,3	3.185	28,6	4.247	26,3	89.780	42,6	85.982	42,7	81.522	42,1
45 horas e mais	11.124	73,7	7.166	64,3	11.889	73,7	120.773	57,4	113.840	56,5	110.398	57,0
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	7.150	47,4	8.759	78,6	7.644	47,4	142.220	67,5	145.688	72,3	129.077	66,7
Mais de 30 até 1 hora	2.384	15,8	1.592	14,3	4.246	26,3	41.316	19,6	39.807	19,8	47.558	24,6
Mais de 1 até 2 horas	1.589	10,5	-	-	850	5,3	10.330	4,9	3.980	2,0	1.698	0,9
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	850	0,4
Sem declaração	3.974	26,3	796	7,1	3.396	21,0	16.687	7,9	11.940	5,9	14.435	7,5
Carteira Assinada												
Sim	11.918	78,9	7.166	64,3	11.039	68,4	166.060	78,9	141.705	70,4	140.122	72,4
Não	3.179	21,1	3.185	28,6	3.398	21,1	31.779	15,1	46.972	23,3	40.758	21,1
Dado não disponível	-	-	796	7,1	1.699	10,5	12.714	6,0	12.738	6,3	12.738	6,6
Contrib. para Previdência												
Sim	11.918	78,9	7.962	71,4	12.738	78,9	179.570	85,3	157.627	78,3	154.559	79,8
Não	3.179	21,1	3.185	28,6	3.398	21,1	30.983	14,7	43.788	21,7	39.059	20,2
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	795	5,3	796	7,1	-	-	5.560	2,6	1.592	0,8	849	0,4
De 1/2 até 1	3.179	21,1	1.592	14,3	849	5,3	23.040	10,9	17.515	8,7	8.491	4,4
De 1 até 2	6.356	42,1	796	7,1	4.246	26,3	92.963	44,2	54.930	27,3	39.910	20,6
De 2 até 3	3.972	26,3	3.185	28,6	5.944	36,8	76.276	36,2	56.522	28,1	67.084	34,6
De 3 até 5	795	5,3	3.982	35,7	3.398	21,1	11.125	5,3	52.546	26,1	59.449	30,7
De 5 até 10	-	-	796	7,1	1.699	10,5	-	-	15.126	7,5	15.287	7,9
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	2.388	1,2	1.699	0,9
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	1.589	0,8	796	0,4	849	0,4
Renda Média Mensal(1)	242,91		371,78		395,15		300,90		365,04		391,74	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	3.974	26,3	2.390	21,4	4.245	26,3	14.302	6,8	15.920	7,9	14.435	7,5
Não	11.123	73,7	8.757	78,6	11.891	73,7	196.251	93,2	185.495	92,1	179.183	92,5
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	3.973	26,3	4.777	42,9	10.191	63,2	78.664	37,4	98.720	49,0	107.001	55,3
Não	11.124	73,7	6.370	57,1	5.945	36,8	131.889	62,6	102.695	51,0	86.617	44,7
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	3.973	26,3	5.573	50,0	6.795	42,1	74.688	35,5	73.243	36,4	69.635	36,0
Não	11.124	73,7	5.574	50,0	9.341	57,9	135.865	64,5	128.172	63,6	123.983	64,0
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	796	7,1	-	-	795	0,4	1.592	0,8	849	0,4
Não	15.097	100,0	10.351	92,9	16.136	100,0	209.758	99,6	199.823	99,2	192.769	99,6
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	3.178	21,1	3.982	35,7	2.548	15,8	38.933	18,5	31.050	15,4	30.572	15,8
Não	11.919	78,9	7.165	64,3	13.588	84,2	171.620	81,5	170.365	84,6	163.046	84,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 17: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações nos Serviços Não Domésticos, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	11.123	100,0	13.533	100,0	14.437	100,0	197.845	100,0	217.355	100,0	220.793	100,0
Idade												
10 a 15 anos	-	-	1.592	11,8	-	-	794	0,4	1.592	0,7	1.698	0,8
16 a 20 anos	1.589	14,3	796	5,9	1.698	11,8	11.126	5,6	19.902	9,2	15.282	6,9
21 a 30 anos	794	7,1	2.388	17,6	1.698	11,8	37.345	18,9	43.789	20,1	37.361	16,9
31 a 40 anos	6.357	57,2	4.776	35,3	3.397	23,5	72.305	36,5	50.957	23,4	61.141	27,7
41 a 50 anos	2.383	21,4	3.981	29,4	6.795	47,1	49.260	24,9	69.268	31,9	64.545	29,2
51 a 60 anos	-	-	-	-	849	5,9	21.453	10,8	29.458	13,6	31.424	14,2
61 anos e mais	-	-	-	-	-	-	5.562	2,8	2.389	1,1	9.342	4,2
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	795	7,1	1.592	11,8	1.698	11,8	7.947	4,0	13.534	6,2	19.530	8,8
Não	10.328	92,9	11.941	88,2	12.739	88,2	189.898	96,0	203.821	93,8	201.263	91,2
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	4.766	42,8	4.777	35,3	5.946	41,2	98.522	49,8	95.546	44,0	73.885	33,5
Primeiro Grau	1.588	14,3	3.980	29,4	4.246	29,4	61.982	31,3	73.243	33,7	84.919	38,5
Segundo Grau	-	-	1.592	11,8	2.547	17,6	9.533	4,8	19.110	8,8	24.625	11,2
Superior	-	-	-	-	-	-	2.383	1,2	-	-	3.397	1,5
Alfabetização de Adultos	795	7,1	-	-	-	-	1.589	0,8	1.592	0,7	-	-
Dado não Disponível	3.974	35,7	3.184	23,5	1.698	11,8	23.836	12,0	27.864	12,8	33.967	15,4
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	15.287	6,9
1 a 3 anos	2.549	17,7	30.571	13,8
4 a 7 anos	6.793	47,1	105.304	47,7
8 a 10 anos	3.397	23,5	42.458	19,2
11 a 14 anos	1.698	11,8	22.077	10,0
15 anos ou mais	-	-	1.699	0,8
Sem declaração	-	-	3.397	1,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 18: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações nos Serviços Não Domésticos, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	11.123	100,0	13.533	100,0	14.437	100,0	197.845	100,0	217.355	100,0	220.793	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	11.123	100,0	12.736	94,1	14.437	100,0	193.872	98,0	210.190	96,7	216.547	98,1
Dois	-	-	797	5,9	-	-	3.973	2,0	7.165	3,3	4.246	1,9
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	850	5,9	4.768	2,4	3.982	1,8	5.943	2,7
De 16 até 44 horas	4.768	42,9	10.349	76,5	6.792	47,0	139.832	70,7	146.495	67,4	143.519	65,0
45 horas e mais	6.355	57,1	3.184	23,5	6.795	47,1	53.245	26,9	66.878	30,8	71.331	32,3
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	4.768	42,9	7.960	58,8	6.794	47,1	151.756	76,7	162.417	74,7	157.958	71,5
Mais de 30 até 1 hora	1.588	14,3	3.184	23,5	3.397	23,5	36.551	18,5	40.606	18,7	53.494	24,2
Mais de 1 até 2 horas	-	-	-	-	849	5,9	3.179	1,6	4.777	2,2	-	-
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	4.767	42,9	2.389	17,7	3.397	23,5	6.359	3,2	9.555	4,4	9.341	4,2
Carteira Assinada												
Sim	6.355	57,1	10.349	76,5	10.191	70,6	144.609	73,1	152.067	70,0	148.615	67,3
Não	4.768	42,9	1.592	11,8	2.548	17,6	29.400	14,9	37.423	17,2	41.607	18,8
Dado não disponível	-	-	1.592	11,8	1.698	11,8	23.836	12,0	27.865	12,8	30.571	13,8
Contrib. para Previdência												
Sim	6.355	57,1	11.941	88,2	11.889	82,4	169.240	85,5	183.116	84,2	180.885	81,9
Não	4.768	42,9	1.592	11,8	2.548	17,6	28.605	14,5	34.239	15,8	39.908	18,1
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	795	7,1	-	-	-	-	9.536	4,8	4.779	2,2	849	0,4
De 1/2 até 1	3.178	28,6	796	5,9	2.548	17,6	46.875	23,7	26.273	12,1	20.378	9,2
De 1 até 2	6.356	57,1	4.776	35,3	4.245	29,4	116.810	59,0	106.683	49,1	79.826	36,2
De 2 até 3	794	7,1	6.369	47,1	4.246	29,4	23.830	12,0	56.531	26,0	86.618	39,2
De 3 até 5	-	-	-	-	3.398	23,5	-	-	19.108	8,8	27.177	12,3
De 5 até 10	-	-	796	5,9	-	-	-	-	1.593	0,7	4.246	1,9
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	1.592	0,7	849	0,4
Dado não disponível	-	-	796	5,9	-	-	794	0,4	796	0,4	850	0,4
Renda Média Mensal(1)	174,47		299,58		285,43		189,94		250,09		293,43	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	3.972	35,7	3.981	29,4	1.698	11,8	6.360	3,2	3.186	1,5	5.944	2,7
Não	7.151	64,3	9.552	70,6	12.739	88,2	191.485	96,8	214.169	98,5	214.849	97,3
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	5.563	50,0	7.165	52,9	8.492	58,8	79.453	40,2	135.347	62,3	129.082	58,5
Não	5.560	50,0	6.368	47,1	5.945	41,2	118.392	59,8	82.008	37,7	91.711	41,5
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	2.384	21,4	7.164	52,9	9.342	64,7	64.356	32,5	99.522	45,8	96.810	43,8
Não	8.739	78,6	6.369	47,1	5.095	35,3	133.489	67,5	117.833	54,2	123.983	56,2
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	794	7,1	796	5,9	-	-	2.384	1,2	1.592	0,7	5.094	2,3
Não	10.329	92,9	12.737	94,1	14.437	100,0	195.461	98,8	215.763	99,3	215.699	97,7
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	4.768	42,9	6.368	47,1	1.698	11,8	36.547	18,5	32.642	15,0	33.117	15,0
Não	6.355	57,1	7.165	52,9	12.739	88,2	161.298	81,5	184.713	85,0	187.676	85,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 19: Homens Empregados no Grupo de Ocupações da Indústria de Transformação, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	38.934	100,0	68.469	100,0	46.703	100,0	682.495	100,0	726.917	100,0	692.122	100,0
Idade												
10 a 15 anos	3.178	8,2	4.778	7,0	1.699	3,6	31.781	4,7	35.830	4,9	15.285	2,2
16 a 20 anos	7.153	18,4	15.923	23,3	4.246	9,1	132.689	19,4	126.600	17,4	116.338	16,8
21 a 30 anos	8.740	22,4	18.311	26,7	14.436	30,9	234.384	34,3	220.545	30,3	248.829	36,0
31 a 40 anos	12.713	32,7	19.107	27,9	15.284	32,7	168.442	24,7	188.691	26,0	172.388	24,9
41 a 50 anos	4.767	12,2	7.962	11,6	10.189	21,8	86.596	12,7	113.054	15,6	103.615	15,0
51 a 60 anos	2.383	6,1	1.592	2,3	849	1,8	23.837	3,5	29.459	4,1	30.572	4,4
61 anos e mais	-	-	796	1,2	-	-	4.766	0,7	12.738	1,8	5.095	0,7
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	3.974	10,2	11.944	17,4	5.944	12,7	92.167	13,5	98.727	13,6	117.184	16,9
Não	34.960	89,8	56.525	82,6	40.759	87,3	590.328	86,5	628.190	86,4	574.938	83,1
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849	0,1
Elementar (Primário)	12.714	32,7	13.533	19,8	10.189	21,8	143.804	21,1	136.141	18,7	88.321	12,8
Primeiro Grau	14.302	36,7	39.012	57,0	23.776	50,9	333.694	48,9	351.121	48,3	314.216	45,4
Segundo Grau	5.561	14,3	3.184	4,7	5.095	10,9	89.788	13,2	120.228	16,5	144.374	20,9
Superior	-	-	-	-	-	-	11.918	1,7	11.146	1,5	15.288	2,2
Alfabetização de Adultos	1.588	4,1	-	-	-	-	3.179	0,5	1.592	0,2	-	-
Dado não Disponível	4.769	12,2	12.740	18,6	7.643	16,4	100.112	14,7	106.689	14,7	129.074	18,6
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	1.699	3,6	18.683	2,7
1 a 3 anos	4.245	9,1	55.205	7,9
4 a 7 anos	24.626	52,7	266.657	38,8
8 a 10 anos	12.736	27,3	209.743	30,1
11 a 14 anos	3.397	7,3	129.941	18,8
15 anos ou mais	-	-	8.494	1,2
Sem declaração	-	-	3.399	0,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 20: Homens Empregados no Grupo de Ocupações da Indústria de Transformação, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	38.934	100,0	68.469	100,0	46.703	100,0	682.495	100,0	726.917	100,0	692.122	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	38.934	100,0	68.469	100,0	45.854	98,2	671.373	98,4	710.995	97,8	689.574	99,6
Dois	-	-	-	-	849	1,8	11.122	1,6	15.922	2,2	2.548	0,4
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	3.184	0,4	-	-
De 16 até 44 horas	22.245	57,1	43.789	64,0	25.471	54,5	440.176	64,5	463.373	63,7	435.660	62,9
45 horas e mais	16.689	42,9	24.680	36,0	21.232	45,5	242.319	35,5	260.360	35,8	256.462	37,1
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	20.658	53,1	37.418	54,6	24.626	52,7	503.738	73,8	549.365	75,6	493.400	71,3
Mais de 30 até 1 hora	7.945	20,4	15.926	23,3	10.188	21,8	134.264	19,7	131.375	18,1	146.919	21,2
Mais de 1 até 2 horas	-	-	3.185	4,7	3.396	7,3	23.041	3,4	21.497	3,0	16.987	2,5
Mais de 2 horas	-	-	-	-	849	1,8	3.177	0,5	796	0,1	2.548	0,4
Sem declaração	10.331	26,5	11.940	17,4	7.644	16,4	18.275	2,7	23.884	3,3	32.268	4,7
Carteira Assinada												
Sim	29.399	75,5	54.935	80,2	34.815	74,5	549.816	80,6	586.780	80,7	550.296	79,5
Não	9.535	24,5	13.534	19,8	11.039	23,6	121.555	17,8	128.990	17,7	132.481	19,1
Dado não disponível	-	-	-	-	849	1,8	11.124	1,6	11.147	1,5	9.345	1,4
Contrib. para Previdência												
Sim	29.399	75,5	54.935	80,2	35.664	76,4	565.705	82,9	604.299	83,1	569.830	82,3
Não	9.535	24,5	13.534	19,8	11.039	23,6	116.790	17,1	122.618	16,9	122.292	17,7
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	1.589	4,1	796	1,2	-	-	20.660	3,0	7.165	1,0	2.547	0,4
De 1/2 até 1	3.178	8,2	6.369	9,3	2.548	5,5	61.182	9,0	40.606	5,6	28.026	4,0
De 1 até 2	15.095	38,8	12.739	18,6	7.643	16,4	177.967	26,1	106.693	14,7	84.073	12,1
De 2 até 3	12.714	32,7	14.332	20,9	8.492	18,2	295.562	43,3	165.597	22,8	158.805	22,9
De 3 até 5	6.358	16,3	19.903	29,1	16.134	34,5	107.261	15,7	161.631	22,2	233.536	33,7
De 5 até 10	-	-	11.941	17,4	11.037	23,6	18.274	2,7	186.308	25,6	145.218	21,0
mais de 10	-	-	2.389	3,5	849	1,8	1.589	0,2	58.121	8,0	39.068	5,6
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,1	849	0,1
Renda Média Mensal(1)	387,89		472,27		506,23		472,62		581,00		561,04	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	7.947	20,4	15.124	22,1	7.643	16,4	19.069	2,8	14.330	2,0	16.982	2,5
Não	30.987	79,6	53.345	77,9	39.060	83,6	663.426	97,2	712.587	98,0	675.140	97,5
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	15.097	38,8	31.052	45,4	25.475	54,5	259.805	38,1	351.118	48,3	294.680	42,6
Não	23.837	61,2	37.417	54,6	21.228	45,5	422.690	61,9	375.799	51,7	397.442	57,4
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	13.508	34,7	27.069	39,5	24.625	52,7	272.515	39,9	297.769	41,0	261.566	37,8
Não	25.426	65,3	41.400	60,5	22.078	47,3	409.980	60,1	429.148	59,0	430.556	62,2
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	794	2,0	1.592	2,3	849	1,8	15.889	2,3	21.498	3,0	11.042	1,6
Não	38.140	98,0	66.877	97,7	45.854	98,2	666.606	97,7	705.419	97,0	681.080	98,4
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	13.510	34,7	20.702	30,2	18.681	40,0	233.590	34,2	284.234	39,1	184.280	26,6
Não	25.424	65,3	47.767	69,8	28.022	60,0	448.905	65,8	442.683	60,9	507.842	73,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 21: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações da Indústria de Transformação, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	6.359	100,0	14.329	100,0	8.491	100,0	150.156	100,0	160.820	100,0	171.540	100,0
Idade												
10 a 15 anos	795	12,5	1.592	11,1	-	-	7.150	4,8	7.165	4,5	4.247	2,5
16 a 20 anos	794	12,5	3.980	27,8	2.547	30,0	24.629	16,4	33.437	20,8	28.024	16,3
21 a 30 anos	1.590	25,0	4.776	33,3	4.246	50,0	56.404	37,6	50.161	31,2	65.386	38,1
31 a 40 anos	795	12,5	2.389	16,7	1.698	20,0	40.517	27,0	39.007	24,3	45.009	26,2
41 a 50 anos	2.385	37,5	796	5,6	-	-	17.483	11,6	22.291	13,9	22.082	12,9
51 a 60 anos	-	-	796	5,6	-	-	3.973	2,6	7.963	5,0	5.094	3,0
61 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,5	1.698	1,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	-	-	3.980	27,8	2.547	30,0	19.070	12,7	27.068	16,8	28.873	16,8
Não	6.359	100,0	10.349	72,2	5.944	70,0	131.086	87,3	133.752	83,2	142.667	83,2
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	2.385	37,5	1.593	11,1	-	-	41.319	27,5	31.048	19,3	21.228	12,4
Primeiro Grau	3.179	50,0	5.572	38,9	2.547	30,0	69.113	46,0	72.448	45,0	80.680	47,0
Segundo Grau	-	-	2.388	16,7	3.397	40,0	16.681	11,1	24.682	15,3	33.966	19,8
Superior	-	-	-	-	-	-	1.589	1,1	2.389	1,5	1.698	1,0
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,5	-	-
Dado não Disponível	795	12,5	4.776	33,3	2.547	30,0	21.454	14,3	29.457	18,3	33.968	19,8
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	5.944	3,5
1 a 3 anos	-	-	16.985	9,9
4 a 7 anos	1.698	20,0	60.295	35,1
8 a 10 anos	3.396	40,0	53.500	31,2
11 a 14 anos	3.397	40,0	33.117	19,3
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	1.699	1,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 22: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações da Indústria de Transformação, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	6.359	100,0	14.329	100,0	8.491	100,0	150.156	100,0	160.820	100,0	171.540	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	5.564	87,5	14.329	100,0	8.491	100,0	147.773	98,4	159.228	99,0	169.842	99,0
Dois	795	12,5	-	-	-	-	2.383	1,6	1.592	1,0	1.698	1,0
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,5	849	0,5
De 16 até 44 horas	2.384	37,5	12.737	88,9	5.944	70,0	109.639	73,0	115.444	71,8	123.986	72,3
45 horas e mais	3.975	62,5	1.592	11,1	2.547	30,0	40.517	27,0	44.580	27,7	46.705	27,2
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	4.769	75,0	7.164	50,0	5.943	70,0	112.813	75,1	124.992	77,7	123.140	71,8
Mais de 30 até 1 hora	-	-	1.592	11,1	2.548	30,0	23.043	15,3	23.089	14,4	37.360	21,8
Mais de 1 até 2 horas	-	-	-	-	-	-	794	0,5	2.388	1,5	1.698	1,0
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	1.590	25,0	5.573	38,9	-	-	13.506	9,0	10.351	6,4	9.342	5,4
Carteira Assinada												
Sim	3.179	50,0	7.164	50,0	6.793	80,0	115.197	76,7	125.792	78,2	123.978	72,3
Não	3.180	50,0	7.165	50,0	1.698	20,0	34.164	22,8	35.028	21,8	45.863	26,7
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	795	0,5	-	-	1.699	1,0
Contrib. para Previdência												
Sim	3.179	50,0	7.164	50,0	6.793	80,0	115.992	77,2	124.995	77,7	127.375	74,3
Não	3.180	50,0	7.165	50,0	1.698	20,0	34.164	22,8	35.825	22,3	44.165	25,7
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	1.590	25,0	796	5,6	-	-	3.973	2,6	4.776	3,0	3.397	2,0
De 1/2 até 1	1.590	25,0	2.388	16,7	-	-	31.782	21,2	13.534	8,4	15.287	8,9
De 1 até 2	2.384	37,5	9.553	66,7	4.245	50,0	82.618	55,0	51.751	32,2	52.652	30,7
De 2 até 3	795	12,5	1.592	11,1	2.548	30,0	29.401	19,6	59.711	37,1	70.485	41,1
De 3 até 5	-	-	-	-	849	10,0	2.382	1,6	25.475	15,8	28.021	16,3
De 5 até 10	-	-	-	-	849	10,0	-	-	3.981	2,5	1.698	1,0
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,5	-	-
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,5	-	-
Renda Média Mensal(1)	190,83		195,26		310,91		228,58		289,22		289,05	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	1.590	25,0	1.592	11,1	-	-	-	-	796	0,5	1.699	1,0
Não	4.769	75,0	12.737	88,9	8.491	100,0	150.156	100,0	160.024	99,5	169.841	99,0
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	1.590	25,0	5.572	38,9	5.944	70,0	25.419	16,9	70.058	43,6	72.179	42,1
Não	4.769	75,0	8.757	61,1	2.547	30,0	124.737	83,1	90.762	56,4	99.361	57,9
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	795	12,5	1.592	11,1	4.246	50,0	49.255	32,8	62.099	38,6	54.342	31,7
Não	5.564	87,5	12.737	88,9	4.245	50,0	100.901	67,2	98.721	61,4	117.198	68,3
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	794	0,5	796	0,5	850	0,5
Não	6.359	100,0	14.329	100,0	8.491	100,0	149.362	99,5	160.024	99,5	170.690	99,5
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	1.589	25,0	3.980	27,8	5.095	60,0	31.777	21,2	36.619	22,8	34.812	20,3
Não	4.770	75,0	10.349	72,2	3.396	40,0	118.379	78,8	124.201	77,2	136.728	79,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 23: Homens Empregados no Grupo de Ocupações do Comércio Não Especializado, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	5.560	100,0	8.758	100,0	12.738	100,0	186.711	100,0	230.091	100,0	234.380	100,0
Idade												
10 a 15 anos	1.588	28,6	2.388	27,3	849	6,7	12.711	6,8	19.106	8,3	8.494	3,6
16 a 20 anos	1.589	28,6	3.981	45,5	1.699	13,3	31.783	17,0	50.159	21,8	45.857	19,6
21 a 30 anos	1.588	28,6	2.389	27,3	2.547	20,0	69.123	37,0	79.612	34,6	90.015	38,4
31 a 40 anos	-	-	-	-	2.548	20,0	35.750	19,1	42.199	18,3	46.705	19,9
41 a 50 anos	795	14,3	-	-	1.698	13,3	17.481	9,4	24.684	10,7	29.719	12,7
51 a 60 anos	-	-	-	-	3.397	26,7	15.890	8,5	7.164	3,1	9.342	4,0
61 anos e mais	-	-	-	-	-	-	3.973	2,1	7.167	3,1	4.248	1,8
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	1.588	28,6	4.777	54,5	849	6,7	30.985	16,6	50.152	21,8	55.200	23,6
Não	3.972	71,4	3.981	45,5	11.889	93,3	155.726	83,4	179.939	78,2	179.180	76,4
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	795	14,3	-	-	1.699	13,3	29.402	15,7	25.477	11,1	19.534	8,3
Primeiro Grau	3.177	57,1	3.185	36,4	3.397	26,7	78.659	42,1	86.785	37,7	75.579	32,2
Segundo Grau	-	-	796	9,1	4.246	33,3	38.134	20,4	53.342	23,2	64.536	27,5
Superior	-	-	-	-	849	6,7	7.148	3,8	12.742	5,5	17.832	7,6
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não Disponível	1.588	28,6	4.777	54,5	2.547	20,0	33.368	17,9	51.745	22,5	56.899	24,3
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	1.698	13,3	2.548	1,1
1 a 3 anos	850	6,7	14.436	6,2
4 a 7 anos	2.547	20,0	66.240	28,3
8 a 10 anos	5.945	46,7	73.034	31,2
11 a 14 anos	849	6,7	62.838	26,8
15 anos ou mais	849	6,7	15.284	6,5
Sem Declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 24: Homens Empregados no Grupo de Ocupações do Comércio Não Especializado, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	5.560	100,0	8.758	100,0	12.738	100,0	186.711	100,0	230.091	100,0	234.380	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	5.560	100,0	8.758	100,0	11.889	93,3	181.944	97,4	225.315	97,9	232.681	99,3
Dois	-	-	-	-	849	6,7	4.767	2,6	4.776	2,1	1.699	0,7
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	-	-	1.590	0,9	797	0,3	1.699	0,7
De 16 até 44 horas	794	14,3	4.778	54,6	6.793	53,3	101.692	54,5	106.683	46,4	105.298	44,9
45 horas e mais	4.766	85,7	3.980	45,4	5.945	46,7	83.429	44,7	122.611	53,3	127.383	54,3
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	2.383	42,9	3.184	36,4	5.095	40,0	146.994	78,7	172.758	75,1	183.427	78,3
Mais de 30 até 1 hora	2.383	42,9	4.778	54,6	5.096	40,0	23.037	12,3	40.610	17,6	37.366	15,9
Mais de 1 até 2 horas	-	-	796	9,1	849	6,7	7.943	4,3	1.593	0,7	5.094	2,2
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	2.382	1,3	1.593	0,7	-	-
Sem declaração	794	14,3	-	-	1.698	13,3	6.355	3,4	13.537	5,9	8.493	3,6
Carteira Assinada												
Sim	3.972	71,4	6.370	72,7	7.642	60,0	134.271	71,9	146.496	63,7	157.099	67,0
Não	1.588	28,6	2.388	27,3	5.096	40,0	48.467	26,0	82.799	36,0	77.281	33,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	3.973	2,1	796	0,3	-	-
Contrib. para Previdência												
Sim	3.972	71,4	6.370	72,7	7.642	60,0	142.216	76,2	155.254	67,5	163.044	69,6
Não	1.588	28,6	2.388	27,3	5.096	40,0	44.495	23,8	74.837	32,5	71.336	30,4
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	-	-	796	9,1	-	-	5.562	3,0	3.980	1,7	2.547	1,1
De 1/2 até 1	-	-	2.388	27,3	849	6,7	24.628	13,2	25.477	11,1	15.287	6,5
De 1 até 2	4.765	85,7	3.185	36,4	2.548	20,0	72.305	38,7	45.381	19,7	41.613	17,8
De 2 até 3	795	14,3	1.593	18,2	849	6,7	63.562	34,0	42.995	18,7	48.410	20,7
De 3 até 5	-	-	796	9,1	6.794	53,3	16.680	8,9	56.526	24,6	58.593	25,0
De 5 até 10	-	-	-	-	849	6,7	3.974	2,1	34.234	14,9	50.098	21,4
mais de 10	-	-	-	-	849	6,7	-	-	19.109	8,3	16.983	7,2
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	2.389	1,0	849	0,4
Renda Média Mensal(1)	219,70		221,55		487,63		379,44		548,84		581,68	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	1.588	28,6	-	-	849	6,7	3.971	2,1	3.980	1,7	5.096	2,2
Não	3.972	71,4	8.758	100,0	11.889	93,3	182.740	97,9	226.111	98,3	229.284	97,8
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	3.177	57,1	3.184	36,4	5.095	40,0	51.645	27,7	70.863	30,8	75.577	32,2
Não	2.383	42,9	5.574	63,6	7.643	60,0	135.066	72,3	159.228	69,2	158.803	67,8
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	1.588	28,6	2.389	27,3	8.492	66,7	42.102	22,5	70.860	30,8	60.289	25,7
Não	3.972	71,4	6.369	72,7	4.246	33,3	144.609	77,5	159.231	69,2	174.091	74,3
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	794	14,3	-	-	-	-	2.384	1,3	1.592	0,7	2.548	1,1
Não	4.766	85,7	8.758	100,0	12.738	100,0	184.327	98,7	228.499	99,3	231.832	98,9
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	1.588	28,6	-	-	3.397	26,7	28.601	15,3	36.624	15,9	30.569	13,0
Não	3.972	71,4	8.758	100,0	9.341	73,3	158.110	84,7	193.467	84,1	203.811	87,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 25: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações no Comércio Não Especializado, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	3.974	100,0	5.574	100,0	6.795	100,0	150.956	100,0	184.716	100,0	194.480	100,0
Idade												
10 a 15 anos	795	20,0	2.389	42,9	-	-	13.508	8,9	13.537	7,3	6.796	3,5
16 a 20 anos	1.590	40,0	1.593	28,6	2.548	37,5	42.901	28,4	64.489	34,9	48.410	24,9
21 a 30 anos	794	20,0	796	14,3	1.698	25,0	64.352	42,6	59.714	32,3	90.868	46,7
31 a 40 anos	-	-	796	14,3	2.549	37,5	20.660	13,7	27.869	15,1	37.367	19,2
41 a 50 anos	795	20,0	-	-	-	-	7.150	4,7	13.534	7,3	6.793	3,5
51 a 60 anos	-	-	-	-	-	-	2.385	1,6	3.980	2,2	2.548	1,3
61 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	1.593	0,9	1.698	0,9
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	2.385	60,0	2.389	42,9	3.397	50,0	36.552	24,2	50.161	27,2	40.768	21,0
Não	1.589	40,0	3.185	57,1	3.398	50,0	114.404	75,8	134.555	72,8	153.712	79,0
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	-	-	-	-	-	-	6.354	4,2	12.738	6,9	5.096	2,6
Primeiro Grau	794	20,0	1.592	28,6	2.549	37,5	64.350	42,6	60.509	32,8	55.201	28,4
Segundo Grau	-	-	1.593	28,6	849	12,5	34.960	23,2	54.938	29,7	86.621	44,5
Superior	-	-	-	-	-	-	8.740	5,8	6.370	3,4	6.794	3,5
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não Disponível	3.180	80,0	2.389	42,9	3.397	50,0	36.552	24,2	50.161	27,2	40.768	21,0
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	-	-
1 a 3 anos	-	-	7.644	3,9
4 a 7 anos	2.550	37,5	37.367	19,2
8 a 10 anos	3.396	50,0	59.454	30,6
11 a 14 anos	849	12,5	83.221	42,8
15 anos ou mais	-	-	5.945	3,1
Sem declaração	-	-	849	0,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 26: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações no Comércio Não Especializado, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	3.974	100,0	5.574	100,0	6.795	100,0	150.956	100,0	184.716	100,0	194.480	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	3.974	100,0	5.574	100,0	5.946	87,5	150.162	99,5	183.122	99,1	193.631	99,6
Dois	-	-	-	-	849	12,5	794	0,5	1.594	0,9	849	0,4
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	-	-	3.178	2,1	3.185	1,7	849	0,4
De 16 até 44 horas	3.179	80,0	3.185	57,1	4.247	62,5	82.626	54,7	100.315	54,3	92.576	47,6
45 horas e mais	795	20,0	2.389	42,9	2.548	37,5	65.152	43,2	81.216	44,0	101.055	52,0
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	2.385	60,0	3.185	57,1	5.096	75,0	128.710	85,3	156.054	84,5	146.919	75,5
Mais de 30 até 1 hora	-	-	1.592	28,6	1.699	25,0	16.685	11,1	23.885	12,9	35.669	18,3
Mais de 1 até 2 horas	-	-	797	14,3	-	-	1.589	1,1	796	0,4	1.699	0,9
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	1.589	40,0	-	-	-	-	3.972	2,6	3.981	2,2	10.193	5,2
Carteira Assinada												
Sim	1.589	40,0	2.389	42,9	3.398	50,0	115.999	76,8	122.614	66,4	142.676	73,4
Não	2.385	60,0	3.185	57,1	3.397	50,0	34.957	23,2	62.102	33,6	50.955	26,2
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849	0,4
Contrib. para Previdência												
Sim	1.589	40,0	2.389	42,9	3.398	50,0	115.998	76,8	123.410	66,8	147.771	76,0
Não	2.385	60,0	3.185	57,1	3.397	50,0	34.958	23,2	61.306	33,2	46.709	24,0
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	-	-	-	-	-	-	8.741	5,8	2.389	1,3	2.549	1,3
De 1/2 até 1	795	20,0	3.185	57,1	-	-	36.546	24,2	28.666	15,5	14.438	7,4
De 1 até 2	3.179	80,0	-	-	3.397	50,0	63.559	42,1	63.690	34,5	59.446	30,6
De 2 até 3	-	-	1.592	28,6	3.398	50,0	33.369	22,1	46.975	25,4	70.487	36,2
De 3 até 5	-	-	797	14,3	-	-	8.741	5,8	29.459	15,9	33.971	17,5
De 5 até 10	-	-	-	-	-	-	-	-	10.352	5,6	11.890	6,1
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	2.389	1,3	1.699	0,9
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,4	-	-
Renda Média Mensal(1)	172,22		231,19		257,51		268,37		318,13		346,63	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	1.590	40,0	-	-	-	-	794	0,5	1.592	0,9	849	0,4
Não	2.384	60,0	5.574	100,0	6.795	100,0	150.162	99,5	183.124	99,1	193.631	99,6
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	2.384	60,0	796	14,3	2.548	37,5	33.368	22,1	47.769	25,9	40.762	21,0
Não	1.590	40,0	4.778	85,7	4.247	62,5	117.588	77,9	136.947	74,1	153.718	79,0
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	1.589	40,0	2.389	42,9	3.397	50,0	43.702	29,0	59.714	32,3	61.994	31,9
Não	2.385	60,0	3.185	57,1	3.398	50,0	107.254	71,0	125.002	67,7	132.486	68,1
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	1.589	40,0	-	-	-	-	2.385	1,6	796	0,4	1.699	0,9
Não	2.385	60,0	5.574	100,0	6.795	100,0	148.571	98,4	183.920	99,6	192.781	99,1
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	2.384	60,0	-	-	-	-	19.863	13,2	23.884	12,9	20.385	10,5
Não	1.590	40,0	5.574	100,0	6.795	100,0	131.093	86,8	160.832	87,1	174.095	89,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 27: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações de Professores, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	2.385	100,0	9.555	100,0	9.342	100,0	142.216	100,0	179.134	100,0	190.224	100,0
Idade												
10 a 15 anos	-	-	-	-	-	-	795	0,6	796	0,4	849	0,4
16 a 20 anos	-	-	1.593	16,7	850	9,1	8.738	6,1	5.573	3,1	5.944	3,1
21 a 30 anos	-	-	3.184	33,3	4.246	45,5	50.056	35,2	58.117	32,4	56.048	29,5
31 a 40 anos	795	33,3	1.592	16,7	3.397	36,4	34.957	24,6	50.956	28,4	62.845	33,0
41 a 50 anos	1.590	66,7	3.186	33,3	849	9,1	38.135	26,8	47.768	26,7	46.707	24,6
51 a 60 anos	-	-	-	-	-	-	8.740	6,1	13.535	7,6	17.831	9,4
61 anos e mais	-	-	-	-	-	-	795	0,6	2.389	1,3	-	-
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	-	-	797	8,3	850	9,1	13.509	9,5	23.088	12,9	31.421	16,5
Não	2.385	100,0	8.758	91,7	8.492	90,9	128.707	90,5	156.046	87,1	158.803	83,5
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	-	-	-	-	-	-	1.590	1,1	1.592	0,9	849	0,4
Primeiro Grau	-	-	-	-	-	-	1.589	1,1	1.592	0,9	849	0,4
Segundo Grau	1.590	66,7	4.777	50,0	4.245	45,4	38.926	27,4	49.362	27,6	42.457	22,3
Superior	795	33,3	3.981	41,7	4.247	45,5	86.602	60,9	103.500	57,8	114.648	60,3
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dado não Disponível	-	-	797	8,3	850	9,1	13.509	9,5	23.088	12,9	31.421	16,5
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	-	-
1 a 3 anos	-	-	849	0,4
4 a 7 anos	-	-	849	0,4
8 a 10 anos	-	-	5.095	2,7
11 a 14 anos	7.643	81,8	98.509	51,8
15 anos ou mais	1.699	18,2	84.922	44,6
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 28: Mulheres Empregadas no Grupo de Ocupações de Professores, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	2.385	100,0	9.555	100,0	9.342	100,0	142.216	100,0	179.134	100,0	190.224	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	2.385	100,0	8.759	91,7	9.342	100,0	128.707	90,5	160.822	89,8	170.692	89,7
Dois	-	-	796	8,3	-	-	13.509	9,5	15.924	8,9	18.683	9,8
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	2.388	1,3	849	0,4
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	797	8,3	850	9,1	10.329	7,3	5.572	3,1	9.341	4,9
De 16 até 44 horas	2.385	100,0	7.962	83,3	6.793	72,7	117.586	82,7	169.581	94,7	166.448	87,5
45 horas e mais	-	-	796	8,3	1.699	18,2	14.301	10,1	3.981	2,2	14.435	7,6
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	1.590	66,7	7.165	75,0	4.246	45,5	116.791	82,1	153.658	85,8	160.504	84,4
Mais de 30 até 1 hora	-	-	1.593	16,7	3.397	36,4	17.479	12,3	20.700	11,6	21.230	11,2
Mais de 1 até 2 horas	-	-	-	-	849	9,1	3.179	2,2	796	0,4	2.547	1,3
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	794	0,6	-	-	-	-
Sem declaração	795	33,3	797	8,3	850	9,1	3.973	2,8	3.980	2,2	5.943	3,1
Carteira Assinada												
Sim	795	33,3	3.185	33,3	-	-	30.987	21,8	40.604	22,7	66.235	34,8
Não	-	-	-	-	3.397	36,4	20.657	14,5	29.455	16,4	28.874	15,2
Dado não disponível	1.590	66,7	6.370	66,7	5.945	63,6	90.572	63,7	109.075	60,9	95.115	50,0
Contrib. para Previdência												
Sim	2.385	100,0	9.555	100,0	6.794	72,7	135.066	95,0	166.398	92,9	176.638	92,9
Não	-	-	-	-	2.548	27,3	7.150	5,0	12.736	7,1	13.586	7,1
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	-	-	-	-	-	-	3.179	2,2	796	0,4	1.699	0,9
De 1/2 até 1	-	-	-	-	850	9,1	9.534	6,7	4.776	2,7	4.246	2,2
De 1 até 2	-	-	1.592	16,7	-	-	18.274	12,8	15.923	8,9	17.835	9,4
De 2 até 3	1.590	66,7	2.390	25,0	849	9,1	81.828	57,5	23.880	13,3	9.341	4,9
De 3 até 5	795	33,3	3.980	41,7	2.549	27,3	26.222	18,4	58.122	32,4	48.403	25,4
De 5 até 10	-	-	1.593	16,7	4.245	45,4	3.179	2,2	66.879	37,3	88.319	46,4
mais de 10	-	-	-	-	849	9,1	-	-	7.166	4,0	18.682	9,8
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	1.592	0,9	1.699	0,9
Renda Média Mensal(1)	527,77		421,67		675,63		517,89		616,98		796,12	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	1.590	66,7	797	8,3	-	-	794	0,6	-	-	-	-
Não	795	33,3	8.758	91,7	9.342	100,0	141.422	99,4	179.134	100,0	190.224	100,0
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	-	-	6.369	66,7	3.398	36,4	61.968	43,6	121.018	67,6	95.958	50,4
Não	2.385	100,0	3.186	33,3	5.944	63,6	80.248	56,4	58.116	32,4	94.266	49,6
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	-	-	-	-	3.397	36,4	27.017	19,0	35.030	19,6	38.212	20,1
Não	2.385	100,0	9.555	100,0	5.945	63,6	115.199	81,0	144.104	80,4	152.012	79,9
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	3.178	2,2	4.777	2,7	8.492	4,5
Não	2.385	100,0	9.555	100,0	9.342	100,0	139.038	97,8	174.357	97,3	181.732	95,5
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	795	33,3	2.390	25,0	-	-	20.655	14,5	31.051	17,3	45.010	23,7
Não	1.590	66,7	7.165	75,0	9.342	100,0	121.561	85,5	148.083	82,7	145.214	76,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Tabela 29: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Motoristas, por Situação de Domicílio, segundo Características Pessoais
Estado de São Paulo
1992-1998

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	12.711	100,0	14.330	100,0	18.679	100,0	202.590	100,0	228.490	100,0	214.850	100,0
Idade												
10 a 15 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849	0,4
16 a 20 anos	-	-	3.184	22,2	1.698	9,1	4.767	2,4	3.981	1,7	3.396	1,6
21 a 30 anos	6.357	50,0	3.981	27,8	8.490	45,5	40.519	20,0	61.299	26,8	57.744	26,9
31 a 40 anos	3.971	31,2	4.777	33,3	2.547	13,6	94.543	46,7	86.782	38,0	77.282	36,0
41 a 50 anos	1.589	12,5	1.592	11,1	5.095	27,3	40.518	20,0	47.769	20,9	54.346	25,3
51 a 60 anos	794	6,2	796	5,6	849	4,5	18.272	9,0	24.678	10,8	16.986	7,9
61 anos e mais	-	-	-	-	-	-	3.971	2,0	3.981	1,7	4.247	2,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequente Escola												
Sim	-	-	-	-	849	4,5	1.589	0,8	3.980	1,7	5.943	2,8
Não	12.711	100,0	14.330	100,0	17.830	95,5	201.001	99,2	224.510	98,3	208.907	97,2
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	4.766	37,5	3.980	27,8	5.095	27,3	92.150	45,5	96.332	42,2	64.542	30,0
Primeiro Grau	6.357	50,0	9.554	66,7	11.037	59,1	80.246	39,6	104.293	45,6	117.189	54,5
Segundo Grau	1.588	12,5	796	5,6	1.698	9,1	19.071	9,4	19.902	8,7	25.477	11,9
Superior	-	-	-	-	-	-	4.766	2,4	1.594	0,7	1.699	0,8
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	1.590	0,8	1.592	0,7	-	-
Dado não Disponível	-	-	-	-	849	4,5	4.767	2,4	4.777	2,1	5.943	2,8
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	-	-	849	0,4
1 a 3 anos	3.397	18,2	29.720	13,8
4 a 7 anos	12.735	68,2	112.097	52,2
8 a 10 anos	1.698	9,1	53.502	24,9
11 a 14 anos	849	4,5	17.832	8,3
15 anos ou mais	-	-	850	0,4
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 30: Homens Empregados no Grupo de Ocupações de Motoristas, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	12.711	100,0	14.330	100,0	18.679	100,0	202.590	100,0	228.490	100,0	214.850	
Trabalhos na Semana												
Um	12.711	100,0	14.330	100,0	16.981	90,9	201.001	99,2	223.713	97,9	214.001	99,6
Dois	-	-	-	-	1.698	9,1	1.589	0,8	3.981	1,7	849	0,4
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	796	0,3	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	850	4,6	-	-	-	-	-	-
De 16 até 44 horas	4.768	37,5	3.184	22,2	7.641	40,9	72.295	35,7	87.575	38,3	61.991	28,9
45 horas e mais	7.943	62,5	11.146	77,8	10.188	54,5	130.295	64,3	140.915	61,7	152.859	71,1
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	7.149	56,2	7.961	55,6	8.490	45,5	154.924	76,5	160.026	70,0	156.258	72,7
Mais de 30 até 1 hora	1.590	12,5	1.592	11,1	3.396	18,2	35.749	17,6	47.766	20,9	41.609	19,4
Mais de 1 até 2 horas	795	6,3	796	5,6	1.698	9,1	2.383	1,2	6.369	2,8	6.792	3,2
Mais de 2 horas	-	-	-	-	849	4,5	-	-	796	0,3	4.245	2,0
Sem declaração	3.177	25,0	3.981	27,8	4.246	22,7	9.534	4,7	13.533	5,9	5.946	2,8
Carteira Assinada												
Sim	8.739	68,8	11.942	83,3	15.283	81,8	162.864	80,4	188.684	82,6	168.143	78,3
Não	3.972	31,2	2.388	16,7	3.396	18,2	30.986	15,3	30.252	13,2	35.668	16,6
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	8.740	4,3	9.554	4,2	11.039	5,1
Contrib. para Previdência												
Sim	8.739	68,8	11.942	83,3	15.283	81,8	174.782	86,3	199.034	87,1	182.580	85,0
Não	3.972	31,2	2.388	16,7	3.396	18,2	27.808	13,7	29.456	12,9	32.270	15,0
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1/2 até 1	795	6,3	-	-	1.698	9,1	4.767	2,4	796	0,3	3.397	1,6
De 1 até 2	3.972	31,2	2.388	16,7	849	4,5	52.434	25,9	15.125	6,6	7.645	3,6
De 2 até 3	5.561	43,7	3.980	27,8	3.396	18,2	127.912	63,1	46.971	20,6	39.911	18,6
De 3 até 5	1.589	12,5	6.370	44,5	11.038	59,1	14.297	7,1	109.867	48,1	101.904	47,4
De 5 até 10	794	6,2	1.592	11,1	1.698	9,1	1.590	0,8	50.955	22,3	57.747	26,9
mais de 10	-	-	-	-	-	-	-	-	4.776	2,1	4.246	2,0
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	1.590	0,8	-	-	-	-
Renda Média Mensal(1)	480,93		474,27		453,55		410,25		530,41		577,86	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	3.176	25,0	3.981	27,8	3.397	18,2	4.767	2,4	5.572	2,4	3.396	1,6
Não	9.535	75,0	10.349	72,2	15.282	81,8	197.823	97,6	222.918	97,6	211.454	98,4
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	1.589	12,5	5.572	38,9	6.793	36,4	65.150	32,2	118.622	51,9	99.357	46,2
Não	11.122	87,5	8.758	61,1	11.886	63,6	137.440	67,8	109.868	48,1	115.493	53,8
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	1.589	12,5	3.980	27,8	3.397	18,2	60.380	29,8	91.551	40,1	77.275	36,0
Não	11.122	87,5	10.350	72,2	15.282	81,8	142.210	70,2	136.939	59,9	137.575	64,0
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	849	4,5	-	-	796	0,3	849	0,4
Não	12.711	100,0	14.330	100,0	17.830	95,5	202.590	100,0	227.694	99,7	214.001	99,6
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	3.177	25,0	3.981	27,8	4.246	22,7	30.188	14,9	57.321	25,1	43.309	20,2
Não	9.534	75,0	10.349	72,2	14.433	77,3	172.402	85,1	171.169	74,9	171.541	79,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.

Características Pessoais	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	17.480	100,0	31.846	100,0	29.723	100,0	221.679	100,0	224.521	100,0	248.817	100,0
Idade												
10 a 15 anos	-	-	-	-	-	-	14.304	6,5	7.961	3,5	3.396	1,4
16 a 20 anos	4.766	27,3	6.369	20,0	5.944	20,0	42.898	19,4	37.423	16,7	34.819	14,0
21 a 30 anos	4.767	27,3	12.738	40,0	6.794	22,9	46.078	20,8	56.527	25,2	67.086	27,0
31 a 40 anos	4.768	27,3	6.370	20,0	5.945	20,0	53.238	24,0	50.954	22,7	55.198	22,2
41 a 50 anos	795	4,5	4.777	15,0	9.342	31,4	38.938	17,6	47.773	21,3	54.348	21,8
51 a 60 anos	2.384	13,6	1.592	5,0	849	2,9	23.045	10,4	12.739	5,7	29.722	11,9
61 anos e mais	-	-	-	-	849	2,9	3.178	1,4	11.144	5,0	4.248	1,7
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frequência Escola												
Sim	795	4,5	4.777	15,0	3.397	11,4	19.067	8,6	25.480	11,3	22.077	8,9
Não	16.685	95,5	27.069	85,0	26.326	88,6	202.612	91,4	199.041	88,7	226.740	91,1
Curso mais Elevado												
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elementar (Primário)	4.769	27,3	6.369	20,0	8.491	28,6	84.234	38,0	72.454	32,3	73.037	29,4
Primeiro Grau	8.738	50,0	17.516	55,0	14.436	48,6	89.775	40,5	103.500	46,1	121.433	48,8
Segundo Grau	1.589	9,1	796	2,5	850	2,9	1.589	0,7	3.980	1,8	17.835	7,2
Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização de Adultos	-	-	-	-	-	-	3.179	1,4	3.980	1,8	-	-
Dado não Disponível	2.384	13,6	7.165	22,5	5.946	20,0	42.902	19,4	40.607	18,1	36.512	14,7
Grupos de Anos de Estudo												
Sem Instrução e menos de 1 ano	4.247	14,3	18.681	7,5
1 a 3 anos	7.642	25,7	45.860	18,4
4 a 7 anos	15.285	51,4	123.981	49,8
8 a 10 anos	1.699	5,7	46.707	18,8
11 a 14 anos	850	2,9	13.588	5,5
15 anos ou mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo Autor.

Tabela 32: Homens Empregados no Grupo de Ocupações da Construção Civil, por Situação de Domicílio, segundo Características do Trabalho
Estado de São Paulo
1992-1998

Características do Trabalho	Rural Não Metropolitano						Urbano Não Metropolitano					
	1992		1995		1998		1992		1995		1998	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	17.480	100,0	31.846	100,0	29.723	100,0	221.679	100,0	224.521	100,0	248.817	100,0
Trabalhos na Semana												
Um	17.480	100,0	31.846	100,0	28.873	97,1	220.885	99,6	220.541	98,2	247.117	99,3
Dois	-	-	-	-	850	2,9	794	0,4	3.980	1,8	1.700	0,7
Três ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Horas Trab. por Semana												
Até 15 horas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849	0,3
De 16 até 44 horas	10.330	59,1	10.350	32,5	16.134	54,3	124.741	56,3	124.997	55,7	141.814	57,0
45 horas e mais	7.150	40,9	21.496	67,5	13.589	45,7	96.938	43,7	99.524	44,3	106.154	42,7
Tempo de Viagem ao Trabalho												
Até 30 min	7.945	45,5	14.329	45,0	17.835	60,0	171.624	77,4	152.862	68,1	174.089	70,0
Mais de 30 até 1 hora	5.561	31,8	13.535	42,5	5.096	17,1	38.930	17,6	62.900	28,0	56.896	22,9
Mais de 1 até 2 horas	795	4,5	2.389	7,5	2.547	8,6	4.767	2,2	797	0,4	6.793	2,7
Mais de 2 horas	-	-	-	-	-	-	795	0,4	3.184	1,4	2.548	1,0
Sem declaração	3.179	18,2	1.593	5,0	4.245	14,3	5.563	2,5	4.778	2,1	8.491	3,4
Carteira Assinada												
Sim	11.123	63,6	16.719	52,5	10.191	34,3	102.499	46,2	102.706	45,7	101.905	41,0
Não	6.357	36,4	15.127	47,5	18.682	62,9	110.443	49,8	115.444	51,4	140.118	56,3
Dado não disponível	-	-	-	-	850	2,9	8.737	3,9	6.371	2,8	6.794	2,7
Contrib. para Previdência												
Sim	11.123	63,6	18.311	57,5	11.891	40,0	114.416	51,6	110.670	49,3	112.094	45,1
Não	6.357	36,4	13.535	42,5	17.832	60,0	107.263	48,4	113.851	50,7	136.723	54,9
Remuneração em S.M.												
Até 1/2 salário	795	4,5	-	-	-	-	11.124	5,0	1.592	0,7	1.698	0,7
De 1/2 até 1	795	4,5	2.389	7,5	5.094	17,1	46.879	21,1	17.518	7,8	14.437	5,8
De 1 até 2	6.355	36,4	4.777	15,0	5.946	20,0	101.700	45,9	54.140	24,1	56.049	22,5
De 2 até 3	7.946	45,5	9.553	30,0	10.191	34,3	58.003	26,2	74.038	33,0	93.410	37,5
De 3 até 5	1.589	9,1	12.738	40,0	5.094	17,1	2.383	1,1	53.348	23,8	62.841	25,3
De 5 até 10	-	-	1.592	5,0	3.398	11,4	795	0,4	22.293	9,9	18.684	7,5
mais de 10	-	-	797	2,5	-	-	-	-	796	0,4	1.698	0,7
Dado não disponível	-	-	-	-	-	-	795	0,4	796	0,4	-	-
Renda Média Mensal(1)	322,02		392,92		353,71		241,99		366,63		377,03	
Recebeu Auxílio Moradia												
Sim	2.384	13,6	2.389	7,5	3.397	11,4	3.179	1,4	3.184	1,4	7.641	3,1
Não	15.096	86,4	29.457	92,5	26.326	88,6	218.500	98,6	221.337	98,6	241.176	96,9
Recebeu Auxílio Alimentação												
Sim	4.769	27,3	8.758	27,5	9.342	31,4	42.111	19,0	62.900	28,0	61.145	24,6
Não	12.711	72,7	23.088	72,5	20.381	68,6	179.568	81,0	161.621	72,0	187.672	75,4
Recebeu Auxílio Transporte												
Sim	7.945	45,5	10.349	32,5	9.342	31,4	53.235	24,0	62.901	28,0	50.955	20,5
Não	9.535	54,5	21.497	67,5	20.381	68,6	168.444	76,0	161.620	72,0	197.862	79,5
Recebeu Auxílio Educação ou Creche												
Sim	-	-	-	-	-	-	794	0,4	1.592	0,7	849	0,3
Não	17.480	100,0	31.846	100,0	29.723	100,0	220.885	99,6	222.929	99,3	247.968	99,7
Recebeu Auxílio Saúde ou Reabilitação												
Sim	2.384	13,6	1.592	5,0	1.699	5,7	20.655	9,3	21.498	9,6	20.383	8,2
Não	15.096	86,4	30.254	95,0	28.024	94,3	201.024	90,7	203.023	90,4	228.434	91,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações especiais feitas pelo autor.

(1) Em reais de setembro de 1998. Refere-se ao rendimento no trabalho principal.